



DUARTE NUNO CHAVES
COORDENAÇÃO

O ATLÂNTICO IBERO-AMERICANO

(SÉCULOS XV A XX)

HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA VISUAL



Misericórdia das Velas



CHAM
AÇORES



Imagem da capa:
Pablo Amaringo, 1988. Vision 30: Kapuriki.
Guache sobre papel preto.

O ATLÂNTICO
IBERO-AMERICANO
(SÉCULOS XV A XX)

História, Memória e Cultura Visual

DUARTE NUNO CHAVES

COORDENAÇÃO

O ATLÂNTICO IBERO-AMERICANO

(SÉCULOS XV A XX)

História, Memória e Cultura Visual

EDIÇÃO



Misericórdia das Velas



CHAM
AÇORES

Título: *O ATLÂNTICO IBERO-AMERICANO (séculos XV a XX): História, Memória e Cultura Visual*

Coordenação: Duarte Nuno Chaves

Autores: Vários

Edição: Santa Casa da Misericórdia das Velas e CHAM – Centro de Humanidades. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores

Imagem da capa: Pablo Amaringo, 1988. Vision 30: Kapuriki. Guache sobre papel preto.

Local de edição: Velas, S. Jorge

Data de edição: 2025

Pré-impressão, impressão e acabamento: Nova Gráfica – Rua da Encarnação, 21 – Pastinhos, Fajã de Baixo – 9500-513 Ponta Delgada

Depósito Legal: 47915/25

ISBN: 978-989-54856-2-8

Este livro teve o apoio da Direção Regional da Ciência, Inovação e Desenvolvimento, no âmbito do Sistema de Incentivos Pro-Scientia.

Com o apoio:



GOVERNO
DOS AÇORES

VICE-PRESIDÊNCIA
DO GOVERNO



UAç
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

TABELA DE AUTORES

Ana Cláudia Silveira

Assunção Melo

Avelino Freitas de Meneses

Carmo Daun e Lorena

Carolina Viana

Dinis Manuel Branco Silveira

Duarte Nuno Chaves

Fátima Silva

Gonçalo C. Albuquerque

Isabel Pombo Cardoso

Jorge Louraço Figueira

José Eliézer Mikosz

José Esteves Pereira

Margarida R. Brito de Azevedo

Ricardo Sá Torres

Sophie Coquelin

Teresa Lousa

Vitor Reis

Wellington Nascimento

Notas:

As afirmações proferidas em cada capítulo e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade dos seus autores.

INDICE

NOTA DE ABERTURA	11
Duarte Nuno Chaves	
PORTUGAL E O ATLÂNTICO SUL MEMÓRIA, ESPAÇO E PROSPETIVA	13
José Esteves Pereira	
CARTOGRAFIA E ADMINISTRAÇÃO DOS ARQUIPÉLAGOS ATLÂNTICOS (SÉCULOS XV-XIX) O CASO DOS AÇORES	29
Ana Cláudia Silveira	
OS CATIVOS DAS ILHAS DO PICO E DO FAIAL: ANÁLISE DAS SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA (SÉC. XVIII)	51
Fátima Silva, Ricardo Sá Torres	
CASA IMPERIAL, CORPO TROPICAL: ALGUMAS NOTAS SOBRE DRAMA- TURGIA E IMAGINÁRIO RECÍPROCO ENTRE BRASIL E PORTUGAL	69
Jorge Loureiro Figueira	
A POLÍTICA NAVAL DE AIRES DE ORNELAS E VASCONCELOS: O “TRI- ÂNGULO ESTRATÉGICO ATLÂNTICO” E A MODERNIZAÇÃO DA MARINHA PORTUGUESA (1906-1908)	77
Gonçalo C. Albuquerque	
IMAGINÁRIO PSICODÉLICO NA ARTE INDÍGENA: DA CURIOSIDADE ANTROPOLÓGICA À PERSPECTIVA DECOLONIAL	93
José Eliézer Mikosz	
IN MEMORIAM: ESPAÇO INSULAR E A AUTO-REPRESENTATIVIDADE NA PINTURA DE MARIA JOSÉ CAVACO	111
Teresa Lousa	

IMAGENS DE UM PASSADO BALEEIRO: FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E ARQUIVOS DOS AÇORES	123
Carmo Daun e Lorena	
UMA IMAGEM, MIL PALAVRAS	149
Margarida R. Brito de Azevedo	
A ESCULTURA POLICROMADA SOBRE MADEIRA NOS AÇORES DE ÉPOCA MODERNA: CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO TÉCNICO-MATERIAL	159
Carolina Viana, Isabel Pombo Cardoso, Duarte Nuno Chaves	
ICONOGRAFIA DE SÃO JORGE E DO DRAGÃO NA ILHA HOMÓNIMA	179
Assunção Melo	
VIOLA(S) DA TERRA DOS AÇORES - RECOLHA DE SEUS SABERES E PRÁTICAS.	193
Wellington Nascimento	
DOCUMENTAR A RECONVERSÃO DA ATIVIDADE BALEEIRA: AS REGATAS COM BOTES BALEEIROS NO CONCELHO DAS LAJES DO PICO.	213
Sophie Coquelin	
O CONVENTO DE S. DIOGO DA VILA DO TOPO: O RESGATE DA SUA MEMÓRIA	235
Dinis Manuel Branco Silveira	
IMPrensa e religiosidade na ilha de São Jorge do séc. XIX	253
Vitor Emanuel Tavares Reis	
S. JORGE NAS VÉSPERAS DA 2ª GUERRA MUNDIAL: O TESTEMUNHO LITERÁRIO DE MÁRIO VIEIRA*	271
Avelino de Freitas de Meneses	
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES	281

NOTA DE ABERTURA

DUARTE NUNO CHAVES

A edição do livro *O Atlântico Ibero-Americano (séculos XV a XX): História, Memória e Cultura Visual* resulta de uma parceria entre o CHAM Açores – Centro de Humanidades da FCSH da Universidade Nova de Lisboa e a Universidade dos Açores (UAç), em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Velas. Desde 2011, estas instituições têm vindo a promover colóquios e a publicar obras conjuntas dedicadas à História e ao Património resultante da presença ibérica no eixo atlântico que liga a Europa ao “Novo Mundo”, desde a Idade Moderna até à contemporaneidade.

Esta colaboração enquadra-se na missão da Universidade dos Açores, que visa criar e difundir conhecimento, tecnologia e cultura, promovendo uma presença efetiva em todo o arquipélago. Em 2026, assinalar-se-ão 15 anos de realização contínua de eventos científicos na ilha de São Jorge, bem como o 50.º aniversário da Universidade dos Açores. Assim, associamos simbolicamente esta edição a essas comemorações.

A presente publicação, com o apoio da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, pretende divulgar os trabalhos desenvolvidos por investigadores que se dedicam ao estudo do mundo insular e atlântico. Com uma dimensão internacional, este livro conta com a colaboração de académicos de Portugal e do Brasil, apresentando artigos que abordam temáticas ligadas à História do Atlântico, à Memória e à Cultura Visual.

Para além da vertente historiográfica que sublinha o papel de Portugal e do Atlântico na época em análise – seja pela presença imperial no Brasil, seja pela análise da cartografia e da administração dos arquipélagos atlânticos, esta obra valoriza a imagem como fonte histórica, símbolo da cultura pós-moderna e

reflexo dos contextos sociais e quotidianos. A imagem assume, assim, um papel central nas análises e reflexões aqui apresentadas.

Os frutos desta parceria científica e cultural com a Santa Casa da Misericórdia de Velas têm vindo, ao longo dos anos, a privilegiar o estudo da História Local. Por essa razão, dedicámos uma parte significativa desta obra à memória e ao património cultural material e imaterial da ilha de São Jorge, bem como da sua envolvência arquipelágica, em especial no âmbito das denominadas “ilhas do Triângulo”.

Esperamos, assim, que este livro constitua mais um contributo relevante para a divulgação de trabalhos científicos que promovam a História Insular e Atlântica.

A todos os que tornaram esta obra possível, deixamos um especial agradecimento.

Duarte Nuno Chaves
Ponta Delegada, 22 de abril de 2025

PORTUGAL E O ATLÂNTICO SUL MEMÓRIA, ESPAÇO E PROSPETIVA¹

JOSÉ ESTEVES PEREIRA

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

jep@fcs.unl.pt

1

O Oceano Atlântico² continua a ser para Portugal essencial para a sua existência, identidade e projeto como o foi na altura da afirmação expansionista no contexto ibérico e como é, atualmente, no quadro da União Europeia e da OTAN com desejável bom relacionamento com a Espanha na condição de salvaguarda de legítimos e recíprocos interesses geopolíticos.

Antes de avançar cumpre não esquecer que o espaço atlântico foi, igualmente, um espaço de troca de seres humanos. A escravatura transatlântica constitui, a partir do século XVI, uma crua realidade, incontornável, na arquitetura do Império Português em atividade que foi praticada, também, por outras potências europeias.

Mas situemo-nos com o propósito de identificar as matrizes peninsulares que se projetam no espaço ibero-americano e a vivência cultural hispânica de património num oceano, ainda de assinalável paz, em que, até agora, nos é dado, intensamente, cruzar. Diferente tem sido, no entanto, o conjunto de vicissitudes ocorridas nas suas margens. A propósito, talvez nos possamos rever neste passo da obra *Somos todos hispanos* de Natália Correia:

¹ O presente texto corresponde ao conteúdo da conferência inaugural do Colóquio. Na apresentação então realizada foi usado um suporte, mais visual, com recurso a um powerpoint.

² A superfície: do Oceano Atlântico, no seu todo, é de 86,6 MM de Km² correspondendo a 71% da superfície do planeta e a 17% da superfície terrestre.

“Nesta época planetária que nos instiga a tirar frutos do nosso ecumenismo, a vertente atlântica solicita um projeto pluricontinental que englobaria, pelo lado da lusofonia, Portugal, o Brasil e os países africanos de fala oficial portuguesa e, pelo outro ramo da cultura ibérica, a Espanha e as Américas espanófonas. Nessa comunidade, Portugal daria simultaneamente satisfação ao centrifugismo atlântico e ao centripetismo da peninsularidade pela contiguidade telúrica e mediterrânica com a Espanha” (Correia,2003:13).

A relevância de Portugal para o conhecimento e desafios do Atlântico prova-se, por um exemplo, entre outros possíveis, na recente participação do nosso país a nível oficial dentro da política da UE com a presidência que lhe foi atribuída, em 2023, na ação de *Estratégia Marítima do Atlântico* assente nos pilares da economia azul, do conhecimento, da atenção a prestar às energias renováveis marinhas e à manutenção de um oceano saudável. Nos indiscutíveis propósitos globais a que é imperativo atender, no mundo em que vivemos importa realçar, ainda, que entre as prioridades estratégicas de Portugal e da sua política externa deve figurar, a meu ver e de outros, o Atlântico Sul beneficiando, obviamente, da pertença à UE e à CPLP.

A memória histórica portuguesa que vem das rotas do Atlântico justificam a focalização num relacionamento virtuoso do Portugal, inserido na UE, especialmente, no consensualizado conceito do Triângulo Estratégico entre Portugal, Angola e o Brasil sem esquecer, obviamente, Cabo Verde, a Guiné e São Tomé e Príncipe.

Sob a égide da lusofonia e da hispanofonia, em todas as vertentes da sua significação e alcance, o conhecimento multiseular da região atlântica e a inclusão incontornável na história de África e do Brasil são fatores que podem e devem impelir a diplomacia e os canais de investimento possível para o mundo do Oceano Moreno tal como, sugestivamente, Adriano Moreira o entendeu crismar, ou seja, o Atlântico dentro das fronteiras culturais ativas do ibero-tropicalismo designação tardia, mas preferencial, devida a Gilberto Freyre, na esteira da sua focalização inicial e axial da teoria luso-tropicalista (Moreira,1993).Atendamos, um pouco mais, a algumas notas caracterizadoras da nossa memória atlântica.

2

Na realidade global que hoje nos envolve importa não esquecer que, a partir do século XV, com a Espanha, demos início a uma progressão de presença e de

conhecimento no Atlântico (que pela primeira vez será referenciado, como tal, no Planisfério de Mercator, já na segunda metade do século XVI) iniciando o caminho para a primeira mundialização.

A memória atlântica de Portugal e Espanha tem como ponto de partida a sua condição finistérica, embora de influências mesológicas e culturais mediterrânicas. Foi essa matriz, ao mesmo tempo, física e espiritual, começando pelo espaço insular onde hoje nos encontramos, numa das suas mais belas paragens, que a gesta lusa viria a estar presente na totalidade do espaço marítimo e das suas margens, desse mar oceano, na designação medieva, encaminhando-se para as portas do Índico rumando até ao Pacífico *e se mais mundo houvera.....* para recordar Camões.

Da memória mediterrânica greco-latina importa lembrar, mitologicamente, o pomar de ouro das ninfas hespérides que estariam para além das colunas de Hércules e dos “limites sagrados do céu que Atlas segura” segundo Eurípedes, tema que Camões retomaria, mas já com registo português, referindo-se às “Hespérides chamadas/ Terras por onde novas maravilhas/Andaram vendo já nossas armadas” (Lusíadas, Canto V,8,4-6).

Orlando Ribeiro, em Portugal, o *Mediterrâneo e o Atlântico* salientou a natureza e influência mediterrânica do nosso país (com a exceção, em parte, do noroeste peninsular) adentro da nossa posição geograficamente atlântica. E concluindo a sua obra sublinha convicto:

Foi através do Atlântico que se estabeleceram as relações mais distantes da terra e da gente. Desvendadas as rotas oceânicas por elas se fez a expansão portuguesa; em ilhas atlânticas se realizaram os primeiros ensaios de colonização europeia; com base no litoral atlântico se construiu a maior Nação branca do Trópicos. Na posição do território está contido um destino; isolado na periferia do mundo antigo numa nesga de chão em grande parte bravio e ingrato coube ao português o papel de pioneiro do mundo moderno” (Ribeiro,1945:239)

Este destino, assinalado pelo célebre geógrafo releva da capacidade melhor ou pior demonstrada em romper a condição de finisterra e afirmar-se, plenamente, no Oceano Atlântico e de modo diverso, de maior ou menor penetração nos territórios que por ele são banhados. Igualmente importa, desde logo, levar em linha de conta uma circunstância fundamental. Se por um lado, pelos descobrimentos se concretizou a progressiva presença das gentes ibéricas e o alarga-

mento no espaço descoberto que nos posicionaram no Atlântico e que depois nos conduziram ao Índico e ao Pacífico, por outro lado, a expansão portuguesa foi decisiva para conseguirmos a nossa efetiva existência como reino, enquanto realidade política independente, embora tendo sempre presente a pressão hegemónica castelhana. Se nos fizemos ao mar também foi o mar que nos fez.

De modo talvez mais preciso encontramos bem explicitado este dilema nas considerações notáveis que Luís Filipe Tomás não há muito tempo, expendeu na sua obra incontornável *A expansão portuguesa –um prisma de muitas faces* reiterando posições já antes assumidas:

“Separado do resto da Europa por Castela, com que firmara a paz, Portugal tornara-se uma espécie de ilha. Com efeito, com exceção do enclave de Olivença, a fronteira entre os dois reinos manteve-se até ao presente conforme aos termos do tratado de Alcanizes, assinado em 12 de setembro de 1297, o que faz dela a mais antiga do mundo. Esta estabilidade de fronteiras que assegurava a insularidade de Portugal é correlativa da expansão que não teria sido possível sem ela, ainda que a recíproca pareça também verdadeira: é pouco provável que sem a expansão ultramarina, que canalizava para o exterior a potencial turbulência de insatisfeitos e deserdados, Portugal fosse capaz de permanecer neutral nos posteriores conflitos peninsulares, garantindo a integralidade e imutabilidade das suas fronteiras” (Thomaz, 2022: 63).

No que concerne à unidade na diversidade, também física, importa, certamente, reter a natureza mediterrânica de Portugal continental tal como foi fundamentada por Orlando Ribeiro, tendo presente a confluência com o Atlântico em dinâmica de hidrografia que cabe melhor a geógrafos explicar³. Essa realidade reflete-se, também, nas condições mesológicas que identificam a realidade física de onde partimos. Mas não só. Os próprios meios do tratamento do agro, com a transposição de espécies vegetais e as tecnologias disponível de construção e a cultura, quer no sentido mais antropológico, quer no de crença e mentalidade não podia deixar de seguir nas barcas quando foi oportuno começar a proceder a uma ocupação e colonização das primeiras terras descobertas no Atlântico.

³ Ferreira, Denise de Brum, “Hidrologia e dinâmica do mar português” in Medeiros, Carlos Alberto, *Geografia de Portugal*, 1, Ambiente Físico, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 286-288.

De crença e mentalidade a que acabamos de nos referir talvez se possa reter o que Jaime Cortesão considerou, ao afirmar que a economia condiciona até ao ponto em que a livre criação humana intervém e excede e (ou) contraria o jogo primário dos interesses ou afirmar-se, porventura, em sentido mais profundo:

“Foi durante os séculos XIV e XV e primeira metade do seguinte que o culto do Espírito Santo, ligado à festa do Império, tomou maior desenvolvimento em Portugal se espalhou pela África Portuguesa, a Índia, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, donde passou mais tarde, em grande parte por obra dos açorianos, ao Brasil e a América Portuguesa. Por outras palavras, o auge do culto do Espírito Santo coincide no País com o período mais intenso da expansão portuguesa no Planeta. Não se nos afigura excessivo, por consequência, crer que a cerimónia da coroação do Imperador tenha significado aos olhos de muitos portugueses, e quando menos daqueles, frades ou leigos, iniciados na doutrina dos espirituais, a investidura simbólica da Nação pelo Espírito Santo---espécie de Pentecostes nacional, na missão de propagar a fé a todo o mundo” (Cortesão,1979:198).

Mas, voltando à dimensão mais concreta da realidade atlântica, na sua relação com as raízes mediterrânicas atendamos às considerações, que nos parecem elucidativas, do pensador açoriano José Enes no seu *Portugal Atlântico* quando considera que sendo a civilização ocidental uma civilização mediterrânica, pela sua origem e pela sua composição cultural, ao expandir-se para o Atlântico “ampliou o cenário, mas quanto à essência da sua estrutura e à tessitura da sua historicidade, continuou a ser mediterrânica “ (Enes,2015:53). Não deixa o autor de *Açores no Coração*, na sua perceção civilizacional de lembrar o que constituiu a marcha decisiva de Portugal e Espanha para o Ocidente que é, também, a expansão da Europa para o Ocidente até às Américas, na medida em que os portugueses eram portadores de um cabedal de conhecimentos que permitiram uma empresa coletiva na qual participaram, implicitamente, a montante, as civilizações helénica, romana, hebraica e muçulmana. Para José Enes, teria sido em Portugal “que se fez a síntese da inovação, quer científica, quer tecnológica e os portugueses, levando a bom termo os primeiros grandes descobrimentos atlânticos, inauguraram a era *planetária*” (Enes, Idem). Esta rota civilizacional, propiciando a era gâmica, conceptualizada por Toynbee, desafia-nos a alguma pontualização de memória sem pretensões a uma explanação histórico-crítica dos descobrimentos de que não somos especialista.

Em 1317, por decisão de D. Dinis, foi contratado o almirante genovês Emmanuele Pezagno acompanhado de outros experientes do mar, para concretizar um programa inicial de construção naval e organização das atividades de navegação. Depois, já no dealbar da expansão, vindas de várias procedências mediterrânicas, se adquiriram cartas portulanas, sucessivamente copiadas e corrigidas, em termos de referência de latitude, por portugueses, espanhóis e maiorquinos conforme as navegações progrediram. A breve trecho, o condicionamento da navegação de cabotagem e o regime dos ventos exigiriam, necessariamente, novos meios de navegação. Da barca e do barinel se passou ao uso da versátil caravela latina, aparelhada de velas triangulares e mais apta para bolinar em ventos contrários. De herança mediterrânica há que lembrar, igualmente, o fluxo comercial a partir dos portos da península itálica rumo às paragens da Flandres e da Inglaterra e regresso para sul de que os portos de Lisboa e Porto muito beneficiariam e se inscrevem no que Luís Adão da Fonseca definiu como primeiro Atlântico alargado, “o do sal, da lã e dos cereais” a que sucederá o “segundo Atlântico” do açúcar, do ouro e dos escravos (Fonseca,29).

A circunstância histórica de Portugal com que nos deparamos no século XV, com território já bem definido e unidade de poder justifica talvez que dêmos conta, também, da configuração e estrutura política do reino e da sua situação no espaço europeu antes de meados do século XV. Permito-me lembrar, a este propósito, o modo como o antropólogo e filósofo Gilbert Durand visualizou a situação europeia prévia às primeiras descobertas e à conquista de Granada:

A Espanha terá de esperar mais de três séculos para ver o colapso do califado de Granada. O tratado de Alcanizes, de 1297, separou a integridade portuguesa de uma Espanha que ainda não existia, fragmentada como estava, no reino de Leão e Castela, no reino de Navarra, no reino de Aragão e da Catalunha (...) “o condado de Toulouse anexado à força, numa cruzada atroz, ao pequeno reino de Filipe Augusto, todo o oeste da França-pelo novo casamento de Leonor da Aquitânia com Enrique Plantageneta, pertencerá por três séculos à Inglaterra, enquanto no coração do “quase quadrado” (hoje dizemos hexágono) brotará o orgulhoso e poderoso grão Ducado-da Borgonha” (Durand,1989:239).

Esta correta percepção de espaço e realidade política no contexto europeu do tempo, a que Durand se reporta, deve ser conjugada com o continuado engrandecimento do poder régio em Portugal mediante sucessiva afirmação centralizadora e absolutista e, além disso, revestida de sublinhada reivindicação do exercício

moralmente exemplar do poder (lembre-se a Íncrita Geração, assim intemporalmente exaltada por Camões (Lusiadas, Canto IV,50)) e a tratadística ético-política conexa (Pereira,2003:45-46). Pretendia-se, portanto, a que não foi alheio o crescente influxo do direito romano justinianeu a legitimação jurídica e eticamente justificada diminuindo, crescentemente, as pretensões sociais da nobreza e do clero o que viria a projetar-se, naturalmente, na configuração jus-política de espaço sucessivamente colonizado. Quanto à burguesia emergente e ao seu papel, antes e depois do início das descobertas e da conquista magrebina (que gerou até ao presente diversas interpretações que nos eximimos de apresentar) era patente o seu crescente peso em Cortes consonante, nomeadamente, com os lucros do comércio atlântico. Cumpre não esquecer, ainda, o apoio dos concelhos (mormente os portuários) ao exercício do poder régio. Esta configuração unitária, quer espacial, quer institucional, da realidade política não foi de molde, todavia, a que no quadro peninsular, constituído pelos reinos de Aragão (com que desenvolvemos uma política útil) ou da Catalunha não tivéssemos, entretanto, que atender ao peso permanente de Castela que o desfecho, conjunturalmente exitoso, de Aljubarrota, de facto, não resolvera totalmente. Para tanto, viriam a ocorrer complexas negociações diplomáticas e matrimoniais, porque o sucesso de Aljubarrota, se foi condição necessária de contenção absorvente de Castela, não resultou suficiente em termos de afirmação de poder concorrente, no alargamento de espaço que o avanço horizontal no Atlântico transgibraltino, com avanços e paragens, estava a propiciar. Em termos de influência teria que se entrar ,sempre, em linha de conta com as pretensões hegemónicas de Castela. A projeção espacial ocidental de Portugal, ao longo de Quatrocentos, ficaria assim condicionada a limitações que o próprio Tratado de Tordesilhas e as intervenções papais, afinal, não viriam resolver completamente.

No entanto, dentro da complexidade das circunstâncias, na contabilização das opções com data da conquista de Ceuta, em 1415, aproveitando a paz geral com Castela alcançada em 1411, os novos desafios de espaço a assegurar em Marrocos mais as vantagens comerciais inerentes ou as de descobrir e povoar são propósitos em que o proselitismo da “guerra ao mouro” é essencial e justificativo:

“Muito provavelmente, o interesse na tomada de Ceuta residia na sua polivalência; era o ponto mais oriental que de que Portugal se podia assenhorar sem entrar em conflito com os direitos tradicionalmente reconhecidos a Castela; era uma

boa testa – de – ponte para futuras conquistas territoriais em Marrocos e um bom preambulo à conquista de Granada, que sem Ceuta ficava cortada da sua retaguarda muçulmana” (Thomaz,2022:65).

O que parece evidente, também, ‘na trama da complexidade explicativa envolvente é que Ceuta, pela maior ou menor importância de que se tenha revestido o desiderato da corte e da nobiliarquia portuguesa iniciando um processo de conquista no norte africano (que terá entretanto o grave revês de Tanger) está, de algum modo, associado ao descobrimento de Porto Santo e da Madeira. A fazer fé em Zurara, os escudeiros João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz “depois da vinda que o Infante fez do descerco de Ceuta” teriam pedido a D. Henrique para combater o mouro na costa africana mas devido a imprevistos de navegação arribariam a Porto Santo, por volta de 1419 (Zurara,1841:385-387) a que se seguiu o descobrimento da Madeira e depois o seu povoamento. Ainda relativamente a Ceuta e aos interesses sociais e económicos envolvidos, nomeadamente a pressão da nobreza, não se pode deixar passar em claro, igualmente, as consequências favoráveis da presença portuguesa no controlo da pirataria muçulmana, no estreito de Gibraltar e o franqueamento de via segura de navegação e comércio para sul. É de notar que até fins do século XVIII o controlo da pirataria desta zona seria fundamental para a salvaguarda da navegação para o sul do Atlântico mobilizando esforços e atividade diplomática junto dos potentados magrebins incluindo, igualmente, a remissão de cativos⁴.

A par da campanha de conquista norte-africana tiveram lugar as sucessivas e frustradas tentativas de tornear o cabo Bojador, entre 1422 e 1434 quando Gil Eanes, finalmente, ultrapassa o ponto limite de então, da viabilidade da navegação para sul. Mais tarde, em 1443, na sua condição de regente do Reino, D. Pedro que, no que tange ao impulso das descobertas sempre esteve em consonância com o irmão D. Henrique, deste dirá “*que se meteo a mandar seus navios a saber parte da terra que era além do cabo Bojador , porque até então nom avia ninguém na cristendade que delo soubesse parte*” (Nemésio,1991:84). No intervalo temporal em que se procura romper para sul terá lugar a descoberta das primeiras ilhas dos Açores, por Diogo de Silves, mais precisamente, em 1427. Ainda sob o mando de D. Henrique, cujo

⁴ Von Kemnitz ,Eva-Maria, *Portugal e o Magrebe (séculos XVIII / XIX)*, Lisboa,MNE,2009.

falecimento ocorrerá em 1460, poderemos assistir, além da colonização da Madeira e dos Açores, à progressão do conhecimento do litoral africano, não obstante as consequências decorrentes da crise que leva ao triste desfecho de Alfarrobeira o que diminuiu, temporariamente, a intensidade das descobertas. Em traços de breve memória, no sentido de dar conta do espaço atlântico que se vai definindo com a descoberta de novas realidades e povos do Saara Ocidental, entre a variedade de flora e fauna desconhecidas avulta, primordialmente, o interesse pelo ouro. Nuno Tristão chega, em 1444, à foz do rio Senegal onde doze anos depois Diogo Gomes navega até Cantor entreposto do mais cobiçado metal precioso. A política amistosa então conseguida com os indígenas possibilitará um manancial inestimável de informações sobre o interior africano, por exemplo, do Alto Níger. Neste contacto com o litoral africano, pretendia-se, além do mais, satisfazer o antigo desiderato de obter informação sobre as desconhecidas paragens do misterioso reino do Preste João. Chegava a admitir-se que as fronteiras de tal reino vinham até à costa atlântica. Obviamente, que ao desejado encontro com o poderoso rei cristão presidiam interesses geoestratégicos, muito concretos, de contenção do Islão. Entretanto há que referir que o nexos comercial do ouro sudanês e de outros produtos, sob o mando henriquino, inicialmente sediado na feitoria de Arguim, será transferido, em 1463, por decisão de Afonso V, para Lagos o que parece consequência lógica de centralização estrutural portuguesa, também no além-mar, dobrada da prática do monopólio régio que se perpetuará. Em todo o processo de expansão, tal medida é mais do que conjuntural. Inscreve-se, no processo a que já nos referimos: a centralização do poder, quando, justamente, as Ordenações Afonsinas, já antes das Manuelinas, vinham reiterar a crescente ilaqueação de particularismos sociais, mesmo que por via mais jurisprudencial, incorporando o direito romano e a própria ideia jurídica de *imperium* presente na construção do que se desenhava como *império ultramarino*. Entretanto, a seguir a D. Afonso V, se verificaria a expressão superlativa do poder régio protagonizada por D. João II.

No fim da vida do Infante D. Henrique se descobriria, entre 1456 e 1460, o arquipélago de Cabo Verde. A continuidade da política de expansão sob a direção da Coroa deparará com as dificuldades de navegação, a partir da linha do Equador, que viriam a ser superadas, O reconhecimento da costa ocidental africana e a descoberta das ilhas de S. Tomé e do Príncipe tem lugar nas duas últimas décadas do século, dobrado já o cabo da Boa Esperança. Com o achamento do

Brasil, a navegação de Colombo para Ocidente e a descoberta das Antilhas podemos considerar que o Atlântico ibérico ou hispânico se patenteia como espaço definido de circulação e atuação tendo como pano de fundo as vicissitudes do Tratado de Tordesilhas firmado em 7 de Junho de 1494. Dividia-se o espaço descoberto e a descobrir, a partir de um meridiano, demarcado a 370 léguas da ilha cabo-verdiana de Santo Antão, pertencendo a Portugal os territórios que estavam a leste e a Castela os que estavam a Oeste da linha estabelecida. Pedro Alvares Cabral, capitaneando a segunda armada destinada à Índia, partiu de Lisboa em 9 de Março de 1500 e descobriria o Brasil em paragens já pertencentes a Portugal, em virtude do que fora acordado, constituindo um passo decisivo para o domínio do sudoeste atlântico a que se seguirá o paulatino reconhecimento costeiro e, mais tarde, a penetração num vasto espaço de colonização.

3

Com os riscos da incompletude das sínteses terminamos este curto mas necessário enquadramento, para cumprir o que elencamos em título como memória do Atlântico, sobretudo no que se refere a Portugal e à sua progressiva afirmação de poder. Não queremos, em todo o caso, deixar de sinalizar a importância que virá a ter o confronto mental dos ibéricos com as novas realidade, de terras e de gentes. No avanço para o sul não obstante o capital de saber greco-latino de origem, os descobrimentos e a nova realidade geográfica e étnica viria a ensejar o espanto e o encontro com o Outro. Consistia, também, de um modo mais profundo, um virar de página sobre o alcance do conhecimento humano. Duarte Pacheco Pereira, sem nada dever na sua formação a Rogério Bacon entre outros vultos que o antecederam e que na Idade Média se entregaram à meditação de cunho empirista, assumia no *Esmeraldo de Situ Orbis* uma atitude que aqui deixamos como referência paradigmática da superação de um apocalíptico *anti-mundo*, desde sempre associado a um espaço ignoto, mitologicamente concebido, para agora se anunciar um *novo mundo*:

“A experiência nos faz viver sem engano das alusões e fábulas que alguns dos antigos cosmógrafos escreveram acerca da descrição da terra e do mar, os quais disseram que toda a terra que jaz debaixo do círculo da equacional era inabitável

pela grande quentura do sol. E isto achamos falso e contrário, porque adiante do Rio Gabão...há muita habitação de gente” (Pereira,1905:125).

No campo da expressão literária e artística, a progressão atlântica que será, depois, a porta marítima do Índico e do Pacífico, as descobertas vieram a contribuir, sucessivamente, para uma contenção dos abusos da retórica prevalecente dando outros conteúdos ao humanismo e ao renascimento como podemos encontrar em João de Barros, André de Resende e Luís de Camões entre tantas outras expressões intelectuais

“Os homens de letras tinham à frente de si um caudal de assuntos e suscitações estéticas quase inesgotável. E a sua imaginação recebia da circunstância histórica nacional um estímulo mais forte do que os lances e paradigmas do mundo ou da cultura greco-romanos lhe poderiam dar” (Dias,1973:96).

Podemos dizer que, no horizonte, se presumia, também, uma fecunda mes-tiçagem pluricultural que não nos cabe aqui desenvolver, na perspetiva de um encontro de várias civilizações.

4

Entretanto, correspondendo aos propósitos do Colóquio que se vai iniciar talvez faça sentido advertirmos para a realidade ibero-americana ou hispânica que Portugal tem partilhado com a Espanha resultante da secular condição de vizinhança, de conflitos, de ligações familiares e de cultura que viriam a refletir-se, com maior ou menor intensidade no espaço sul-atlântico.

Portugal e Espanha, além da projeção ibero-americana no Atlântico tem, igualmente, interesses geostratégicos comuns no Atlântico Norte, de âmbito militar e económico como acontece com os problemas decorrentes da gestão da ZEE. Quanto à posição de Portugal que agora nos interessa especialmente considerar, a posição continental e insular na UE e na CPLP, estão e estarão entre as principais preocupações no Atlântico e contrastam com o que foi e continua a ser o Atlântico ibérico ou hispânico. Mas Atlântico Norte e Atlântico Sul, até pelas leis da natureza, não são espaços imiscíveis e que é preciso ter em conta.

À primeira globalização ibero americana, como, se sabe, sucederia a emergência e a presença de outras potências hegemônicas, a partir do século XVII conexas com as circunstâncias e os resultados do Tratado de Westfália. Sucederam-se tensões e conflitos, produziu-se nova expansão colonial e, por fim, em retorno, um ciclo complexo de descolonização.

Foi no âmbito da realidade que de bipolar, passou a unipolar e hoje se vai concretizando em situação multipolar, com a indiscutível hegemonia militar dos EUA, Deu-se a globalização atual, caracterizada pela complexidade crescente no âmbito político, económico, comunicacional, migratório e de defesa. Produziu-se um acelerado crescimento criando uma sociedade de informação mundializada, o aumento e rapidez das trocas económicas e circuitos financeiros, a aparição de novos países industriais com avançado suporte tecnológico, o ciberespaço e, nos tempos que correm, os desafios da inteligência artificial, para referir apenas aspetos essenciais.

Neste panorama, em que o transnacional é desinênciã incontornável, como pode Portugal mover-se enquanto parceiro interveniente e credível neste Atlântico que ajudamos a definir como espaço de realização histórica e que, em grande medida nos fez? Como mover-se e afirmar-se num espaço e tempo geoestratégico e geoeconomicamente complexo? Como definir-se e extrair vantagens nas relações políticas, económicas diplomáticas e culturais, quer do ponto de vista bilateral, quer em ação integrada da UE e no quadro da CPLP? Incluímos no título da nossa comunicação o conceito de prospetiva, no sentido de a distinguir de projetos ou das intenções (muitas vezes de caráter abstrato) na medida em que é necessário, possível e urgente investir, nas possibilidades reais, nos desafios fundamentados e no âmbito dos riscos permanentes. Só neste quadro metodológico é possível lograr vantagens competitivas tendo em conta as coordenadas geopolíticas e geoestratégicas do Atlântico Sul.

São inúmeros os campos de atuação prospetiva. Desde logo e, primordialmente, a língua e a partilha de cultura que historicamente nos unem e são, igualmente, ativos económicos. No entanto, se atendermos a análises e resultados disponíveis, quanto ao Brasil, as relações, e não apenas as económicas, parecem pautar-se por “irregularidade e oscilação” (Fonseca; Pinheiro:83). Aliás, a anterior presidência brasileira pode ser um bom estudo de caso (Fonseca, Pinheiro, Idem, *ib*) contrariando muito da retórica da afinidade e dos laços históricos” (Idem:87)

embora o relacionamento cultural, educacional e de alguma pesquisa se afigurem mais positivos.

Nunca esquecendo as prioridades estratégicas do Brasil, a nossa possível participação numa relação com a maior potência do Atlântico Sul e membro influente dos BRICS lembre-se, todavia que a balança comercial de bens (2022) é negativa para Portugal. Mas o mesmo não acontece com a de serviços especialmente no setor do transporte e do turismo. Há investimento direto português de Portugal no Brasil e deste em Portugal. Não podemos esquecer, também, a presença e a importância dos brasileiros em Portugal como emigrantes ou como residentes, estes na ordem de cerca de 200.000. Existem, também, instrumentos bilaterais de frequência regular, a nível inter-estatal como é o caso das Cimeiras iniciadas em 1991.

Do mesmo modo, em relação ao país que constitui a terceira maior economia e o segundo produtor de petróleo da África subsariana existem instrumentos afins da natureza bilateral e multilateral, quer através da Comissão mista intergovernamental quer do Programa Estratégico de Cooperação 2023-2027 ou da Global Gateway Strategy da EU, constante de um memorando de entendimento firmado em 2023. Na perspetiva e prospetiva de cooperação frutuosa destacaríamos, ainda, os interesses que tem sido gizados, entre Portugal e Angola em torno da economia azul com o objetivo de exploração e de preservação dos recursos oceânicos.

Ainda em relação ao Brasil, e tal se aplica aos outros países lusófonos, Portugal é, talvez, o país do Atlântico Norte que melhor conhece a potência do Atlântico Sul sendo-lhe possível encetar, “eventualmente uma dinâmica dentro da OTAN capaz de estabelecer uma parceria estratégica com o Brasil tal como a UE o fez em 2007” (Lima,2016:93).Essa possibilidade de uma participação ousada e significativa de cooperação Norte-Sul poderia ser prosseguida não obstante, o “acantonamento” da OTAN, sob a permanente égide e orientação dos EUA, no norte oceânico, por razões que decorrem, sobretudo, de motivos imediatos da sua criação e operacionalidade na Guerra Fria. Em todo o caso, talvez fosse viável a ampliação do âmbito de atuação da OTAN, ao nível de esquemas de cooperação alargada embora, actualmente, no que tange ao sul do Atlântico é certo que persiste um patente descaso. (Quando preparamos o texto para publicação, em fevereiro de 2025 o que acabamos de afirmar, como hipótese é agora, eventualmente, mais problemática).

Entretanto, o nosso estatuto de membro da União Europeia, aconselham vontade e prospetiva atuantes do setor público e, sobretudo privado, com capacidade competitiva, sem perder de vista vários atores presentes, na região, como acontece com a França, o Reino Unido, os EUA e a China. Para uma cooperação possível nos vários domínios é fundamental, no entanto, um forte investimento no conhecimento do Atlântico, mobilizando investigação científica e tecnológica aplicável que pode ser protagonizado pelas instituições aptas para tanto, com apoio público e privado. Pode restar a esperança. Talvez, para termo da comunicação, que vos apresento possa trazer, em socorro do que acabámos de afirmar, estes versos de Manuel Alegre:

*O teu destino é nunca haver chegada
O teu destino é outra Índia e outro mar
É a nova nau lusíada apontada
A um país que há no verbo achar
(Chegar aqui, 1984)*

Notas bibliográficas e fontes:

- Correia, Natália (2003), *Somos todos hispanos*, Lisboa, Notícias Editorial.
- Cortesão, Jaime (1978), “Os fatores democráticos na formação de Portugal”, *Obras Completas*, vol. I, Lisboa, Livros Horizonte.
- Dias, J. S. da Silva (1973), *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Durand, Gilbert (1989) “Oração de Doutoramento Honoris Causa na UNL”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, UNL.
- Enes, José (2015), *Portugal Atlântico*, Lajes do Pico, Companhia das Ilhas.
- Ferreira, Denise de Brum (2005) “Hidrologia e Dinâmica do Mar Português” in Medeiros, Carlos Alberto de, *Geografia de Portugal. 1 - O ambiente físico*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Fonseca, Luís Adão da (1995), “Do Mediterrânico e do Atlântico”, in *Rotas da Terra e do Mar*, Lisboa, Diário de Notícias.
- Fonseca (2022), *Carmen/ Pinheiro, Letícia, Portugal. – Brasil. Encontros e Desencontros*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lima, Bernardo Pires de (2016), *Portugal e o Atlântico*, Lisboa Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Moreira, Adriano (1993), “O Oceano Moreno”, *Ciência e Trópico*, Vol. 21, Fundação Joaquim Nabuco, Recife.
- Nemésio, Vitorino (1991), *Obras Completas, Vol IX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pereira, Duarte Pacheco (1905), *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Pereira, José Esteves (2003), “Teorização absolutista e centralização”, in *Teoria do Estado Contemporâneo*, Lisboa, Verbo.
- Ribeiro, Orlando (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Thomaz, Luiz Filipe (2022), *A expansão portuguesa – Um prisma de muitas faces*, Lisboa, Gradiva.
- Zurara, Gomes Eannes de (1841), *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, Paris, J.P. Aillaud.

CARTOGRAFIA E ADMINISTRAÇÃO DOS ARQUIPÉLAGOS ATLÂNTICOS (SÉCULOS XV-XIX) O CASO DOS AÇORES

ANA CLÁUDIA SILVEIRA

Instituto de Estudos Medievais – FCSH /Universidade NOVA de Lisboa
anasilveira@fcs.unl.pt

(...) un mapa o carta constituye un elemento cultural de una complejidad notable; es la síntesis de una sociedad. Pone de manifiesto su nivel técnico, su simpatía decorativa y hasta algunos de sus valores. La capacidad del mapa para comunicar al espectador (...) ofrecerá información de variada utilidad y provecho. Evidencia el avance técnico de la sociedad que lo fabricó (...) igualmente el objetivo de su creación sea político, económico, social, de prestigio, decorativo (...) (CUESTA DOMINGO, 2010: 20).

O processo de localização e reconhecimento da Madeira e dos Açores, conduzido respetivamente entre 1418-1419 e 1427-1432, e a subsequente colonização e povoamento das ilhas atlânticas constituíram um desafio sem precedentes. A elaboração de relatos e de representações gráficas relativos a estes espaços insulares até então inexplorados e desconhecidos contribuiu, antes de mais, para alterar a perceção do mundo tal como era concebido até então. De facto, embora se possa admitir a possibilidade de ser conhecida a existência de algumas destas ilhas antecedendo a sua efectiva ocupação, como algumas cartas portulanos dos séculos XIV e XV parecem querer sugerir ao assinalarem espaços insulares atlânticos (CARITA, 2008: 51; VIANA, 2010: 25), tais representações não podem ser tidas como fidedignas, não sendo certo que resultassem de localizações e visitas efetivas a esses espaços, baseando-se antes em relatos míticos que à época circulavam. No caso dos Açores, apenas em 1439, a elaboração da carta de Gabriel

Valseca, que se caracteriza por uma maior precisão e rigor relativamente às figuras anteriores, oferece certezas quanto à sua representação (ALEGRIA, GARCIA e RELAÑO, 1997: 36; CARITA, 2008: 51).

Contudo, à medida que progrediu a ocupação do território, as respetivas representações sucederam-se, constituindo instrumentos fundamentais para garantir a humanização dos espaços, a promoção do povoamento, a planificação dos principais núcleos urbanos, o eficaz aproveitamento dos recursos existentes, incluindo os recursos hídricos e as potencialidades portuárias identificadas em determinados locais, providenciando ainda os elementos necessários à decisão quanto à construção de acessos e de vias de comunicação. Revelavam-se igualmente imprescindíveis à implantação de estruturas e equipamentos diversos e à prossecução das diligências necessárias à fortificação de espaços considerados mais vulneráveis ou estrategicamente mais importantes (ALEGRIA e GARCIA, 1995: 60-61; BUENO, 2011, pp. 88-93; MOREIRA, 2018: 3), contribuindo para prevenir ataques de potências inimigas e, assim, assegurar a soberania, o controlo do território e o seu aproveitamento económico.

Deste modo se explica a execução de uma significativa série de levantamentos cartográficos abrangendo as diversas ilhas dos arquipélagos atlânticos, interessando-nos em particular o caso dos Açores, embora por vezes se estabeleçam paralelos com outros espaços insulares atlânticos de forma a realçar similitudes ou, pelo contrário, especificidades. Elaborado ao longo dos séculos, esse conjunto de materiais encontra-se disperso por vários arquivos nacionais e estrangeiros, e constitui um relevante testemunho que acompanha e reflete as vicissitudes de carácter político e militar, bem como as orientações e estratégias seguidas pelo poder central no sentido de promover o controlo e a gestão do território.

A análise do *corpus* de imagens representando as ilhas do arquipélago dos Açores é elucidativa quanto à circunstância de a representação gráfica do território e o desenvolvimento de conhecimento cartográfico se terem assumido como ferramentas cruciais para o governo e administração de um Império cujo processo de formação e consolidação foi dinâmico, fornecendo ao rei informações importantes sobre os novos espaços integrados no seu domínio, elucidando sobre a geografia de terras distantes, os seus habitantes e principais produções, contribuindo para a tomada de decisão sobre múltiplos aspetos no contexto da administração desses novos territórios e sobre as rotas náuticas a explorar. A sua preparação decorria,

regra geral, de uma decisão que emanava do próprio rei e assumia, portanto, um carácter utilitário, instrumental e funcional (TRINDADE, 2015: 408-411).

De facto, à medida que os domínios territoriais se foram ampliando, deixou de ser possível ao rei visitar grande parte das suas vastas possessões. Este aspeto é especialmente válido em relação aos espaços ultramarinos, para os quais o monarca não viajava, apenas lhe sendo possível conhecê-los no papel, através das exposições e relatos mais ou menos cuidados que os seus cartógrafos e funcionários lhe enviavam regularmente.

Nestas circunstâncias, foi frequente a elaboração de “descrições”, isto é, de relatórios enviados ao rei com informações detalhadas sobre as áreas visitadas, incluindo elementos sobre a topografia, os edifícios mais importantes, as fortificações existentes ou a construir, as atividades económicas mais relevantes, as redes de água ou os recursos existentes nos territórios sobre os quais incidiam (BUENO, 2011, pp. 88-93), sendo por vezes acompanhadas de desenhos ou representações cartográficas cujo nível de precisão se foi desenvolvendo (HERNANDO, 2003: 71-87). A sua elaboração reflete o nível de produção de conhecimento alcançada nesse período, sustentando-se sobre a herança de trabalhos anteriores como o levantamento das praças marroquinas realizado por Duarte de Armas, em 1507, ou o que foi realizado de forma sistemática, igualmente por Duarte de Armas, plasmado na elaboração do Livro das Fortalezas produzido para o rei de Portugal dois anos depois, que oferece uma representação muito precisa de todas as vilas fortificadas da fronteira portuguesa (CASTELO BRANCO, 1990: 16; ALEGRIA, DAVEAU, GARCIA e RELANO, 2012: 223; TRINDADE, 2015: 411-414). Com efeito, as questões associadas à defesa do reino e à necessidade de promover a fortificação dos diversos territórios que integrava, impulsionaram a elaboração das referidas “descrições”, as quais eram essenciais para o processo de tomada de decisão quanto às intervenções a realizar. Frequentemente, tais documentos encontram-se na origem da elaboração de regimentos enviados pelo monarca aos oficiais a quem era confiada a administração desses territórios, através dos quais se determinava a subsequente elaboração de projetos de fortificação, de engenharia portuária ou de urbanização, depois concretizados no terreno. Este processo, abrangeu em especial os espaços litorais, para os quais havia que garantir a segurança e a acessibilidade portuária, fosse pelo interesse económico que suscitavam, fosse pela sua relevância estratégica no domínio militar ou pelas conexões que propiciavam.

Os arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira, atendendo à importância económica e estratégica que assumiram no conjunto dos territórios integrados nos domínios portugueses, foram igualmente abrangidos por essa produção cartográfica, cujo estudo nos fornece ampla informação relativa ao processo de administração desses espaços.

Nesse âmbito, as necessidades de defesa do território começaram desde cedo a merecer a atenção da Coroa, que para o efeito promoveu a constituição da Provedoria das Obras. Sob sua supervisão, terão decorrido, quer as medições realizadas em Ponta Delgada, em 1551, para a construção de um castelo para defesa do porto, devido aos frequentes ataques de corsários franceses (MATOS, 1983: 99; MENESES, 2007: 421), quer o envio aos Açores, no ano seguinte, tanto do engenheiro Isidro de Almeida, especializado em fortificação (CARITA, 1993: 96; CARITA, 1995: 165; LEITE, 2014: 47-48), que terá trabalhado nos projetos da fortaleza de São Brás de Ponta Delgada e de São Sebastião, em Angra (CARITA, 1995: 164-165), como, posteriormente, dos engenheiros italianos Tommaso Benedetto e Pompeo Arditti. Estes últimos, em 1567, no rescaldo do ataque de luteranos franceses ao Funchal no ano anterior, foram enviados à Madeira e aos Açores para trabalhar num plano de fortificação que visava dar resposta à necessidade de garantir a defesa dos principais portos, colaborando na Madeira com Mateus Fernandes, nomeado, também em 1567, como mestre das obras de fortificação da Ilha da Madeira (CARITA, 1983: 9-57; CARITA, 1993: 97-99; LEITE, 2014: 125), com quem possivelmente trabalharam no levantamento da planta do Funchal conservada entre os fundos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (CARITA, 1995: 166-167). Nos Açores, sabe-se que trabalharam nos projetos da fortaleza de São Brás de Ponta Delgada, bem como na melhoria do porto das Pipas, em Angra, tendo em vista a sua proteção das investidas do mar, registando-se por essa época a nomeação de um mestre de obras das fortificações da Ilha Terceira (MENESES, 1987-I: 212; CARITA, 1995: 166-168; MENESES, 2007: 422; MATOS, 2008: 203-204; LEITE, 2014: 76-78 e 124). Visitaram ainda outras ilhas do arquipélago, incluindo o Faial, onde poucos anos depois se encontrava em construção a fortaleza de Santa Cruz, junto à Horta (CARITA, 1995: 169). Este conjunto de informações evidencia a existência de uma estratégia régia relativamente à necessidade de reforçar a proteção dos domínios insulares, sobre a qual subsistem outros testemunhos, designadamente um conjunto de representações cartográficas das ilhas dos Açores, hoje conservadas entre os fundos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em que

se incluem mapas das ilhas do Faial, Graciosa, Pico, Santa Maria, São Jorge, Terceira e ainda o Ilhéu de Vila Franca junto à Ilha de São Miguel, a que se junta uma planta com a fortaleza que se construía em Ponta Delgada e a já referida planta do Funchal. A cronologia atribuída a este conjunto documental, de c. 1570, coincide, portanto, com a presença dos referidos engenheiros italianos nos arquipélagos atlânticos (CARITA, 1993: 91; CARITA, 1995: 167-168).

Entre o referido conjunto de plantas relativas aos Açores, destacamos a que se reporta à Ilha de São Jorge, na qual se encontram já assinaladas as vilas de Velas, do Topo e da Calheta, as quais se assumiam já como os mais importantes núcleos populacionais, sendo observável a minúcia com que é descrito o contorno litoral da ilha, registando a designação dos diversos lugares que integrava.

A elaboração destas representações inscreveu-se, portanto, num processo executado sistematicamente desde o reinado de D. João III, o qual foi impulsionado durante o reinado de D. Sebastião, de forma a promover a realização de obras de fortificação nos portos do reino, ordenada em 1569 (TRINDADE, 2015: 422-424), processo no âmbito do qual os arquipélagos atlânticos não foram esquecidos. No caso dos Açores, os trabalhos desenvolvidos foram financiados através das verbas recolhidas relativas a uma imposição que recaiu sobre o consumo de vinho e carnes e sobre a venda de pastel e açúcar da Ilha de São Miguel (LEITE e FARIA, 2005: 43-45).

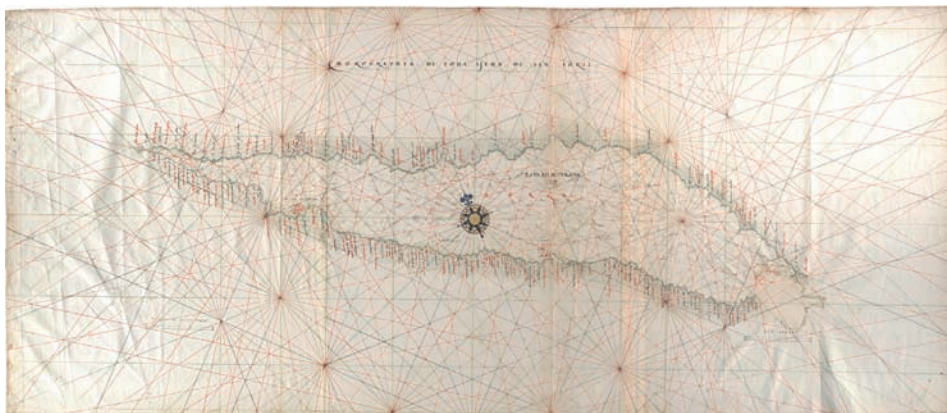


Fig. 1. Chorographia de toda a Ilha de Sam Iorie [c. 1570].
Fundação Biblioteca Nacional [Brasil].

A este respeito, é exemplificativo o processo de fortificação desenvolvido na segunda metade do século XVI em torno de Angra, na Ilha Terceira, cuja capitalidade no espaço açoriano vinha a assumir graças à sua relevância como ponto de escala e apoio à navegação nas viagens atlânticas e, em especial, na carreira da Índia, aí se tendo instalado em 1527 a Provedoria das Armadas (MATOS, 1983: 95-101; MENESES, 1987-I: 219; CARITA, 1993: 93; CARITA, 1995: 161; MATOS: 2008: 200-201; LEITE, 2014: 47-48; VIANA, 2010: 26), sendo esse núcleo populacional elevado a cidade e a sede de bispado, em 1534 (CARITA, 1993: 94; VIANA, 2010: 26).

Decorrida cerca de uma década, em resultado das vicissitudes políticas relacionadas com a aclamação de Filipe II de Espanha como rei de Portugal e o apoio dos Açores ao Prior do Crato, que se lhe opunha, a par da crescente importância das ilhas nas rotas marítimas e nos circuitos comerciais, atraindo a estas latitudes muitas atividades corsárias e de pirataria, justificava-se o progressivo reforço do sistema defensivo implementado no arquipélago, sobretudo em torno dos principais portos insulares. A sua concretização requeria a elaboração de levantamentos cartográficos exaustivos como o realizado por Luís Teixeira, cosmógrafo português ao serviço de Filipe II, autor de diversas cartas sobre as ilhas de Santa Maria, Flores e Corvo, Graciosa, São Jorge e Pico, Faial e Terceira, conservadas na Biblioteca Central de Florença [VIANA, 2010: 31; GREGÓRIO, 2019: 11]. A afirmação geoestratégica dos Açores e a execução de obras de fortificação suscitaram igualmente o interesse de outras potências pelas intervenções em curso, aspeto que poderá ter justificado a permanência no arquipélago de Jan Huygen van Linschoten durante cerca de três anos, período em que elaborou a sobejamente conhecida e detalhada planta da cidade de Angra⁵, na qual se encontram já representadas as estruturas defensivas existentes na urbe (LEITE, 2014: 48-49; LEITE, 2016:22; BORBA, 2020: 33-47).

Nesse período, e no que respeita às obras de fortificação, os engenheiros italianos continuavam a ser chamados a intervir, como se constata pelo projeto de uma fortaleza implantada em Angra, no sopé do Monte Brasil, então conhecida como o castelo de São Filipe, cujo projeto se atribui a Tiburzio Spanochi (MENESES, 1987-I: 211-232; LEITE, 2014: 75), vindo a ser posteriormente integrado no Códice 29 da Casa de Cadaval, no qual se reuniram diversas plantas de obras de fortificação projetadas para o litoral português.

⁵ ANTT, Cartografia, nº 196.



Fig. 2. Castelo de São Filipe, em Angra.
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa de Cadaval, Códice 29.

Intervenções idênticas estavam igualmente em curso, em 1584, no arquipélago das Canárias, para onde Filipe II enviou um dos seus técnicos de confiança, o engenheiro Leonardo Torriani, para projetar e construir uma torre de menagem e um cais na ilha de La Palma, missão que viria a ser prolongada com a finalidade de promover a inspeção de todas as infraestruturas defensivas do arquipélago, o que resultou na elaboração de um relatório exaustivo e na apresentação de propostas de ampliação e reforma. Nesse sentido, Torriani acabou por preparar uma obra que continha não apenas a descrição das Ilhas Canárias, mas que foi enriquecida com as vistas e desenhos das suas fortalezas tal como se encontravam em finais do século XVI e ainda com algumas descrições sobre o mundo indígena, acompanhadas de sugestivos desenhos⁶. Trata-se de uma obra de grande riqueza, demonstrativa de como a produção de mapas topográficos no seio da Europa dos Habsburgos, desde a Península Ibérica aos Países Baixos e também, provavelmente, em Itália ou na Áustria, se revelava cada vez mais científica, fornecendo informações importantes sobre a envolvente dos locais retratados, assim participando na construção de conhecimento, através da integração e sistematização de informação nomeadamente sobre geografia, descrições naturais, práticas religiosas, antropológicas e etnográficas.

Presume-se que tenha sido neste contexto de acentuada preocupação com a defesa dos territórios insulares face a eventuais ataques de potências inimigas, em especial após a destruição da Invencível Armada, em 1588 (ROSSA, 1995: 270), que se produziram igualmente diversos projetos de fortificação para distintos portos e pontos vulneráveis do litoral dos Açores, os quais se conservam atualmente no Archivo General de Simancas, onde também se encontram fontes documentais de outra natureza e tipologia, muitas das quais já publicadas e sistematizadas (MENESES, 1987: II, 5-316), atestando a concretização de muitos dos trabalhos projetados. Embora, pelos motivos já anteriormente referidos, a Terceira, e Angra em particular, tenham concentrado, a este nível, grande parte das atenções, outras ilhas e espaços portuários açoreanos encontram-se incluídos nesse conjunto de documentos, como é o caso do Faial, onde o núcleo urbano da Horta e o seu Porto Pim se afirmavam.

⁶ Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coleção de Mapas Nabais Conde, *Descrittione et Historia del Regno de l'Isole Canarie gia dette le Fortunate com il parere delle loro fortificationi*, por Leonardo Torriani. [ca. 1590-1594]. Url: <https://am.uc.pt/item/46770>.



Fig. 3. Plano de la fortificación de Horta.

Archivo General de Simancas, Guerra y Marina, Legajos, 00490, 09. Incluido en carta de Francisco de la Rúa a Diego de Noja Castillo. Horta, 24 de septiembre de 1597.

O conjunto de documentos a que acabamos de aludir demonstram que a cartografia produzida ao longo dos séculos XVI e XVII se caracteriza pela adoção de um progressivo rigor, fruto da evolução do conhecimento científico então registado, incorporando dados relacionados com as redes hidrográficas, bem como com a localização de edifícios que se assumiam como importantes elementos de individualização do território, tais como mosteiros e centros de peregrinação, caminhos ou pontes.

A necessidade de garantir a defesa dos territórios mais vulneráveis do Império Habsburgo, que eram alvo frequente de ataques de potências inimigas, sobretudo no contexto do seu envolvimento na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que coincidiu em grande parte com o período correspondente à união dinástica das coroas portuguesa e espanhola, impulsionou a realização de obras de fortificação,

inserindo-se nesse contexto as instruções dadas ao capitão e sargento-mor Marcos Fernandes de Teive para a fortificação das ilhas dos Açores aquando da sua visita a este arquipélago em 1618, que se conservam no Arquivo da Câmara Municipal de Velas (PEREIRA, 1987: 329-334), bem como toda a documentação relacionada com as obras de fortificação realizadas, sendo referidas as traças que ele teria preparado para o efeito (PEREIRA, 1987: 335-344). Torna-se assim evidente como, na primeira metade do século XVII, acompanhando o que sucedia a este nível em outros reinos europeus, se verificou um desenvolvimento da produção cartográfica em Portugal, em especial a relativa às cidades portuárias, que se encontravam particularmente ameaçadas, tendo assumido especial relevância para a administração régia as questões náuticas, o acesso aos portos e a defesa do reino, encontrando-se essa cartografia inserida por vezes em “descrições” cada vez mais cuidadas.

Tal grau de detalhe encontra-se patente na obra desenvolvida por diversos cartógrafos ao serviço da Casa de Áustria, designadamente por Pedro Teixeira Albernaz, que procedeu a levantamentos hidrográficos do litoral da Península Ibérica, por certo relacionados com a produção da obra *Descripción de España y de las cartas y puertos de sus reinos*, a qual decorreu entre 1622 e 1634, tendo-se iniciado ainda sob a direção de João Baptista Lavanha e terminando sob sua própria orientação (CUESTA DOMINGO, 2010: 31), constituindo um dos maiores empreendimentos cartográficos do reinado de Filipe III de Portugal, que assumiu a liderança da poderosa Casa dos Habsburgos em 1621, num momento bastante conturbado, marcado pela Guerra dos Trinta Anos. Fruto de uma iniciativa política destinada a conhecer e a controlar de forma mais eficaz o território que governava, percecionando a utilidade da informação geográfica para o fortalecimento da autoridade e do poder régios, a obra encomendada ao cartógrafo português distingue-se pela qualidade descritiva da representação visual, que não se limitou a incidir sobre os núcleos urbanos, mas abrangeu diversos aspetos da paisagem envolvente considerados mais relevantes, identificando as vias de acesso terrestre e marítimo ou fluvial a esses espaços, as estruturas de carácter defensivo ou os elementos que detinham algum interesse económico.

Este tipo de produções assumia-se, assim, não apenas como um verdadeiro instrumento de governo e administração do território, como uma ferramenta de gestão, de tomada de decisão e de controlo territorial, permitindo decidir sobre as obras a realizar nas cidades, quer no interior das suas muralhas, quer nos seus

acessos, incluindo os fluviais (ALEGRIA e GARCIA, 1995: 60-61; HERNANDO, 2003: 71-87; ELLIOT, 2004: 15; MARINO, 1992: 9-22), mas ia mais além. Tornava-se, em simultâneo, uma parte integrante do discurso político, pois era vista como um meio privilegiado para difundir a imagem de espaços desconhecidos para a maioria, de acordo com as ideias que se pretendia propagar sobre os mesmos, assumindo por vezes uma dimensão propagandística, elaborada para impressionar, quer pelos meios envolvidos na sua produção, quer pelos conteúdos que exibia, quer ainda por aquilo que reivindicava: o controlo do soberano por um dado território e pelos respetivos recursos e infraestruturas neles implementadas, sendo tanto mais impactante quanto a dimensão assumida pela obra ou a abundância de detalhes. Nesse sentido, a qualidade da representação cartográfica e a respetiva dimensão estética constituíam igualmente fatores passíveis de acrescentar valor à obra, sendo demonstrativos do poder de quem a encomendou. Todos estes aspetos concorrem para que as representações cartográficas que vimos descrevendo se apresentassem não apenas como objetos utilitários, mas constituíssem, em paralelo, verdadeiros instrumentos de poder (TRINDADE, 2015: 427-432), o que se aplica igualmente em relação à cartografia elaborada em época posterior, cuja produção se intensificou, quer para cumprir objetivos militares, quer para responder às necessidades de administração territorial e de afirmação de soberania.

No contexto das guerras da Restauração, perante a falência do modelo ítalo-espanhol de fortificação, impuseram-se os modelos dos engenheiros militares holandeses e centro-europeus adaptados aos avanços da balística (MUÑOZ COSME, 2010: 22), facto que motivou o recurso de D. João IV a profissionais estrangeiros. A necessidade de formar técnicos para assegurar a modernização que se impunha às infraestruturas militares nacionais conduziu à criação da Aula d'Artilharia e Esquadria, mais tarde transformada na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, dirigida por Luís Serrão Pimentel, que teve um papel decisivo na formação de engenheiros e arquitetos militares portugueses e na produção cartográfica associada às obras de fortificação da fronteira terrestre e marítima. O carácter secreto associado aos trabalhos cartográficos da época, elaborados em contexto de guerra, explica a pouca divulgação de alguns destes materiais (ALEGRIA, DAVEAU, GARCIA e RELAÑO, 2012: 235-244) e a destruição de outros (PARKER, 1992: 125).

As intervenções então realizadas na reformulação dos sistemas defensivos produziram em alguns casos impactos significativos sobre os espaços urbanos e

portuários, como se pode constatar pela análise da cartografia produzida ao longo dos séculos XVII e XVIII, que contribui para uma melhor percepção sobre a configuração do espaço e o impacto assumido pela edificação das novas estruturas de muralhas na configuração urbana, em particular os efeitos produzidos na evolução das frentes ribeirinhas (VALLA, 2008), aspetos que ficaram assim registados imediatamente antes das grandes transformações urbanísticas que tiveram lugar no decurso do século XIX.

Acresce ainda que no decurso do século XVIII, quer a tensão militar no relacionamento com Espanha, que marcou praticamente toda a centúria, com a inerente ameaça de invasão territorial, quer a governação pombalina, marcada pela implementação de estratégias económicas centradas no aproveitamento dos recursos disponíveis nos territórios, contribuíram para impulsionar a emergência de levantamentos topográficos das principais praças-fortes da fronteira terrestre e marítima. Nesta época, verifica-se que as representações do território eram cada vez mais pormenorizadas e rigorosas, traduzindo, a par de uma crescente consciência territorial, a percepção por parte do poder político e das elites económicas da importância de um maior controlo do espaço, promovendo a melhoria das infraestruturas de comunicação, conferindo maior eficácia às estruturas portuárias, recorrendo por vezes à execução de complexas obras de desassoreamento e de encanamento dos cursos de água, de melhoria das condições de navegabilidade dos cursos fluviais ou ao incremento de atividades agrícolas, garantindo um melhor aproveitamento dos férteis terrenos agrícolas localizados nas imediações dos estuários dos principais cursos fluviais, possível através de uma eficaz drenagem dos campos. O forte investimento então realizado, em diversas cidades portuguesas, na execução de importantes trabalhos hidráulicos e de intervenções portuárias, que se prolongariam no decurso do século XIX, justificou a concretização de diversos levantamentos hidrográficos com o objetivo de dar suporte à elaboração de projetos de intervenção a realizar em grande número de barras e portos nacionais (LOUREIRO, 1909: 192-248, 271-274, 288-299 e 313-315; MATOS, 1980: 275-278; DIAS, 2010: 6-8). Toda esta produção foi frequentemente acompanhada pela elaboração de memórias geográficas e militares (MOREIRA, 2006: 60-62; AMÂNDIO, 1994), de certo modo relacionadas com a produção de informação de carácter estatístico, que foi igualmente incentivada pela monarquia, em parte através da realização de inquéritos. A criação, ainda em 1790, da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho

contribuiu igualmente para o incremento da execução de trabalhos de cartografia nos anos imediatos (ALEGRIA e GARCIA, 1995: 70-71).

Paralelamente, a nova conjuntura económica e a necessidade de infraestruturas e vias de comunicação adequadas às exigências inerentes ao escoamento das produções e ao incremento comercial impulsionam de igual modo a produção cartográfica, como sucedeu, por exemplo, no caso da economia micalense a partir do último quartel do século XVIII com o desenvolvimento do chamado ciclo da laranja (MIRANDA, 1989: 12-17).

Assim, inserem-se neste contexto um relevante conjunto de cartas topográficas então produzidas, entre as quais se incluem diversos trabalhos cartográficos relativos aos espaços insulares atlânticos, de que constituem exemplo os que serviram de suporte aos melhoramentos a efectuar no porto de Ponta Delgada e no da Praia da Vitória. No caso deste último núcleo portuário, assinala-se a circunstância de a representação cartográfica produzida ser apenas quatro anos posterior a um terramoto que afetou a povoação da Praia da Vitória a 24 de junho de 1801 (ANDRADE, 1891: 210).



Fig. 4. Plano do Molhe, e Caldeira do Areal do Castello de São Braz da Cidade de Ponta Delgada pelo coronel de artilharia e governador da ilha de S. Miguel, Ignacio Joaquim de Castro, 1804. Arquivo Histórico Ultramarino, [s.n.].



Fig. 5. Planta da Bahia da Villa da Praia para a Intelligencia do Molhe e Projecto, 1805. Biblioteca Nacional de Portugal, Cartografia.

Quanto ao porto de Ponta Delgada, já no tempo do Marquês de Pombal se reconheceu o interesse em melhorar as condições portuárias existentes (MIRANDA, 1989: 63), sendo a planta aqui reproduzida um reflexo de tais ponderações, antecedendo as intervenções que efetivamente se irão concretizar mais tarde. De facto, a construção do porto artificial teve início em 1861, embora estivesse a ser planificado desde 1838, de acordo com um projeto do engenheiro inglês Sir John Rennie, refletindo o grande dinamismo económico alcançado pela ilha de São Miguel, em grande parte resultante do crescimento das exportações agrícolas, e a necessidade de adaptação às características da navegação exigidas pelos vapores transatlânticos (MIRANDA, 1989: 63-71; DIAS, 2012: 425-431). A obra concretizada no porto de Ponta Delgada insere-se num conjunto de intervenções conhecidas igualmente noutros portos insulares, as quais se inserem e beneficiam de um contexto de relativa estabilidade política e do impulso económico associado ao fontismo, a partir da segunda metade do século XIX. O desenvolvimento das vias de comunicação sob a égide do Ministério das Obras

Públicas, Comércio e Indústria, liderado pelo ministro Fontes Pereira de Melo, tornou imprescindível o levantamento da Carta Geral do Reino na escala de 1:100 000, associado a uma nova metodologia de intervenção no espaço público capaz de sustentar a planificação da expansão urbana e respetivas infraestruturas, para a qual se revelava indispensável o seu levantamento topográfico (ALEGRIA e GARCIA, 1995: 74-75). Esta nova conjuntura foi ainda marcada por uma progressiva industrialização, sobretudo em torno das cidades portuárias, beneficiando das facilidades das ligações marítimas proporcionadas e da presença de uma elite emergente que investiu na aquisição de propriedades e promoveu a introdução de novas atividades económicas e a diversificação de investimentos. A fábrica de moagem e destilaria de aguardente e cana-de-açúcar instalada na Rua da Princesa, no Funchal, em torno de 1856 constitui um exemplo deste tipo de empreendimentos cuja implantação urbana e a inerente instalação de maquinaria implicava a elaboração de projetos, por vezes detalhando em pormenor os respetivos equipamentos.

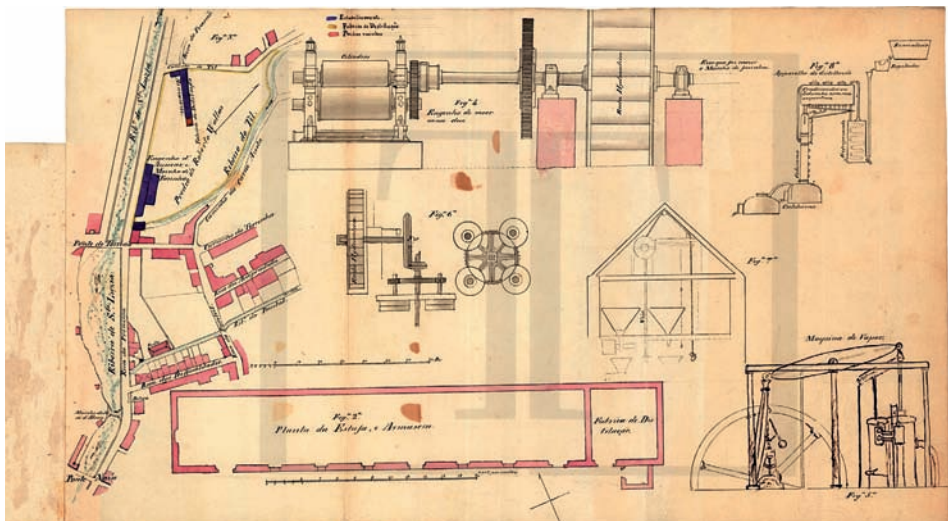


Fig. 6. Planta de moagem de cereais e cevada, filamento e destilaria de aguardente e cana-de-açúcar, situada na Rua da Princesa, no Funchal (1856). ANTT, Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 205.

Paralelamente, o século XIX assistiria ainda à institucionalização do cadastro, o qual foi efetivamente implementado a partir de Agosto de 1848, com a criação da Comissão do Cadastro Parcelar Topográfico do Reino, embora já antes tivesse existido uma Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino, presidida por Marino Miguel Franzini, que, no entanto, se terá limitado a produzir informação estatística (DIAS, 2007: 95 e 171). O cadastro, entendido pelo Estado liberal como uma ferramenta fundamental na organização fiscal do território, permitindo a eficaz cobrança das contribuições prediais, em substituição das décimas, deveria impulsionar uma nova fase de levantamentos topográficos, agora já não realizados com objectivos militares, mas que se inscreviam na esfera do poder civil e que cumpriam finalidades de carácter administrativo e fiscal.

Neste período, além das questões económicas, também o saneamento e a saúde pública constituíram uma matéria central no âmbito da atuação das autoridades, tendo as cidades portuárias sido alvo de uma particular atenção pela vulnerabilidade que apresentavam face à chegada de frotas provenientes de locais onde grassavam surtos de doenças contagiosas. De forma a garantir a proteção das populações face ao risco de propagação de doenças e evitar potenciais epidemias, em diversas cidades portuárias surgiram edifícios específicos para colocar em quarentena as tripulações das embarcações oriundas de locais onde eram conhe-

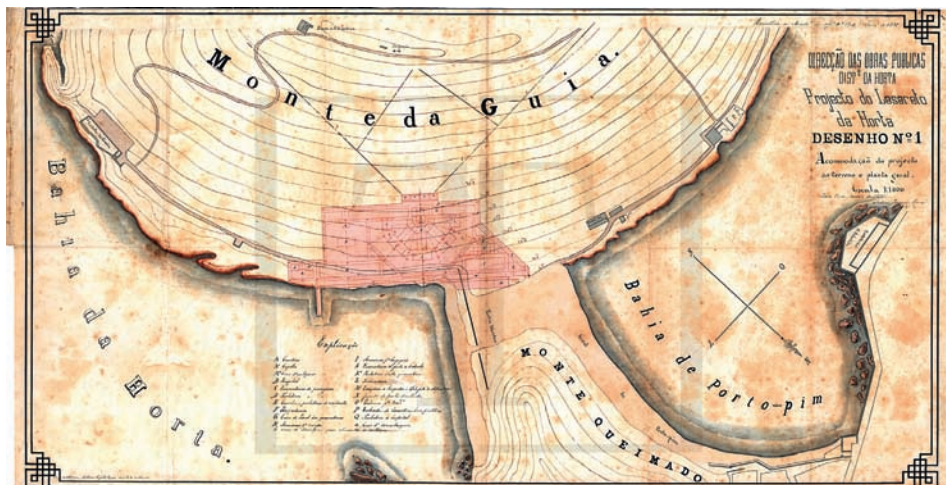


Fig. 7. Planta do projecto do Lazareto na Horta [1877]. ANTT, Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 337.

cidos surtos de doenças contagiosas, designados como lazaretos, geralmente localizados junto das respetivas áreas portuárias. É sobejamente conhecido o lazareto que estaria em funcionamento na segunda década do século XIX, na Torre de S. Sebastião de Caparica (CID, 2007: 198 e 263), que não foi um caso isolado. Um equipamento similar foi previsto, por exemplo, para a cidade do Funchal, em 1848⁷, e um outro para a cidade da Horta, no terceiro quartel do século XIX, subsistindo uma planta que representa o lazareto faialense projetado em 1877.

Através do conjunto selecionado de materiais cartográficos apresentados relativos ao litoral dos arquipélagos atlânticos procurou-se contribuir para uma análise das informações proporcionadas sobre os territórios representados e a evolução da sua ocupação, relacionando-a com as estratégias económicas e administrativas implementadas pela Coroa, demonstrando a relevância da representação do território enquanto instrumento de governo.

Com efeito, os mapas apresentados confirmam configurações e registam elementos e relações espaciais que se mantêm na longa duração, assinalando igualmente as transformações encetadas em cada época, tendo constituído um instrumento essencial à realização de obras de defesa, de engenharia portuária, de hidrologia fluvial ou ainda, em época mais recente, à construção de acessos, de vias de comunicação e equipamentos de diversa índole. A cartografia reflete, deste modo, as vicissitudes de carácter político e militar, bem como as orientações e estratégias seguidas em especial pelo poder central no sentido de promover o controlo e a gestão do território. A riqueza e diversidade dos mapas disponíveis ilustra a relevância que o espaço insular atlântico assumiu ao longo dos séculos, atendendo a que a elaboração de mapas incidindo sobre esse território, embora tendo obedecido a múltiplos propósitos, foi orientada para dar resposta a objetivos concretos, incluindo a necessidade de promover a fortificação de espaços considerados mais vulneráveis ou estrategicamente mais importantes, prevenindo ataques de potências inimigas, ou visando garantir um mais eficaz aproveitamento dos recursos existentes, incluindo os recursos hídricos e as estruturas portuárias.

Assim sendo, a representação da paisagem e a respetiva evolução ao longo dos séculos constituem atualmente uma inestimável fonte de informação, quer

⁷ ANTT, Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, nº 333 [Planta do Lazareto do Funchal situado no sítio de Gonçalo Aires (1848)].

sobre o modo como as sociedades coevas estruturaram os espaços habitados e os percecionaram, quer sobre a forma como estes se transformaram até aos nossos dias, contribuindo para ilustrar e clarificar grande parte da informação obtida através de outras fontes, designadamente a partir da documentação escrita e dos vestígios materiais.

O estudo deste tema permite ainda compreender a dispersão da cartografia por inúmeros arquivos e instituições à escala global como resultado do contexto de produção e de circulação destes artefactos, valorizados, quer pela informação que contêm, tendo sido por vezes preparados no âmbito de atividades de recolha de informação e até de espionagem por iniciativa de potências estrangeiras com interesses económicos e militares que incidiam sobre os espaços representados (MELO, 2024: 100-101), quer igualmente pelo seu carácter técnico e artístico excecional que fazia deles obras de grande destaque, entendidas como símbolos de poder e elementos de prestígio, sendo muitas vezes objeto de oferta a governantes importantes.

Notas bibliográficas e fontes:

ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos (1995), “Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX), in DIAS, M. H. (ed.), Os Mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da Cartografia, Lisboa: Edições Cosmos, pp. 27-84.

ALEGRIA, Maria Fernanda; DAVEAU, Suzanne; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc (2012), História da Cartografia Portuguesa – Séculos XV a XVII, Porto: Livraria Figueirinhas.

AMÂNDIO, Bernardino (1994), O Engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas e os Portos de Mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805, Viana do Castelo: ed. Amigos do Mar.

ANDRADE, Jeronimo Emiliano de (1891), Topographia da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo: Typographia Minerva.

BARBER, Peter (1992), “England II: Monarchs, Ministers, and Maps, 1550-1625”, in BUISSERET, David (ed.), Monarchs, Ministers and Maps. The Emergence of Carto-

graphy as a Tool of Government in Early Modern Europe, Chicago & London: The University of Chicago Press, pp. 57-98.

BORBA, Humberto de (2020), *Angra na Visão de Linschoten (Século XVI)*, s.l.: Turiscon Editora.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2011), *Desenho e Desígnio. O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

CARITA, Rui (1993), “A viagem de Pompeu Arditti aos arquipélagos atlânticos em 1567”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLVIII, pp. 89-101.

CARITA, Rui (1995), “Arquitectura militar nos Açores: ilha do Faial: iconografia e informações dos arquivos militares”, in *O Faial e a Periferia Açoreana nos Séculos XV a XIX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 161-173.

CARITA, Rui (2008), “O descobrimento dos Açores”, in MATOS, A. T. de; MENESES, A. F. de; LEITE, J. G. R. (eds.), *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo: Instituto Açoreano de Cultura, pp. 49-61.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1990), “A localização temporal do «Livro das Fortalezas»”, in ARMAS, Duarte de Livro das Fortalezas. Fac-Simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa: Edições INAPA, pp. 1-20.

CID, Pedro de Aboim Inglez (2007), *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. Joao II*, Lisboa, Edições Colibri.

CUESTA DOMINGO, Mariano (2010), *Tres cartógrafos portugueses en la Corte de España*. Ribeiro, Lavanha, Teixeira, Lisboa: Academia Portuguesa da História.

DIAS, Fátima Sequeira (2012), “A difícil construção do porto artificial de Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, Arquipélago dos Açores (1861-1943)”, in *Economia, Instituições e Império. Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, ed. Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte, Coimbra: Almedina, pp. 425-444.

DIAS, Maria Helena (coord.) (2007), *Portugal em Vésperas das Invasões Francesas. Conhecimento geográfico e configurações*, Lisboa: Instituto Geográfico do Exército.

DIAS, Maria Helena (coord.) (2008), *Portugalliae Civitates. Perspectivas cartográficas militares*, Lisboa: Instituto Geográfico do Exército.

DIAS, Maria Helena (coord.) (2010), *Cursos e Percursos para o Mar Oceano. Intervenções nos Rios Portugueses e Representações da Cartografia Militar*, Lisboa: Instituto Geográfico do Exército.

- ELLIOT, John (2004), “Prólogo”, in SÁNCHEZ RUBIO, R.; TESTÓN NÚÑEZ, I.; SÁNCHEZ RUBIO, C. M. (eds.), *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y las Indias*, [Mérida]: Presidencia de la Junta de Extremadura, pp. 15-16.
- GREGÓRIO, Rute Dias (2019), *Revisitando a Ilha do Faial Quinhentista: o portulano 19 da Biblioteca Nacional de Florença*, Horta: Junta de Freguesia da Matriz.
- HERNANDO, Agustín (2003), “Poder, cartografía y política de sigilo en la España del siglo XVII”, in PEREDA, F.; MARIAS, F. (eds.), *El Atlas de Rey Planeta. La “Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos” de Pedro Texeira (1634)*, San Sebastián: Nerea, pp. 71-87.
- LEITE, Antonieta Reis (2014), *Açores, Cidade e Território. Quatro Vilas Estruturantes, Angra do Heroísmo*: Instituto Açoreano de Cultura.
- LEITE, Antonieta Reis (2016), “A fundação de Angra da Ilha Terceira. Programas e práticas urbanísticas na construção de um porto atlântico (século XVI)”, in *História Revista*, vol. 21, nº 3. Goiânia, pp. 9-28.
- LEITE, José Guilherme Reis; FARIA, Manuel Augusto de (eds.) (2005), *O Livro do Tombo da Câmara da Vila da Praia (1450-1666)*, Praia da Vitória: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- LOUREIRO, Adolfo (1909), *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Vol. IV, Lisboa: Imprensa Nacional.
- MARINO, John (1992), “Administrative Mapping in the Italian States”, in BUISSERET, D. (ed.), *Monarchs, Ministers and Maps. The Emergence of Cartography as a Tool of Government in Early Modern Europe*, Chicago & London: The University of Chicago Press, pp. 5-25.
- MATOS, Artur Teodoro de (1980), *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MATOS, Artur Teodoro de (1983), “Os Açores e a Carreira das Índias no Século XVI”, in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. II, Lisboa: Editorial Estampa, 93-110.
- MATOS, Artur Teodoro de (2008), “Escala atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais”, in MATOS, A. T. de; MENESES, A. F. de; LEITE, J. G. R. (eds.), *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. I. Angra do Heroísmo: Instituto Açoreano de Cultura, pp. 199-234.

- MELO, Assunção (2024), “Interesses e logística consular no mar dos Açores: observação de um caso particular em Angra no século XVII”, in CHAVES, D. N. (coord.), *O Espaço Ultramarino Ibérico (1450-1900). Arte, história e património*, Ponta Delgada: Santa Casa da Misericórdia das Velas e CHAM – Centro de Humanidades / Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 99-113.
- MENESES, Avelino de Freitas de (1987): *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*, vols. I e II, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2007), “Os Açores na era de D. João III: uma interpretação da 1ª série do Arquivo dos Açores”, in MATOS, A. T. de; MENESES, A. de F. de; COSTA, J. P. O. e (coords.), *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol. 2, Lisboa / Ponta Delgada: Universidade dos Açores e CHAM, pp. 403-424.
- MIRANDA, Sacuntala de (1989), *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- MOREIRA, Luís Miguel (2006), “A Cartografia da Província de Entre Douro e Minho, nos fins do século XVIII”, in FERNANDES, M. G. (coord.), *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*, Porto: Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MOREIRA, Luís Miguel (2018), *Das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Ocidental... O papel do Exército português no reconhecimento cartográfico dos Açores*, Lisboa: Centro de Informação Geoespacial do Exército.
- MUÑOZ COSME, Alfonso (2010), “Instrumentos, métodos de elaboración y sistemas de representación del proyecto de fortificación entre los siglos XVI y XVIII”, in CÁMARA MUÑOZ, A. (ed.), *El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica – siglos XVI-XVIII*, Madrid: Fundación Juanelo Turriano, pp. 17-43.
- PARKER, Geoffrey (1992), “Maps and Ministers: the Spanish Habsburgs”, in BUISSERET, D. (ed.), *Monarchs, Ministers and Maps. The Emergence of Cartography as a Tool of Government in Early Modern Europe*, Chicago & London: The University of Chicago Press, pp. 124-152.
- PEREIRA, António dos Santos (1987), *A Ilha de S. Jorge (séculos XV-XVIII). Contribuição para o seu estudo*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- ROSSA, Walter (1995), “A Cidade Portuguesa”, in PEREIRA, P. (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. III: *Do Barroco à Contemporaneidade*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 233-323.

- SÁNCHEZ RUBIO, Rocío; TESTÓN NÚÑEZ, Isabel; SÁNCHEZ RUBIO, Carlos M. (eds.) (2004), *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y las Indias*, [Mérida]: Presidencia de la Junta de Extremadura.
- TRINDADE, Luísa (2005), “Desenho: discurso e instrumento”, in ROSSA, W.; RIBEIRO, M. C. (org.). *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 401-452.
- VALLA, Margarida (2008), *Os engenheiros militares no planeamento das cidades: entre a restauração e D. João V, 1640-1750*. Tese de doutoramento em História (História da Arte), Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VIANA, Mário (2010), “Sobre as primeiras representações cartográficas dos Açores e do Faial e a sua informação toponímica”, in VIANA, M. (coord.), *História da Ilha do Faial (das origens a 1833)*, Horta: Câmara Municipal da Horta, pp. 25-35.

OS CATIVOS DAS ILHAS DO PICO E DO FAIAL: ANÁLISE DAS SUAS TRAJETÓRIAS DE VIDA (SÉC. XVIII)

*FÁTIMA SILVA⁸, **RICARDO SÁ TORRES

*Lab2PT/IN2PAST, Casa de Sarmento – Universidade do Minho

fsilva@csarmento.uminho.pt

**Universidade do Minho

torres.ricardo.1991@gmail.com

Introdução

O trabalho que aqui apresentamos é de carácter exploratório e incide sobre os cativos naturais das ilhas do Pico e do Faial resgatados pela Ordem da Santíssima Trindade, durante o século XVIII. Dividir-se-á em três partes: contextualização do tema, fontes e metodologia; análise dos dados recolhidos e, por fim, exposição de duas trajetórias de indivíduos que se apresentaram perante a Inquisição e que tinham experienciado o cativo decorrente do fenómeno corsário.

Com esta investigação esperamos abrir portas para o conhecimento das trajetórias pessoais, daqueles que se viram obrigados a uma migração forçada, após o seu retorno ao território português.

Atualmente, Portugal possui uma das maiores zonas económicas exclusivas da Europa, proporcionando um privilegiado acesso ao espaço marítimo. Contudo, sobretudo na época moderna, a linha costeira lusa que permite este acesso facilitado ao oceano tornou, ao mesmo tempo, o país num alvo apetecível para ataques de corsários e de piratas às costas portuguesas, tanto na plataforma continental como na plataforma insular.

⁸ Bolseira de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. 2022.11519.BDANA).

Os ataques de piratas e de corsários ao arquipélago açoriano são conhecidos desde o século XV, intensificando-se durante o século XVI (Meneses 2018, 104–5). A localização dos Açores era de grande importância pois permitia que os navios da frota portuguesa se “reestabelecessem” das grandes viagens. Este ancoradouro tornou as ilhas ainda mais atrativas, pois, afastadas da plataforma continental, estavam mais vulneráveis a ataques.

Embora as ilhas do grupo central fossem alvo de ataques de piratas e corsários, a natureza morfológica da Ilha do Pico, beneficiando de costas íngremes e escarpadas, constituía um sistema defensivo natural, dificultando, assim, o apresamento ou qualquer outro tipo de manobras bélicas (Costa 1995, 67–69).

Breve contextualização histórica

As investigações realizadas até ao momento apontam o século XVIII como um período particularmente difícil para as populações do arquipélago açoriano, sobretudo nas ilhas do grupo central⁹. Catástrofes naturais, atividade sísmica e vulcânica, escassez de alimento, doenças, aumento da mortalidade, ataques de corsários e piratas e emigração marcam a dinâmica demográfica que se verifica neste período (Meneses 2018, 428).

Como referimos anteriormente, a localização geográfica e a estreita ligação das suas gentes ao mar, explicam que o arquipélago açoriano nos apresente um número de indivíduos que foram reduzidos a uma condição de cativo por ação do curso magrebino.

Antes de avançarmos, será relevante providenciar ao leitor uma definição daquele que será o nosso principal objeto de estudo. O cativo era um prisioneiro resultante do conflito civilizacional que opunha a Cristandade ao Islão. A sua captura poderia ocorrer tanto em terra como no mar (Alberto 2014, 223; Drumond Braga 2011, 232–36). Após o seu apresamento, seria reduzido a uma condição de servidão até ao momento em que fosse resgatado ou conseguisse evadir-se pelos seus próprios meios. Existia ainda uma terceira via para se livrar da condição atrás

⁹ Sobre este assunto, veja-se, por exemplo: (Amorim 1992, 44–45; Matos 2007, 90; Meneses 2013; Leite e Mesquita 2013).

citada, a morte. Nunca será demais notar que a prática de apresamento era recorrente dos dois lados da “barricada”.

Os estudos que se têm desenvolvido sobre o tema do cativo dividem-se entre aqueles que procuram dar a conhecer a Ordem da Santíssima Trindade e as suas obras, e os que se dedicam à análise quantitativa dos indivíduos mencionados nas listas dos resgates gerais da Ordem da Santíssima Trindade¹⁰. Podemos ainda acrescentar os estudos que incidem sobre a análise das trajetórias de vida destes indivíduos¹¹, de que é exemplo o caso de Gaspar dos Reis (Sá Torres 2021, 114–20).

Contudo, até ao momento, o estudo dos indivíduos que eram levados à força para o Norte de África, termina com a sua chegada ao Reino ou com a sua apresentação perante o Tribunal do Santo Ofício, não se debruçando sobre o seu percurso posterior. Uma das principais incógnitas que permanece na historiografia, reside no facto de desconhecermos o destino destes cativos numa fase posterior ao seu resgate ou à sua apresentação perante o tribunal do Santo Ofício. Será, precisamente, para o esclarecimento desta lacuna que vamos orientar este estudo exploratório.

Fontes e metodologia

As fontes que servem de base ao nosso estudo são: Listas de Resgates Gerais de cativos organizadas em 1720, 1726, 1729, 1731, 1735, 1739, 1754 e 1778; processos movidos pelo Tribunal do Santo Ofício referentes a indivíduos naturais das ilhas do Pico e do Faial que foram acusados de islamismo; registos paroquiais de casamento, batismo e óbito. Quanto à metodologia utilizada ao longo do nosso trabalho privilegiamos o cruzamento nominativo, a fim de melhor acompanhar as diferentes trajetórias individuais. Para uma compreensão mais ampla do fenómeno em estudo, recorreremos também a uma análise quantitativa e qualitativa dos dados recolhidos.

Atualmente, após várias décadas de árduo trabalho levado a cabo por um grupo coordenado por Maria Norberta Amorim, podemos lançar mão do Repositório Genealógico Nacional (RGN), uma base de dados demográfica e genealógica que,

¹⁰ Estas listas encontram-se no Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo (doravante ANTT), disponíveis em <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4380521> e na Biblioteca Nacional de Portugal, disponíveis em <https://bndigital.bnportugal.gov.pt>.

¹¹ Sobre este assunto veja-se, ainda: (Sá Torres 2022)

através da recolha dos dados presentes nos registos paroquiais de batismo, casamento e óbito, permite o acompanhamento das trajetórias individuais e familiares¹². Neste momento, estão representados no Repositório das ilhas do Pico e do Faial, desde finais do século XVI até 1911, mais de 400 mil indivíduos. A existência de uma base de dados desta natureza viabiliza a reconstituição da sua trajetória de vida e permitirá, através do cruzamento nominativo, identificar os cativos naturais das ilhas em estudo.

Resultados preliminares

Entre os séculos XVII e XVIII foram resgatados 512 cativos naturais do arquipélago açoriano (Alberto 2014, 495–97), mais de metade dos quais oriundos das ilhas de São Miguel e da Terceira (Alberto 2014, 215). Para o mesmo período, Edite Alberto identifica o resgate de cerca de 45 cativos naturais da Ilha do Faial (Alberto 2014, 498).

Na nossa investigação, ao longo do século XVIII, contabilizamos 54 cativos, naturais das ilhas do Faial e do Pico (51 homens e 3 mulheres). Apesar de um modo geral os números sugerirem que as mulheres estavam em maioria na população insular, em consequência do movimento migratório masculino característico das ilhas açorianas (Ferreira e Amorim 2019; Amorim 2011), encontramos um maior número de homens presentes nos resgates gerais. Esta prevalência masculina estará relacionada, não só com o tipo de ofícios que desempenhavam, mas também com o facto de ser mais frequente a sua saída da casa paterna em busca de melhores condições de vida (Serrão 1982, 119; Alves 1993, 84).

Destes cativos, 30 eram naturais da Ilha do Faial e 24 da Ilha do Pico. Através do cruzamento nominativo dos dados recolhidos das listas de resgates gerais com o RGN conseguimos identificar 22 indivíduos, que foram cativados ao longo do período em estudo e, desta forma, recolher mais algumas informações sobre a sua trajetória de vida. Esta identificação foi possível graças aos dados presentes nas listas de resgates como os nomes dos pais, no caso dos solteiros, e a indicação do nome do cônjuge, no caso dos casados ou viúvos.

¹² Sobre este projeto veja-se: <https://porgener.csarmento.uminho.pt/>

Procuramos identificar todos os eventos relacionados com os cativos, como, por exemplo, o casamento, o nascimento de um filho(a) ou até o próprio óbito. Verificamos que oito dos cativos retornaram ao arquipélago açoriano¹³. Destacamos o caso de Lourenço Gonçalves, casado com Marta dos Santos, que foi resgatado em 1726, constando que esteve cativo cerca de sete anos. Na realidade, verificou-se um intervalo nos nascimentos dos filhos desse casal, que confirma essa ausência. O último batismo registado foi o de Maria, que nasceu em 1719. Após o seu regresso, foi registado mais um filho deste casal, António, que nasceu em 1733. Quanto aos restantes 14 que identificamos, não temos evidências de que tenham regressado aos Açores.

Observamos que nove cativos eram casados, embora um deles não tenha sido resgatado¹⁴, contrariamente ao que aconteceu com a sua esposa e o filho, e os restantes eram solteiros. Deste conjunto retornaram ao arquipélago cinco casados e três solteiros. Apesar de reduzidos, os dados recolhidos parecem indicar uma tendência, são poucos os solteiros que retornam ao arquipélago. A convivência com outras pessoas poderá ter favorecido a criação de laços familiares ou socio-profissionais que lhes permitiram prosseguir a sua vida por outras paragens.

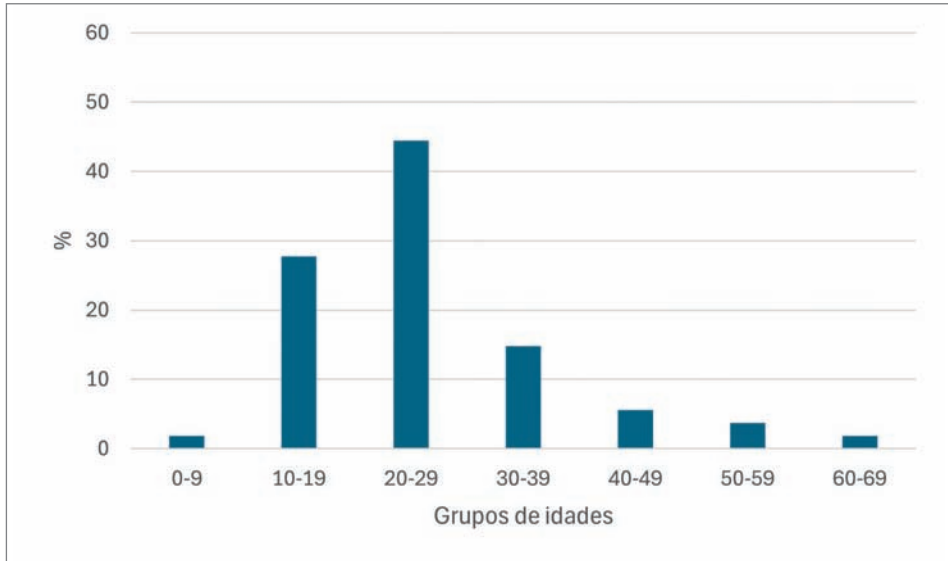
Procuramos identificar características comuns entre os indivíduos de que não existe evidência de retorno ao arquipélago. Constatamos que, à exceção do Manuel Pereira, resgatado em 1778, todos os restantes eram “filhos segundos”. A maior mobilidade geográfica deste grupo, em busca de melhores condições de vida, poderá explicar a sua maior representação entre os cativos.

Considerando a vizinhança e a continuidade entre o Pico e o Faial e, de forma a homogeneizar a informação, os gráficos que se seguem apresentam os dados obtidos dos Resgates Gerais do século XVIII relativos às duas ilhas.

¹³ Conseguimos identificar nas ilhas do Pico e do Faial os seguintes indivíduos: do resgate de 1720 – Maria Álvares, casada com o capitão Manuel de Ávila Melo, pois casou novamente em 1724, Catarina do Amaral, que faleceu em 1748; do resgate de 1726 – Lourenço Gonçalves, que faleceu em 1748, Manuel Rodrigues, casou no mesmo ano em que foi resgatado, Manuel Pereira Rodrigues, casou segunda vez em 1729; do resgate de 1735 – Padre Domingos Pereira Sarmento, faleceu em 1784, Padre José Silveira Guterres, faleceu em 1776; resgate de 1754 – Francisco Pereira, casou em 1764.

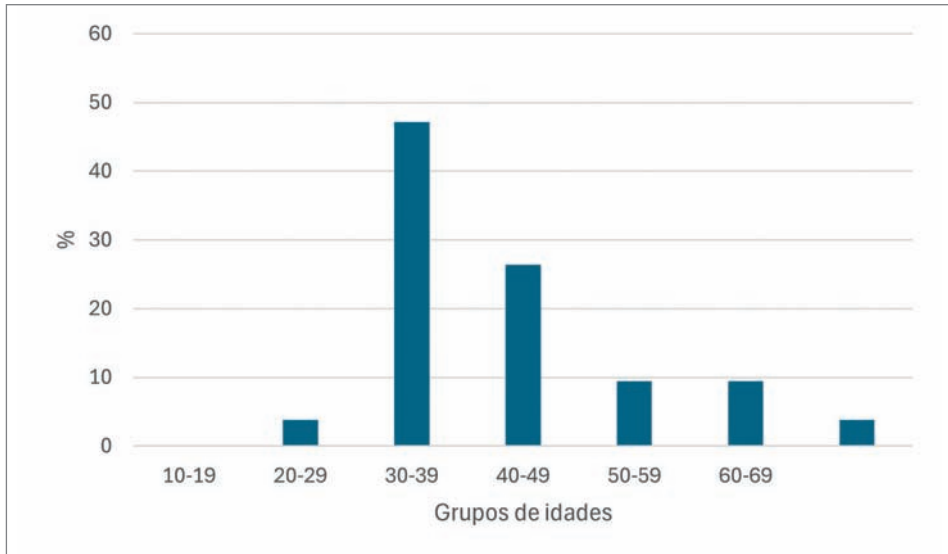
¹⁴ Trata-se do capitão Manuel de Ávila Melo, que aparece mencionado no “Livro de registo dos dinheiros para resgate de cativos em Argel”. Este indivíduo foi referido no citado livro como alguém que recebeu esmola para ser resgatado do seu cativo em Argel. Através da consulta do RGN, conseguimos verificar que Maria Álvares estava viúva em 1724, pois voltou a casar novamente.

Gráfico 1 – Distribuição etária na data do cativo



Fonte: Elaboração própria, Resgates Gerais.

Gráfico 2 – Distribuição etária na data do resgate.

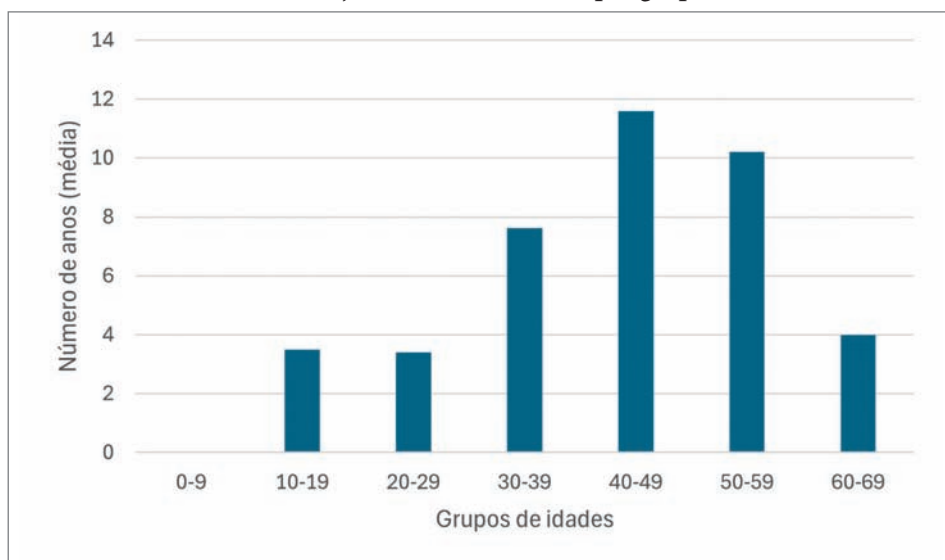


Fonte: Elaboração própria, Resgates Gerais.

No gráfico 1 podemos observar as idades dos cativos à data do cativo. Verificamos que cerca de 80% foram capturados entre os 10 e os 39 anos. Estas idades são de enorme importância na trajetória individual, quer feminina, quer masculina, visto que é nestes grupos etários em que, habitualmente, se verifica a saída em busca de melhores condições de vida. Estudos sobre as migrações têm referido que as mulheres saem mais cedo do que os homens, entre os 7 e os 15 anos, normalmente para uma casa de família mais ou menos próxima do seu núcleo familiar, enquanto que os homens saem mais tarde, entre os 10 e os 24 anos, para lugares mais afastados da sua localidade de origem (Alves 1993, 84).

O gráfico 2 apresenta a distribuição por grupos etários no momento do resgate. Verificamos que são os indivíduos com idades compreendidas entre 30 e 49 anos que têm um maior peso sobre os restantes, situação que tem vindo a ser evidenciada nos estudos sobre este tema (Alberto 2010, 323).

Gráfico 3 - Duração média do cativo por grupos etários.

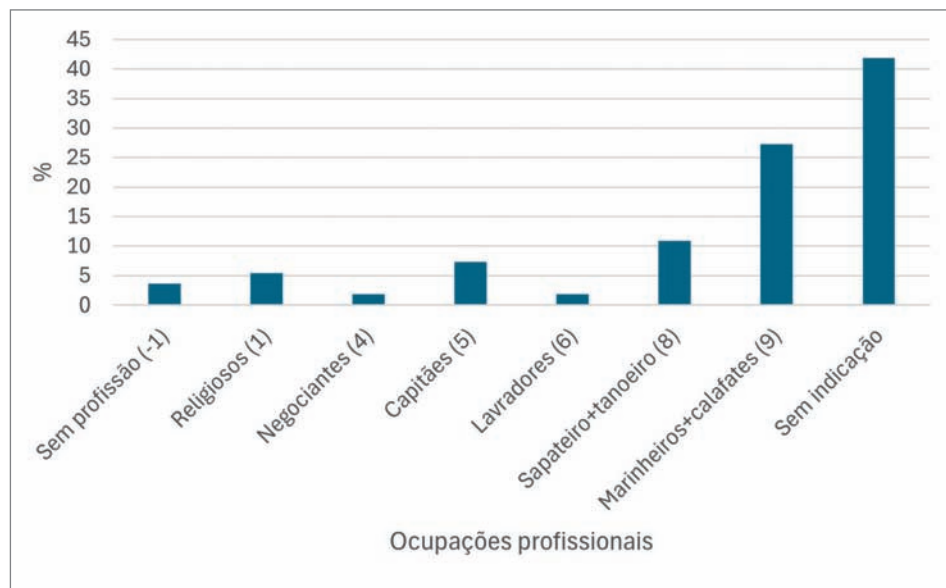


Fonte: Elaboração própria, Resgates Gerais.

O gráfico 3 apresenta o número de anos em cativo consoante a idade. Verificamos que são os grupos etários mais jovens (entre os 10 e os 30 anos) que evidenciam um menor período em cativo, cerca de 4 anos. Este facto está relacionado

com a atuação dos padres redentores, que consideravam ser necessário resgatar os mais jovens, aqueles que mais facilmente poderiam negar a fé cristã: “Para os religiosos o receio de que estes cativos pudessem renegar, quando confrontados pela dificuldade de conseguirem a liberdade, era algo bem presente” (Sá Torres 2021, 47–48).

Gráfico 4 - Ocupações profissionais dos cativos segundo o HISCO.



Fonte: Elaboração própria, Resgates Gerais.

O gráfico 4 apresenta a distribuição das ocupações profissionais dos resgatados segundo a classificação HISCO¹⁵ (Leeuwen, Maas, e Miles 2002). A maior parte tinha profissões relacionadas com o mar (marinheiros, calafates, tanoeiros...), tendência que tem vindo a ser identificada noutros estudos (Alberto 2014, 223; Alberto 2010, 324). Estes indivíduos estariam mais sujeitos à captura por parte de piratas ou corsários, pois estavam em áreas mais suscetíveis de serem alvo de ataques (Sá Torres 2021, 48; Alberto 2010, 167).

¹⁵ Esta classificação permite, através da codificação das ocupações identificadas, realizar comparações com outros estudos em diferentes geografias e analisar a estrutura social da população ou do universo que estejamos a estudar. Para mais informações veja-se: <https://iisg.amsterdam/en/data/data-websites/history-of-work>

Experiências de cativoiro

É certo que a análise dos resgates se revela de infundável riqueza para encermos uma análise quantitativa, permitindo, desta forma, detetar padrões, tendências e desvios. Contudo, não nos permite aceder às experiências de cativoiro dos indivíduos que constam nas suas listagens. Esta lacuna poderá ser complementada pelo cruzamento de fontes de diferentes tipologias, conduzindo, consequentemente, a uma visão mais holística do objeto de estudo.

Com o objetivo de acedermos a essa componente qualitativa, é imperativo recorrermos a documentação que dê voz àqueles que efetivamente se viram cativos e que experimentaram a privação de liberdade resultante dessa mesma captura.

Os dois casos que apresentamos em seguida foram reduzidos à condição de servidão pelas ações decorrentes do curso magrebino. Contudo, o seu regresso a terras de cristãos não se deu através dos resgates gerais de cativos, mas sim pelos seus próprios meios, nomeadamente por tentativas de fuga — algumas mais bem-sucedidas do que outras.

É importante lembrar que os cativos libertados pelos resgates promovidos pela Ordem da Santíssima Trindade estavam isentos de se apresentar perante o Tribunal do Santo Ofício. Contudo, os que asseguravam a sua libertação pelos seus próprios meios tinham de se apresentar perante a mesa inquisitorial, para limparem as suas consciências de qualquer ato contrário à conduta de um bom cristão que, hipoteticamente, teriam cometido durante o cativoiro. É precisamente esta obrigatoriedade que está na origem da produção da documentação que nos vai permitir aceder às histórias de vida de António Francisco e de Tomé Machado.

António Francisco

Em 28 de julho de 1738, compareceu voluntariamente no Palácio dos Estaus, perante a Inquisição de Lisboa, António Francisco, padeiro, solteiro, filho de Teodoro Cardoso, professor de Latim, e de Catarina Vieira do Espírito Santo. O confitente é natural da Ilha do Pico, tem 40 anos de idade e, ao momento da sua apresentação, assiste na cidade de Lisboa¹⁶. Após prestar os habituais juramentos

¹⁶ António Francisco nasceu a 23/05/1700, na paróquia da Piedade, concelho de Lajes do Pico.

dos Santos Evangelhos, o réu começa a narração da sua história de vida, que culmina com a sua apresentação perante os inquisidores¹⁷.

Conta-nos que, haveria 8 ou 9 anos, estando na Ilha Terceira, na cidade de Angra, em companhia de sua mãe, decidiu embarcar para Lisboa com o objetivo de “conhecer o mundo”. Após a sua chegada a Lisboa, partiu para o Alentejo, de onde seguiu para o Reino de Castela. Como ainda era solteiro e livre, sem compromissos de maior, decidiu assentar praça como “soldado infante” no exército do referido reino¹⁸.

Nesta condição foi enviado para a praça norte-africana de Manilha¹⁹. Relata-nos o réu que aqueles que compunham a guarnição da citada praça sofriam das mais variadas maleitas e de um nível de fome tão extremo que a sua gravidade fica evidente nas palavras do próprio: “não comiam senão de 24 em 24 horas e, muitas vezes, aquilo que comiam eram ervas que cresciam nas caveiras dos defuntos que ali se encontravam, as quais ingeriam em forma de salada”. Afirma, ainda, que por diversas vezes se encontrou sem qualquer sustento. A estas condições somavam-se, ainda, segundo António Francisco, os rigorosos castigos impostos pelos seus superiores. Diante de tal situação, decidiu desertar, fugindo para terras de mouros²⁰.

Deixa claro que esta deserção para os territórios dos seguidores da fé de Maomé não teve motivação religiosa, devendo-se apenas às más condições em que vivia. O réu tenta afastar da mente dos inquisidores a ideia de que a sua evasão havia sido motivada por um desejo de conversão, afirmando que, na verdade, fugiu por medo da morte e por acreditar que, em terra de mouros, não sofreria castigos tão severos. Contudo, a sua fuga não foi longa, tendo-se estendido por apenas meia légua, sendo logo capturado por mouros que, segundo ele, queriam cortar-lhe a cabeça. Colocaram-lhe alfanges no pescoço e levaram-no a Mequinez, à presença do rei Muley Abedelâ (Moulay Abdallah)²¹.

¹⁷ Cf. *Processo de António Francisco* (1738), proc. 08028. Processos. Inquisição de Lisboa. Tribunal do Santo Ofício. ANTT, fls. 1-1v.

¹⁸ Cf. *Idem*, fls. 1-1v.

¹⁹ Poderá ser a cidade de Melilha.

²⁰ Cf. *Idem*, fls. 1v.-2.

²¹ Cf. *Idem*, fl. 2.

Na audiência com o governante, António Francisco revela que foi coagido a renegar, quando o rei lhe colocou uma lança no peito, ordenando-lhe que se convertesse ao Islão, caso contrário, lhe tiraria a vida. Perante esta situação, o açoriano terá recusado por duas vezes. Todavia, à terceira, segundo as suas próprias palavras, “tentado pelo demónio”, disse que se tornaria muçulmano. Imediatamente, o rei ordenou-lhe que lançasse o chapéu ao chão e levantasse o dedo ao céu, proferindo algumas palavras que, em português, se traduziriam numa declaração de crença em Deus e no profeta Maomé²².

Após esta sua renegação, foi colocado ao serviço do alcaide Roça, que, segundo ele, “seria o mesmo que fugiu para Mazagão e que esteve nesta corte de Lisboa”. Foi do poder deste que fugiu para o convento de São Francisco, na cidade de Mequinez, onde permaneceu por cinco anos. Durante a sua estadia, o guardião do convento absolveu-o da excomunhão, na presença de outros padres e religiosos, entre os quais três religiosos franciscanos e cinco padres da Companhia de Jesus. Durante o tempo em que permaneceu no referido convento, desempenhou as funções de padeiro. Contudo, ao fim desses cinco anos, decidiu fugir novamente para a Cristandade. Assim, empreendeu a sua fuga para a praça de Mazagão. A viagem foi, contudo, atribulada. Relata que, durante o percurso, foi roubado 4 vezes por mouros, que mais uma vez queriam matá-lo. Diz que lhe tiraram até alguns unguentos e mezinhas que carregava, os quais vinha comerciando com os ditos mouros para custear a sua viagem até à mencionada praça²³.

Garantiu que, mal chegou a Mazagão, procurou o provisor, que mais uma vez o absolveu da excomunhão. Confessou-se, ainda, a um padre da Companhia de Jesus que estava na mesma praça, o qual lhe ministrou a comunhão. Finalmente, embarcou de volta ao reino. Deixa claro que, mal retornou a terras cristãs, prontamente se apresentou ao Tribunal do Santo Ofício para expor as suas culpas. Salientou, que, embora trajasse como mouro, nunca renegou, em seu coração, a fé de Cristo, conservando sempre o desejo de se restituir à Cristandade, fazendo todos os esforços para se livrar de tal cativo. Das culpas que relatou, afirma estar profundamente arrependido, implorando por perdão e pedindo que com ele se faça uso de misericórdia²⁴.

²² Cf. *Idem*, fls. 2 – 2v.

²³ Cf. *Idem*, fl. 2v.

²⁴ Cf. *Idem*, fls. 2v-3.

Genealogia

A sessão inicia-se com a confirmação de dados já mencionados, nomeadamente que o seu nome é António Francisco e é padeiro, solteiro, filho de Teodoro Cardoso, que ensinava Latim, e de Catarina Vieira do Espírito Santo, natural da Ilha do Pico e residente nesta corte, sem domicílio certo, com quarenta anos de idade.

Afirma que os seus pais eram naturais da Ilha do Pico. O seu pai já falecido, chegaria ao fim da vida nesta mesma ilha, enquanto que a sua mãe ainda está viva residindo, à data do processo, na Ilha Terceira.

Relata que seus avós, tanto paternos quanto maternos, já são falecidos, e não sabe como se chamavam, mas tem a certeza de que todos eram naturais e residentes na Ilha do Pico, onde também faleceram²⁵.

Diz que é cristão batizado, tendo-o sido na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, na Ilha do Pico, pelo pároco da mesma freguesia, cujo nome não recorda, assim como não sabe o nome dos seus padrinhos. Afirma também que é crismado e que o recebeu na Igreja de São Pedro, na cidade de Angra, na Ilha Terceira, embora não se lembre do nome de seu padrinho²⁶.

Sentença

Depois de analisadas as culpas, que o próprio réu confessa, os inquisidores optam por sentenciá-lo a uma abjuração de leve perante a Mesa do Santo Ofício. No entanto, será absolvido da excomunhão maior, na qual poderá ter incorrido. Deverá ser ainda instruído nos mistérios da fé, necessários para a salvação da sua alma, e cumprirá as demais penas e penitências espirituais que lhe forem impostas. Além disso, terá de pagar as custas do processo²⁷.

Esta decisão mais branda é habitual em processos inquisitoriais, quando o réu se apresenta de sua livre vontade. Ou seja, a voluntariedade tem um papel crucial na determinação da gravidade da sentença.

²⁵ Cf. *Idem*, fl. 4v.

²⁶ Cf. *Idem*, fl. 5.

²⁷ Cf. *Idem*, fls. 22-23.

Tomé Machado

Aos 10 dias de setembro de 1722, irá comparecer perante a Mesa Inquisitorial, Tomé Machado, marinheiro, solteiro, com 38 anos de idade, filho de Manuel Gaspar e de Lúcia Machada, natural da Ilha do Faial e residente nesta cidade de Lisboa, no noviciado dos padres da Companhia. Devemos iniciar esta análise mencionando que esta não é a primeira vez que Tomé Machado tenta expiar, por assim dizer, as suas culpas. Aos 18 dias do mês de março de 1722, apresentou-se na casa e morada do Doutor Manuel Andrade de Tavares, residente na Praça de Mazagão, precisamente para confessar as suas faltas e obter a absolvição da pena de excomunhão²⁸.

À semelhança do processo que vimos anteriormente, o réu também recontará os estágios da sua história de vida que o levaram a comparecer perante os senhores inquisidores. Conta-nos, então, que quando tinha 14 ou 15 anos de idade, estando embarcado de Cabo Verde para este reino, foi feito cativo por um corsário de Salé, que o conduziu ao Reino de Mequinez. Uma vez lá, ficou ao serviço do rei mouro, juntamente com outros cativos. Foi neste estado de servidão que permaneceu por um período de “11 ou 13 anos”, ao fim dos quais tentou fugir para Pinhão, um presídio de Espanha situado nas vizinhanças de Ceuta²⁹.

Com esse intuito, persuadiu um mouro, oferecendo-lhe algumas dádivas, para que o guiasse e o acompanhasse. Contudo, quando já se encontravam próximos do seu destino, foram capturados por outros mouros que andavam à caça. Um outro cativo que os acompanhava, por ter oferecido resistência, foi morto. O mesmo destino teve o mencionado guia, tendo sido ambos, segundo a descrição do réu, agredidos até a morte³⁰.

Depois de recapturado, foi apresentado ao rei de Mequinez, o qual, após questioná-lo sobre a sua origem e os motivos pelos quais havia encetado esta fuga, tentou convencer Tomé a renegar a fé de Cristo e a converter-se ao Islão. Perante a recusa do réu, o seu interlocutor alvejou-o na perna, mais especificamente na região da coxa, com uma arma de fogo. Além disso, usando uma pequena lança que costumava carregar consigo, desferiu-lhe um golpe “na ilharga, mais precisa-

²⁸ Cf. *Processo de Tomé Machado* (1722), proc. 00672. Processos. Inquisição de Lisboa. Tribunal do Santo Ofício. ANTT, fls. 3-6.

²⁹ Cf. *Idem*, fls. 6v-7.

³⁰ Cf. *Idem*, fl. 7.

mente num braço” e, com o pé dessa mesma arma, golpeou-lhe a cabeça, o que o deixou desmaiado e privado dos seus sentidos³¹.

Tomé confessa que não tem a certeza se, durante o período em que esteve desmaiado, chegou a afirmar que queria tornar-se muçulmano. Todavia, parece-lhe que provavelmente o fez, por temer pela própria vida. Esta sua ideia advém do facto de que, depois de ter recuperado a consciência, o rei o ter mandado vestir com trajes de mouro, e curar as feridas que lhe havia infligido. Passado um mês, encontrando-se totalmente recuperado, o rei ordenou que fosse circuncidado. Um ano depois, deu-lhe uma esposa e também uma espingarda que, segundo o confiante, são os benefícios concedidos aos cristãos que renegam à sua fé³².

Este açoriano deixa claro que, à semelhança do seu conterrâneo que anteriormente analisamos, sempre desejou encontrar uma forma de escapar desta condição e retornar a terra de católicos, o que, de facto, veio a acontecer. Recorrendo ao auxílio de um mouro que transportava mercadorias para a Praça de Mazagão, intenta nova fuga, com destino à citada praça, sendo que desta vez, a sua evasão será bem-sucedida. Uma vez lá, apresentou-se imediatamente ao vigário-geral, que, como Comissário do Santo Ofício, lhe providenciou uma embarcação para retornar a este Reino, onde agora se encontra diante do tribunal inquisitorial.

Conclui, então, exortando para que com ele se faça uso de misericórdia pois está muito arrependido das culpas que acaba de explanar e por elas pede perdão³³.

Genealogia

A sessão que se dedica à análise genealógica do réu, começa pela confirmação de que o seu nome é Tomé Machado, cristão-velho, marinheiro, solteiro, natural da Ilha do Faial, e residente nesta cidade de Lisboa, na casa do noviciado dos padres da Companhia de Jesus, com trinta e oito anos de idade³⁴.

Os seus pais, já falecidos, eram Manuel Gaspar, que foi barqueiro, e Luísa Machada, ambos naturais do Faial, onde também faleceram. Seus avós paternos haviam já falecido, e o seu avô materno, de seu nome, Manuel Machado, serviu

³¹ Cf. *Idem*, fls. 7v.

³² Cf. *Idem*, fls. 7v-8.

³³ Cf. *Idem*, fls. 8-8v.

³⁴ Cf. *Idem*, fl. 10v.

aos religiosos de São Francisco na referida Ilha do Faial, onde faleceu. Dos demais avós, não sabe os nomes, nem de onde eram naturais ou moradores, pois não os conheceu, nem teve notícia alguma sobre eles³⁵.

Afirma que o seu batismo foi levado a cabo na Sé da Ilha do Faial, mas não sabe o nome do pároco que conduziu a cerimónia, nem quem foram os seus padrinhos, devido ao longo tempo passado sem notícias deles. Afirma que foi crismado na igreja da Misericórdia da mesma ilha, pelo bispo das ilhas naquela época, cujo nome não se lembra, assim como não se lembra do nome do seu padrinho³⁶.

Relata que, ao chegar à idade de discrição, frequentava as igrejas, onde assistia à missa e pregações, confessava-se, comungava e praticava as demais obrigações de um cristão. Diz não saber ter filhos e afirma também não saber ler, escrever ou ter aprendido qualquer ciência.

Afirma ainda que esteve fora deste reino, como mencionado anteriormente, em Salé, onde foi cativo, e também nos estados da Baía, Pará, Pernambuco, Maranhão, Cabo Verde, e na praça de Mazagão. A isto se acresce a sua passagem pela Ilha do Faial e pelas cidades de Lisboa e do Porto, onde falava com toda a espécie de gente que encontrava³⁷.

Sentença

Tal como no caso de António Francisco, Tomé Machado será congratulado pelo Santo Ofício por ter usado de bom e saudável conselho ao apresentar-se voluntariamente e confessar as suas culpas com sinais de arrependimento. Assim, será condenado a uma abjuração de leve, mas será absolvido da excomunhão em que poderia ter incorrido. Será então instruído nos mistérios da fé, necessários para a salvação de sua alma e cumprirá as demais penas e penitências espirituais que lhe forem impostas. Terá ainda de pagar as custas do processo³⁸.

Como podemos ver, a sentença é em tudo semelhante à do caso anterior, reforçando mais uma vez o papel que a voluntariedade na apresentação perante a mesa desempenhava para uma sentença mais leniente.

³⁵ Cf. *Idem*, fls. 10v-11.

³⁶ Cf. *Idem*, fl. 11.

³⁷ Cf. *Idem*, fls. 11-11v.

³⁸ Cf. *Idem*, fls. 29-30v.

Considerações finais

Este trabalho que nasce da vontade de cruzar duas disciplinas, a História Marítima e a Demografia Histórica, procurou apresentar novos dados para o estudo dos cativos resgatados pela Ordem da Santíssima Trindade, durante o século XVIII, centrando-nos naqueles que eram naturais das ilhas açorianas do Pico e do Faial.

Ao longo do século XVIII encontramos, para as duas ilhas, um total de 54 resgatados, valor que não terá tido impacto nas dinâmicas populacionais. Este facto já foi apontado por Gilberta Rocha e por Vítor Rodrigues quando analisam a população açoriana nos finais do século XVIII (Rocha e Rodrigues 1991), constatando que, sobretudo na Ilha do Pico, se observa um aumento populacional, o que não se observa nas ilhas de São Miguel e de Santa Maria, locais onde foram cativados mais de metade dos indivíduos naturais do arquipélago açoriano.

Os cativos objeto deste estudo eram, na sua maioria, homens, solteiros e jovens. Os dados obtidos da idade destes aquando do cativo, remetem-nos para a realidade observada nas investigações referentes à emigração ou à saída do agregado familiar que, no caso masculino, se observa entre os 15 e os 24 anos. Quanto à identificação dos cativos resgatados pela Ordem da Santíssima Trindade, possível através do cruzamento com o Repositório Genealógico, podemos observar, em alguns casos, o impacto direto destes apresamentos na vida familiar, de que são exemplo a interrupção de nascimentos e o recasamento.

Quanto aos indivíduos identificados que, até ao momento, não temos conhecimento de que voltaram às ilhas, poderemos avançar algumas hipóteses de acordo com as fontes exploradas. Por um lado, será importante não olvidar as relações que se formaram durante o cativo e que poderão ter favorecido a sua fixação no reino. Por outro, não podemos afastar a possibilidade do seu falecimento durante o resgate ou na sua deslocação de regresso a terra de cristãos, tal como aconteceu com o capitão Manuel de Ávila Melo.

A análise dos processos inquisitoriais encontrados para o século XVIII de indivíduos naturais da ilha do Pico e do Faial, permitiu-nos compreender as vivências a que estes cativos poderiam estar expostos. Para além das histórias de vida, ambos os casos se enquadram nas tendências observadas ao longo do estudo: solteiros, que saíram do agregado familiar com idades muito jovens.

Apesar da mobilidade populacional característica das ilhas, pelos condicionamentos da sua posição geográfica, o espaço insular revela-se um microterritório, que permite acompanhar diversas trajetórias individuais e familiares. No futuro, importa alargar este estudo às restantes ilhas, sobretudo São Miguel, Santa Maria e Terceira, de forma a obter uma compreensão mais holística do fenómeno.

Notas bibliográficas e fontes:

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Listas dos resgates gerais promovidas pela Ordem da Santíssima Trindade: Convento da Santíssima Trindade de Lisboa.

Processo de António Francisco (1738), proc. 08028. Processos. Inquisição de Lisboa. Tribunal do Santo Ofício.

Processo de Tomé Machado (1722), proc. 00672. Processos. Inquisição de Lisboa. Tribunal do Santo Ofício.

Alberto, Edite. 2014. «Dos Açores para o norte de África. Contributo para o estudo dos cativos faialenses nos séculos XVII e XVIII». *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 23, 475–510.

Alberto, Edite Maria C. Martins. 2014. «De regresso ao reino. Contributo para o estudo dos cativos açorianos no Norte de África (séculos XVII-XVIII)». Em *Aquém e Além de São Jorge: memória e visão*. São Jorge: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar.

Alberto, Edite Maria da Conceição Martins. 2010. «Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na Época Moderna». Tese de Doutoramento, Braga: Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13440/1/TESE%20COMPLETA.pdf>.

Alves, Jorge Fernandes. 1993. «Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista». Tese de Doutoramento, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Amorim, Maria Norberta. 1992. *Evolução demográfica de três paróquias do sul do Pico: 1680-1980*. Braga: Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho.

———. 2011. «Mobilidade demográfica numa cidade portuária. A Matriz da Horta entre os séculos XVIII e XX». Em *Família, Espaço e Património*, 47–61. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

- Costa, Susana Maria Goulart Pereira da. 1995. *O Pico (séculos XV-XVIII): contributo para o estudo de uma ilha «com pouca história»*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Drumond Braga, Isabel M. R. 2011. «Un Homme Pour un Homme, en Route Vers La Liberté: L'échange des Chrétiens Pour des Maures Captifs». Em *Les Actes Du XIVème Symposium International d'Etudes Morisques*. Tunis: Centre d'Etudes et de Traductions Morisques Fondation Temimi pour la Recherche Scientifique et l'Information.
- Ferreira, Antero, e Maria Norberta Amorim. 2019. «Semelhanças e diversidades em sociedades urbanas – Horta e Guimarães no limiar do liberalismo». Em *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*. Atas do VII colóquio (separata). Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- Leeuwen, Marco H. D. van, Ineke Maas, e Andrew Miles. 2002. *HISCO: Historical International Standard Classification of Occupations*. Leuven: Leuven University Press.
- Leite, José Guilherme Reis, e Maria Hermínia M. Mesquita. 2013. «Crises de mortalidade em quatro paróquias da cidade de Angra no século XVIII». Em *A demografia das sociedades insulares portuguesas. Séculos XV a XXI*, 221–39. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- Matos, Paulo Lopes. 2007. *O nascimento fora do matrimónio na freguesia da Ribeira Seca da ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*. Guimarães: NEPS, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- Meneses, Avelino de Freitas de. 2013. «A população dos Açores em meados do século XVIII». Em *A demografia das sociedades insulares portuguesas. Séculos XV a XXI*, 167–99. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- . 2018. *Antigamente, era assim! Ensaio de História dos Açores*. 2ª. Ponta Delgada: Letras Lavadas.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes, e Vítor Luís Gaspar Rodrigues. 1991. «Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do séc. XVIII». *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* XLIX:53–102.
- Sá Torres, Ricardo. 2022. «Experiências de Cativo de Vianenses no Magrebe do Século XVII». *Estudos Regionais*, 2ª, n.º 16, 85–103.
- Sá Torres, Ricardo Jorge Castelo de. 2021. «Corsários na Inquisição de Lisboa (Século XVII)». Dissertação de Mestrado, Braga: Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/77867/1/DissertacaoCorrigida_Ricardo%2BTorres.pdf.
- Serrão, Joel. 1982. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. 4ª. Lisboa: Livros Horizonte.

CASA IMPERIAL, CORPO TROPICAL: ALGUMAS NOTAS SOBRE DRAMATURGIA E IMAGINÁRIO RECÍPROCO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

JORGE LOURAÇO FIGUEIRA

CEIS20-UC / FLUC

(Centro de Estudos Interdisciplinares – Univ. de Coimbra
/ Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra)

uc48312@uc.pt

No fim do século XX e início do XXI, as diplomacias, as indústrias culturais e os teatros de Brasil e Portugal reproduziam uma mitologia em comum, com lugares de memória muito específicos, materializados em símbolos, personagens e fábulas recorrentes, que revisitavam lugares-comuns do encontro original entre europeus e tupis, bem como da institucionalização da relação senhor / escravo que se seguiu imediatamente. Esses lugares-comuns estruturavam as relações entre portugueses e brasileiros em pares de opostos recíprocos, como vestido / nu, casa / rua, rígido / flexível, etc., que podiam ser resumidos a uma assimetria genérica entre os hemisférios norte e sul, tendo como fronteira simbólica a Linha do Equador, abaixo da qual todos eram súbditos do rei mas todos eram senhores com escravos (Novais, 2005; Alencastro, 2018). A convivência desses opostos dava origem a uma série de anacronismos e sincronismos, sintetizados em imagens contraditórias como a da deriva, das entidades em trânsito, dos corpos mutilados, das viagens perpétuas, ou do regresso ao passado. A passagem simbólica da Linha do Equador ocupava um lugar no imaginário graças à aparente propriedade mágica de, para lá dela, conciliar esses modos opostos.

O hemisfério sul era, desde há muito, o paraíso e o inferno simultaneamente. Quando, em 1815, se proibiu realmente a escravatura, foi só a norte do Equador que ela ficou proibida. A sul tudo era permitido. “Não existe pecado do lado de

baixo do Equador”, até porque não existia a palavra, em tupi: o padre jesuíta e dramaturgo José de Anchieta, nas suas peças em tupi, não encontrou palavra para traduzir “pecado”. De resto, o território a sul e a ocidente era uma visão do paraíso propriamente dito: o Jardim do Éden antes do pecado original (Holanda, 2000; Novais, 2005). Pêro Vaz de Caminha sublinha na carta ao rei D. Manuel I que os índios não têm vergonha de estar nus; nem, posto isso, os portugueses, exatamente como se voltassem a um estado antes de Adão e Eva terem comido o fruto da árvore da sabedoria. Logo em 1537, o papa Paulo III, na encíclica *Sublimus Dei*, proibia a escravidão dos ditos índios, incluindo-os na cristandade. Mas o coração dos colonizadores ficaria na metrópole. E de facto ficou: quando morreu, D. Pedro, o imperador separatista, deixou o coração por testamento à cidade do Porto, que sempre o tinha apoiado. Foi só nos anos 1970 que o monarca, falecido em 1834, veio para o Brasil. O corpo do rei D. Pedro, IV de Portugal, I do Brasil, foi trasladado de Lisboa para São Paulo, com paragem no Rio de Janeiro, em 1972, nos 150 anos da independência brasileira, tendo viajado, portanto, mais leve do que em vida. (Em 1920, tinha sido trasladado o corpo do filho, D. Pedro II do Brasil, dessa feita, intacto.)

De facto, o Império Colonial Português não terminou com a Independência do Brasil, tendo prolongado a sua vida, mesmo amputado, spectral, com dores-fantasma, assombrando os vivos, para além do fim oficial, ao longo dos séculos XIX e XX, assumindo novas formas de exploração e dominação, inclusive no Brasil. De resto, eram irmãos o imperador do Brasil D. Pedro II, que governou entre 1831 e 1889, e D. Maria II, rainha de Portugal entre 1826 e 1828, e depois entre 1834 e 1853. Logo, os príncipes D. Pedro V e D. Luís I, sucessores ao trono de Portugal, eram os sobrinhos de D. Pedro II do Brasil — o que dá um sentido quase literal à expressão país-irmão. Os cidadãos de Portugal e os do Brasil continuavam súbditos da mesma dinastia imperial, a da casa de Bragança. Ao longo dos dois séculos de independência, os cidadãos de Brasil e de Portugal manterão direitos recíprocos que os dois Estados não concedem a países terceiros, como se ainda fossem patrícios do mesmo império.

A produção teatral de Brasil e Portugal referente ao outro país reforça a ideia de que o Império terá praticado uma colonização compassiva. A ideia do colonizador compassivo está materializada na imagem do rei independentista, protagonista tanto da independência do Brasil quanto do constitucionalismo

em Portugal, cuja vida resume a contradição entre liberalismo na metrópole e escravagismo na colônia. D. Pedro não só declarou a independência do Brasil de Portugal, reino que depois herdou, como reconquistou a coroa de Portugal, para a ceder logo depois. Veio a abdicar do trono brasileiro para o filho, D. Pedro II, em 1831, e do português para a filha, D. Maria II, em 1826. A figura emblemática de D. Pedro, personagem de várias peças, é a síntese mais acabada da relação entre Brasil e Portugal. A separação dos dois países é feita através de um ato que é, por um lado, de desobediência do filho ao pai, mas, por outro, de obediência; ato que culmina na divisão do próprio corpo do filho entre os dois países. D. Pedro esteve dividido entre a esposa austríaca e a amante brasileira; abdicou de duas casas imperiais, uma em favor de um filho, outra em favor de uma filha; e combateu o próprio irmão. Os atos contraditórios deste bom colonizador, homem, branco, etc., nascido e falecido numa sala decorada com imagens de D. Quixote, e que deixou o coração em testamento à cidade do Porto, são o melhor exemplo dos impasses luso-brasileiros, reproduzidos na dramaturgia. D. Pedro é a encarnação dos paradoxos da relação entre portugueses e brasileiros, membros amputados de um mesmo corpo imperial, divisões entaipadas de uma mesma casa tropical.

É mais ou menos essa separação de corpo e alma, ou, aliás, de corpo e coração, que Chico Buarque põe na boca no colonizador português, equiparado a ditador militar, na peça *Calabar* (1973): “Meu coração chora, mas não o suficiente para parar de trucidar.” O poema refere-se ao primeiro abril, o mês da chegada de Cabral, mas também ao dia do golpe de 1964. No fundo, são uma e a mesma coisa. (*Calabar* não estreou na época, tendo sido proibida pela censura e só permitida nos anos 1980.) Entre 1950 e 1980, a memória do Império estava no centro do debate entre Esquerda e Direita. Em Portugal, Humberto Delgado, contra Salazar, repetiu as palavras do imperador liberal, homem e símbolo da luta contra o absolutismo, em agradecimento pela recepção apoteótica que teve na cidade: “O meu coração ficará no Porto”. No Brasil, a ditadura colava-se aos símbolos da dinastia de Bragança e a esquerda usava a figura dos colonizadores portugueses para atacar os generais, em peças como *Arena Conta Zumbi* e *Arena Conta Tiradentes*. A importância da cultura popular nesse ataque é tal que Adriano Moreira, Ministro do Ultramar de 1961 a 1963, num ensaio de 1967 intitulado *Aspetos negativos da imagem recíproca de Portugal-Brasil*, dá-se ao trabalho de criticar as cantoras Maria Bethânia e Gal Costa, por fazerem espetáculos em que criticavam a memória da

presença dos portugueses. Moreira fora o introdutor do luso-tropicalismo na academia portuguesa (Castelo, 2017). A crítica específica de Adriano Moreira é aos espetáculos de cantoras como Maria Bethânia, Gal Costa e Nara Leão, que vinham de fazer os espetáculos musicais *Arena Conta Bahia* e *Opinião*, entre outros, dirigidos por Augusto Boal. Esse é o primeiro tratamento do tópico da imagem recíproca que pudemos identificar no ensaísmo sobre as relações culturais entre os dois países. Um outro mais recente foi o do então ministro da cultura, Luís Filipe Castro Mendes, no discurso de abertura de um colóquio em 2018, no Real Gabinete Português de Leitura, intitulado *Olhares recíprocos entre portugueses e brasileiros: suas construções e reconstruções no tempo*, genericamente inspirado no estudo de Vieira (1991). O tópico inspirou governantes, não apenas poetas e dramaturgos.

A imagem do império como uma casa (portuguesa, com certeza), tendo como moradores, além dos patrícios, uma série de corpos tropicais (brasileiros ou abasileirados) nos anexos ou nas dependências, constitui a identidade oposta e complementar de portugueses e brasileiros, como modos de imaginar a vida diferentes. A oposição entre os dois modos mostra como as heranças são diferentes: em Portugal tenta-se impedir a casa de ruir com os corpos lá dentro; no Brasil tenta-se encontrar um corpo para habitar. A imagem recíproca é a do corpo mutilado na casa abandonada, como expressão dessa insuficiência do Estado ex-imperial, que foi afinal o Estado moderno, patente no dilaceramento de Tiradentes, espalhado ao longo do caminho; e de D. Pedro I, dividido entre dois continentes, de corpo oco no Brasil (no imperial palácio do Ipiranga) e de coração encaixotado em Portugal (na igreja da Lapa, no centro do Porto insurreto e liberal). Estado que é e não é; democracia sem povo, eleições sem votos, como descreve Vladimir Safatle em entrevista ao programa *RFI Convida* de 27 de Abril de 2018: “O Brasil teve eleição até 1930, sem eleição. A gente criou essa figura: eleição sem eleição. (...) Uma eleição no interior da qual você tira os candidatos que vão contra o interesse de quem ‘deve’ ganhar”. A formação conservadora é a diagnosticada por Schwartz (2012), Pasta (2011) e Arantes (2014): abolição sem liberdade, revolução sem rutura, transição sem mudança. A figura concreta destas contradições são os nomes dos dois movimentos populares mais amplos do Brasil: sem terra, sem teto. O Estado é simultaneamente liberal e desigual. Essa imagem mórbida do tropicalismo, que expõe a assimetria de hemisférios, talvez permita que ele seja enterrado de vez. Ou talvez viva para sempre, como morto-vivo.

Numa crítica a *Leite Derramado*, romance de Chico Buarque, Reinaldo Moraes (2009) cita uma frase de José Miguel Wisnik, a propósito da obra de Gilberto Freyre, que resume bem o espírito desse tropicalismo genérico, no caso específico, o freyriano, que a obra satiriza: “a sociabilidade brasileira, com base na mestiçagem, é para Freyre um remédio — a civilização original nos trópicos — extraído do veneno da violência escravista.” A própria metáfora é tropicalista, a seu modo, na medida em que concilia dois aspetos contraditórios numa coisa só: remédio e veneno anulam-se um ao outro. O tratamento continua a ser o mesmo. De facto, o descendente de fidalgos portugueses que conta a sua história em *Leite Derramado*, apropriado por Roberto Alvim no espetáculo teatral com o mesmo nome, é tratado como um delírio da classe média, reduzindo a virulência da obra original a nada. Os tropicalismos são imaginados como antídotos (ou vacinas) para a vida no Brasil, mas a maior parte das vezes são inócuos, como placebos. A história do teatro luso e brasileiro, uma pequena mas relevante parte dos tropicalismos, parece confirmar o argumento de Burger de que a arte é uma instituição que neutraliza a crítica (2008, 39-40). Mesmo o Tropicalismo dos anos 1960 e 1970, aparentemente revolucionário, tem mais que se lhe diga, segundo Schwarz (2012, 227-243). O ensaísta compara a antropofagia de Oswald de Andrade com o tropicalismo de Caetano Veloso e outros (*Tropicália* é um álbum de estúdio de Caetano Veloso, Gal Costa, Gilberto Gil, Nara Leão, Os Mutantes e Tom Zé, e o nome de uma das canções do disco, a que começa com a paródia à *Carta de Pêro Vaz de Caminha*), demonstrando como este último movimento projetou imagens alegóricas do lugar do Brasil no sistema mundial, imagens tanto para consumo interno, nativista e nacionalista, como para consumo externo, exotista e imperialista, tudo isto incorporando elementos coloniais, num jogo de desigualdade perpétua. Os modernismos locais ocorrem dentro dessa desigualdade e ora agudizam os elementos coloniais, ora os suavizam, sem nunca os solucionar. A diferença é que o movimento de Oswald de Andrade tinha um horizonte de esperança infinito, e o de Caetano é dado à luz no tempo de fim do mundo, em que as vistas são mais curtas.

Em Portugal, nos espetáculos de teatro que representam o Brasil, as figuras brasileiras não são históricas, ou melhor, estão quase na atualidade, a maior parte das vezes num presente sem expectativas, isto é, sem futuro nem utopia. É nesse tempo precário, sem futuro, que circulam o prostituto, o travesti, a menina de

rua, a atriz, o futebolista, a amante, a mulher sem medo, vistos na rua, no cabaré, no palco, no estádio, ou num lugar incharacterísticos, figuras — ou pessoas em concreto — no tempo atual, no espaço em fluxo, transformadas em, ou vistas como capital humano, quase escravos, servidores ou criados, um pouco ao modo de um arlequim contemporâneo, entre o malandro e o migrante. Por exemplo, em *Madame*, de Maria Velho da Costa, como em *Cabaré de Ofélia*, de Armando Nascimento Rosa, atrizes e figuras desdobram-se umas nas outras. Estas figuras são personagens vivas e mortas, como fantasmas ou entidades fora da vida que falam aos vivos de um lugar impalpável. Agora mais próximos que antes, todo o corpo brasileiro é fantasma, toda a casa portuguesa é assombrada. As imagens da amputação continuam a proliferar. Não só os fantasmas do passado, mas também os corpos amputados de futuro, assombram o presente.

Um outro exemplo desta mudança de perspectiva é o do grupo de teatro Sr. João, que esteve radicado em São Paulo durante meia-dúzia de anos. Na primeira dramaturgia que fizeram no Brasil, no fim do espetáculo cediam o palco a um *motoboy*, entregador de pizza, que deveria contar se gostara ou não do que vira, e a quem os atores invariavelmente se opunham. Já no último espetáculo, primeiro faziam de eles próprios, atores portugueses no Brasil; depois de Português com bigode, símbolo de portugalidade recorrente seja na comédia popular seja no teatro de vanguarda; e finalmente de meros vultos, corpos explorados, sem nacionalidade à vista.

Já sem casa nem moeda, o português parece tão precarizado como o brasileiro. Em países definidos pela segregação e discriminação, a uns é dada a casa, a outros a rua, a uns a propriedade para render, a outros o corpo para ser explorado. A casa portuguesa e o corpo brasileiro que se opõem e complementam, passam a ser cada vez mais equivalentes, com os idealizados indígenas do Brasil a despirem os portugueses, em *Supernova*, de Abel Neves; *Alla Prima*, de Tiago Cadete; *Museu Encantador*, de Rita Natálio; ou *Coleção de Amantes*, de Raquel André. Os espetáculos e performances oferecem o corpo dos próprios atores em solidariedade com índios, escravos, mulheres e transsexuais que sofrem opressão perpétua. Não se trata apenas de o tema se relacionar com estes tópicos: é a própria figuração do corpo, cada vez mais nu, que revela o tema. Mais nu, mais mutilado, mais exposto. O corpo do ator é o tema da cena. Os artistas falam deles próprios, expõem-se a si mesmos e expõem os seus argumentos como se as duas

coisas não fossem diferentes. O trânsito entre estas duas entidades, pessoas e personagens, não é negado. Neste encontro há papéis que são feitos, mas as figuras são muito próximas das pessoas. Estas dramaturgias fazem parte de um grupo de peças onde surgem migrantes contemporâneos que, na verdade, já não são apenas intérpretes e representantes de figuras mas também figuras de si mesmos, presenças propriamente ditas, reproduzindo experiências pessoais.

Hoje em dia a linha do Equador parece que subiu. O mundo está abasileirado, e não é no bom sentido, como sugere Paulo Arantes (2014, 348-349). Mas há mais: a casa portuguesa e o corpo brasileiro que se opõem e complementam, passam a ser cada vez mais equivalentes, com os índios a despirem os portugueses. Não se trata apenas de o tema se relacionar com estes tópicos: é a própria figuração do corpo, cada vez mais nu, que revela o tema. Mais nu, mais mutilado, mais exposto. Estas figuras são personagens vivas e mortas, como fantasmas ou entidades fora da vida que falam aos vivos de um lugar impalpável. A estrutura dos trabalhos é, em geral, pós-dramática num sentido restrito. As peças têm a forma de inventário de uma herança, que ficou indivisa em vida, e que perdeu o sentido na morte dos que a originaram. Essa herança é, por um lado, a ideologia do império, e por outro, a forma teatral, dramática e/ou épica, que a projeta. Feitas a partir dos restos mortais dessa forma anterior, as peças mais recentes são mais propriamente ex-dramáticas, saídas do dramático, dir-se-ia; mas mantêm traços e têm parentesco com as formas satíricas do teatro popular e, por essa via, com o teatro épico e de *agitprop*.

Com o aumento, desde os anos noventa do séc. XX, do número de brasileiros em Portugal, e vice-versa, a força simbólica da Linha do Equador é cada vez menor. Quer dizer, acima e abaixo dessa linha, agora, todos são súbditos por igual, como se o Equador tivesse subido para norte. Agora, mais próximos que antes, com a aparente subida da linha do Equador, todo o corpo é fantasma, toda a casa é assombrada. Em vez do outro que se assemelha, o brasileiro e o português são apresentados como um mesmo, ainda que de traços distintos. Talvez, por outro lado, isso queira dizer que a liberdade, começada a ser disputada desde as lutas liberais de 1834, mas só conquistada em 1974, também possa ser dada aos brasileiros, nos 130 anos da abolição. Caso isso não aconteça, as imagens da amputação continuarão a proliferar. Não só os fantasmas do passado, mas também os corpos amputados de futuro, assombrarão o presente.

Notas bibliográficas e fontes:

- Alencastro, Luiz. F. 2018. “África, Números do Tráfico Atlântico”. Em *Dicionário da Escravidão e Liberdade*, organizado por Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes. Companhia das Letras.
- Arantes, Paulo. E. 2014. *O Novo Tempo do Mundo*. Boitempo.
- Burger, Peter. 2008. *Teoria da Vanguarda*. Cosac Naify.
- Castelo, Cláudia. 2017. “The Luso-Tropicalist Message of the Late Portuguese Empire”. In *Media and the Portuguese Empire*, editado por José Luís Garcia, Chandrika Kaul, Filipa Subtil e Alexandra Dias Santos. Springer International Publishing.
- Freyre, Gilberto. 2006. *Casa Grande & Senzala*. Global.
- Holanda, Sérgio B. 2000. *Visão do Paraíso*. Brasiliense / Publifolha.
- Moraes, Reinaldo. 2009. “Memórias quase Póstumas de Chico Buarque”. *Jornal do Brasil*, 28 de Março.
- Moreira, Adriano. 1967. “Aspetos Negativos da Imagem Recíproca de Portugal-Brasil”. *Estudos políticos e sociais* 4 (1): 5-23.
- Novais, Fernando A. 2005. “A Certidão de Nascimento ou de Batismo do Brasil”. Em *Aproximações*, de Fernando A. Novais. Cosac Naify.
- Pasta Jr., José A. 2011. *Formação Supressiva*. Tese de Livre Docência, Univ. de São Paulo.
- Schwarcz, Roberto. 2012. *Martinha versus Lucrecia*. Companhia das Letras.
- Vieira, Nelson H. 1991. *Brasil e Portugal*. ICLP.

A POLÍTICA NAVAL DE AIRES DE ORNELAS E VASCONCELOS: O “TRIÂNGULO ESTRATÉGICO ATLÂNTICO” E A MODERNIZAÇÃO DA MARINHA PORTUGUESA (1906-1908)

GONÇALO C. ALBUQUERQUE

CIDEHUS – Universidade de Évora

goncalo250499@outlook.pt

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a política naval do Ministro da Marinha e Ultramar, Aires de Ornelas e Vasconcelos, e em especial, as medidas que apresentou no sentido de modernizar a marinha portuguesa e valorizar o seu papel internacional, através do “triângulo estratégico do atlântico” formado por Lisboa, pela Horta (Açores) e por São Vicente de Cabo Verde.. Aires de Ornelas, assumiu entre 1906 e 1908, o Ministério da Marinha e do Ultramar, no governo liderado por João Franco, considerado como uma “última aposta” de D. Carlos, numa tentativa de reformar o regime monárquico (Rollo 2009, 27-42; Pimenta 2010, 13-32). Coube ao ministro a difícil tarefa de reorganizar o Império Colonial Português e ao mesmo tempo, ressurgir a Armada que para além de se encontrar num estado decadente, necessitava ainda de acompanhar as restantes marinhas europeias que estavam a concentrar recursos no rearmamento das suas marinhas de guerra.. Este período foi particularmente tenso, devido ao escalar das rivalidades militares entre as principais potências europeias e à conseqüente corrida internacional ao armamento naval que decorreu entre 1898 e 1914, antecedendo a 1.ª Guerra Mundial.

Foi neste contexto, que Aires de Ornelas, apresentou algumas propostas de forma a modernizar a marinha portuguesa, e procurou paralelamente definir as orientações da nova organização naval e estratégica que no seu entender, deveriam ser adotadas pela Armada. Embora a maioria das suas medidas não tenham sido

implementadas durante a sua governação, principalmente, devido à falta de tempo e aos problemas que assolavam um regime monárquico já de si esgotado, elas viriam a ser posteriormente recuperadas durante a 1.ª República. Aires de Ornelas, reuniu grande parte dos textos das medidas que implementou durante o seu ministério, na sua obra *O Problema Naval Português*, publicada em 1909, sendo este um dos nossos objetos de estudo, para além das intervenções que teve na Câmara dos Deputados em torno das propostas que apresentou enquanto titular da pasta da Marinha.

Em termos de estrutura, o nosso artigo está organizado em cinco pontos. Primeiramente, apresentamos de forma geral a biografia de Aires de Ornelas e Vasconcelos. Em seguida, debruçamo-nos sobre o contexto em que se encontrava a Marinha portuguesa nos últimos anos do regime monárquico, e posteriormente, abordamos a conjuntura internacional ocorrida neste período, que levou os sucessivos governos portugueses a apresentar propostas no sentido de reafirmar o papel da Armada na defesa das costas da metrópole e dos territórios coloniais. Depois, analisamos a política naval de Aires de Ornelas, as medidas que apresentou tendo em vista o alavancar da marinha portuguesa. E por fim, abordamos mais especificamente a componente estratégica que Aires de Ornelas definia como sendo aquela que a marinha portuguesa deveria adotar, que passava pela valorização das posições do “triângulo estratégico do Atlântico”.

Dados biográficos de Aires de Ornelas e Vasconcelos (1866-1930)

Aires de Ornelas, nasceu a 5 de março de 1866, na freguesia de S. Lourenço da Camacha, distrito do Funchal, no seio de uma família aristocrática madeirense, sendo filho de Agostinho de Ornelas Esmeraldo Rolin de Moura e de D. Maria Joaquina Saldanha da Gama, além de sobrinho do Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente D. Aires de Ornelas e Vasconcelos. Iniciou o seu percurso escolar em Lisboa, no Colégio de Jesuítas, onde após concluir os estudos secundários, matriculou-se na Escola Politécnica e alistou-se como voluntário no Regimento de Cavalaria n.º 4, em 1881 (Ramos 2006, 958). Nos anos seguintes, destacou-se na Escola do Exército onde obteve sucessivas promoções, passando pelas patentes de Alferes, Tenente e Capitão, entre 1889 e 1897. Concluiu o curso do Estado Maior em 1892, e nesse mesmo ano, teve a sua primeira experiência diplomática, participando como adjunto do general Barbosa du Bocage, na Conferência de Paz realizada em Madrid (Lupi 1934, 41-42).

Em 1893, fundou junto de Eduardo da Costa e outros camaradas seus, a *Revista do Exército e Armada*, onde colaborou ativamente, tornando-se num dos seus diretores e proprietários, e publicando alguns dos seus principais trabalhos sobre a sua participação nas Campanhas de Ocupação que ocorreram no sul de Moçambique, frente ao Império dos Vátuas (1895-1897). Destacou-se especialmente na Campanha de 1895, tornando-se uma figura reconhecida entre a geração de oficiais que participou nestas operações militares, a “Geração de 1895”. Durante estas ações, esteve envolvido em combates importantes, como foram as batalhas de Marracuene e Coolela, além de ter desempenhado missões diplomáticas relevantes, como a negociação com o Gungunhana em Manjacaze (Pélissier 2000, 239-250). A sua ação valeu-lhe o reconhecimento, especialmente por parte de Mouzinho de Albuquerque, que o nomeou Chefe do Estado-Maior em Moçambique em 1896, servindo consigo durante dois anos, além de condecorações, louvores e uma pensão vitalícia entregues pelo Estado Português (Lupi 1936, 11-13).

Em 1898, regressou a Lisboa retomando o serviço no Corpo do Estado-Maior e iniciando, paralelamente, a sua atividade política. Em 1902, ocupou o cargo de diretor do *Jornal das Colónias* e de Par do Reino por direito hereditário, onde juntamente com as conferências que realizou na Sociedade de Geografia de Lisboa, na qual fez parte da direção a partir de 1905, direcionou críticas às políticas coloniais seguidas pelos governos regeneradores e progressistas, valendo-lhe o mediatismo no espaço público. Embora tenha dedicado especial atenção às questões ultramarinas, Aires de Ornelas, participou ativamente nos assuntos relacionados com a Armada, tendo estado presente em 1906 e 1908, no Conselho Geral da Liga Naval Portuguesa (Silva 2020, 349-50). A presença na imprensa lisboeta e o desempenho de funções diplomáticas na Conferência de Paz de Haia (1899) e na Conferência de Londres (1902), permitiu-lhe a aproximação aos meios partidários, onde se viria a filiar no Partido Regenerador Liberal, criado pelo dissidente João Franco, em 1901 (Ramos 2006, 959).

Regressou a Moçambique, para desempenhar o cargo de Governador do Distrito de Lourenço Marques em 1905, a convite do recém-nomeado Governador Geral de Moçambique, João de Azevedo Coutinho. Contudo, passados nove meses pediu a demissão, regressando à metrópole no ano seguinte. Pouco tempo depois, assumiu o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar do governo de João Franco, até à queda do governo franquista após os assassinatos de D. Carlos e do príncipe herdeiro, D. Luís Filipe. Durante os cerca de 20 meses que superintendeu as pastas

da Marinha e do Ultramar (maio de 1906 – fevereiro de 1908), implementou importantes medidas como a Reforma Administrativa de Moçambique (1907), onde procurou seguir na província ultramarina a descentralização (Albuquerque e Pimenta 2021, 349–81). Além disso, acompanhou o príncipe herdeiro numa viagem oficial às colónias africanas e aos territórios ingleses da África Austral.

Em 1910, com a implantação da República, viu-se obrigado a exilar, contudo, regressou pouco tempo depois a Portugal, onde além de se tornar lugar-tenente de D. Manuel II, assumiu a liderança da Causa Monárquica, sendo a sua principal figura até à sua morte. Devido a isso, cooperou em diversas tentativas monárquicas com vista ao derrube do regime republicano, principalmente, no episódio da “Monarquia do Norte” em 1919, o que levou a que fosse preso durante uns meses (Carvalho 2013, 1088). Além disso, foi eleito deputado no parlamento republicano em 1918 e 1922, onde manteve uma postura de defesa da monarquia. Faleceu em Lisboa, a 14 de dezembro de 1930, não deixando qualquer descendência.

O estado da Marinha portuguesa nos finais da monarquia (1890-1910)

A Marinha portuguesa entre o final do século XIX e o início do século XX, encontrava-se em decadência, refletindo-se num declínio acentuado em relação a outras marinhas europeias e sul-americanas emergentes, como eram os casos de Espanha, do Chile ou do Brasil (Matos e Santos 2008, 444-45). A acentuada instabilidade política, económica e social que Portugal atravessava não era favorável ao desenvolvimento da sua marinha, que teve de enfrentar estes constrangimentos significativos que dificultaram a sua capacidade de resposta aos desafios colocados pela partilha de África e pela crescente corrida ao armamento naval a nível internacional. Neste contexto, tornou-se imperativo proceder à modernização da sua estrutura e equipamento, de forma a salvaguardar os interesses estratégicos do país e a assegurar a sua projeção de poder no espaço atlântico e ultramarino.. Apesar de algumas tentativas de modernização, a Armada encontrava-se obsoleta e incapaz de acompanhar as exigências estratégicas do país, bem como a evolução tecnológica das grandes potências navais. Esta situação, levou a uma redução do papel da marinha portuguesa no contexto internacional e a um aumento das disparidades em relação a outras marinhas.

A Armada estava dependente das grandes potências industriais, para adquirir equipamento moderno e para construir e reparar a sua frota, visto o Arsenal da

Marinha não ter capacidade para tal (Freire 2016, 128). O país não dispunha dos recursos que o novo armamento naval exigia, carecendo de aço e ferro, elementos essenciais para o revestimento das embarcações, bem como de carvão, o principal combustível utilizado pelos navios a vapor (Freire 2016, 128-29). A frota portuguesa era composta, em grande parte, por navios obsoletos que ou já tinham ultrapassado o seu tempo útil de vida ou ainda eram de propulsão mista (vela e vapor), numa altura que as restantes marinhas avançavam para a construção dos couraçados modernos movidos exclusivamente a vapor e equipados com armamento pesado. A posse de embarcações desatualizadas era insuficiente para garantir a defesa das costas nacionais e a manutenção da presença nos territórios coloniais.

Para além dos problemas acima referidos, podemos ainda acrescentar outros que impediam a valorização da Marinha, sendo eles: a falta de uma orientação estratégica que a Armada deveria seguir, refletindo-se na apresentação de propostas para a compra de material naval fora da realidade financeira do país; a subalternização dos assuntos marítimos em relação às questões ultramarinas, devido à concentração das duas pastas num único Ministério e à importância que o Ultramar passou a ter com a viragem das pretensões europeias para África; a ausência de uma Marinha de Guerra e de uma base de operações moderna, a que se juntava a necessidade de construir um novo Arsenal fora de Lisboa; a falta de investimento na formação de oficiais e marinheiros que contribuía para a degradação operacional da Armada; e por fim, os planos navais considerados curtos para a resolução dos problemas da Marinha, devido às limitações orçamentais que estavam sujeitos, à instabilidade governativa e ao receio de proceder a reformas profundas. Os inúmeros problemas que a Marinha enfrentava, impediam o seu desenvolvimento e mais importante, a proteção das costas do reino e dos territórios coloniais, pondo em causa a soberania portuguesa.

A conjuntura internacional e a reafirmação da Armada

A necessidade de reafirmar a importância da Marinha insere-se no período que antecede a 1.^a Grande Guerra, entre 1898 e 1914, marcado por um forte investimento das potências mundiais no desenvolvimento das suas marinhas de guerra. Esta aposta surge como consequência do novo contexto internacional, onde se verifica uma escalada das rivalidades militares sobretudo, entre as potências europeias, que veio a originar um novo sistema de alianças políticas, como foram a Tríplice

Aliança (1882) e a Tríplice Entente (1907) (Gilbert 2016, 29-49; Telo 1993, 17-33; Williamson 2019, 321-50). Além disso, a disseminação das ideias de Alfred T. Mahan, sobre a centralidade do poder naval ao longo da História e a sua importância para a riqueza e o prestígio das nações, também foram preponderantes para o impulso dado neste período ao desenvolvimento das armadas (Crowl 1986, 444-77). Para Mahan, uma nação só podia atingir o sucesso e influência no cenário global, se possuísse determinados elementos fundamentais, sendo eles: uma marinha de guerra forte; uma marinha mercante; o controlo das rotas comerciais marítimas; bases navais estratégicas; e territórios ultramarinos (Monteiro 2019, 87-91).

Estas ideias foram amplamente recebidas pelas principais marinhas mundiais: os EUA, a Grã-Bretanha e, em especial, a Alemanha, que procurou tornar a sua frota forte o suficiente para desafiar diretamente o domínio marítimo da *Royal Navy*. A adoção do seu pensamento pela generalidade das marinhas, tornou-se num incentivo para “políticas imperialistas, expansionistas e militaristas” (Monteiro 2019, 88), que se encontravam então em voga e que vieram a refletir numa corrida global por armamento naval sem precedentes, entre 1898 e 1914. No caso da Alemanha, os princípios de Mahan foram incorporados num momento de mudança na sua política externa, após a ascensão do *Kaiser* Guilherme II em 1888 e a saída do *chanceler* Bismarck em 1890. Nesse momento, os alemães passaram a priorizar a expansão colonial com o objetivo de se afirmarem como a principal potência mundial, levando-os a adotar uma postura de confrontação em relação à Inglaterra, como foi demonstrado pelas reações ao *raid* de Jameson em 1895 (Telo 1993, 21-22). Esta atitude teve inevitáveis consequências, tendo contribuído para aumentar as hostilidades com a Grã-Bretanha que chegaram a um ponto de crítico em 1898, altura em que foi aprovada a Lei Naval Alemã que deu início à corrida ao armamento naval pelas potências mundiais.

O projeto elaborado pelo almirante Alfred von Tirpitz, procurava modernizar e expandir a marinha alemã, de forma a equilibrar o seu poder naval com o da Inglaterra e ao mesmo tempo, permitir que a Alemanha alcançasse a posição de primeira potência mundial. A estratégia alemã, baseada na “teoria de risco” pressupunha que a *Royal Navy*, ao enfrentar uma força naval equivalente, seria forçada a negociar, uma vez que as duas forças anular-se-iam em caso de combate (Telo 2019, 40). No entanto, o efeito foi o oposto, pois a Grã-Bretanha, embora tivesse perdido a sua hegemonia face ao desenvolvimento de outras potências como os EUA e a

Alemanha, estava determinada a manter a superioridade marítima da *Royal Navy*. Esta posição levou a Inglaterra a intensificar a construção de embarcações, acelerando assim a corrida naval e provocando repercussões globais, que acabaram por afetar Portugal que viu a sua posição estratégica no Atlântico ganhar novamente relevância face aos interesses ingleses na região (Telo 2019, 40-41).

A Inglaterra procurava impedir que a Alemanha estabelecesse uma base naval no Atlântico (e no Mediterrâneo), pois isso quebraria o cerco do Mar do Norte e comprometeria a vantagem estratégica da *Royal Navy*. A presença alemã na região ameaçaria as rotas comerciais do Império Colonial Britânico e forçaria a *Royal Navy* a dispersar as suas forças, enfraquecendo o seu poder naval. Em resposta às investidas alemãs no início do século XX, que visavam ocupar pontos estratégicos no Atlântico, nomeadamente, Marrocos, e os arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Canárias, a Grã-Bretanha procurou reforçar a sua política de alianças, fomentando o entendimento diplomático junto de outras potências como a França e a Espanha³⁹. A aproximação ao país vizinho, levantou preocupações junto de Lisboa, devido ao investimento inglês na reestruturação da marinha espanhola. Este financiamento foi entendido como uma séria ameaça para a independência de Portugal, já que Espanha vinha alterando a sua estratégia política após a perda de Cuba na guerra contra os EUA, em 1898, direcionando esforços no sentido de controlar o eixo Canárias-Estreito-Baleares e garantir a expansão no Norte de Marrocos (Telo 2004, 355).

Este cenário obrigou Portugal a alterar a sua estratégia face ao realinhamento espanhol e aos interesses renovados da Inglaterra no Atlântico, que passou a focar-se nos Açores, relegando para segundo plano a África Austral e o papel de equilíbrio que desempenhava na região. A política externa portuguesa acompanha assim as mudanças que se registavam no cenário internacional, passando os Açores a ser o centro das relações diplomáticas entre Portugal e a Inglaterra a partir de 1898 (TELO 1993, 39). Estas alterações afetam diretamente a Armada que também viu o seu papel ser alterado, deixando a preponderância que havia tido ao longo da década de 1890, com as campanhas de ocupação centradas sobretudo, nas regiões costeiras, e passando a assumir um papel preponderante no Atlântico. A nova con-

³⁹ Estas tentativas originaram as crises marroquinas de 1905-1906 e 1911, que quase levaram a Europa a um conflito global.

juntura naval internacional influenciou o esforço português no desenvolvimento da sua Marinha, inserindo-se neste contexto o plano naval de Aires de Ornelas, que tal como outras propostas anteriores procurava modernizar a Armada.

A Política Naval de Aires de Ornelas (1906-1908)

Aires de Ornelas, na sua obra intitulada *O Problema Naval Português*, publicada em 1909, escreveu sobre os problemas que afetavam a Armada, bem como as medidas que tomou durante a sua vigência no governo franquista. O ministro procurou dar resposta às principais questões que a Armada se deparava nos princípios do século XX, sendo elas: a concentração dos serviços da Marinha e do Ultramar num único Ministério; a falta de material naval nas costas do Reino e do Império Colonial; a necessidade de construir um novo Arsenal fora do centro de Lisboa; e a ausência de uma definição estratégica de como a Marinha portuguesa devia atuar. Embora estas questões não fossem novas entre os titulares das pastas da Marinha e do Ultramar, o certo é queurgia apresentar medidas coerentes e exequíveis que permitissem preparar cuidadosamente o ressurgimento do poder naval português.

Apesar das dificuldades financeiras que o país enfrentava, Aires de Ornelas, considerava que quer a posse de posições estratégicas no Atlântico, o caso dos Açores, da Madeira, Cabo Verde e Lisboa, quer nos territórios coloniais, como os portos do Lobito e de Lourenço Marques, em Angola e Moçambique, respetivamente, colocavam Portugal no meio das ambições de outras potências, obrigando à proteção destes pontos (Ornelas 1934, 104). No seu entender, o problema naval português só podia ser “encarado sob o seu verdadeiro objetivo – a defesa marítima da metrópole e das colónias” (Ornelas 1934, 103). Contudo, para o país poder centrar-se nesse objetivo tinha de dispor de determinados meios, como a posse de uma Marinha de Guerra e de uma Marinha Colonial devidamente organizadas e dotadas de armamento moderno, e mais importante, tinha de reorganizar em termos administrativos o Ministério da Marinha e Ultramar, separando definitivamente os serviços marítimos e os serviços ultramarinos.

A concentração das pastas da Marinha e do Ultramar era considerado um problema nefasto para a marinha portuguesa, pois a exigência que estes dois serviços implicavam para um único Ministro, obrigavam-no a dispersar a sua atenção em duas das pastas mais difíceis de governar. Sob a sua tutela estava a administração

de um Império Colonial que se estendia desde Cabo Verde a Timor, tal como a gerência de uma extensa área marítima compreendida nos espaços europeu e ultramarino. Posto isto, a separação das duas pastas tornava-se fundamental para uma gestão mais eficiente de ambos os serviços. Contudo, Aires de Ornelas, considerava que este processo levaria um tempo, pelo que optou por preparar de forma gradual esta separação, através da entrega de maiores poderes de decisão à Secretaria da Marinha e da modernização dos seus serviços. Deste modo, procedeu à criação do Supremo Conselho de Defesa Nacional (Direcção Geral 1906, 776-79), em conjunto com o Ministro da Guerra, António de Vasconcelos Porto, e à Reorganização da Secretaria da Marinha (Ministério da Marinha e Ultramar 1907, 194-96).

Em termos gerais, a Secretaria da Marinha viu a sua estrutura ser reorganizada em quatro divisões autónomas, a saber: o Gabinete do Ministro, a Majoria General da Armada, a Direcção-Geral da Marinha e a Administração dos serviços fabris (Pacheco 2014, 456) Todas as divisões viram os seus poderes serem ampliados, conferindo-lhes maior autonomia e equivalência hierárquica, seguindo a ideia de descentralização da autoridade em cada grau e a concentração e definição dos poderes em cada um dos sucessivos graus, defendida por Aires de Ornelas. A nova estrutura permitia à Secretaria da Marinha modernizar-se e tornar-se mais eficiente, duas condições indispensáveis no processo de ressurgimento da Armada portuguesa. Apesar destas duas medidas não terem, separado definitivamente as pastas da Marinha e do Ultramar, foram importantes no sentido de reafirmar a importância dos Negócios da Marinha em termos nacionais e de preparar a reestruturação do Ministério em questão, que viria a ter uma reforma definitiva em 1911, já durante a 1.^a República, com a criação do Ministério da Marinha.

Embora os serviços marítimos devessem ser separados dos serviços ultramarinos, o ministro compreendia que a Armada não podia estar dissociada do Ultramar, devido ao seu papel na defesa das costas do reino e na manutenção dos territórios coloniais. Urgia salvaguardar que as colónias tivessem uma marinha própria, que assegurasse a proteção do seu litoral antes de se pensar na criação de uma marinha de guerra ou da separação definitiva das duas pastas. Foi nesse sentido, que Aires de Ornelas apresentou um projeto para a constituição da Marinha Colonial, que embora não tenha sido promulgado durante o seu governo, veio a ser recuperado pelo regime republicano em 1912. Com esta separação a marinha de guerra podia dedicar-se exclusivamente aos serviços de representação e defesa dos mares, litorais

e portos portugueses. Contudo, Aires de Ornelas, atendendo ao estado de desenvolvimento das colónias considerava que no imediato a defesa naval do ultramar e as despesas financeiras sobre a mesma, deveriam manter-se a cargo da Armada, até os territórios coloniais poderem assegurar devidamente estes dois serviços (Diário da Câmara dos Senhores Deputados 1906, 16). Por enquanto, os serviços marítimos das colónias ficavam incumbidos de garantir o policiamento, a fiscalização e a assistência marítima e fluvial dos territórios ultramarinos, bem como os serviços de transporte e comunicações, e os estudos hidrográficos e oceanográficos necessários. A constituição da Marinha Colonial possibilitava às colónias a sua defesa marítima, permitindo ao mesmo tempo, o arranque da construção da marinha de guerra e das bases de apoio, neste caso, um Arsenal e um porto de armamento, considerados essenciais para a proteção das costas da metrópole e das ilhas adjacentes.

Segundo Aires de Ornelas, embora o país tivesse um único porto com as condições necessárias de uma base de operações, que neste caso era o porto de Lisboa, o mesmo não podia dizer do Arsenal que nos inícios do século XIX, estava longe de ser um estabelecimento militar e industrial moderno. Tendo em conta estes aspetos, o ministro planeou a construção de um novo Arsenal no Alfeite, com o objetivo de substituir o velho estaleiro naval, apoiando-se para isso no anteprojecto do capitão de engenharia António Santos Viegas que possibilitava a transferência do Arsenal para fora da capital e ao mesmo tempo, o aproveitamento da estação de terminos dos caminhos de ferro do Sul e Sueste⁴⁰ que estavam a ser construídos na mesma região, em Cacilhas (Ornelas 1934, 71-82). A construção da nova infraestrutura era vista como uma oportunidade para ampliar e modernizar os seus serviços, permitindo ao país o funcionamento de uma base de operações moderna. Embora não tenha sido possível ao ministro iniciar a construção desta obra, o facto de ter instalado uma comissão de estudo ao anteprojecto do capitão António Viegas, permitiu o avanço do processo que só seria concluído nos finais de 1930, quando o Arsenal do Alfeite foi inaugurado.

Paralelamente à construção de um novo Arsenal, era essencial que a futura marinha de guerra, fosse provida de material naval moderno. Foi nesse sentido que Aires de Ornelas, atendendo ao estado obsoleto da frota nacional e à necessidade

⁴⁰ O prolongamento destas linhas de caminhos de ferro facilitava a comunicação com Lagos, outro importante ponto estratégico de Portugal (Diário da Câmara dos Senhores Deputados 1907, 15).

de obter elementos indispensáveis para a constituição da defesa móvel do porto de Lisboa, apresentou uma proposta para a compra de material naval (Diário da Câmara dos Senhores Deputados 1907, 6-9). O Governo propunha-se a adquirir dois contratorpedeiros, seis torpedeiros, dois submarinos, um vapor mineiro e uma vedeta, bem como a instalar um serviço de torpedos, com um custo estimado em um milhão e oitocentos e cinquenta mil réis (Diário da Câmara dos Senhores Deputados 1907, 8). O processo de aquisição do material e o seu pagamento, estavam previstos serem completados num período de três anos. Embora o projeto fosse modesto, devido à delicada situação financeira do país, Aires de Ornelas, considerava-o exequível defendendo que a aquisição do novo material naval e o aproveitamento do material existente, possibilitava a curto prazo a resposta às necessidades de defesa das costas da metrópole e do Império Colonial. Além disso, o material proposto era considerado o mais adequado às nações pequenas, como era o caso de Portugal, permitindo a defesa das suas costas em caso de bloqueios navais, bombardeamentos ou desembarques (Diário da Câmara dos Senhores Deputados 1907, 7).

O “Triângulo estratégico do Atlântico”

Para além das medidas acima analisadas, Aires de Ornelas, procurou definir as bases que deviam assentar a nova organização naval, bem como a estratégia que a marinha portuguesa devia adotar para assegurar a defesa do território continental. O ministro defendia que a ação naval do país e por conseguinte, qualquer projeto que fosse apresentado, devia ser considerado sob quatro aspetos, a saber: a situação geográfica e política do país; a capacidade económica do Estado; os recursos materiais e humanos da marinha; e os interesses para a política externa portuguesa (Diário da Câmara dos Senhores Deputados 1907, 6). Só assim seria possível a elaboração de planos exequíveis e que levassem em conta as especificidades do país e principalmente, a sua situação financeira e os seus recursos, que impediam qualquer reformulação profunda. Aires de Ornelas, encarava o ressurgimento do poder naval português, como um longo processo que seria concluído quando houvesse um Ministério da Marinha autónomo e separado dos serviços coloniais. No imediato, havia que seguir uma orientação pragmática e operar consoante os recursos que a Armada tivesse à sua disposição, aplicando-se a mesma ideia à ação estratégica que deveria orientar a marinha portuguesa.

Aires de Ornelas, entendia que o poder naval português só podia ser pensado em termos táticos e estratégicos. Em relação à componente tática, que estava associada especificamente à defesa marítima do espaço nacional, o ministro considerava que a melhor proteção das costas portuguesas tendo em conta a situação geográfica do país, passava pelo uso de forças móveis no mar que no seu entender, seriam submarinos e torpedeiros, pois este tipo de armamento era o mais adequado às nações pequenas (Ornelas 1934, 102-103). Estes dispositivos militares além de ser mais rápidos e económicos, apresentavam grandes vantagens em operações de guerra limitadas, como seria o caso de Portugal, ao comportar uma única base naval. Além disso, era essencial que a única base de operações do país fosse forçosamente o porto de Lisboa, devido à centralidade da capital em relação ao resto do país, o que permitia uma proteção mais concentrada e, por conseguinte, a mais adequada ao caso português.

Em termos estratégicos, Aires de Ornelas, enfatizava a importância da valorização das posições estratégicas que Portugal tinha no Atlântico, ou seja, Lisboa, a Horta (Faial, Açores) e São Vicente (Cabo Verde). Estes pontos formavam o chamado “triângulo estratégico do Atlântico”, que na sua visão eram um elemento essencial na defesa marítima nacional e na valorização internacional da marinha portuguesa. Segundo Aires de Ornelas, a importância destes locais vinha “da sua posição em relação às linhas de navegação do Mundo” (Ornelas 1934, 37), uma vez que permitiam a vigilância do tráfego que entrava e saía do Mar Mediterrâneo, bem como das principais rotas marítimas mundiais que ligavam a Europa à América do Sul, à América do Norte e à África Meridional. A posse destes locais estratégicos trazia no papel, o domínio sobre o Atlântico, contudo, essa não era a realidade para Portugal que não dispunha de forças suficientes para assegurar a defesa desta extensa área.

Para Aires de Ornelas, embora o país não pudesse aspirar alcançar o domínio sobre o Atlântico, pois isso exigiria uma esquadra de primeira ordem, tinha obrigação de garantir a defesa das suas costas. Esta proteção passava pela criação de bases estratégicas nos três vértices do triângulo estratégico do atlântico, bem como de núcleos de defesa móvel. Contudo, atendendo às prioridades da defesa das costas nacionais e às restrições orçamentais, cabia assegurar primeiramente as unidades de defesa móvel de Lisboa e só depois as de S. Vicente de Cabo Verde, e da Horta (Diário da Câmara dos Senhores Deputados 1907, 15). A vigilância do espaço atlântico português e das costas nacionais só podia ser garantida em colaboração com a marinha britânica, valendo-se da aliança inglesa para reafirmar o papel de Portugal

no cenário internacional e para assegurar a defesa das suas posições estratégicas no Atlântico. Cabia a Portugal a obrigação de valorizar a aliança com a Inglaterra, garantindo que o país fosse “um apoio positivo e verdadeiro” (Diário da Câmara dos Senhores Deputados 1907, 15), para a aliada. Para além disso, Aires de Ornelas, afirmava que a cooperação entre as duas nações no Atlântico, só seria completa se a esquadra portuguesa fosse constituída em função das forças navais que a aliada viesse a utilizar no espaço atlântico (Ornelas 1934, 100).

Aires de Ornelas, foi neste período a par de Paiva Couceiro, Pereira de Matos, entre outros, um dos maiores defensores da importância da valorização do “triângulo estratégico do atlântico”, como o principal meio de Portugal contribuir para a aliança inglesa e beneficiar do apoio da Inglaterra. Esta visão insere-se num período marcado por profundas mudanças no pensamento naval português, onde a nova geração de teóricos começou a abandonar o conceito de “esquadra fortaleza” focado na defesa de Lisboa, passando a priorizar a valorização dos pontos estratégicos do Atlântico. A derrota da Espanha para os EUA em 1898 reforçou a necessidade de uma marinha moderna e bem organizada, apoiada na aliança com a Inglaterra, para garantir a defesa das posições portuguesas atlânticas e no Império Colonial. Havia um consenso de que o poder naval nacional dependia da aliança inglesa e do reforço das relações de cooperação entre os dois países, pelo que, passou-se a defender uma maior aproximação entre Portugal e a Inglaterra no final do século XIX. Assim, a partir de 1899, a estratégia portuguesa altera-se, passando a priorizar “a valorização das alianças, do espaço atlântico português e a defesa contra a ameaça espanhola” (Telo 2003, 356).

Anos mais tarde, no rescaldo da 1.^a Guerra Mundial, Aires de Ornelas reafirmou a importância de Portugal realçar a sua posição estratégica no Atlântico, pensando num contexto pós-conflito, entendendo ser fundamental conter as ambições expansionistas alemãs que considerava não desaparecerem com o fim da guerra. Face a estas preocupações, defendia por um lado ser necessário impor condições de paz à Alemanha que a impossibilitassem de iniciar outro conflito internacional. E por outro, constituir uma aliança entre os países atlânticos, neste caso, Portugal, a Inglaterra e o Brasil, a que chamava de “Lago anglo-latino”, de forma a contrapor “uma possível Mittel-Europa” alemã (Ornelas 1934, 259-61). Neste cenário, Aires de Ornelas, entendia que a posse do “triângulo estratégico Lisboa-Lagos-Horta”, da Madeira, e dos portos africanos do Lobito, de Moçâmedes e de S. Vicente de Cabo Verde, obrigavam Portugal a colaborar ativamente com outras potências no sentido de proteger o espaço atlântico.

Conclusão

Aires de Ornelas procurou modernizar e valorizar a marinha portuguesa através de propostas de lei pragmáticas, em consonância com as limitações financeiras do país. Defendia que, antes de se poder pensar em adquirir esquadras navais, era necessário estabelecer uma base naval, garantir a defesa do porto de Lisboa e encontrar um meio de financiamento sustentável que permitisse o melhoramento completo da marinha portuguesa. A sua abordagem realista priorizava a solução dos problemas mais urgentes da marinha, como a defesa das costas do reino e a criação de uma Marinha Colonial, sempre em cooperação com a marinha britânica, valendo-se da aliança com a “velha aliada”, e a proteção do triângulo estratégico do Atlântico, que garantia a Portugal alguma importância no plano geopolítico.

Durante os cerca de vinte meses que Aires de Ornelas esteve à frente do Ministério da Marinha e do Ultramar, conseguiu reformar a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e criar o Supremo Conselho de Defesa Nacional. Embora a maior parte das suas medidas não tenham saído do papel, elas acabaram por ser recuperadas posteriormente sendo exemplo disso, a criação da Marinha Colonial em 1912 e a transferência do Arsenal da Marinha, concluída na década de 1930 com a construção do Arsenal do Alfeite. Além disso, estas medidas receberam especial atenção pela imprensa da época, contribuindo para a discussão pública em torno da importância da Marinha para a defesa da soberania do país e do seu espaço colonial.

Notas bibliográficas e fontes:

Legislação

- Geral, Direção. 1906. “Carta de lei de 24 de Dezembro de 1906”, 26 de Dezembro de 1906. In *Diário de Governo* 292: 776-79. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/91/135/p803>
- Ultramar, Ministério da Marinha e Ultramar. 1907. “Decreto aprovando a reorganização da Secretaria do Estado dos Negocios da Marinha”, 13 de Abril de 1907. In *Diário de Governo* 81: 194-196. <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/95/139/p228>

Fontes impressas

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, sessão n.º 13 de 18 de outubro de 1906.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, sessão n.º 22 de 5 de fevereiro de 1907.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, sessão n.º 29 de 23 de fevereiro de 1907.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, sessão n.º 40 de 11 de março de 1907.

Bibliografia

Ornelas, Aires. 1934. “O problema naval português”. In *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, Vol. III, Biblioteca Colonial Portuguesa, Vol. VI. Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.

Albuquerque, Gonçalo C., e Fernando Tavares Pimenta. 2021. “Um Madeirense ao Comando do Império. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Reorganização Administrativa de Moçambique (1907)”. *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série* 3: 349–81.

Crowl, Philip A. 1986. “Alfred Thayer Mahan: The Naval Historian”. In *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*, edited by Peter Paret. Oxford University Press.

Freire, João. 2010. *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*. Edições Colibri, 2010.

———. 2016. *Jornal Da Marinha: chefias, mudanças, permanências e desempenhos nos últimos 180 anos*. Edições Colibri.

Gilbert, Martin. 2016. *A Primeira Guerra Mundial*, Esfera Livros.

Lupi, Eduardo. 1936. *Aires de Ornelas*, Coleção Pelo Império 24. Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias.

Lupi, Eduardo. 1934. “Prefácio”, In *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, por Aires de Ornelas, vol. I, Biblioteca Colonial Portuguesa, vol. II. Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.

Matos, Sérgio Campos, e Luís Aguiar Santos. 2008. “A marinha e a cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (séculos XIX e XX)”. *Revista de História das Ideias* 29: 431-68. <http://hdl.handle.net/10316.2/41575>

Pacheco, Capitão-de-fragata EH Bessa. 2014. “A Marinha na I Guerra Mundial”. *Anais do Clube Militar Naval*. Vol. CXLIV: 449-89.

Pélissier, René. 2000. *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*, vol. 2. Lisboa, Editorial Estampa.

- Pimenta, Fernando Tavares. 2010. *Portugal e o século XX: estado império e descolonização (1890-1975)*. Porto, Edições Afrontamento.
- Ramos, Rui. 2006. “Vasconcelos, Aires de Ornelas e (1866-1930)”, In *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, coord. Maria Filomena Mónica, vol. III (N-Z). Assembleia da República, Imprensa de Ciências Sociais.
- Rollo, Maria Fernanda Rollo. 2009. “Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema”, In *História da Primeira República Portuguesa*, coordenado por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa, Tinta da China.
- Silva, Fernando Alberto Carvalho David e. 2020. “Liga Naval Portuguesa – do “Ressurgimento marítimo” ao “Ressurgimento nacional”, entre quatro Regimes (1900-1939)”. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/43799>.
- Telo, António José. 1999. *Homens, doutrinas e organização, 1824-1974 (TOMO I)*. Academia de Marinha.
- . 1993. *Os Açores e o controlo do Atlântico, 1898-1948*. Edições Asa.
- . 2004. “Os Começos do Século”. In *Nova História Militar de Portugal*, coordenado por Nuno Severiano Teixeira, vol. 4. Círculo de Leitores.
- . 2019. “As Estratégias Navais em confronto na Grande Guerra”, In *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra: política e poder naval (1898-1922): Portugal e a Grande Guerra*, editado por António José Telo, Nuno Sardinha Monteiro e Jorge Semedo de Matos. Comissão Cultural da Marinha.
- Monteiro, Nuno Sardinha. 2019. “Mahan e a Grande Guerra”, In *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra: política e poder naval (1898-1922): Portugal e a Grande Guerra*, editado por Nuno Sardinha Monteiro, António José Telo, e Jorge Semedo de Matos. Comissão Cultural da Marinha.
- Williamson, Corbin. 2019. “The Royal Navy, 1900–1945: Learning from Disappointment”. In *The Culture of Military Organizations*, edited by Peter R. Mansoor and Williamson Murray, Cambridge University Press.

IMAGINÁRIO PSICODÉLICO NA ARTE INDÍGENA: DA CURIOSIDADE ANTROPOLÓGICA À PERSPECTIVA DECOLONIAL

JOSÉ ELIÉZER MIKOSZ

Universidade Estadual do Paraná (GIPV – Unespar). Universidade Nova de
Lisboa (CHAM-FCSH) –Universidade de Lisboa (CIEBA – FBAUL).
antar.mikosz@unespar.edu.br

Introdução

Inicialmente acreditamos ser fundamental conceituar alguns termos usados nesse trabalho para não dar margens para interpretações errôneas, senão preconceituosas e rotuladoras. Buscamos uma epistemologia que seja elástica o suficiente para dar conta de um fenômeno universal sem o apego a visões científicas e culturais inflexíveis, algo aberto a crescer, aprender e ver novas possibilidades sem perder a lucidez.

Usamos a palavra *Imaginário* não apenas em seu sentido quimérico ou de fantasia, mas como algo que está presente em nossa mente em *outro nível de realidade* e que tem importante papel na construção da cultura e no direcionamento de comportamentos. O termo *psicodélico* foi criado em troca de cartas entre o psiquiatra Humphry Osmond com o escritor Aldous Huxley em 1956. A palavra deriva da junção do grego *psique* (mente, espírito, alma,) e *delos* (manifestação, revelação, visão), significa aquilo que *expressa a alma* e que está associado ao uso de substâncias e plantas psicoativas, principalmente da classe *Phantastica* encontrada em plantas como a ayahuasca⁴¹, *Amanita muscaria*, peiote, cogumelos, o iboga africano entre outros como o sintético LSD. A intenção era encontrar um

⁴¹ A ayahuasca é um chá preparado com duas espécies de plantas, o cipó *Banisteriopsis caapi* e o arbusto *Psychotria viridis*. Há diversas variações de plantas usadas e também muitos nomes diferentes dependendo do povo em questão.

termo que descrevesse adequadamente os efeitos das substâncias que levam aos estados não ordinários de consciência.

Portanto, **Imaginário Psicodélico** se refere a todo o tipo de produção de trabalhos visuais, notadamente neste capítulo os de pintura, onde o processo criativo está condicionado a experiências com o uso de substâncias psicoativas. Pode se usar o termo *Arte Visionária*⁴² para este tipo de produção, nesse caso incluindo todas as experiências visionárias que ocorrem *com* ou *sem* o uso de substâncias psicoativas (práticas espirituais como meditações, rituais diversos, exaustão física, privação do sono, estados patológicos etc.). Outra forma de se referir a essas visões há o termo “*miração*” usado, por exemplo, em religiões brasileiras como o *Santo Daimé* e a *União do Vegetal* (UDV), que comungam em seus rituais com a ayahuasca. A artista Daiara Tukano prefere usar o termo *Arte Miracional Originária* para seus trabalhos (Bravo 2024). Já o artista norte-americano Rick Harlow, há mais de 30 anos trabalhando com comunidades indígenas Ashaninka de Serra Nevada na Colômbia, em depoimento pessoal disse que não identifica seu trabalho com o termo “arte visionária”. Outro exemplo pessoal, o artista Ernesto Boccara se identifica mais com o termo *Realismo Fantástico* e *Arte Visionária*, não gostando do termo psicodélico. Lembrando que o termo se refere aos estados advindos com uso de substâncias psicoativas, o que nem sempre acontece na produção dos trabalhos de muitos artistas.

Continuando ao posicionamento sobre as palavras elencadas no título desse capítulo, a palavra **Indígena** vem do latim e significa *alguém natural do lugar em que vive, gerado dentro da terra que lhe é própria*, semelhante ao termo nativo, aquele que é natural de alguma terra ou lugar. Mesmo que, durante o período colonial muitos povos da África e Europa, Ásia, tenham imigrado para o Brasil, havia os povos originários, os indígenas, os naturais donos das terras, alocados ali previamente.

Falar em **Curiosidade** pode gerar uma ideia de valor que não corresponde ao ímpeto investigador com o qual são identificados os antropólogos e demais cientistas das humanidades. Usamos o termo curiosidade como uma forma instintiva lícita do desejo de conhecer, não como algo leviano ou superficial.

⁴² *Arte Visionária* é a arte de retratar visões advindas de experiências em Estados Não Ordinários de Consciência (ENOC).

Finalmente, buscamos o termo **Decolonial** para representar as ações críticas e a resistência aos valores que permaneceram no período pós-colonial, contra as matrizes de poder decorrentes do colonialismo, onde os povos do passado, que foram alvos de processos de colonização, buscam agora reificar, consolidar, os elementos em sua tradição e ancestralidade miscigenadas com o mundo atual, mas pelo seu próprio viés, lugar de fala e reflexão. Essas questões não são apenas da atualidade, já no *Modernismo* artistas e intelectuais traziam abordagens críticas. Vale a pena destacar aqui o *Manifesto Antropófago*, um dos pilares do Modernismo brasileiro, desenvolvido por Oswald de Andrade e publicado em 1928 na *Revista de Antropofagia*. Trata-se de uma proposta cultural e estética que reimagina a identidade brasileira, partindo de uma metáfora baseada na prática indígena de “devorar” os inimigos como forma de absorver suas forças e características. Algumas das ideias do *Manifesto Antropófago* contemplam o que estamos buscando chamar Decolonial, lembrando que, na época, ainda se observava essas questões de fora, não com o viés pelos próprios artistas autorais dos povos originários: 1. Devorar para recriar – Oswald propõe “devorar” a cultura estrangeira, digerindo-a de forma crítica e transformando-a em algo novo, autenticamente brasileiro. Em vez de copiar passivamente as influências externas, o Brasil deveria assimilá-las e reinterpretá-las à luz de sua própria cultura. 2. Resgate das raízes indígenas – A antropofagia valoriza as culturas indígenas brasileiras como um símbolo de resistência à colonização. A metáfora do canibalismo celebra a independência cultural e a capacidade criativa dos povos originários. 3. Crítica ao colonialismo e à imposição cultural – O manifesto rejeita a submissão aos modelos culturais europeus impostos durante a colonização. É uma resposta irreverente e criativa à lógica eurocêntrica que dominava o pensamento cultural da época. 4. Afirmação de uma identidade brasileira híbrida – Para Oswald, o Brasil é marcado pela mistura de influências indígenas, africanas e europeias. A antropofagia celebra essa diversidade, apresentando-a como fonte de força criativa. 5. Ironia e humor – O manifesto utiliza uma linguagem provocativa e irônica, subvertendo os discursos sérios da intelectualidade da época (Andrade 2017).

Em um mundo sem a possibilidade ainda de verdades absolutas, as verdades relativas e as verdades auto evidentes devem ser ouvidas e respeitadas em cada cultura, em cada forma de expressão, no reconhecimento e aceitação criativa das diferenças. Desejamos assim que o título *Imaginário psicodélico na arte indígena*:

da curiosidade antropológica à perspectiva Decolonial, seja compreendido sem embaralhamentos conceituais e prejudiciais.

Psicoativo, enteógeno ou droga?

Vários povos originários usam “plantas de poder” em sua cultura. São sacramentos, medicinas, muito longe do termo pejorativo “droga”. Religiões brasileiras como o *Santo Daime* e a *União do Vegetal* usam a ayahuasca como sacramento para fins de contato espiritual e de concentração mental. Tanto o Mestre Irineu (*Alto Santo – Santo Daime*) como o Mestre Gabriel (UDV), conheceram a ayahuasca durante o *ciclo da borracha* na Amazônia. Depois de algumas polêmicas, a legislação brasileira reconheceu o uso religioso da ayahuasca. Muitos países fizeram o mesmo como em vários Estados Norte-Americanos, porém, na Europa, países como França e Itália podem punir seu uso como fariam com qualquer “droga” ou substância ilícita.

O fato de que algumas dessas substâncias poderem ser usadas recreativamente, por curiosidade, não invalida seu potencial enteógeno⁴³, ou seja, a capacidade de serem usadas como sacramentos por diversos povos desde a antiguidade e serem facilitadoras de estados de consciência que se aproximam de experiências de profundo contato espiritual. Infelizmente o termo psicodélico por vezes está associado de forma ignorante e pejorativa a um período onde jovens hippies abusavam das drogas nos anos 1960/70, buscamos aqui desmitificar um pouco a questão, pois esses mesmos jovens buscavam expansão da consciência, lutavam por uma sociedade mais justa, equânime, menos consumista, longe das guerras, abraçavam manifestações espirituais e religiosas do oriente e nativas, buscavam a liberdade contra as repressões em seus comportamentos e baseavam sua luta na famosa frase “Paz e Amor”, nenhuma revolução no planeta foi tão abrangente.

Atualmente vemos o termo psicodélico associado a importantes grupos de pesquisa como o *MAPS – Multidisciplinary Association for Psychedelic Studies*, organização que trabalha para maior aprofundamento sobre substâncias psicodélicas, foi fundada em 1986 por Rick Doblin. *O Horizons – Perspectives on Psychedelics* desde 2007 tem realizado conferências presenciais em Nova Iorque

⁴³ Significa o que pode gerar experiência interna do Divino.

sobre o tema e possui uma plataforma digital com trabalhos publicados sobre os psicodélicos na ciência, medicina, política, negócios, cultura e espiritualidade. Em Londres acontece de forma bienal o *Breaking Convention – Dedicated to the Understanding of Psychedelics* que organiza conferências acadêmicas agregando múltiplas disciplinas como medicina, psicologia, antropologia, sociologia, leis, políticas e artes. Há também o *Chacruna – Institute for Psychedelic Plant Medicines*, que apoia a proteção de plantas sagradas e as tradições culturais como dos povos indígenas. No Brasil, entre outros, há o *NEIP – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos* que congrega estudiosos de várias áreas, a *Wasiwaska – Interdisciplinary Dialogues on Plants, Consciousness, Visionary Art, and Indigenous Spirituality* e a *APB – Associação Psicodélica do Brasil*. A ideia central de todos esses grupos é a elucidação e pesquisa sobre psicoativos, as Ciências Psicodélicas.

Visão, alucinação, miração?

Outros termos que causam desentendimentos: visão, alucinação, miração. O que diferencia a visão de um profeta, como descritos na Bíblia e no Alcorão entre outros livros religiosos, de uma alucinação? A alucinação está associada a estados patológicos – a percepção de ter visto, ouvido, tocado, provado ou cheirado algo que não estava realmente no local –, portanto, a visão de um profeta, de um visionário, não poderia ser fruto de uma patologia e sim, da sua capacidade de “ver além”, de estar em contato com o mundo espiritual, invisível ao mundo material. Os sonhos tampouco podem ser classificados como alucinações, “estão lá” em um processo natural. Os ENOC, da mesma maneira, são estados naturais da consciência humana, de um outro espectro e com características específicas e não algo patológico.

O Fenômeno Visual

A realização de desenhos, pinturas, esculturas, inspiradas em visões advindas dos estados não ordinários de consciência (ENOC) é uma prática milenar na humanidade. Nos primeiros estágios dessas visões pode acontecer o fenômeno entóptico, onde padrões geométricos aparecem como os ziguezagues, treliças,

espirais entre outros grafismos encontrados na arte rupestre e indígena. Diversos povos, baseados nessas visões, constroem padrões em suas pinturas corporais, vestimentas, cerâmica etc., num estilo característico da cultura de cada um.

Podemos observar os trabalhos da Arte Kené, dos Shipibo-Conibo no Peru onde os zigzagues e espirais estão presentes e representam elementos como o espírito do olho, cruzeiros, serpentes cósmicas, seres humanos entre outros que podem ser pintados ou bordados. A Arte Kené, apesar de ser o fruto de uma cultura que usa a ayahuasca e tem experiências *miracionais* com padrões visuais, segue um estilo típico que é passado pela cultura desse povo.



Fig. 1. Pablo Amaringo, 1986. Vision 20: Aceropunta. Guache sobre papel preto.

Um exemplo da construção artística visionária autoral é do pintor Pablo Amaringo (Peru 1938-2009), um xamã Shipibo-Conibo que se dedicava a pintar quadros com representações do seu povo e de paisagens amazônicas. Foi pela influência de Luis Eduardo Luna (Colômbia 1947), pesquisador que estava estudando

os xamãs ribeirinhos que, ao entrar em contato com Amaringo, sugeriu que ele pintasse as visões resultantes da ingestão da bebida psicoativa ayahuasca, normalmente essas visões são mantidas em segredo pelos xamãs por causa de suas disputas espirituais com outros xamãs feiticeiros. Disso resultou uma produção que tornou Amaringo conhecido no mundo todo. Juntos escreveram o livro *Ayahuasca Visions – The Religious Iconography of a Peruvian Shaman* (Luna e Amaringo 1991) que traz uma série de pinturas retratando experiências visionárias onde se misturam os efeitos fisiológicos da bebida com a influência da cultura Shipibo-Conibo. Amaringo influenciou vários artistas pelo mundo todo e seu trabalho continua a inspirar a todos que se aventuram na produção artística visionária. Luna e Amaringo em 1988 fundaram a Usko Ayar, uma escola de pintura em Pucallpa no Peru.

O documentário *D'autres Mondes* de 2004, dirigido por Jan Kounen, mostra o processo de miscigenação da cultura Shipibo com a influência dos colonizadores cristãos espanhóis. A figura de um xamã ainda é importante e as consagrações e rituais de cura com a ayahuasca persistem, mas outros como o modelo do casamento, absorveram a influência dos “conquistadores”. O documentário se aventura a exibir como seria a experiência visual da ayahuasca, além de trazer depoimentos de pesquisadores como Charles Grob, Stanislav Groff, Rick Strassman, Luis Eduardo Luna, Jeremy Narby, Jace Callaway, Michel Boccara, Kary Mullis, o xamã Guillermo Arevalo e os artistas Pablo Amaringo, Alex Grey e Jean Giraud (Moebius) (Kounen, et al. 2004).

Se pegarmos exemplos de outros povos da Floresta Amazônica, os Tukano e Huni Kuin, vamos encontrar várias representações visuais deles que também usam a ayahuasca de forma sacramental em sua cultura. No passado esses povos foram estudados por antropólogos como Peter Furst (ver *Alucinógenos e Cultura*) e Richard Dolmatoff (ver *Desana: Simbolismo dos Índios Tukano del Vaupés*). Como é sabido, esses povos não tinham originalmente o mesmo entendimento da arte que o ocidente. Não havia ali galerias de arte ou museus. Uma visão diacrônica desta questão permite compreender como a miscigenação, essa troca de culturas, possibilitou que artistas do povo Tukano, Tupinambá, Huni Kuin entre outros, entrassem na atualidade no circuito oficial de arte, obtendo representatividade em museus, galerias e bienais, tendo um lugar de fala que é hoje fonte de conhecimento cada vez mais acessível, onde se pode discutir questões num processo que se define como decolonização, contribuindo assim para um renovado interesse por estes estudos num território que se quer ser isento e comum.



Fig. 2. Pablo Amaringo, 1988. Vision 30: Kapuriki. Guache sobre papel preto.

Culturas diferentes, experiências diferentes e sem entendimento possível?

A arte não é autoexpressão: ela é a expressão de todos os elementos da cultura que lhe deram forma. Nós filtramos as informações do ambiente que nos circula, das nossas famílias, da nossa comunidade, das milhares de informações que recebemos das mais variadas formas e meios. Nós não criamos essas informações; elas ajudam a nos criar. Nós as interpretamos e as descrevemos para nós mesmos e os demais como forma de significado de como as entendemos. Esse é o impulso da arte. Mesmo as palavras vindas da mais pura imaginação possuem fontes fora de nós mesmos. Conheça as suas fontes.

A arte não pode ser entendida fora do contexto social, aliás, quase nada pode ser entendido fora dele, principalmente a construção de símbolos e da linguagem. Se pegarmos a palavra saudade na língua portuguesa, podemos dizer que se trata

de um sentimento de incompletude, relacionado à privação ou afastamento da presença de alguém ou de algo. Em inglês as expressões como “*I miss you*”, “*to feel homesickness*”, “*to have a yearning*”, “*longing*”, seriam formas de expressar o mesmo sentimento? Em espanhol dizer “*te echo de menos*”, “*te extraño*” ou “*añoro tu presencia*”, também expressam o mesmo sentimento? Mesmo na língua portuguesa “Sinto sua falta” é o mesmo que “tenho saudades de você?”. Talvez não seja possível fazer afirmações claras, traduções exatas, pois a cultura dá significados específicos que são vividos pelos indivíduos sem muita racionalização. As “verdades” aqui não são absolutas, podem ser relativas ou apenas auto-evidentes. Mesmo em assuntos científicos temos “consistências” criadas, absorvidas e tratadas como verdades, por exemplo, a divisão das cores em 7 por Isaac Newton foi simplesmente pela mística do número 7, a cor índigo foi acrescentada depois que um amigo, a pedido de Newton, o ajudou a estabelecer as cores principais do arco-íris ou na luz refratada pelo prisma que seriam 6. Na verdade, talvez, seriam apenas 3⁴⁴, o vermelho, verde e azul (RGB) que da mesma forma que usadas nas telas de celulares, televisões e computadores, geram praticamente todas as cores visíveis pelo olho humano. Mesmo no caso das “7 cores”, há todo o espectro de milhões delas na passagem de uma cor para outra, todas as cores estão ali, não apenas as 7 principais. Hoje vemos essa mística do número 7 em quase tudo, notas musicais, chacras como descrito na yoga etc., usando paralelos sinestésicos com as 7 cores num processo criativo aberto a especulações.

Disso podemos imaginar a dificuldade em descrever experiências dos ENOC, mesmo em indivíduos de uma mesma cultura, como vimos no exemplo de palavras específicas para representar sentimentos como a saudade. Lembrando ainda que, além da cultura, as experiências dessa natureza estão condicionadas ao estado de espírito do indivíduo, o seu entorno ou ambiente, as condições psicológicas, as expectativas, crenças e medos naquele momento, onde todos esses fatores irão influenciar no que será visto. O único *universal*⁴⁵ aí, isto é, aquilo que pode estar além da cultura, será o pronunciado efeito de substâncias psicoativas nos indivíduos.

⁴⁴ As combinações das cores primárias de luz, não dos pigmentos, entre vermelho + verde dá o amarelo, o verde + azul dá o azul ciano, o azul + verde dá a magenta. A variação da combinação dessas cores, mais a intensidade de brilho de cada uma, dá uma gama de milhões de cores diferentes.

⁴⁵ Aquilo que é inato, independente da cultura, por exemplo, nossa capacidade de falar é inata certamente, nossa capacidade de falar inglês, porém, é sem dúvida cultural (Geertz 1989, 36).

Definir o que é arte no ocidente, passa pela história e vai sendo recriada, podemos falar, só nas artes visuais, de diversas artes ou movimentos artísticos, muitos se contrapondo aos movimentos anteriores. Se não há necessariamente a palavra arte para esses povos originários, algumas aproximações poderiam ser feitas? Por exemplo, no caso da palavra *hori* dos Tukano⁴⁶, segundo a artista e pesquisadora Daiara Tukano: “Por isso que a palavra arte não consegue abraçar a palavra *hori*, ainda que a palavra *hori* possa, em alguns momentos, abraçar a palavra arte (nem sempre). Isso dá muito trabalho de explicar para o não-indígena, explicar para o branco” (Bravo 2024, 134). Evidenciando assim a dificuldade de uma comunicação efetiva quando há tantos conceitos e preconceitos difíceis de serem ultrapassados, mas que merecem e devem ser discutidos entre os povos diretamente, não apenas como uma observação fria de fora que, certamente, ferirá e perderá toda a riqueza que está presente nessas culturas e que foram, e ainda são, tantas vezes desprezadas e violadas.

A Arte Indígena Brasileira da atualidade

Trazemos aqui sucintamente as ações de alguns artistas indígenas no Brasil. O tema não pode ser esgotado no presente capítulo, foi escolhido alguns momentos que representam as ações artísticas em museus e bienais.

O coletivo Mahku⁴⁷, fundado no Acre em 2013 por índios Huni Kuin, participou com uma exibição no MASP em março de 2023 onde foi realizada uma intervenção na rampa do subsolo do museu que foi integralmente pintada com representações multicoloridas de cobras, folhas, malocas e índios. Em uma das laterais, foi realizado o desenho de um jacaré imenso que liga os dois pavimentos inferiores do museu, “na mitologia dos indígenas huni kuin, o réptil significa uma ponte entre mundos distintos, afirma Ibã Huni Kuin, um dos responsáveis pela pintura, uma metáfora da entrada triunfal da arte dos povos originários no museu da avenida Paulista” (FolhaPress 2023). No primeiro subsolo, no mesmo período, o Masp inaugurou a mostra individual de pinturas da indígena Macuxi Carmézia Emiliano. Ambas as exposições marcaram o início do ano de 2023 dedicado aos povos originários no museu.

⁴⁶ Povos da família linguística Tukano que habitam o Noroeste do Amazonas com ramos na Colômbia.

⁴⁷ No Instagram @mahkumovimento.

Em 2024 o coletivo Mahku participou da Bienal de Veneza (*60th International Art Exhibition*) que aconteceu entre 20 de abril a 24 de novembro, com a pintura de um mural de setecentos metros quadrados na entrada da Bienal. O curador da Bienal foi o brasileiro Adriano Pedrosa. Vale destacar na citação abaixo a frase “*the indigenous artist, frequently treated as a foreigner in his or her own land*” como constatação e necessidade do processo Decolonial onde essa equação seja devidamente ajustada e conscientizada dentro do absurdo que ela remete, pois, as colonizações, as invasões, são violentas dessa maneira. Porém, a definição do “Núcleo Contemporâneo” como os “estranhos” não parece muito acolhedor:

*The Italian **straniero**, the Portuguese **estrangeiro**, the French **étranger**, and the Spanish **extranjero**, are all etymologically connected to the **strano**, the **estranho**, the **étrange**, the **extraño**, respectively, which is precisely the stranger. Sigmund Freud’s **Das Unheimliche** comes to mind — **The Uncanny** in English, which in Portuguese has indeed been translated as “**o estranho**” – the strange that is also familiar, within, deep downside. According to the **American Heritage** and the **Oxford Dictionaries**, the first meaning of the word “queer” is precisely “strange”, and thus the Exhibition unfolds and focuses on the production of other related subjects: the queer artist, who has moved within different sexualities and genders, often being persecuted or outlawed; **the outsider artist**, who is located at the margins of the art world, much like the self-taught artist, **the folk artist** and the **artista popular**; **the indigenous artist**, frequently treated as a foreigner in his or her own land. The productions of these four subjects are the interest of this Biennale, constituting the **Núcleo Contemporâneo**.*

***Indigenous artists** – stated the Curator – have an emblematic presence and their work greets the public in the Central Pavilion, where the Mahku collective from Brazil will paint a monumental mural on the building’s façade, and in the Corderie, where the Maataho collective from Aotearoa/New Zealand will present a large-scale installation in the first room [...]. (La Biennale di Venezia 2024)*

Mais recentemente, no dia 14 de dezembro de 2024, o grupo Mahku abriu a exposição “*Kapewē Pukêni: Huni Kuin Atravessando Mundos*” na Galeria do Largo, em Manaus. O grupo ainda participa da 13ª Mostra 3M de Arte – “*Interespécies: Cruzando Mundos*” é a primeira edição da Mostra 3M de Arte na cidade de Manaus.

Outra participação do Brasil na Bienal de Veneza 2024 foi no pavilhão intitulado “*Ka’a Pûera: nós somos pássaros que andam*”. O título da exposição faz

referência a um termo tupi que significa florestas antigas transformadas em áreas de cultivo, e se refere a uma pequena ave camuflada, simbolizando a resiliência e a capacidade de renascimento dos povos indígenas. A duplicidade de símbolos é central para o conceito do Pavilhão Hãhãwpuá (território ancestral), que celebra a história de resistência do Brasil por meio das obras de Glicéria Tupinambá, Olinda Tupinambá, Ziel Karapotó e da Comunidade Tupinambá das aldeias Serra do Padeiro e Olivença, na Bahia. Glicéria Tupinambá evoca os mantos de sua cultura e constitui Okará Assojaba, o conselho dos anciãos. Desenvolvido em colaboração com o Grupo Atã, que reúne jovens e anciãos Tupinambá, “*Dobra do Tempo Infinito*” apresenta uma videoinstalação onde redes de arrasto se conectam a tramas e vestes tradicionais. Ziel Karapotó cria uma instalação que une cartuchos usados e maracas, desafiando os processos coloniais, enquanto Olinda Tupinambá dá voz a Kaapora, uma entidade espiritual que protege nossa relação com o planeta (La Biennale di Venezia 2024). “A exposição é realizada no ano em que um dos mantos retorna ao Brasil da Europa, onde está desde 1699, atualizando questões de colonização — e encontrando os Tupinambá e mais de 300 povos indígenas no Brasil que continuam suas lutas como Ka’á Pûera, pássaros que caminham sobre florestas ressurgentes” (La Biennale di Venezia 2024).

Jaidier Esbell Macuxi (Normandia, Roraima, 1979 – São Paulo, 2021). Artivista e ativista sociocultural indígena, Esbell constrói em sua produção conexões entre os valores tradicionais de seu povo, Macuxi, e as romantizações brancas sobre as culturas indígenas, colocando em xeque a relação das apropriações culturais. Em 2021, na 34ª Bienal de São Paulo, *Faz escuro, mas eu canto*, Esbell participa junto com as artes de Daiara Tukano, Sueli Maxakali, Uýra e Gustavo Caboco. Esbell, combina diversas formas de expressão como pintura, escrita, desenho, instalação e performance, sua obra entrelaça mitos indígenas, críticas à cultura dominante e questões socioambientais, alternando entre um tom poético e uma postura claramente política e ativista. Na performance *Carta dos Povos Indígenas ao Capitalismo* (2019), realizada em Genebra, Esbell entregou aos representantes do banco UBS uma carta que defendia o direito a uma vida digna para todos os seres do planeta. A mensagem, com tom profético, ecoa o pensamento do xamã Davi Kopenawa, que alerta sobre a possibilidade de o céu desabar sobre nossas cabeças. Para Esbell, a natureza já nos envia sinais de catástrofe e é fundamental ouvi-los com mais atenção. Essa performance simboliza uma busca por justiça social e pela

visibilidade dos povos da floresta. *A guerra dos Kanaimés* (2020), uma nova série de pinturas criada para a 34ª Bienal, apresenta uma sequência de cenas alegóricas. Nessa obra, Esbell resgata a ideia dos kanaimés – frequentemente descritos como espíritos mortais que causam a morte daqueles que os encontram – e a associa aos conflitos contemporâneos enfrentados pelo povo Macuxi e seus aliados, que sofrem ataques de forças oficiais e extraoficiais interessadas em explorar suas terras de forma predatória. Dependendo de suas alianças, os kanaimés podem ser vistos tanto como protetores quanto como predadores. Em um cenário repleto de ameaças diretas e disfarçadas – onde muitas vezes o que destrói é apresentado como algo benéfico – Esbell reflete sobre a presença concreta desses espíritos na vida e na resistência do povo Macuxi (34ª Bienal de São Paulo 2021).



Fig. 3. Daiara Tukano, 2022. A queda do céu e a mãe de todas as lutas. 200x400 cm. Acrílica sobre tela.

Daiara Tukano (São Paulo, 1982) pertence ao clã Uremiri Hãusiro Parameri do povo Yepá Mahsã (Tukano) da região amazônica do Alto Rio Negro. Na 34ª Bienal, Daiara apresenta *Festa no Céu*, um conjunto de quatro pinturas suspensas que representam os pássaros sagrados: gavião-real, urubu-rei, garça-real e arara-vermelha, os *miriã porã mahsã* que, para os Tukano, fazem cerimônia para segurar o céu e impedir que o sol queime a terra fértil. No verso de cada pintura, um manto

feito de penas entrelaçadas em padrões geométricos de raiz ancestral remete à tradição dos grandes mantos plumários que, nas palavras da artista, “deixaram de ser confeccionados com a invasão dos territórios, o genocídio dos povos indígenas e a extinção em curso das aves sagradas. Esta obra fala muito do sagrado, mas fala também do luto que tenho vivido e compartilhado com os parentes pelas perdas de tantos anciões guardiões dessas histórias” (34ª Bienal de São Paulo 2021).

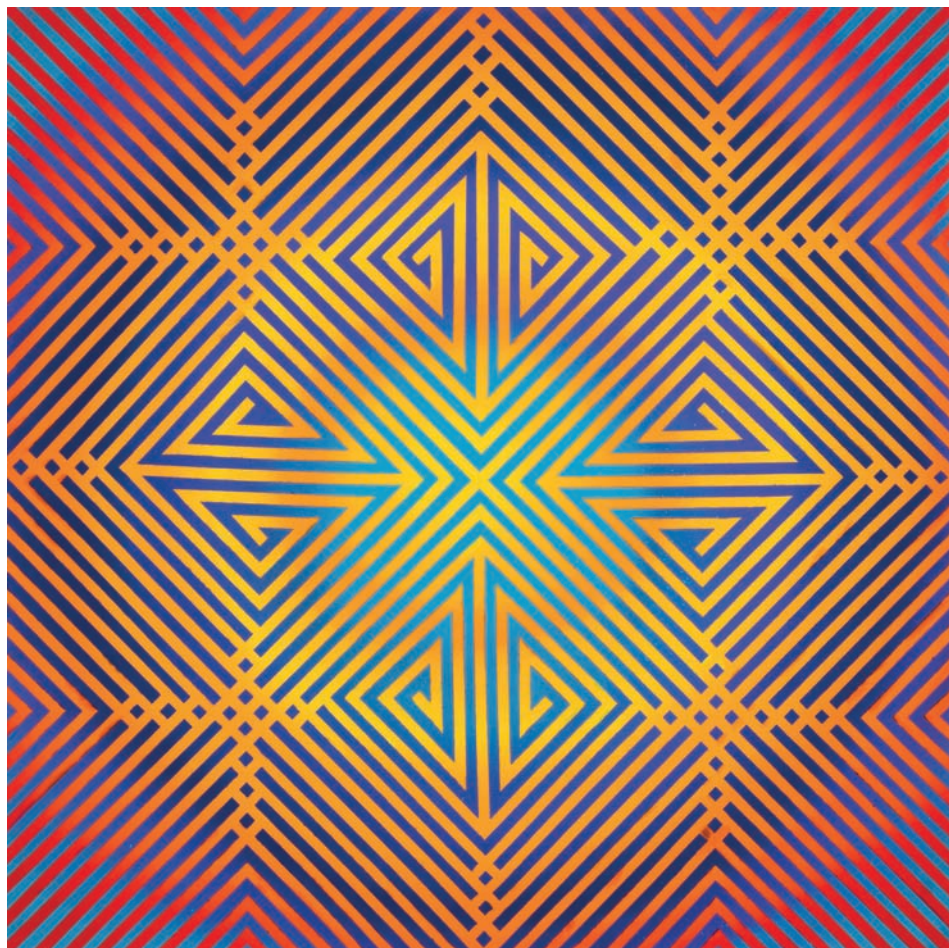


Fig. 4. Daiara Tukano, 2023. Hori. 100x100 cm. Acrílica sobre tela.



Fig. 5. Daiara Tukano, 2023. Kahtiri wi'i – Casa da Vida. 180x290 cm. Acrílica sobre tela.

Sueli Maxakali (aldeia Água Boa, Minas Gerais, 1976) é líder indígena, educadora, fotógrafa e realizadora audiovisual, tem produzido filmes emblemáticos da produção da Arte Indígena no sentido de registrar e difundir rituais e tradições ancestrais. Sua poética luta pelos direitos dos povos originários. Na 34ª Bienal, a artista apresenta a instalação Kumxop koxuk yôg [Os espíritos das minhas filhas] um conjunto de objetos, máscaras e vestidos do universo mítico das Yãmíyhex, mulheres-espírito. O trabalho foi realizado em conjunto com as mulheres e meninas que, na comunidade, cuidam de cada um desses Yãmíy (34ª Bienal de São Paulo 2021).

Uýra (Santarém, Pará, 1991) é uma artista indígena travesti brasileira também conhecida como Uýra Sodoma. Formada em biologia e com mestrado em ecologia, atua como arte-educadora, unindo sua formação científica aos saberes ancestrais indígenas. Na 34ª Bienal, apresenta duas séries fotográficas, *Elementar* e *Mil quase mortos*, dispostas em uma composição que remete ao movimento ondulante do corpo de uma cobra. As imagens, registros de performances, cumprem um duplo papel: denunciar e evocar seres ancestrais ou futuristas, ora utópicos, ora apocalípticos, com uma beleza inquietante. A floresta em perigo, o des-

matamento, as chamas; os igarapés afogados por lixo; o corpo consumido pela floresta que, ao mesmo tempo, o transforma. A série *Retomada* (2021), criada especialmente para a Bienal, apresenta Uýra em cenários de Manaus que refletem traços da herança cultural eurocêntrica, seja por suas funções sociais ou por suas características arquitetônicas. Nessas fotografias, o que salta aos olhos é a presença das plantas que lentamente reivindicam o espaço que outrora foi delas: folhagens e raízes invadindo cercas e muros, brotando nas fissuras do concreto, arbustos tomando as margens de ruas e estradas, e árvores rompendo estruturas abandonadas. Locais marcados pelo abandono e pela violência são reocupados pela força vital da natureza. A série é complementada por uma instalação inédita, *Malhadeira* (2021). A obra sobrepõe à malha de ruas e avenidas conectadas à avenida Constantino Nery, em Manaus, uma rede orgânica de fios sinuosos com sementes de seringueira. Constantino Nery, governador do Amazonas no início do século XX, esteve envolvido na chacina de 283 indígenas Waimiri-Atroari e no aterramento de parte da rede hidrográfica da cidade para construir a avenida que leva seu nome. *Malhadeira* questiona as relações entre o modelo econômico extrativista e a violência contra os habitantes da terra, incluindo humanos, rios e córregos. Os fios orgânicos, com suas sementes, recriam o desenho sinuoso das águas, trazendo à tona memórias dos cantos que os rios ainda sabem entoar (34ª Bienal de São Paulo 2021).

Redes e raízes são temas centrais nos desenhos, bordados, animações e textos de Gustavo Caboco. Nascido em 1989, em Curitiba, o artista construiu sua conexão com a identidade indígena por meio das palavras e gestos de sua mãe, Lucilene, que foi retirada da comunidade Wapichana na terra indígena Canauanim (Roraima) aos dez anos de idade. Em 2001, Caboco acompanhou sua mãe em sua primeira visita de retorno, fortalecendo os laços com a cosmovisão e a história de resistência de seu povo. Seu primeiro livro, *Baaraz Kawau* – que significa “o campo após o fogo” em Wapichana –, foi escrito e ilustrado após o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 2018. A narrativa entrelaça a história de uma borduna⁴⁸ Wapichana que Caboco conheceu na coleção do museu com as memórias de Casimiro Cadete, seu tio-avô e uma importante liderança do povo.

⁴⁸ Arma feita com um pedaço de madeira cilíndrico, usada por alguns povos indígenas para atacar, defender ou caçar.

Destruída pelo fogo, a borduna tinha a mesma idade de Casimiro quando ele faleceu, o que levou Caboco a um fluxo de reflexões sobre a vida e as memórias indígenas, constantemente desafiadas pela destruição predatória da cultura ocidental. Na 34ª Bienal, Caboco apresentou Kanau'kyba, um projeto desenvolvido em parceria com sua mãe e seus primos Roseane Cadete, Wanderson Wapichana e Emanuel Wapichana. A obra surgiu de um ateliê itinerante, moldado por encontros com diferentes paisagens que conectam as pedras do céu às pedras da terra ancestral. Nessa jornada, a família Wapichana resgata os rastros de bordunas antigas, permitindo que as visões das bordunas contemporâneas também avancem. A instalação foi composta por registros de performances, fotografias, vídeos, desenhos, pinturas, animações e objetos, reunindo memória e criação coletiva (34ª Bienal de São Paulo 2021).

Considerações Finais

Os trabalhos dos indígenas, quase sempre associados aos aspectos artesanais, foram colocados em acervos de museus mais como mostras da cultura dos povos, mas não com a alcunha de arte. De algumas décadas para cá houve o aumento das reflexões sobre a valorização e reconhecimento das culturas pelo lugar de fala dos povos originários através de um processo de miscigenação cultural e Decolonização. Um processo de recuperação simbólica e cultural, além da validação e pertinência, outrora negada, da expressão dos povos originários que, mais do que ninguém, podem perpetuar, revificar, expandir e ressignificar suas tradições de modo ativo e independente, serem ouvidos mais do que interpretados.

Notas bibliográficas e fontes:

34ª Bienal de São Paulo. 2021. *Faz escuro, mas eu canto*. 04 de 09. Acesso em 16 de 01 de 2025. <http://34.bienal.org.br/artistas>.

Andrade, Oswald de. 2017. *Manifesto Antropófago*. São Paulo: Grandes Ideias.

Bravo, Bernardo Soares. 2024. *Daiara Tukano: arte miracional originária (Dissertação de Mestrado)*. Curitiba: Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

- FolhaPress. 2023. *Indígenas ocupam Masp e mostram arte influenciada por chá de ayahuasca*. 24 de março. Acesso em 15 de 01 de 2025. <https://opopular.com.br/cidades/indigenas-ocupam-masp-e-mostram-arte-influenciada-por-cha-de-ayahuasca-1.3011754>.
- Geertz, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
2004. *D'autres Mondes*. Direção: Jan Kounen. Elenco: Jan Kounen, Jeremy Narby, Luis Eduardo Luna, Charles Grob, Stanislav Grof, Guillermo Averalo, Pablo Amaringo, Jace Callaway, Jean (Moebius) Giraud e Alex Grey.
- La Biennale di Venezia. 2024. *Foreigners Everywhere*. 20 de 04. Acesso em 16 de 01 de 2025. <https://www.labiennale.org/en/art/2024/>.
- Lewis-Williams, David. 2004. *The Mind in the Cave*. New York: Thames & Hudson.
- Luna, Luís Eduardo, e Pablo Amaringo. 1991. *Ayahuasca Visions: The religious iconography of a peruvian shaman*. Berkeley: North Atlantic Books.
- Mikosz, José Eliézer. 2009. *A Artes Visionária e a Ayahuasca: Representações visuais de espirais e vórtices nos Estados Não Ordinários de Consciência (ENOC)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

IN MEMORIAM:

ESPAÇO INSULAR E A AUTO-REPRESENTATIVIDADE NA PINTURA DE MARIA JOSÉ CAVACO

TERESA LOUSA

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

CIEBA – Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa

teresa.lousa@gmail.com

Este texto presta homenagem a Maria José Cavaco (1967–2022), licenciada em Pintura pela FBAUL, artista de notável trajetória e docente dedicada, com contributos marcantes no ensino secundário e na Universidade dos Açores. Para além de uma carreira artística com 18 exposições individuais e inúmeras participações em coletivas em Portugal, Espanha, EUA e Macau, desempenhou um papel ativo na cultura açoriana como consultora para as Artes Visuais no Centro Municipal de Cultura de Ponta Delgada e membro do Conselho Regional de Cultura dos Açores. Cavaco, defensora do Atlântico e da causa ambiental, construiu uma obra singular, permeada por uma profunda consciência insular, onde explorou as paisagens açorianas em narrativas autorreflexivas. Neste estudo, destacamos três obras que representam o olhar único de Cavaco para os Açores e a sua relação com a insularidade. Em *Escultura Imaginada* (2008), exibida na ARCO Madrid, a artista cria uma pintura-conceito que reimagina a latitude açoriana como uma ficção artística situada no Atlântico. Na série *Rotas de todos os dias* (2011), o horizonte omnipresente reflete a sua identidade insular, enquanto *Hazy Medium of Mist 2 e 4* (2013) encapsula a ambiguidade entre a paisagem exterior da Atalhada e o seu espaço de criação. Essas obras eternizam o legado artístico e a visão poética de Maria José Cavaco.

Nota Biográfica de Maria José Cavaco (1967-2022)

Pintora, nascida em Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores, em 1967, licenciou-se em Pintura pela FBAUL-1990.

Aos 23 anos de idade iniciou a sua carreira docente, atividade que conciliou, ao longo da sua carreira, com a pintura. Deu aulas no ensino secundário e, mais tarde, na Universidade do Açores, onde lecionou nos cursos de Educação Pré-Escolar e Ensino do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, Educação Básica e Arquitetura, entre 1994 e 2020.

A obra de Maria José Cavaco “constitui de forma clara num triângulo entre o corpo, a casa e o horizonte”, e “explorou essencialmente a pintura, muitas vezes em cruzamento com outros meios de expressão” (Fonseca, 2022).

Maria José Cavaco realizou ao longo das últimas décadas uma obra segura, reveladora de um imaginário poético, sensível ao cruzamento das artes visuais com a literatura, recorrendo sempre a várias técnicas e materiais, para evocar a história da pintura numa ideia de território, particularmente atenta à especificidade paisagista da insularidade açoriana.

A sua obra, descrita como um diálogo entre “corpo, casa e horizonte” (Velo, 2022), explora a pintura em interação com outros meios, evocando a insularidade açoriana em paisagens poéticas e autorreflexivas. Destacou-se por mais de 18 exposições individuais e inúmeras participações coletivas, incluindo eventos em Portugal, Espanha, EUA e Macau (Wikipédia, 2022).

Concluiu em 2017 o doutoramento em Arquitetura no ISCTE-IUL, e em 2018 a sua obra foi exibida numa exposição individual na Fundação Portuguesa das Comunicações, e também na Galeria Fonseca Macedo (Ponta Delgada) e na Fundação Portuguesa das Comunicações (Lisboa), sendo que em 2019 expôs o seu trabalho no Convento de São Francisco, na Lagoa (Açores).

Em 2021 foi realizada a primeira grande exposição retrospectiva do seu percurso, denominada “Lugares de Fractura”, no Arquipélago – Centro de Arte Contemporânea dos Açores, na Ribeira Grande, uma exposição cujo título faz referência à sua tese teórico-artística de doutoramento, intitulada *Lugares de Fractura: A Auto-Reflexividade na Ficção Artística*.

A artista plástica foi galardoada com o Prémio de Pintura “António Dacosta, e contou com mais de uma dezena exposições individuais.

Para além do trabalho artístico, integrou o Conselho Regional de Cultura dos Açores, desde 2018, e foi consultora para as Artes Visuais do Centro Municipal de Cultura de Ponta Delgada.

Sendo uma defensora do Atlântico, abraçou com o mesmo espírito criativo a arte e a causa do ambiente.

A marca da insularidade na sua obra artística

Maria José Cavaco refletia a insularidade na sua obra, utilizando a pintura como um meio para expressar a experiência única da vida nas ilhas. Na sua prática artística, ela se envolvia em questões de identidade, localidade e os limites físicos e culturais impostos pela geografia dos Açores. A insularidade era uma constante em sua obra, simbolizando tanto um contexto físico quanto existencial, refletindo sobre o espaço delimitado pelas ilhas e as suas conexões com o vasto Atlântico tanto através da linha do horizonte como das fronteiras naturais que formam a paisagem açoriana. Estas não eram vistas apenas como uma delimitação do espaço, mas como um campo simbólico e filosófico para se pensar a identidade local e as relações com o resto do mundo. A pintura de Cavaco não se limitava a representar a paisagem, mas a provocar uma reflexão profunda sobre como essa paisagem insular forma a nossa percepção de pertencimento e de espaço, como parte de uma experiência que se reflete no próprio corpo e na memória cultural dos Açores.

A insularidade é um tema que permeia a obra de Maria José Cavaco, o que se reflete de várias maneiras em sua pintura:

Inspiração no Ambiente Natural: A insularidade é evocada nas pinturas de Cavaco através da representação abstrata de elementos naturais típicos das ilhas, como o mar, o céu, e as paisagens costeiras. As cores e as formas que ela utiliza muitas vezes sugerem a vastidão do oceano e a interação constante entre terra e mar, características centrais da vida insular.

Sentimento de Isolamento e Contemplação: As obras de Maria José Cavaco frequentemente transmitem um sentimento de isolamento, um tema ligado à insularidade. A insularidade pode levar a uma introspecção profunda, algo que se vê nas suas composições que parecem convidar o espectador a uma meditação sobre o espaço e a existência.

Uso do Espaço e da Luz: A forma como Cavaco explora o espaço e a luz em suas pinturas também pode ser vista como uma representação da insularidade. O amplo uso do espaço negativo, junto com a luz que emana de certas partes da pintura, pode sugerir a vastidão do mar ao redor de uma ilha e a percepção única de luz e cor que ocorre nesses ambientes.

Conexão Espiritual com a Natureza: Por fim, a insularidade é muitas vezes associada a uma conexão espiritual profunda com a natureza, algo que Cavaco explora em suas pinturas através de uma abordagem quase meditativa, em que a natureza não é apenas cenário, mas parte integral da experiência humana.

A representação da insularidade em sua obra não é literal, mas sim interpretativa e emocional, refletindo as influências do ambiente insular em sua percepção e expressão artística.

Maria José Cavaco desenvolveu uma obra consistente e detentora de profundidade filosófica literária e poética, cruzando vários médiuns e técnicas artísticas, com enfoque nas narrativas paisagistas da insularidade açoriana colocadas em autorreflexividade. Propôs-se refletir sobre a persistência da paisagem insular na sua obra de diversas maneiras: linha do horizonte, cartografia de intersecções, latitudes atlânticas, são alguns dos modos criativos que a própria pintora usou para se referir ao espaço delimitado pela ilha.

Da sua vasta obra destacam-se três série de pinturas que, que serão analisadas à luz desta vontade de observar e compreender representações suas que se possam associar tanto com os Açores, como com a sua auto-representatividade.

Escultura Imaginada e a viagem pelo Atlântico Norte

Escultura imaginária. Atlântico Norte / 37°48'0" Lat. é uma série de pinturas que, não é senão uma ficção artística e conceptual – e a sua latitude está situada imaginariamente algures no Atlântico, nos Açores. Esta obra de Maria José Cavaco foi exibida em duas edições da ARCO Madrid, uma das feiras de arte contemporânea mais importantes da Europa, a ARCO Madrid 2006 e a ARCO Madrid 2009. Essas exposições deram visibilidade internacional à obra, permitindo que um público mais amplo tivesse contato com a sua pintura. Trata-se de uma obra singular iniciada em 2005 e que não tem data para terminar. A obra foi também exposta em Lisboa (Arte Lisboa 2009) e em outra exposição coletiva

na Galeria Fonseca Macedo, em 2010. As quatro séries realizadas integram sempre um texto datado de 2005 e diferentes pinturas sobre tela engradada, de pequeno e médio formato, onde a pintura abrange a parte frontal e ainda as laterais da tela. Neste sentido, as pinturas são para a pintura explicitamente entendidas como objectos tridimensionais, simultaneamente pictóricos e escultóricos (Fig. 1).



Fig. 1. Maria José Cavaco, *Uma Escultura Imaginária, Atlântico Norte/ 37°48'0"Lat*, 2006.

Fonte: Cavaco, M. J. B. A. R. (2016). *Lugares de fractura: A auto-reflexividade na ficção artística* [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/14197>.

A série *Escultura Imaginada* de Maria José Cavaco está profundamente ligada aos Açores, tanto nas influências estéticas quanto no contexto cultural que molda o trabalho da artista. Inspirada por um cenário fictício no arquipélago, a obra é concebida como uma noção fluida e instável: “uma espécie de energia em movimento atravessando o Oceano Atlântico e ligando a Europa e a América do Norte na latitude dos Açores (que é aproximadamente a mesma latitude que a de Atenas e Washington)” (Reis, 2021, 23).

As pinturas associadas são vistas como objetos tridimensionais, fundindo elementos pictóricos e escultóricos. A *Escultura Imaginada* representa uma jornada – física e conceitual – cujo epicentro está nos Açores. Devido à sua vastidão e natureza etérea, ela não pode ser totalmente visualizada, existindo principalmente na imaginação. Fragmentos dessa escultura emergem como descrições de fenômenos atmosféricos misteriosos, sugerindo sua presença por meio de aparições fugazes e luminosas.

As imagens aqui produzidas são supostamente pinturas e destinam-se a ser percebidas como tal, uma vez que têm um carácter profundamente pictórico – além disso, a história da pintura sempre foi uma história de luz penetrando em atmosferas densas. O projecto como um todo deve ser considerado como uma escultura – embora imaginária – devido às suas implicações como uma meditação sobre a forma, o espaço e o tempo. (CAVACO apud REIS, 2021, p. 24)

Assim, entende-se que todas as obras são simultaneamente pinturas e esculturas, concretas ou imaginárias. Representam paisagens que evocam visões de territórios, mesmo quando se trata de autorretratos ou retratos de corpos imersos no espaço ao redor. (Fig. 2)



Fig. 2. Maria José Cavaco, *Uma Escultura Imaginária, Atlântico Norte/ 37°48'0"Lat*, Díptico, 2008. Fonte: Cavaco, M. J. B. A. R. (2016). *Lugares de fractura: A auto-reflexividade na ficção artística* [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/14197>

Rotas de todos os dias: a autorrepresentação em horizonte

Trata-se de uma série com a qual participou na coletiva *Horizontes Insulares*, 2010, na qualidade de representante dos Açores. Esta exposição foi concebida pelos seus organizadores como um território sem fronteiras, um lugar feito de muitos lugares e caminhos, desafio ao qual Cavaco tentou corresponder. *Horizontes Insulares* foi uma exposição organizada com o Centro de Arte *La Regenta*, em Las Palmas, reúne pela primeira vez e põe em contacto num projecto cultural artístico e literário um conjunto de criadores contemporâneos oriundos de múltiplas e diversas geografias insulares.

Para este efeito, Cavaco criou desenhos a marcador sobre papel, onde os temas de todos os desenhos passam pela representação do seu próprio corpo. Atravessado por uma linha de horizonte omnipresente – marca da sua consciência insular.

Rotas de Todos os Dias, retoma o desenho e o suporte, por excelência da folha de papel, para explorar os ritmos humanos e a sua relação com o espaço temporal. Regista meticulosamente, como se de fotógrafo se tratasse, a relação que o observador (ou até mesmo a própria artista) tem do ponto em que se encontra daquilo que observa: define a linha do horizonte e as coordenadas de um sujeito perante a própria linha. (Melo, 2010,174)

Quando interrogada pela sua motivação para esta série de desenhos, Cavaco responde que curiosamente poderia ter uma dupla motivação, nas palavras da artista, por um lado podia tratar-se da “reconstrução da ilha como história e memória é uma parte importante duma construção da minha auto-representação, e minha identidade” (Cavaco, 2011) e por outro lado podia ser a sua própria interpretação do que é viver numa ilha, tentando responder ao próprio título da exposição que lhe era um tema muito caro, e para o qual Cavaco tinha uma explicação muito ilustrativa:

[...] eu agarrei justamente esta ideia de horizonte, não só num sentido literal mas também metafórico. Há uma coisa um pouco estranha, para quem vive numa ilha, que é o modo como muitas vezes as pessoas que nunca tiveram uma vivência insular pensam o isolamento da ilha. Nos contactos que tenho tido ao longo da vida, tenho notado que a primeira reacção é pensar na ilha como um espaço claustrofóbico: um pedaço pequeno de terra, rodeado de mar. E a ilha é isso mesmo. Só que a percepção que se tem do território insular quando se tem uma vivência dele, não é,

do meu ponto de vista, esta. Porque o território insular nunca é apenas terra para quem cá vive. O mar, e a presença do horizonte, num sentido literal, faz parte do território insular. E neste sentido, numa ilha, o horizonte é vastíssimo, conforme as pessoas que vivem em ilhas podem experienciar. (Cavaco, 2011)

A série é composta por uma pintura, acompanhada de cinquenta folhas desenhadas frente e verso a grafite sobre papel, dispostas na parede ou em suportes de acrílico perpendiculars a ela. A pintura sugere a trajetória de um observador no espaço, convidando-o a percorrer o trabalho como se estivesse a ler um texto. O ponto de partida é a pintura a óleo, que apresenta uma paisagem marítima com um rochedo emergindo do mar e a linha do horizonte, elemento insular que Maria José Cavaco mantém presente nos desenhos subsequentes: ela determina a linha imaginária que ao longo das cinquenta folhas atravessa o seu próprio corpo (confundindo paisagem e auto-representação num só movimento) vistas de cima para baixo: surgem os pés que que percorrem essas rotas as mãos desenhadoras da artista (Figuras 3 e 4).

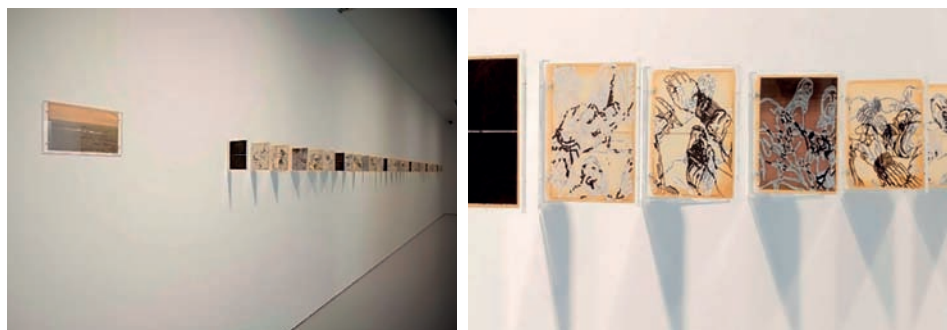


Fig. 3 e 4. *Rotas de Todos os Dias, Horizontes Insulares*, 2011.

Fonte: http://arquipelagoscriativos.unidcom-iade.pt/?page_id=289

Os desenhos que integram as Rotas de todos os dias não são realizados com recurso a um espelho, são realizados por observação directa, portanto não recorrem a um ponto virtual, no exterior, para a sua elaboração, que possibilite uma perspetivação coerente e real daquilo que é observado. Este exercício de auto-observação é naturalmente também metaforicamente introspectivo. E é também um desdobramento de possibilidades de reposicionamento. É provavelmente nas cartografias desenhadas no espaço 'entre' – pelas intersecções das linhas de ambas as páginas de cada folha – que se gera, de facto, uma dimensão não já exclusivamente real, que faz justiça à amplitude do horizonte insular. (Cavaco, 2011)

Hazy Medium of Mist: a névoa de São Miguel

Em *Hazy Medium of Mist* de 2013, série de obras pertencentes à exposição *A Sense of Possibility*, Maria José remete para *uma névoa*, um meio ambíguo que se traduz na dualidade, por um lado da visão exterior e nocturna da paisagem da Atalhada e por outro da visão interior do seu atelier nesse mesmo local perto de Lagoa, S. Miguel, onde a pintora escolheu trabalhar até ao fim.

Hazy medium of mist, expressão que significa qualquer coisa como um meio turvo de névoa, referindo-se desse modo a um meio ambíguo, indefinido, impreciso e inexacto, como a atmosfera espessa e opaca de certos lugares em certos dias.

Como em *A hazy medium of mist 2*, visão exterior, nocturna e vertical (para ser vista numa parede), do estúdio na Atalhada, perto de Lagoa, e a sua contravisão interior, diurna e horizontal, para ser vista sobre uma mesa *A hazy medium of mist 4* (Fig. 5).



Fig. 5. Maria José Cavaco. Na Parede *A Hazy Medium of Mist 1*, à frente sobre a mesa *A Hazy Medium of Mist 4*. Fonte: Cavaco, M. J. B. A. R. (2016). Lugares de fractura: A auto-reflexividade na ficção artística [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/14197>

Ou a versão fantasmática do interior do mesmo ateliê fruto do carácter inacabado das formas e, inevitavelmente, incerto das presenças em primeiro plano diluídas num magma de luz excessiva – Todas pertencentes à exposição «A Sense of Possibility» (Fig. 6).



Fig. 6. Maria José Cavaco. *A Hazy Medium of Mist 2*. Fonte: Cavaco, M. J. B. A. R. (2016). Lugares de fractura: A auto-reflexividade na ficção artística [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/14197>

Mas a persistência da paisagem na obra de Maria José Cavaco tem múltiplas outras expressões.

A persistência da paisagem na obra de Maria José Cavaco é uma outra forma de criar mundos, ou, se preferirmos, terras ou países [...] As paisagens tanto podem ter a forma de vistas ou de panoramas, como de mapas. Ou ambos, como no caso do trabalho de Maria José Cavaco. (Reis, 2021, 19)

Conclusão

Nas obras de Maria José Cavaco analisadas neste estudo, observa-se uma exploração plástica singular da luz, que atribui aos lugares uma qualidade sobrenatural. Alguns desses espaços são imaginários, como um ponto inalcançável no meio do Atlântico, enquanto outros correspondem a locais reconhecíveis dos Açores, como o porto da Caloura e o Calhau da Atalhada. As suas criações emanam uma aura de estranheza e mistério, características de uma pintura filosófica que convida o espectador à introspeção sobre o seu próprio percurso. Ainda que tenhamos visitado fisicamente esses lugares, Maria José Cavaco apresenta-os sob uma perspetiva inédita, possivelmente inatingível na experiência direta. O legado que nos deixa reflete uma sensibilidade artística única, capaz de provocar reflexões profundas e de ser transmitida às gerações futuras (Fig. 7).



Fig. 7. Maria José Cavaco fotografada em 2021 nas piscinas naturais da Atalhada, situadas no fim da rua do seu atelier. Fotografia de Rui Soares. Fonte: <https://www.publico.pt/2022/01/05/culturaipilon/noticia/morreu-artista-plastica-acoriana-maria-jose-cavaco-1990918>

Notas bibliográficas e fontes:

- Cavaco, M. J. (2011). Entrevista. Arquipélago Criativo. Recuperado de http://arquipelagos-criativos.unidcom-iade.pt/?page_id=289
- Cavaco, M. J. B. A. R. (2016). Lugares de fractura: A auto-reflexividade na ficção artística [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/14197>
- Fonseca, G. (2022). Ministra da Cultura lamenta a morte da artista plástica Maria José Cavaco. Acesso em 7 de janeiro de 2025, de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=ministra-da-cultura-lamenta-a-morte-da-artista-plastica-maria-jose-cavaco>
- Governo Regional dos Açores. (2016). Prémio de Pintura António Dacosta. Recuperado de <https://www.azores.gov.pt>
- Governo Regional dos Açores. (s.d.). *Desvendar: Conversas com artistas*. Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas. Recuperado de <http://arquipelagocentrodeartes.azores.gov.pt/conversasa.../>
- Melo, Assunção (2010) Páginas para uma aproximação à Arte e à Literatura Contemporânea nos Açores in *Horizontes Insulares*, Ediciones del Umbral (pp. 157 – 179)
- Reis, V. dos. (2002). *As minhas casas voadoras*. Galeria Fonseca Macedo.
- Reis, V. dos. (2021). Possibilidade: Casas, tectos e céus; Jardins e paisagens, mundos e outras ficções (para colher o paraíso). In J. Mourão (Ed.), *Lugares de Fractura: Maria José Cavaco / Places of Fracture: Maria José Cavaco* (pp. 10–27). Direção Regional de Cultura / Sistema Solar.
- Veloso, R. (2022, 7 de janeiro). Comunicação de falecimento da Doutora Maria José Cavaco. Notícias UAc. Disponível em: noticias.uac.pt.
- Wikipédia. (2022). Maria José Cavaco. Recuperado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_José_Cavaco

IMAGENS DE UM PASSADO BALEEIRO: FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E ARQUIVOS DOS AÇORES

CARMO DAUN E LORENA

CRIA-NOVA FCSH / IN2PAST

carmodaunlorena@fcsh.unl.pt

Introdução

Seguindo o repto do Colóquio das Velas de 2024, a imagem enquanto fonte historiográfica assumirá, também neste texto, o foco da minha reflexão.⁴⁹ Em particular, a análise centrar-se-á nas imagens fotográficas da actividade baleeira açoriana que foram captadas por observadores locais e estrangeiros entre o final do século XIX e meados da década de 1980, aquando do fim da baleação no arquipélago. Algumas foram reproduzidas em periódicos ou livros, outras foram exibidas em exposições, mas a maioria permanece depositada em arquivos, longe do olhar público.

Iniciando com uma apresentação de imagens baleeiras publicadas e disseminadas em revistas, livros e postais, farei um exercício semiótico identificando recorrências visuais que elucidam sobre os significados simbólicos que essas imagens veiculam e cujas temáticas, como veremos, não variaram muito. Prosseguirei reflectindo sobre o papel que a fotografia desempenha na construção de uma memória colectiva regional que, por sua vez, sustenta processos identitários vários, que têm o seu corolário na patrimonialização desse passado baleeiro. As representações visuais do passado são mais do que meros *clichés* que fixaram momentos ou tempos antigos que já não existem mais. São alvo de novos olhares e investidas de novos

⁴⁹ Ainda que com um recorte um pouco diferente relativamente à comunicação que apresentei nas Velas (intitulada “Imagens de um passado baleeiro: património arquivístico, história e memória das relações atlânticas entre os Açores e Cabo Verde”). Neste texto, circunscrevo-me ao contexto açoriano e aprofundo a sua análise.

sentidos. As fotografias baleeiras parecem oferecer imagéticas muito semelhantes, mas importa não perder de vista, por um lado, o que ficou de fora (o que não foi fotografado ou, tendo sido, a imagem não chega para descortinar) e, por outro, os sentidos contemporâneos dessas imagens do passado. Enquanto fonte histórica e antropológica, a fotografia é útil e valiosa não só porque nos ajuda a perceber e interpretar o mundo social do passado, mas porque contribui para a elaboração e compreensão do mundo de hoje. Todavia, e sendo consensuais as suas potencialidades, pretendo problematizar esse estatuto inquestionável de fonte, discutindo os vários desafios que se colocam, tanto ao nível da leitura das próprias imagens, como do acesso a elas. Concluirei, assim, com uma apreciação sobre colecções fotográficas que continuam praticamente desconhecidas, impossibilitando que a fotografia seja, de facto, usada como fonte histórica. Neste âmbito, tecerei algumas considerações sobre todo um património arquivístico da baleação açoriana que está ainda por desbravar e estudar – e que inclui documentação escrita e visual – e sobre as instituições de memória (bibliotecas, arquivos e museus) que são peças-chave na valorização e divulgação desse património arquivístico, desde que não se limitem a (salva)guardar e abram as suas portas, disponibilizando ao público esses recursos.

A iconografia baleeira não é, obviamente, constituída apenas por fotografia. A imagem em movimento, seja documental ou ficcional, é outra fonte visual relevante e são muitos os filmes e documentários sobre a baleação nos Açores que mereceriam uma análise aprofundada, nunca elaborada.⁵⁰ E antes da fotografia e do filme, foram o desenho e a pintura que fixaram imagens baleeiras açorianas.⁵¹ Contudo, neste texto, o meu enfoque serão exclusivamente as imagens fotográficas (independentemente do seu suporte, que pode ir do daguerreótipo ao postal ilustrado). Debruçar-me-ei sobre o conteúdo dessas imagens, sobre o que é nelas visível. Mas abordarei também *invisibilidades*, quer das fotografias em si, quer de colecções fotográficas que permanecem na sombra. É nos interstícios destas múltiplas reproduções, sociais e visuais, que se faz e refaz a memória colectiva.

⁵⁰ Uma lista dessa filmografia pode ser encontrada no website do meu projecto de investigação WHAlands: <https://whalands.wordpress.com/acoress/filmografia-filmography/documentarios/>

⁵¹ A mais icónica pintura baleeira (e bem conhecida nos Açores) é, sem dúvida, a grande tela em rolo *The Grand Panorama of a Whaling Voyage 'Round the World*, da autoria de Benjamin Russell e Caleb Purrington (1848) à guarda do New Bedford Whaling Museum. Todavia, fontes históricas escritas, como por exemplo os *logbooks* das viagens baleeiras norte-americanas, fornecem também imagens açorianas em desenhos e pinturas (seja de paisagens ou de cenas a bordo e em terra).

A fotografia baleeira açoriana dá assim o mote para uma análise e reflexão mais ampla sobre imagem, memória e arquivos, razões mais do que suficientes para que não fique fechada em depósitos e possa servir o fim a que se destina: ser vista. Mas se a virmos também como fonte historiográfica, como um instrumento de trabalho auxiliar na produção de conhecimento, tanto melhor.

Imagens de um passado baleeiro

Começamos então por um levantamento conciso das imagens baleeiras que foram apresentadas e disseminadas em diferentes publicações.

Embora as fotografias fossem anteriores, foi em 1903, no *Álbum Açoriano* (publicação editada em Lisboa, mas inteiramente dedicada aos Açores) – e em três artigos distintos – que surgiram as primeiras imagens alusivas à caça da baleia no arquipélago.

O primeiro texto, de teor científico, versava sobre a cetologia dos Açores. O autor do texto e das fotografias foi o Coronel Francisco Afonso Chaves (1857-1926).⁵² No texto, ele aponta as imprecisões dos baleeiros açorianos (e do naturalista francês Drouet) no que à nomenclatura das espécies diz respeito e apresenta o cachalote como o cetáceo que é comumente capturado nos Açores e base de uma produtiva indústria nas ilhas, ainda que incomparavelmente menos lucrativa do que no século XVIII quando controlada pelos navios ingleses.

O segundo texto, da autoria do Príncipe Alberto I do Mónaco, amigo e interlocutor científico de Afonso Chaves, intitulava-se “A morte d’um cachalote” e é um testemunho, na primeira pessoa, de uma caçada baleeira em Julho de 1895 ao largo da ilha Terceira.⁵³ O contexto era justamente uma das 13 campanhas oceanográficas que o Príncipe do Mónaco realizou nos mares dos Açores (de um total de 28 entre 1885 e 1915) mas, naquele dia de Julho, a atenção do monarca desviou-se para os botes que seguiam em perseguição de um cachalote. Conforme

⁵² As fotografias de Afonso Chaves foram publicadas em França, em 1890, num artigo científico acerca da anatomia e fisiologia dos cetáceos, em co-autoria com G. Pouchet. Sobre este artigo e imagens, veja-se Reis (2017).

⁵³ Trata-se da tradução para português de um texto publicado no ano anterior em *La Carrière d’un Navigateur* (1902).

referenciado no próprio artigo os “clichés [são] do Sr. Amancio Julio Cabral”⁵⁴ e relativos à ilha de São Miguel. A falta de correspondência entre o enredo do texto (no mar, ao largo da Terceira) e as imagens que o acompanham (em terra, na ilha de São Miguel) podia levar-nos a supor que não há registos visuais dessa expedição, o que não é, de todo, o caso. Não só existem, como são diversificados.⁵⁵

O terceiro texto dedicado ao tema e publicado no mesmo ano no *Album Açoriano*, foi redigido pela pena de outro nome ilustre, o jornalista e escritor faialense Marcelino Lima (1868-1961).⁵⁶ O género literário é o conto e descreve em detalhe uma caça à baleia protagonizada por botes e baleeiros do Pico, ainda que as duas imagens inclusas sejam de paisagens do Faial e sem qualquer elemento baleeiro... Porém, a força narrativa do texto escrito compensa essa ausência visual. As cenas descritas por palavras são tão realistas e expressivas que oferecem uma imagem nítida de uma aventura baleeira no mar. Uma fotografia feita de palavras.

Ainda na capital do reino, quatro anos depois, em Março de 1907, a revista *Ilustração Portuguesa* – uma publicação filial do jornal *O Século* – deu à estampa um artigo especificamente dedicado à caça da baleia nos Açores. Não é assinado, mas as imagens fotográficas que o ilustram são as de Afonso Chaves que haviam sido publicadas anteriormente. O texto começa por explicar sobre cetologia para depois caracterizar a actividade baleeira nas ilhas, dos vigias aos botes, do arpoamento à morte do cachalote, do esarteamento ao derretimento. O autor anónimo atribui as fotografias a Afonso Chaves e, na legenda de uma delas, refere mesmo a “primeira photographia scientifica do cachalote” publicada em 1890 num artigo do Professor Pouchet. Já nesta altura, a replicação de imagens fotográficas era prática habitual (ver Figura 1). As imagens baleeiras dos Açores circulavam.

⁵⁴ O micalense Amâncio Júlio Cabral foi um armador baleeiro que, em 1886, iniciou a actividade em S. Miguel (primeiro em Vila Franca, depois nas Capelas) e também na ilha de Santa Maria.

⁵⁵ Além das fotografias da expedição, cumpre destacar as belíssimas gravuras de Louis Tinayre – ilustrador oficial durante as campanhas oceanográficas do Príncipe do Mónaco – que foram publicadas na terceira edição (1913) de *La Carrière d'un Navigateur*. A obra contém 150 ilustrações de Tinayre, mas as relativas à baleação nos Açores retratam cenas tão variadas como: vigias, canoa baleeira em terra e no mar, cachalote no mar e em terra, o desmancho do mesmo e subsequente derretimento, carregamento do óleo, entre outras. Os desenhos de Tinayre foram republicados por Ribeiro (1998) e Garcia (2021).

⁵⁶ Não foi a única vez que Marcelino Lima escreveu sobre o tema. Veja-se o conto “A caça da baleia” (Lima, 1933). Veja-se também um exemplar da sua colecção fotográfica na Figura 3 (imagem 1).



Fig. 1. Replicação de imagens – Francisco Afonso Chaves

1. Fonte: *Album Açoriano* (1903)
2. Fonte: *Ilustração Portuguesa* (1907)
3. Fonte: Postal bilingue (s.d.), <https://www.facebook.com/HistoriaDosAcores>

A *Ilustração Portuguesa* iria ainda publicar mais três artigos sobre a baleação nos Açores. Em 1910, o texto, profusamente ilustrado com fotografias, ocupou cinco honrosas páginas, fazendo jus ao alto quilate do autor: o picoense Rodrigo Guerra (1861-1924).⁵⁷ Se é verdade que as imagens têm um destaque assinalável – com um total significativo de onze fotografias baleeiras (a que se soma uma de paisagem) – o texto não desilude. É um sortido, vai da descrição da largada dos botes à tomada do cachalote, passando por um glossário das várias espécies de cetáceos, e terminando com uma extensa transcrição do relato do Príncipe do Mónaco acerca da sua experiência baleeira de 1895. As onze imagens são todas captadas nas Lages do Pico, mas o seu autor não é identificado (não sendo de descartar a hipótese de ser o próprio Rodrigo Guerra). Retratam cenários variados: canoas baleeiras, cachalote rebocado e em preparação para corte e derretimento. Não são datadas, mas uma das

⁵⁷ Também ele abordou o tema literariamente, escrevendo o conto “Baleia à vista” (cf. Guerra 1980).

legendas remete-nos para uma cronologia concreta: “Canoa baleeira construída na villa das Lages e offerecida a el-rei D. Carlos por ocasião da sua visita aos Açores”. Dado que a visita real ao arquipélago ocorreu no verão de 1901, podemos justificadamente admitir que as fotografias tinham cerca de uma década quando foram publicadas na *Ilustração Portuguesa*.

Em 1913, surge nova publicação sobre o tema na mesma revista. São somente duas páginas ocupadas por um pequeno texto, sem autor, e quatro fotografias, cujo autor é o «fotógrafo amador Manuel Ignacio da Silva».⁵⁸ As imagens mostram a actividade baleeira em São Jorge e retratam canoas e o desmancho do cachalote. Uma vez mais, a replicação demonstra que a disseminação das fotografias se fazia em revistas e postais. E no que respeita ao rastreamento de fontes, os dados fornecidos pela imprensa (seja de cronologia, seja de autoria) podem informar acerca de postais anónimos e não datados.



Fig. 2. Replicação de imagens – Velas, São Jorge

1. Fonte: *Ilustração Portuguesa* (1913)

2. Fonte: Postal (s.d.), Coleção particular de José Guilherme Machado

E finalmente, em 1922, surge o quarto artigo na *Ilustração Portuguesa*. O texto, seguindo uma abordagem invulgar, mais próxima da de um jornal regional, abre com a informação de que, no mês passado, as canoas das Lajes das Flores apanharam uma baleia e que essa caçada deu grande trabalho, já que, depois de

⁵⁸ Importa ressaltar que me parece alta a probabilidade de ter havido um erro tipográfico no nome e tratar-se de Manuel Inácio da Silveira, um armador baleeiro cuja companhia (Manuel Inácio da Silveira & Irmão) operou em S. Jorge e na Graciosa pelo menos entre 1883-1910.

arpoado, o animal só pereceu passadas três horas... O texto faz uma descrição pormenorizada, da captura no mar até ao derretimento do toucinho em terra. São cinco as fotografias que o ilustram, quatro nas Flores – cuja autoria é atribuída ao “distinto amador Francisco de Freitas Pimentel” – e uma no Corvo, sem autor.⁵⁹ Retratam canoas baleeiras no mar e cenas de corte e derretimento.

Ainda fora das ilhas, mas do outro lado do Atlântico, surge nota das ocupações baleeiras dos ilhéus na renomada revista norte-americana *The National Geographic Magazine*. Corria o ano de 1919 e a primeira travessia aérea transatlântica realizada por aviadores americanos serve de pretexto a um extenso artigo sobre o arquipélago, cujo autor, Arminius Haeberle, havia sido cônsul americano em São Miguel entre 1912 e 1915. O texto, profusamente ilustrado com extraordinárias fotografias, todas do próprio Haeberle, versa sobre vários aspectos do mundo social e cultural açoriano e a baleação não foi excluída, tendo merecido até uma imagem com legenda detalhada, da qual transcrevo o título principal, que é relevante: “Azorean whalers used American methods in pursuing their quarry when this industry flourished on the islands a few years ago” (Haeberle 1919:536).

Esta foi a primeira vez que a National Geographic ofereceu aos seus leitores um vislumbre da vida baleeira açoriana mas, décadas depois, outras duas reportagens se seguiram, estas já inteiramente dedicadas aos Açores: uma em 1958 e outra em 1976.

Em 1958, fotografias de vigias, de botes baleeiros movidos a força de remos e de arpoamento manual intercalavam um texto que dava conta de um ofício anacrónico: “Whales still harpooned by hand” escrevia-se então. As fotografias desta edição são mais do que ilustrações da vida baleeira, são também um registo histórico da erupção vulcânica dos Capelinhos nesse ano, que tantos açorianos mobilizou para o país de edição da revista.

Em 1976, os tempos eram já eram outros, o país vivia o rescaldo da revolução de 1974 e a mudança, não apenas política, mas económica e social, estava também em curso nas nove ilhas açorianas que se viam, assim, “à procura de um

⁵⁹ Trata-se de exemplar raro, para não dizer único, já que não são comuns os registos fotográficos baleeiros na ilha do Corvo. Segundo Saramago (2001), que a republicou em melhor resolução, essa fotografia é de 1900 e da autoria de Francisco S. Bettencourt d’Avellar, tendo integrado o espólio do Padre Francisco Lourenço Jorge (1882-1918). Por seu turno, Medeiros (2013) atribui-a a Alberto do Mónaco e Garcia (2021) a Francisco de Freitas Pimentel. Como o caso desta imagem bem demonstra, há muita confusão e incerteza relativamente às fontes das fontes.

futuro”, numa altura em que o fim da actividade baleeira já se anunciava. O texto abre com o relato na primeira pessoa de Don Moser, descrevendo um acordar sobressaltado ao grito de “Baleia! Baleia!”, o que deixa antever a centralidade da baleação num artigo que vai além desse tema. No entanto, os repórteres americanos acompanharam os baleeiros do Pico no mar e em terra e as fotografias de O. Louis Mazzatenta revelam, entre outras imagens das ilhas, a perícia do arpoamento e o chão de sangue durante o esquartejamento dos cachalotes.

De referir ainda outra revista americana, a popular *Life*, que na sua edição de 2 de Novembro de 1953, dedica umas linhas e algumas imagens à baleação açoriana.⁶⁰ Quatro fotografias no mar dos Açores (do biólogo austríaco Hans Hass)⁶¹ e respectivas legendas é quanto basta para ilustrar uma actividade que causava espanto pela sua perigosidade e rudimentaridade: “The islands’ Portuguese whalers, like the men of Nantucket and New Bedford a century ago, hunt the herds in small, open boats” (*Life* 1953:122).

Mas voltemos às publicações periódicas nacionais. Em 1935, na *Açoreana*, o Boletim da Sociedade Afonso Chaves, surge outro artigo científico de cetologia (Ferreira 1935) que apresenta duas fotografias: uma de um esquartejamento em São Miguel, nas Capelas, e outra de um arpoamento no mar das Flores. Se à segunda é atribuída autoria (*cliché* de A. Osório), à primeira, não.⁶² São, porém, os periódicos literários e culturais de Lisboa que mais revisitam o tema.

Em 1942, a revista *Viagem* – num número dedicado aos Açores e à Madeira – publica um artigo sobre a baleação açoriana, da autoria de Francisco Marcelino dos Reis, empresário continental de óleo de cetáceos que, a partir da década de 1930, se torna também armador baleeiro nos Açores (nas ilhas de São Jorge, Faial e Flores) e, na década seguinte, na Madeira. Era, portanto, um homem do meio. Três fotografias (vigia, arpoamento e reboque) acompanham o texto sobre a indústria baleeira açoriana. Descrevendo o seu impacto no sistema económico regional, não deixa de discorrer também sobre o arcaísmo da caça à baleia e da fabricação do óleo. Apresenta todo o método baleeiro, dos vigias em terra às

⁶⁰ Em duas colunas sugestivamente intituladas “Perils of whaling” (p. 122) e “A whale’s death” (p. 124), partes integrantes de uma reportagem mais ampla «The great sperm whale» (pp. 118-124).

⁶¹ Que seriam republicadas na revista australiana *Pix* a 27 de Novembro de 1954.

⁶² De notar que esta fotografia das Capelas surge replicada várias vezes, designadamente em postal fotográfico da Foto Nóbrega (ver Figura 4, imagem 1).

técnicas de captura no mar, do derretimento do toucinho em caldeiros de fogo directo à modernização, então em curso, das fábricas com autoclaves.

Em 1954 é a revista *Panorama* que dedica um artigo ao assunto.⁶³ A ilustrá-lo estão nove fotografias, sete das quais são imagens da luta entre o animal colossal e os homens num frágil bote. Conforme indicam as legendas, foram captadas para o filme *Quando o mar galgou a terra*, produzido nesse ano de 1954.⁶⁴ Ao leitor lisboeta é dado a ver, em imagem fixa, o arpoamento no mar e o esquartejamento em terra.

No que concerne a fotografias baleeiras apresentadas em estudos mais aprofundados ou em livros, são muitas as imagens disponíveis.⁶⁵ À semelhança das publicações periódicas até agora recenseadas, as edições em livro alternam-se igualmente em nacionais (sobretudo regionais) e internacionais. Começemos pelas últimas.

À cabeça surge o estudo pioneiro e influente de Robert Clarke, biólogo britânico que chegou às ilhas em 1949, mas cujo relatório final só seria publicado em 1954. O seu exaustivo trabalho de recolha foi complementado com fotografias que surgem no fim do texto, depois do apêndice (cf. Clarke 1954). Resultado de uma pesquisa minuciosa e detalhada, as imagens documentam diferentes aspectos da baleação nas ilhas e caracterizam-se pela sua diversidade e eficácia descritiva: botes em varadouros, vigias, perseguição e arpoamento no mar, fábricas, caldeiros e esquartejamento em terra, *scrimshaw* e, numa nota mais etnográfica, duas imagens da devoção religiosa dos baleeiros (de uma procissão e de botes engalanados).

Vinte anos depois, em 1969, foi a vez de outro britânico, Trevor Housby, ir aos Açores investigar a baleação nas ilhas, onde passou alguns meses. Na senda

⁶³ E em 1967, volta ao tema da baleação açoriana, mas os artigos são sobretudo ilustrados com desenho e pintura.

⁶⁴ A título de curiosidade, anoto que a revista (na secção “Escaparate Bibliográfico”, onde se apresentavam obras de autores estrangeiros), anuncia o trabalho de Robert Clarke que havia sido publicado na *Discovery Reports* e do qual falei em seguida.

⁶⁵ Ao contrário da imprensa regional. Apesar de a baleação ter feito correr muita tinta na imprensa açoriana, são raras as ilustrações fotográficas sobre o tema nos jornais diários e semanários regionais, cujas notícias acerca do tópico caracterizavam-se por ser, quase sempre, pequenas notas ou curtas informações. Uma das excepções que confirma a regra foi publicada no *Dário Insular* de 20 de Fevereiro de 1946, dada a importância da descoberta de grande quantidade de âmbar. A imagem, porém, é turva e pouco elucidativa.

de Clarke (a quem, inclusive, expressa um agradecimento), as imagens servem também para documentar uma pesquisa de fundo, que resultou num livro editado dois anos depois (Housby 1971). As imagens são, uma vez mais, muito diversificadas e registam canoas, aparelhamento, cordas, selhas, *scrimshaw*, arpoamento, reboque, esquadramento e, convém realçar, baleeiros no mar e em terra, homens devidamente identificados com os seus nomes e funções. Dir-se-ia quase uma etnografia visual onde nenhum detalhe foi esquecido, das técnicas e artefactos às pessoas e suas identidades. As imagens, aqui, são uma componente indispensável da caracterização social do universo baleeiro. São registos verdadeiramente ilustrativos e descritivos.⁶⁶

Na mesma linha de investigação insere-se o trabalho do alemão Ulrich Scheer, que chegou aos Açores em 1964. O jovem Ulrich era, à época, um estudante universitário de Biologia que, seguindo as pegadas do pai (que havia estado nas ilhas dez anos antes) visitava o arquipélago numa expedição ornitológica, embora já tivesse como objectivo delineado conhecer os animais e homens do mar de que o seu pai lhe falara. E foi o que fez assim que terminou a pesquisa ornitológica. Esteve com os baleeiros em São Miguel, nas Capelas, onde permaneceu três semanas. O livro a quatro mãos que daí resultou mais de cinquenta anos depois (Scheer e Cymbron 2015) contém uma pequena parte das belíssimas fotografias que Scheer tirou.⁶⁷ A juntar às imagens clássicas no mar e em terra, as fotografias de Scheer também registam o quotidiano dos baleeiros. E esta é mais uma narrativa visual de pendor etnográfico produzida por alguém de fora que permaneceu temporariamente nas ilhas, mas que soube captar pessoas e vidas, além do labor e da técnica.

Nestas três obras, a função da fotografia é descritiva e documental. O objectivo foi documentar fotograficamente a realidade peculiar e singular dos baleeiros açorianos que, aos olhos destes forasteiros, eram resquícios de um mundo em extinção. Estes livros são relativamente bem conhecidos nos Açores, mas o mesmo não se pode dizer de outras edições que, apesar de conterem fotografias

⁶⁶ A colecção de fotografias de Housby faz parte do acervo do New Bedford Whaling Museum.

⁶⁷ Convém notar que, além das fotografias, Scheer filmou ainda um documentário que foi exibido em 2011 pela RTP Açores na reportagem de Herberto Gomes “Reencontro com as Baleias” (disponível aqui: <http://videos.sapo.pt/ksLZOMb06IsAnky3Em1b>). A colecção fotográfica e audiovisual de Scheer foi por ele doada à Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

baleeiras açorianas, passaram quase despercebidas no arquipélago pois não se tratam de obras dedicadas à temática baleeira. É o caso de obras editadas no estrangeiro que, sendo sobre os Açores, fazem referências mais ou menos breves à baleação nas ilhas. Dois exemplos, um francês (Dervenn 1955)⁶⁸ e um inglês (Bryans 1963)⁶⁹, confirmam que as décadas de 1950 e 1960 foram atractivas aos visitantes internacionais. Mas nesta penumbra também encontramos edições portuguesas. Num pós-guerra que reconfigurava a própria actividade baleeira, um título como *Guia de Portugal Artístico* dificilmente denuncia o tópico, mas o certo é que contém imagens de botes baleeiros (cf. Ramalho 1946).

No que respeita às publicações nacionais – ou melhor, regionais –, vários foram os livros ilustrados dedicados à baleação açoriana. Sem pretender ser exaustiva, destaco somente alguns. Desde logo, a obra de José Dias de Melo, *Vida Vivida em Terras de Baleeiros (1876-1983)* (1983), que apresenta fotografias da ilha do Pico, de botes, lanchas, desmanche e preparação para o derretimento, bem como uma fotografia da procissão de Nossa Senhora de Lurdes, nas Lajes do Pico. Nada é dito sobre a data ou o autor das fotografias, mas é plausível que tenha sido o próprio Dias de Melo. As publicações regionais são quase todas segmentadas por ilha. Assim, temos, ainda para o Pico, Silva (2009) ou Garcia (2021); para o Faial, Dutra et al. (2010) e Medeiros (2013); para Santa Maria, Puim (2024 [2001]); para a Graciosa, Pereira (2005); para São Miguel, Cymbron e Dutra (2017). Uma excepção a esta compartimentação por ilha são as obras de grande fôlego, bilingues e profusamente ilustradas, de João A. Gomes Vieira (2002, 2003). E existem ainda vários foto-livros com imagens baleeiras (Eichhorn e Zingel 1992, Gomes e Gil 2003, Enes 2011, Museu do Pico 2019).

Em todas estas obras, as fotografias destacam a botes e lanchas, portos e varadouros, arpoamento, arriadas e casas de botes, fábricas, desmanche, esquarteramento. Ainda que com propósitos distintos, todas apresentam imagens com ângulos semelhantes. Seja em periódicos ou livros, as fotografias baleeiras não

⁶⁸ Dervenn apresenta duas fotografias de esquarteramento (no Pico), uma de canoas baleeiras e duas de caçada no mar (no Faial).

⁶⁹ Não obstante Bryans atribuir os créditos de algumas imagens a Nóbrega, não o faz para a única fotografia de uma cena baleeira (um cachalote no varadouro e, em segundo plano, um bote no mar com sete tripulantes).

variaram muito de finais do século XIX até meados do XX, sendo as imagéticas mais recorrentes as seguintes:⁷⁰

- a) botes e lanchas (no mar ou em terra);
- b) arpoamento/lanceamento;
- c) esquartejamento/desmanche;
- d) supremacia do homem sobre o animal.



Fig. 3. Temáticas

1. Bote baleeiro

Fonte: Álbum de Marcelino Lima (s.d.)

BPARRJG – Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça

⁷⁰ Uma outra imagética, já distinta porque surge numa era pós-baleação, mas recorrente na contemporaneidade, é aquela dos rostos dos homens envolvidos outrora na actividade baleeira. As paredes de fotografias de rostos podem encontrar-se, por exemplo, no Museu dos Baleeiros ou na casa de botes da Calheta de Nesquim (tal como noutros locais fora dos Açores, como no Museu da Baleia da Madeira). Nestes casos, a imagem não tem valor documental ou de fonte histórica, o seu propósito é homenagear aqueles que fizeram parte de algo que já não existe.

2. Arpoamento/Lanceamento

Fonte: Coleção Scheer, Ulrich Scheer, São Miguel (1964)

BPARPD – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

3. Esquartejamento/Desmanche

Fonte: Coleção Bernt Eichhorn, Pico (1981)

BPARJJG – Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça

4. Supremacia do homem sobre o animal

Fonte: António Viera Soares, Pico (1965)

Mystic Seaport Museum (https://educators.mysticseaport.org/artifacts/azorean_whaling_photo/)⁷¹

Todavia, estas temáticas transversais⁷² não acompanham necessariamente o conteúdo escrito associado. Exceptuando os trabalhos científicos e documentais, na maioria dos casos, as fotografias parecem servir apenas para quebrar a mancha monótona do texto, mais do que para ilustrar esse mesmo texto. Frequentemente, as imagens incluídas em artigos e livros em nada se relacionam com a matéria escrita (a não ser como alusão ao tema geral da baleação). Além disto, muitas destas imagens surgem nos livros e revistas sem qualquer informação sobre data, autor ou detentor. Sendo certo que nem sempre é possível avançar com autoria e datação, podemos e devemos identificar a origem ou o detentor daquela imagem que nos chegou. No limite, se não a recolhermos num arquivo público ou coleção particular, recolhemo-la no imenso arquivo da *world wide web*. E a informação da fonte é o mínimo que pede a legenda de uma imagem. As fontes das fontes são mais do que um imperativo de deontologia profissional, mais do que um dever e obrigação dos investigadores e escritores. Elas constituem também um indicador de disseminação e relocalização de uma imagem, de uma história. Com isto quero chegar a um ponto importante, que desenvolverei na próxima secção deste texto: a necessidade de considerar e ponderar os limites da fotografia enquanto fonte historiográfica.

⁷¹ Esta imagem digitalizada e disponibilizada online pelo Mystic Seaport Museum corresponde à fotografia em suporte papel (inserida num conjunto de seis) que tive também a oportunidade de ali ver presencialmente. Não obstante tratar-se de uma revelação em papel fotográfico, o exemplar em causa foi enviado pelo correio, tendo como remetente Manuel Macedo e como destinatário Edouard A. Stackpole (1903-1993), curador do Museu na altura (1951-1966).

⁷² Apenas Rui de Sousa Martins se deteve nas imagens baleeiras – a que preferiu chamar de “paisagens” (Martins 2021) – e, segundo a sua análise, o esquartejamento é privilegiado (idem:22), mas fotografa-se também arquitectura baleeira (casas de botes e fornalhas), além da fotografia naval baleeira (botes e lanchas) (idem:23) e, mais tarde, na era fabril, é a fábrica que adquire protagonismo (idem:25), mantendo-se o esquartejamento como o foco dominante dessas imagens (idem:26).

Os desafios são de vária ordem. Primeiro que tudo, devemos ter em atenção que qualquer imagem é objecto de intermediações várias, da produção à recepção. O contexto em que é produzida (quando, por quem, com que finalidade) não é despidendo. Nem tampouco a circunstância em que é apresentada, já que uma imagem pode ser complementada (ou manipulada) pela escrita e pela oralidade, até pela interpretação. Ademais, para que uma imagem (ou um conjunto de imagens) constitua realmente uma fonte histórica é indispensável que esteja acessível, o que nem sempre se verifica.

Fotografia, memória e arquivos in(acessíveis)

A maioria das publicações aqui compulsadas e as imagens nelas inseridas contam, ainda que de forma incompleta, a história local da baleação costeira. E que histórias ficam de fora? Desde logo, a história global anterior a essa, a da baleação pelágica norte-americana, que foi o preâmbulo da baleação costeira regional. Sem me alongar nesta lacuna historiográfica, o que pretendo sublinhar é que a produção bibliográfica sobre a baleação açoriana está, quase sempre, circunscrita ao arquipélago ou a uma ilha.⁷³ Mas mesmo assumindo esse recorte estritamente local, as próprias representações visuais não deixam de ser parciais e insuficientes, seja porque mostram quase sempre o mesmo, seja porque deixam muito de fora, seja porque não são suficientemente caracterizadas, escrutinadas ou estudadas.

Para entendermos o alcance (ou não) que um conjunto de fotografias pode proporcionar, bastará pormo-nos no lugar de alguém que não é açoriano ou que nada sabe sobre a baleação nos Açores. O que lhes ensinam e transmitem estas fotografias? Depois deste simples teste, talvez não seja difícil perceber que quando muitos de nós olhamos para imagens baleeiras, olhamos já com um enorme manancial de informação que faz automaticamente ricochete na imagem e na nossa leitura dela. Os significados simbólicos e culturais não são propriedades intrínsecas das imagens, são atribuídos de forma variável consoante os contextos históricos e sociais. E estas imagens, lidas agora numa era pós-baleação, ganham

⁷³ No panorama nacional, que é também de origem regional, as principais excepções são as obras de Vieira (2007) e Madruga da Costa (2012 e 2019).

outros sentidos, diferentes daqueles que tinham quando foram captadas. Hoje em dia, essa ressignificação opera-se sobretudo no domínio do património e, como tal, convoca e reelabora uma memória colectiva.

A imagem, qualquer imagem (visual ou escrita), constrói memória e a memória é sempre selectiva e parcial. As imagens do passado não são uma evidência directa desse passado, são um fragmento, um vestígio, um indício. Muitas vezes, a maioria das vezes, uma fotografia conta uma história que se quer contar e não toda a história. Esses fragmentos, parcelas ínfimas da história e da História revelam, afinal, muito pouco. Há, portanto, que ponderar e avaliar o que não aparece nessas imagens, sendo também fundamental complementar as informações visuais com as escritas. Voltarei a esta interdependência de fontes no final do texto.

Como vimos, muitas das fotografias baleeiras foram reproduzidas em postal ilustrado. Como tal, estas imagens não circularam somente nos periódicos ou livros, mas também pelo correio, viajando para países distantes (como comprovam as legendas bilingues) e disseminando representações e imaginários sobre as ilhas.



Fig. 4. Imagens que viajam

1. Postal com legenda em português

Fonte: Foto Nóbrega, S. Miguel (s.d.)⁷⁴; <https://www.facebook.com/HistoriaDosAcores>

2. Postal com legendas em português e inglês

Fonte: Capelas, São Miguel (s.d.), ICPD – Instituto Cultural de Ponta Delgada (https://www.icpd.pt/arquivo/ver.php?id=1661&pag=0&titulo=balea%C3%A7%C3%A3o&oTitulo=1&nivel_descricao=0)

⁷⁴ O madeirense Gilberto Nóbrega instala-se em Ponta Delgada em 1943 e adquire, na década seguinte, o estúdio e o espólio da Foto Toste, não sendo de estranhar que alguns dos postais que edita sejam de fotografias dessa casa.

Como terão sido recebidas e apreciadas estas imagens por quem era estranho ao ambiente insular? Como difere a recepção de uma mensagem consoante a forma como é veiculada (em revista, livro ou postal)? O que era escrito no verso destes postais? E quem eram os seus remetentes e destinatários?

Em termos historiográficos, o modo como vemos o passado depende dos vestígios que sobreviveram desse passado, mas também da forma como olhamos para esses vestígios. Como pensamos e interrogamos as fotografias? Como rastreamos a sua origem e contexto? Por exemplo, atentemos na seguinte imagem:



Fig. 5. Interrogar as imagens

Fonte: Cais Velho, São Roque do Pico (c. 1900), Colecção particular de José Gomes

Esta fotografia de São Roque do Pico, no dealbar do século XX interpela-nos de diferentes maneiras, que mais não seja porque todos os indivíduos, mais de trinta, nos fitam gravemente (salvo um, que sorri). Todos encaram directa e deliberadamente a objectiva. Porquê? Quem os terá fotografado? Porque o fez? Porque aceitaram eles ser fotografados? Quem eram eles? Armadores, oficiais, baleeiros? Pais, filhos, tios e primos? Como era a sua vida? Como se relacionavam? Porque estão tão circunspectos e um só tão sorridente? Quantos barris de óleo terão dado aqueles cachalotes? Muito pão na mesa ou guerra entre companhas? Mesmo que não cheguemos a repostas definitivas, importa fazer as perguntas, interrogar as imagens. Mas para isso, é necessário ter acesso a elas.

Além das fotografias baleeiras publicadas em periódicos, livros e postais – e mais recentemente, em inúmeras páginas da internet –, outras foram ainda apresentadas em exposições,⁷⁵ mas uma boa parte permanece longe do olhar público.

Essas imagens, fontes históricas como as demais, estão guardadas em diversos arquivos, públicos e privados. Sobre os segundos, pouco se poderá fazer além de um apelo à devida preservação e divulgação, já que, convém lembrar, a propriedade privada pode ser de utilidade pública. Quanto aos primeiros, há algumas considerações a tecer.

As designadas instituições de memória – bibliotecas, arquivos e museus – são, como o nome indica, as primeiras e mais adequadas entidades guardiãs da memória colectiva, possuindo as devidas competências técnicas e infraestruturais para tal, e são, na sua maioria, instituições públicas (no que isto implica tanto ao nível do financiamento público, para o qual os cidadãos contribuem, como ao nível do seu usufruto, também ele, desejavelmente, público e aberto aos cidadãos). As instituições de memória estão, por definição, vocacionadas para a preservação, organização e divulgação de um património vasto (que vai do documento escrito ou iconográfico ao artefacto). Ainda que o princípio custodial do século XIX que presidiu à divisão entre elas tenha sido substituído, em meados do século XX, por um paradigma de integração interna e abertura a comunidades e públicos, ainda estamos longe de o alcançar plenamente. Superado que está o modelo da mera acumulação e conservação, há que pôr em prática os preceitos de articulação e disponibilização. Mas é importante disponibilizar materiais guardados não apenas segundo os critérios (nem sempre transparentes ou formalmente estabelecidos) impostos pelas instituições, mas atendendo igualmente a solicitações externas, numa preocupação de real articulação com a sociedade e de divulgação para o exterior. Escusado será dizer que o acesso à informação beneficia não apenas investigadores e outros utilizadores, mas as próprias instituições, que podem capitalizar esse conhecimento em seu proveito.

⁷⁵ Excluindo as exposições permanentes, refiro, a título de exemplo, as seguintes exposições temporárias exibidas recentemente: em 2018, no Museu do Pico, “O Espírito do Lugar”, com fotografias de Rainer Hellberg; em 2020, no Museu de Santa Maria, “A Pesca à Baleia na Ilha de Santa Maria”, com fotografias de José Elisabeth; em 2023, no Centro de Artes e de Ciências do Mar (antiga Fábrica SIBIL), “Baleeiros Açorianos: uma retrospectiva fotográfica”, com fotografias de Gemina Garland-Lewis e O. Luis Mazzatenta.

Nos três Arquivos Regionais dos Açores encontram-se algumas colecções fotográficas de temática baleeira que estão acessíveis ao público, em consulta presencial ou *online*. Muito diferente é a situação dos Museus Regionais. Ainda que sejam instituições públicas, o acesso aos seus acervos é restringido. Além dos objectos e artefactos patentes nas exposições permanentes e temporárias, os Museus têm também arquivos documentais cujo acesso deveria ampliar-se além do âmbito estritamente expositivo. Alguns investigadores, sobretudo os da casa, têm acesso às colecções, mas os procedimentos formais para a consulta externa nem sempre são claros. Se determinadas colecções são acessíveis, outras não. E muitas delas foram já objecto de um notável trabalho de organização, inventariação e digitalização, mas nem isso garante que sejam públicas.⁷⁶ Seria de esperar que pelo menos o que já foi tratado arquivisticamente pudesse ser disponibilizado, acompanhando a tendência internacional de difusão de colecções em repositórios digitais.⁷⁷ Ademais, existem colecções particulares, quer de instituições e associações, quer pessoais e familiares, cuja inventariação está por fazer e cujo acesso é também restrito. Para não falar das colecções fotográficas existentes fora do arquipélago,⁷⁸ todas inventariadas.

Não obstante a existência de várias colecções fotográficas baleeiras, umas mais organizadas do que outras, umas mais conhecidas do que outras, umas mais acessíveis do que outras, o certo é que muito continua perdido. Não sou só eu que o digo, é um homem experiente do mundo baleeiro, Francisco Andrade de Medeiros, dos poucos que fez menção a este problema: “[...] muitos dos arquivos perderam-se, ou continuam em parte incerta” (Medeiros 2013:5). Por sua vez, em 2017, o Museu do Pico/Museu dos Baleeiros apelou à população para que

⁷⁶ Merecem ser destacadas as colecções fotográficas com registos da caça à baleia (mas não exclusivamente) que foram inventariadas e digitalizadas no âmbito do projecto MEDIAT e que se encontram à guarda dos Museus Regionais e da Direcção Regional da Cultura.

⁷⁷ O Catálogo Coletivo de Museus – Património Museológico Açores (www.ccmuseus.azores.gov.pt) tentou responder a esta chamada, mas a sua potencialidade está ainda por cumprir.

⁷⁸ Em Portugal continental, destaco as fotografias de Luís Pavão, que registaram a caça à baleia ao largo do Faial em 1982 (e que ilustram o livro de Lopes 2008). Nos Estados Unidos, são de realçar as várias colecções fotográficas do New Bedford Whaling Museum que retratam não apenas as ilhas dos Açores, mas os baleeiros açorianos na Nova Inglaterra (séculos XIX-XX). E é ainda de referir a colecção fotográfica do Príncipe Albert I relativa às suas campanhas oceanográficas, depositada no Institut Océanographique-Fondation Albert Ier, Prince de Monaco.

cedesse imagens à instituição.⁷⁹ Todavia, além de recolher, importa organizar o que já se tem. Acumular sem organizar é também perder. Recolher para guardar, sem divulgar, é também perder. Importa dinamizar iniciativas de levantamento documental desde que sejam consequentes, isto é, desde que contemplem a sua organização, tratamento e posterior divulgação, para que enriqueçam verdadeiramente as instituições e as comunidades através da preservação da memória, já que os documentos não são fins em si mesmos, mas parte de um todo maior que está ainda por conhecer.

Sendo que este texto e a reflexão subjacente se centra na fotografia enquanto fonte histórica, o que está aqui em causa é de que modo pode a imagem contribuir para a produção de conhecimento. Para tal, é necessário considerar, a montante, o acesso a essas fontes e materiais. Ora, é difícil avaliar devidamente o valor e conteúdo das colecções fotográficas depositadas em diferentes arquivos regionais pois o seu acesso é limitado, mas é de crer que estas colecções constituam um promissor acervo para novas perspectivas e abordagens acerca da história da baleação açoriana. O acesso aos materiais e à informação é o primeiro passo para que se possa avançar na produção de conhecimento. Se esse acesso é barrado ou selectivo, o poder da imagem fica refém de vistas curtas. Para que fotografias e outros documentos sejam, efectivamente, fontes históricas, é necessário ultrapassar visões bafientas de propriedade custodial e, no caso particular da fotografia, deixar de vê-la somente como objecto decorativo de um livro ou museu. As colecções fotográficas deviam ser encaradas como qualquer colecção documental, mas são afastadas de supostos olhares indiscretos, como se de uma jóia da coroa arquivística se tratasse. Visualmente atraente, a fotografia vai perdendo o seu valor histórico e historiográfico, que urge reclamar.

⁷⁹ Uma iniciativa que decorreu no âmbito do ciclo de cinema documental “Baleeiros do Mundo” promovido em parceria com a empresa Comunicar Atitude, como noticiado por órgãos de comunicação social de todo o arquipélago (veja-se, por exemplo, a notícia no jornal micalense *Açoriano Oriental*: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/museu-dos-baleeiros-quer-aumentar-acervo-de-imagens-da-baleacao-e-pede-ajuda-a-populacao-282341>). Segundo o Director do Museu, «Essa recolha fortaleceria o Museu do Pico e, ao mesmo tempo, salvaguardaria, também, esse património que pode vir a perder-se».

Considerações finais: uma imagem vale mais que mil palavras?

Enquanto documento histórico, a fotografia é apenas uma parte de um imenso património arquivístico que está ainda, em grande medida, por explorar e estudar, englobando registos visuais e escritos que devem ser pensados e trabalhados na sua complementaridade. Isto aplica-se a qualquer acervo ou temática, mas penso especificamente nos acervos documentais baleeiros. As colecções fotográficas são apenas uma parte do enorme acervo documental baleeiro, mas uma parte particularmente reservada. A imagem é, de longe, mais cobiçada que o documento escrito, mas ambas as tipologias documentais devem ser igualmente valorizadas, assim como relacionadas.

Neste texto, dei ênfase à componente visual desse património arquivístico, mas ele é muito mais vasto e beneficia em não ser segmentado. Como vimos, as imagens baleeiras são geralmente apresentadas de forma descontextualizada e quando acompanhadas de algum texto, nem sempre este oferece dados adicionais sobre aquelas. As múltiplas opacidades das imagens baleeiras fazem-nos questionar a velha máxima de que “uma imagem vale mais que mil palavras”. Valerá sempre? Como creio ter ficado claro, nem sempre.

Apesar da escassez de informação sobre as fotografias baleeiras e dos vários obstáculos no acesso às fontes, que se agravam com a dispersão arquipelágica – ou até por causa de todos estes motivos – importa que narrativas visuais e textuais se aliem na descrição e conhecimento do passado. Esta é, portanto, uma questão de carácter epistemológico, mas também metodológico, já que o acesso às fontes e a forma como as trabalhamos condiciona e tem implicações na historiografia que fazemos, no conhecimento que produzimos. Esse conhecimento não é simplesmente *sobre* o passado, é conhecimento *para* o futuro. É o enorme edifício do conhecimento em construção, peça sobre peça, em combinações variadas e dinâmicas, e nunca acabado.

Para tirar o máximo partido da fotografia enquanto fonte historiográfica, e não como mero objecto de consumo visual ou recordação nostálgica, às representações visuais devemos juntar as representações escritas. Ambas descrevem, mesmo que parcialmente, o passado. Ambas seleccionam e reavivam memórias. E assim, ambas contribuem activamente para a estruturação do imaginário baleeiro açoriano, assente que está numa construção simbólica e patrimonial (Daun e Lorena 2024).

No que concerne à organização e disponibilização de acervos documentais baleeiros, cumpre referir um projecto em curso – ADBA (Arquivo Documental/Digital da Baleação Açoriana)⁸⁰ – desenvolvido por mim com o apoio da Direção Regional da Cultura, que procura justamente contribuir para essa visão de conjunto, mas não só. O objectivo central do ADBA é valorizar e divulgar o património baleeiro na sua vertente documental (escrita e visual), que tem sido bastante negligenciada. Trata-se de um mapeamento arquivístico que visa não apenas identificar fundos e colecções em todas as ilhas do arquipélago – com destaque para os Arquivos e Museus Regionais – mas também organizar e divulgar esses acervos documentais numa base de dados em acesso aberto. Assim, além da compilação e sistematização da informação, o ADBA permite uma visão integrada dos vários acervos dispersos por diferentes ilhas e instituições mas que se complementam dando a conhecer a variedade de recursos internos que existem no arquipélago. Repito: o acesso à informação é o primeiro passo para que se possa avançar na produção de conhecimento. Divulgar para conhecer.

Como tenho vindo a insistir, o património arquivístico é simultaneamente material e imaterial. Os acervos documentais baleeiros são património como os botes ou as fábricas. Documentos, jornais, fotografias, são objetos materiais, tangíveis, através dos quais é possível aceder à intangibilidade da memória e da história.

Com estas considerações finais, pretendo chamar a atenção para a indissociabilidade dos binómios escrito/visual e material/imaterial, apelando à valorização e divulgação do património arquivístico e à interdependências das fontes. Só assim será possível continuar a aprofundar o nosso olhar sobre o passado baleeiro das ilhas. Um olhar que se faz com mais de mil palavras e mil imagens.

⁸⁰ O ADBA está disponível em: www.culturacores.azores.gov.pt/adba

Referências bibliográficas:

2019. *Museu do Pico por quem nos visita*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura.
- Ávila, Ermelindo. 2010. “A caça à baleia.” in *Álbum da ilha do Pico*. Ponta Delgada: Publicor: 91-118.
- Bryans, Robin. 1963. *The Azores*. London: Faber and Faber.
- Clarke, Robert. 1954. “Open Boat Whaling in the Azores. The History and Present Methods of a Relic Industry.” *Discovery Reports* XXVI:281–354.
- Cymbron, Albano, e Márcia Dutra. 2017 [2013]. *As Baleias nos Açores: da caça ao turismo*. Horta: OMA – Observatório do Mar dos Açores.
- Daun e Lorena, Carmo. 2024. «Os imaginários do património: uma incursão pela escrita baleeira nos Açores». *Imaginários do Mar: uma antologia crítica – O Mar Contemporâneo*, (Eds.) Carreto, Carlos F. Clamote; Martins, Luís; Salgueiro, Ângela. Lisboa, Portugal: IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa: 61-84.
- Dervenn, Claude. 1955. *Les Açores*. Paris: Horizons de France.
- Dias de Melo, José. 1983. *Vida Vivida em Terras de Baleeiros (1876-1983)*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- Dutra, Márcia, Filipe Porteiro, e Filipe Mora. 2010. *A Baleação no Faial: fase industrial 1940-1984/ Whaling in Faial: industrial phase 1940-1984*. Horta: OMA – Observatório do Mar dos Açores.
- Eichhorn, Bernt, e Dieter Zingel. 1992. *Açores: Ilhas ainda quase desconhecidas no Atlântico*. Ponta Delgada: Art-Studio/ Álvaro Saraiva.
- Enes, Carlos. 2011. *A Fotografia nos Açores: dos primórdios ao terceiro quartel do século XX*. Ponta Delgada: Presidência do Governo Regional dos Açores.
- Garcia, José Carlos. 2021. *A Indústria Baleeira dos Açores*. Horta: OMA – Observatório do Mar dos Açores.
- Gomes, José Manuel Martins, e Paula Maria Oliveira Gil. 2003. *Imagens do concelho de São Roque do Pico*. São Roque do Pico: Câmara Municipal de São Roque do Pico.
- Guerra, Rodrigo. 1980 [publicação póstuma]. «Baleia à Vista». *A Americana*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, pp. 91-100.

- Henriques, Francisco Maia. 2016. *A Baleação e o Estado Novo. Industrialização e Organização Corporativa (1937-1958)*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Housby, Trevor. 1971. *The Hand of God. Whaling in the Azores*. London; New York; Toronto: Abelard-Schuman.
- Lima, Marcelino. 1933. «À caça da baleia», *Por causa dum ramallete*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira: pp. 49-109.
- Madrugada da Costa, Ricardo Manuel. 2012. *A ilha do Faial na logística da frota baleeira americana no “século Dabney”*. Lisboa; Horta: Centro de História de Além Mar/ OMA – Observatório do Mar dos Açores.
- Madrugada da Costa, Ricardo Manuel. 2019. *Os Dennis Wood Abstracts e o porto da Horta como provedoria da frota baleeira americana: um contributo para uma reflexão sobre a baleação dos Açores*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- Martins, Rui de Sousa. 2021. «Prefácio: Paisagens industriais baleeiras» in *A Indústria Baleeira dos Açores*, José Carlos Garcia, pp. 9-34.
- Medeiros, Francisco Andrade de. 2013. *Homens de Olhos Encovados & Outras Estórias de Homens do Mar*. São Roque do Pico: Câmara Municipal de São Roque do Pico.
- Pereira, Rufino Cordeiro Dias. 2005. *A caça ao cachalote na ilha Graciosa*. Santa Cruz: Município de Santa Cruz da Graciosa.
- Puim, Arsénio Chaves. 2024 [2001]. *A pesca à baleia na ilha de Santa Maria e Açores*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.
- Ramalho, Robélia de Sousa Lobo (Ed.). 1946. *Guia de Portugal Artístico – Açores (Vol XIII)*. Lisboa: M. Costa Ramalho.
- Reis, Victor dos. 2017. “As primeiras «fotografias científicas» de um cachalote (1890). Francisco Afonso Chaves e a inexactidão da Imagem.” *RCL – Revista de Comunicação e Linguagens* (47):157-172.
- Ribeiro, João Adriano. 1998. “A Pesca da Baleia nos Açores: subsídios para o seu estudo.” Separata da revista *Islenha* (22):97-116.
- Saramago, João (Org.). 2001. *Notas do Corvo* (do Padre Lourenço Jorge). Corvo: Câmara Municipal do Corvo.
- Scheer, Ulrich, e Albano Cymbbron. 2015. *Whaling in São Miguel, Azores. Memories and Images of a Bygone Era*. Ponta Delgada: COINGRA – Companhia Gráfica dos Açores Lda.

- Silva, Paulo Nuno. 2009. *Memória Baleeira: Uma Homenagem à Baleação e à Indústria Baleeira Das Lajes Do Pico/ Whaling Memory: An Homage to Whale Hunting and the Whaling Industry at Lajes Do Pico*. Lajes do Pico: Município das Lajes do Pico.
- Vieira, João A. Gomes. 2002. *O Homem e o Mar. Embarcações dos Açores/ Man and the Sea. Boats of the Azores*. Lisboa: Intermezzo-Audiovisuais.
- Vieira, João A. Gomes. 2003. *O Homem e o Mar. Artistas Portugueses do Marfim e do Osso dos Cetáceos: Açores e Madeira – Vidas e Obras/ Man and the Sea. Portuguese Scrimshaw Artists in Whale Tooth Ivory and Bone: The Azores and Madeira – Their Lives and Works*. Lisboa: Intermezzo-Audiovisuais.
- Vieira, João A. Gomes. 2007. *Man and the Sea. The Portuguese participation (Azorean and Cape Verdean) in American Whaling/ O Homem e o Mar. A participação portuguesa (açorianos e cabo-verdianos) na baleação americana*. Lisboa: Medialand.

Periódicos (por ordem cronológica)

- Chaves, Francisco Afonso. 1903. «Cetologia dos Açores», *Album Açoriano*, pp. 37-38.
Disponível em:
http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/ALBUMACORIANO-1903/ALBUMACORIANO-1903_item1/index.html?page=45
- Príncipe do Mónaco. 1903. «A morte d'um cachalote», *Album Açoriano* N° 27, pp. 209-213.
Disponível em:
http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/ALBUMACORIANO-1903/ALBUMACORIANO-1903_item1/index.html?page=286
- Lima, Marcellino. 1903. «À pesca da baleia», *Album Açoriano* N° 66, pp. 531-535.
Disponível em:
http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/ALBUMACORIANO-1903/ALBUMACORIANO-1903_item1/index.html?page=689
- (Anónimo). 1907. «A pesca da baleia nos Açores», *Ilustração Portuguesa* N.º 56, 18 de Março de 1907, pp. 297-299. Disponível em:
https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1907/N56/N56_item1/P17.html
- Guerra, Rodrigo. 1910. «A caçada à baleia nos Açores», *Ilustração Portuguesa* N.º 210, 28 de Fevereiro de 1910, pp. 269-273. Disponível em:
https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1910/N210/N210_item1/P15.html

- (Anónimo). 1913. «A pesca da baleia nos Açores», *Ilustração Portuguesa* N.º 365, 17 de Fevereiro de 1913, pp. 206-207. Disponível em:
https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1913/N365/N365_item1/P16.html
- Haerberle, Arminius T. 1919. «The Azores: Picturesque and Historic Half-Way House of American Transatlantic Aviators». *The National Geographic Magazine* Vol. XXXV N.º 6, pp. 514-545.
- (Anónimo). 1922. «A pesca da baleia», *Ilustração Portuguesa* N.º 866, 23 de Setembro de 1922, pp. 290-291. Disponível em:
https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N866/N866_item1/P4.html
- Bethencourt, J. A. A. de. 1922. «Baleias em S. Miguel», *Os Açores: revista ilustrada*, Setembro de 1922, pp. 20-21. Disponível em:
<https://azoreana.azores.gov.pt/item/0ab6b402-e07a-4539-9c78-c6be672ae8ed>
- (Anónimo). 1933. «Kodaks», *Insula* N.º 18-19, Junho e Julho de 1933. Disponível em:
<https://azoreana.azores.gov.pt/item/3d7372bd-a1c5-478b-b7cb-3165af1528ee>
- S. de B. 1933. «A pesca da baleia nos Açores», *Insula* N.º 22-24, Outubro a Dezembro de 1933, p. 21. Disponível em:
<https://azoreana.azores.gov.pt/item/e1ce9f7a-9f92-43c9-ac3b-06f464487dd0>
- Ferreira, Pe. Ernesto. 1935. «Gigantes dos mares dos Açores», *Açoreana: Revista de Estudos Açoreanos/Boletim da Sociedade Afonso Chaves* I(II):74-85.
- Reis, F. Marcelino dos. 1942. «A caça da baleia nos Açores», *Viagem: Revista de Turismo, Divulgação e Cultura* N.º 18, Abril 1942: 10-11.
- (Anónimo). 1946. «Ambar!», *Dário Insular* N.º 4, 20 de Fevereiro de 1946.
- (Anónimo). 1953. «The great sperm whale», *Life* Vol. 35, N.º 18, 2 de Novembro de 1953, pp. 118-124.
- (Anónimo). 1954. «Baleia», *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo* N.º 9.
- Mitchell, Carleton. 1958. «To Europe with a Racing Start», *The National Geographic Magazine* Vol. CXIII, N.º 6, pp. 758-789.
- Moser, Don. 1976. «The Azores: Nine Islands in Search of a Future», *The National Geographic Magazine* Vol. 149, N.º 2, pp. 261-288.

UMA IMAGEM, MIL PALAVRAS

MARGARIDA R. BRITO DE AZEVEDO

Museu de Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura

Margarida.RB.Azevedo@azores.gov.pt

INTRODUÇÃO

O termo “Arquivo” é utilizado para fazer referência, de forma generalizada, a um agrupamento de documentos gerados no quotidiano de indivíduos ou organizações, mantidos de forma organizada por particulares ou instituições em espaços destinados a esse efeito. Estes são, por norma, considerados fontes de informação autênticas e estruturas fundamentais na preservação de ações ocorridas no passado (ARQUIVO NACIONAL, 2019; p. 11).

No caso particular da fotografia, a coletânea de documentos dessa natureza, está, desde o seu início, associada à necessidade de assegurar a transmissão de memórias visuais individuais ou coletivas, de geração em geração (MAH, 2019; p. 9).

Neste sentido, o Arquivo de Som e Imagem reúne-se no espaço do Museu de Angra do Heroísmo, com o objetivo de salvaguardar a memória fotográfica, videográfica e sonora açoriana, sendo composto sobretudo por registos produzidos ou reunidos na Ilha Terceira. Este tem vindo a desenvolver trabalho no sentido de preservar cada peça do seu acervo, passando pelos processos de conservação, organização, inventariação e digitalização.

No contexto do colóquio atual, com o tema “O Atlântico Ibero-Americano (Séculos XV a XX). História, Memória e Cultura Visual”, será apenas abordada a vertente fotográfica do Arquivo.

A INSTITUIÇÃO

Desde a sua descoberta, a localização estratégica dos Açores e, em particular, da Ilha Terceira e da cidade de Angra de Heroísmo, conferiu-lhes um papel político e geoestratégico de importância global⁸¹.

Por esse motivo, e face ao considerável número de objetos de valor histórico, cultural, institucional, etnográfico e outros, disponíveis no distrito de Angra do Heroísmo, tornou-se necessária a criação de um espaço único onde fosse possível reunir tais objetos, transformando-os em instrumentos eficazes de cultura⁸².

Neste contexto, foi criado, em Angra do Heroísmo, através do Decreto-Lei n.º 37.358, de 30 de março de 1949⁸³, o Museu Regional, sob a égide da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo⁸⁴.

Desde a sua fundação, a Instituição pautou-se pela importante missão que lhe foi atribuída de salvaguarda patrimonial, abrangendo diversos domínios da herança cultural local, regional e nacional, consolidando-se, sobretudo, como um marco na preservação do património terceirense.

Abriu portas pela primeira vez ao público em 1960, no edifício do Palácio Bettencourt, situado na Rua da Rosa. Em 1969, foi transferido para o atual edifício, o antigo Convento de São Francisco, na Ladeira de São Francisco⁸⁵.

Atualmente, considerado um museu de síntese, divide-se em três polos – o Edifício de São Francisco, o Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima e a Carmina – Galeria de Arte Contemporânea Dimas Simas Lopes, procurando refletir sobre a vivência açoriana, marcada pelos importantes movimentos político-económicos e pelo domínio do Atlântico, através das suas mostras e exposições, transmitindo assim a história desta comunidade às gerações presentes e futuras⁸⁶.

⁸¹ GOVERNO DOS AÇORES, Museu de Angra do Heroísmo. A equipa. Disponível em: <https://museu-angra.cultura.azores.gov.pt/o-museu/a-equipa/>. Acesso a: 21 fev. 2025.

⁸² Decreto-Lei n.º 37.358. 1949. *Diário do Governo, 1ª série*, 30 de março de 1949.

⁸³ Decreto-Lei n.º 37.358. 1949. *Diário do Governo, 1ª série*, 30 de março de 1949.

⁸⁴ GOVERNO DOS AÇORES, Museu de Angra do Heroísmo. A equipa. Disponível em: <https://museu-angra.cultura.azores.gov.pt/o-museu/a-equipa/>. Acesso a: 21 fev. 2025.

⁸⁵ GOVERNO DOS AÇORES, Museu de Angra do Heroísmo. A equipa. Disponível em: <https://museu-angra.cultura.azores.gov.pt/o-museu/a-equipa/>. Acesso a: 21 fev. 2025.

⁸⁶ GOVERNO DOS AÇORES, Museu de Angra do Heroísmo. A equipa. Disponível em: <https://museu-angra.cultura.azores.gov.pt/o-museu/a-equipa/>. Acesso a: 21 fev. 2025.

As suas coleções e reservas abrangem diversas áreas, como a africana, arqueologia, artes decorativas e ornamentais, belas-artes, brinquedos e jogos, ciência e tecnologia, documentos gráficos, espécies em pedra, etnografia, falerística, instrumentos musicais, medalhística, *memorabilia*, colecionismo e miniaturas, *militaria* e armamento, náutica e aeronáutica, numismática e notafilia, têxteis, transportes, documentação, imagem e som, tornando-o representativo da completude da cultura terceirense e açoriana⁸⁷.

A necessidade de preservação dos diferentes espólios deu origem à estruturação de espaços específicos, como o Arquivo de Som e Imagem (ASI), que tem desempenhado um papel fundamental na conservação do espólio fotográfico e sonoro do Museu de Angra do Heroísmo (MAH).

ARQUIVO SOM E IMAGEM

Desde a fundação da Instituição, em 1949, os seus mentores – Luís da Silva Ribeiro e Frederico da Silva Lopes – demonstraram a preocupação de acolher e reunir coleções fotográficas, com o objetivo de as utilizar como fonte de informação (MAH, 2019; p. 9).

Numa primeira tentativa de centralizar estes documentos, foi integrado no Centro de Documentação do MAH o Arquivo de Imagem. Deste faziam parte fotografias, películas, gravuras, entre outras peças. Neste contexto, foram desenvolvias várias atividades relacionadas com a preservação e conservação desta documentação. São exemplo os trabalhos de pré-inventariação do acervo fotográfico, bem como a estabilização, acondicionamento e inventariação das espécies fotográficas consideradas prioritárias, desenvolvidos no âmbito do projeto MEDIAT⁸⁸ (Memória Digital Atlântica). No entanto, foi apenas em 2011 que se iniciaram os trabalhos de organização do Arquivo de Imagem, com base num programa de procedimentos e rotinas de conservação preventiva previamente estabelecidos⁸⁹. Em 2013, foi criado, sob a coordenação da Dra. Helena Ormonde, o Arquivo de Imagem, Som e Filme, com vista à melhoria das condições de con-

⁸⁷ MAH/*Ordem de Serviço n.º 0013/2018*.

⁸⁸ GOVERNO DOS AÇORES, Cultura Açores. A equipa. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/aia/>. Acesso a: 21 fev. 2025.

⁸⁹ Relatório interno por Helena Ormonde, 2013.

servação preventiva, organização e tratamento documental, de modo a permitir a exploração de conteúdos das categorias do Património Cultural Imaterial estabelecidas pela Portaria nº 80/2012^{90 91}.

Atualmente, sob a designação de Arquivo de Som e Imagem, encontra-se instalado numa sala isolada – Reserva dos Documentos Gráficos – no Edifício de São Francisco, devidamente equipada com recursos adequados à preservação do espólio fotográfico e de outros documentos que, devido à sua natureza estrutural, exigem características específicas de conservação. Conta ainda, com um espaço separado – Arquivo Limpo – destinado aos documentos tratados pelo antigo projeto MEDIAT, às películas filmicas e às fitas magnéticas. Além disso, na reserva anexa – Reserva da Cerâmica – estão guardados outros materiais pertencentes ao arquivo, não relevantes para este trabalho.

Alberga um vasto espólio fotográfico que remonta ao século XIX e se estende até à atualidade. Contando com mais de cinquenta coleções e fundos de famílias, colecionadores, estabelecimentos e instituições, como as coleções da Família Noronha, de Carlos Enes, da Foto-Madeira ou do periódico *Diário Insular*, reúne mais de 70.000 espécies fotográficas (ainda em processo de contagem), com diversos tipos de suporte e formatos, como daguerreótipos, ferrótipos, ambrótipos, negativos e diapositivos em vidro, provas em papel, películas fotográficas e filmicas.

A sua missão passa, sobretudo, por acolher, preservar e conservar documentação relevante para o estudo da comunidade açoriana e terceirense, promovendo, ao mesmo tempo, serviços de informação com o objetivo de satisfazer as necessidades das partes interessadas.

ORGANIZAÇÃO

A gestão deste espaço segue um conjunto de normas que visam a preservação e o fácil acesso às peças.

Valoriza-se a integridade das coleções, e para cada uma delas, segue-se um método sistemático de organização: partindo da estante e gaveta (ex.: estante A, gaveta n.º 1), passando pelo princípio da separação de materiais (papel, vidro,

⁹⁰ Relatório interno por Helena Ormonde, 2013.

⁹¹ GOVERNO DOS AÇORES, Cultura Açores. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/20141230113534.pdf>. Acesso a: 21 fev. 2025.

metal ou película), dos processos e formatos (daguerreótipos, ferrótipos, *carte-de-visite*, etc.), terminando com a organização por tema, do geral para o particular – privilegiando, sempre que possível, sistemas verticais ou diagonais, associados a embalagens de formatos padronizados (envelopes, *sleeves* e caixas).

O facto de o arquivo ser um espaço limitado e de receber regularmente novas incorporações faz com que a sua organização não seja definitiva, estando sujeito às reformulações necessárias de adaptação. Além disso, considera-se a necessidade de reavaliação e reorganização constantes, à medida que novas metodologias e melhores práticas de preservação são implementadas.

CONSERVAÇÃO

Com a conservação pretende-se estabilizar os espécimes, reduzindo o impacto da degradação causada por agentes externos ou internos, para assegurar a integridade física dos suportes e garantir a preservação da sua informação (RONCAGLIO, 2015; p. 26) e do seu valor histórico.

Neste arquivo, optou-se por medidas de conservação preventiva, as quais asseguram, de forma geral, uma melhor estabilização dos exemplares: a utilização de um sistema de estantes metálicas forradas a papel *acid-free*; equipamentos como ar-condicionado, desumidificador e termohigrógrafo, que permitem estabilizar a temperatura entre 18 °C e 20 °C e a humidade relativa entre 50 % e 60 %; controlo da iluminação, através da eliminação de luz exterior e da instalação de iluminação LED. Estas condições ambientais diminuem o risco de oscilações desfavoráveis na estrutura dos espécimes e reduzem a presença de insetos prejudiciais à integridade das peças (PAVÃO, 1997. p.201, p. 221).

Por outro lado, a limpeza e estabilização, o acondicionamento, o registo e a digitalização garantem a preservação individual de cada elemento.

O manuseamento das fotografias é feito sobre papel mata-borrão, utilizando luvas de algodão limpas e, quando necessário, máscara, para minimizar o risco de danos na peça ou evitar contaminações pessoais. A limpeza das espécies varia conforme a sua natureza, podendo ser utilizada a trincha, a pera de sopro, o pó de borracha, o bisturi, entre outros materiais. Quando necessário para estabilização, procede-se à consolidação da emulsão, do suporte ou de pequenos rasgos, com a aplicação de Tylose diluída e de papel japonês de baixa gramagem. O acondicio-

namento é realizado em embalagens padronizadas, em papel ou cartão *acid-free*, ou em *sleeves* de poliéster, com diferentes dimensões. Para um melhor acondicionamento, nos casos mais frágeis, como são exemplo os negativos em vidro, os espécimes, após serem acondicionados individualmente, são colocados em caixas padrão, também em cartão não ácido. Ainda, os materiais instáveis, como as películas em nitrato de celulose, que são altamente inflamáveis, são mantidos num frigorífico *no frost*, a uma temperatura de 3 °C.

Após o respetivo tratamento e conservação, toda a informação associada a uma peça é devidamente registada nas bases de dados digitais Excel e no Catálogo Coletivo de Museus. A catalogação é feita de forma sistemática, utilizando a sigla do Museu, a identificação do acervo (I de imagem), o ano da catalogação e a numeração (ex.: MAH.I.2011.0001). A identificação e marcação dos espécimes é realizada manualmente na embalagem e no espécime, utilizando um lápis macio, num local apropriado e de forma legível (por norma, na frente da embalagem e no verso do espécime).

Por último, a digitalização é feita em coordenação com o técnico responsável. As imagens são digitalizadas no formato TIFF, com aproximadamente 12 MB, para garantir a preservação da imagem original. Posteriormente, é também processada uma versão em formato JPEG, com uma resolução mais baixa, para utilização na base de dados. As imagens são identificadas com o número de inventário correspondente e organizadas numa pasta inserida na plataforma digital *Azores Cloud*⁹². A digitalização é uma das principais estratégias de preservação, pois permite o armazenamento seguro das imagens e proporciona um acesso rápido e fácil, sem o manuseio direto das provas, diminuindo assim o risco de deterioração dos originais.

BASE DE DADOS

A base de dados desempenha um papel fundamental na gestão do acervo, sendo vital para identificar as coleções e organizar a informação existente por categorias. As principais categorias incluem: coleção, número atribuído, autor/fotógrafo, tipo de suporte fotográfico, dimensões, estado de conservação, tema/legenda, localização no arquivo, entre outros dados relevantes.

⁹² GOVERNO DOS AÇORES, Direção Regional das Comunicações e da Transição Digital. A equipa. Disponível em: <https://portal.azores.gov.pt/web/drcomunicacoes/acoes-02-0550-feder-000026-azorescloud>. Acesso a: 25 fev. 2025.

O processo de registo de imagens em formato digital, iniciou-se numa base de dados desenvolvida em FileMaker, que permitia associar a imagem digitalizada à respetiva informação. Contudo, devido a dificuldades no realojamento de ficheiros, optou-se pela utilização de outro sistema – o Catálogo Coletivo de Museus (CCM).

A informação previamente registada em FileMaker foi migrada para a nova base de dados, com o objetivo de otimizar o trabalho de organização, catalogação e preservação digital, assim como facilitar a disponibilização da informação na rede interna dos serviços da Direção Regional da Cultura e ao público geral.

Este novo sistema permite, por um lado, rever e corrigir a informação existente e, por outro, introduzir facilmente novos registos. Tem ainda a vantagem de permitir a seleção da informação a ser disponibilizada ao público.

INTERPRETAÇÃO

Uma fotografia pode ser considerada pelo objeto-material ou pelo seu conteúdo. No primeiro caso, dá-se ênfase ao suporte físico do exemplar, por exemplo, se é em papel, vidro, metal ou película, e procede-se à sua interpretação e organização com base no material. No segundo caso, a interpretação e organização têm em consideração o conteúdo visual da imagem. No ASI, considera-se a fotografia pelo seu conteúdo, não deixando, no entanto, de dar a devida atenção às necessidades exigidas pelos diferentes materiais constituintes.

De forma geral, a descrição do documento pode ser objetiva, mas o seu potencial informativo abrange uma vasta gama de interpretações de várias naturezas, e por esse motivo, “a descrição de uma imagem nunca é completa” (SMIT, 1987, p. 102, in ALBUQUERQUE, 2006, p. 57).

Além disso, a fotografia, por si só, pode não ser suficiente. A capacidade de responder às questões — Quem? O quê? Onde? Quando? — é fundamental para dar significado e profundidade à imagem. Assim, sempre que possível, a imagem deve estar acompanhada de uma interpretação teórica que a ligue ao seu contexto histórico, social e cultural. Sem essa ligação, as fotografias podem perder o seu valor como fonte de informação⁹³.

⁹³ LUPA. Luís Pavão. Disponível em: <https://www.lupa.com.pt/site/index2.php?tem=178&cont=40>. Acesso a: 21 fev. 2025.

As fotografias devem, ainda, ser objeto de interpretações críticas, pois, tal como acontece com as demais fontes históricas, as fotografias podem, por vezes, ser portadoras de significados não explícitos, que não correspondem ao que é observado, podendo omitir ou distorcer elementos intencionalmente (FERREIRA & BONI, 2011; p. 113). No ASI, existe um bom exemplo disso. Um retrato em formato *carte-de-visite* (MAH.I.2014.0616 – MAH/Col. Museu de Angra do Heroísmo), datado entre cerca de 1860 e 1890, de uma jovem rapariga sem pernas. Para minimizar o impacto visual na imagem, o fotógrafo – Nestor Ferreira Borralho – colocou estrategicamente um par de botas no local onde as pernas deveriam estar.

INTERESSE HISTÓRICO

Os registos fotográficos são importantes testemunhos da realidade num determinado momento do passado e, por isso, são utilizados como ferramenta para compreender a história escrita ou, também, como base para estudos e interpretações.

Neste sentido, no ASI, encontram-se, como nos demais arquivos, documentos de valor patrimonial histórico. São exemplos disso: o retrato do Tenente-Coronel António Homem da Costa Noronha, em formato daguerreótipo (MAH.I.2015.0026 – MAH/Col. Família Noronha), captado por aquele que poderá ter sido o primeiro fotógrafo retratista a passar pela Ilha Terceira, em 1846 (ENES, 2011; p. 37); o retrato do último régulo de Gaza, Gungunhana, juntamente com o seu filho, Godide, o tio Molungo e o régulo Zixaxa, na Ilha Terceira, em trajes ocidentais, em 1896, durante a sua expatriação nos Açores (MAH.I.2016.0755 – MAH/Col. Carlos Enes); o álbum fotográfico dos depositados alemães, durante a Primeira Guerra Mundial, no Castelo de São João Baptista, compilado por um dos prisioneiros, durante os anos de 1916 e 1917 (MAH.I.2016.1007 a 1233 – MAH/Col. Concentrados Alemães); o registo da passagem do Graf Zeppelin sobre Angra do Heroísmo, a 13 de outubro de 1924, durante a primeira travessia transatlântica de um dirigível entre a Europa e a América (MAH.I.2014.2191 – MAH/Col. José Agostinho); e o considerado primeiro filme açoriano, *Documentário Terceirense*, realizado em 1927 por António Luís Lourenço da Costa, que oferece uma visão preciosa da cidade de Angra do Heroísmo na década de 1920, com paisagens,

os seus habitantes e pequenas histórias locais (FILM_01 – MAH/Col. Museu de Angra do Heroísmo).

Estas coleções documentam o desenvolvimento da cidade de Angra do Heroísmo e da Região, proporcionando uma visão sobre os principais marcos históricos e culturais ao longo de diferentes épocas. Também, através destas, é-nos possível estabelecer interligações, que nos permitem compreender factos como a evolução paisagística e urbanística, as diferentes características arquitetónicas entre as áreas urbanas e rurais, assim como questões da vida quotidiana e social, vivências e eventos. Um exemplo de interligação surge na coleção Frederico Vasconcelos, na qual é possível reconhecer, entre as imagens, elementos da família Brás e da família Pamplona Nunes, cujos acervos fotográficos também pertencem ao ASI.

Devido à relevância dos seus testemunhos, o ASI tem disponibilizado o seu acervo a públicos distintos, através de exposições temporárias, publicações online em CCM, nas redes sociais e em resposta a pedidos de cedência de imagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, “uma imagem, mil palavras”, por a fotografia desempenhar um papel fundamental na continuidade e integridade das narrativas históricas e culturais, permitindo a visualização de fenómenos e contextos históricos, sociais e culturais que, muitas vezes, são inacessíveis por outras vias e que, de outro modo, ficariam excluídos da investigação histórica. A fotografia é, assim, não apenas um registo, mas uma memória preservada para o futuro.

Deste modo, o Arquivo de Som e Imagem trabalha com o propósito não só de preservar o acervo fotográfico do Museu de Angra do Heroísmo, mas também de o partilhar e disponibilizar a todos os interessados, permitindo que as gerações presentes e futuras acedam a testemunhos visuais da Ilha Terceira e, por extensão, do património cultural açoriano.

Notas bibliográficas e fontes:

- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de (2006), *Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G)* (Tese de Mestrado), Marília: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências.
- ARQUIVO NACIONAL (2019), *Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal*, (2.ed., rev. e ampl.). Arquivo Nacional.
- ENES, Carlos (2011), *A fotografia nos Açores (dos primórdios ao terceira quartel do século XX)*, Presidência do Governo Regional dos Açores/ Direção Regional da Cultura.
- FERREIRA, Júlia Mariano & BONI, Paulo César (2011) “A representação fotográfica dos outros: múltiplas possibilidades de construção e de leituras” in *Fotografia: múltiplos olhares*, Londrina, pp. 111-130.
- MUSEU DE ANGRA DO HEROÍSMO (2019), *Museu em Arquivo: 70 anos de imagens*, Museu de Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo.
- PAVÃO, Luís, (1997), *Conservação de coleções de fotografia*, Lisboa, Dinalivro.
- RONCAGLIO, Cynthia (Org.) (2015), *Manual de Gestão de Documentos de Arquivo da Universidade de Brasília*, Brasília: Cebraspe.

SITES CONSULTADOS

- LUPA. Luís Pavão. Disponível em: <https://www.lupa.com.pt/site/index2.php?tem=178&cont=40>. Acesso a: 21 fev. 2025.
- GOVERNO DOS AÇORES, Cultura Açores. A equipa. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/aia/>. Acesso a: 21 fev. 2025.
- GOVERNO DOS AÇORES, Museu de Angra do Heroísmo. A equipa. Disponível em: <https://museu-angra.cultura.azores.gov.pt/o-museu/a-equipa/>. Acesso a: 21 fev. 2025.
- GOVERNO DOS AÇORES, Direção Regional das Comunicações e da Transição Digital. A equipa. Disponível em: <https://portal.azores.gov.pt/web/drcomunicacoes/cores-02-0550-feder-000026-azorescloud>. Acesso a: 25 fev. 20

A ESCULTURA POLICROMADA SOBRE MADEIRA NOS AÇORES DE ÉPOCA MODERNA: CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO TÉCNICO-MATERIAL⁹⁴

CAROLINA VIANA^{1,2}, ISABEL POMBO CARDOSO¹,
DUARTE NUNO CHAVES²

¹ LAQV-REQUIMTE, Departamento de Conservação e Restauro,
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade NOVA de Lisboa.
CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
EMAIL: c.viana@campus.fct.unl.pt e mi.cardoso@fct.unl.pt

² CHAM, Universidade dos Açores
EMAIL: duarte.ns.chaves@uac.pt

Introdução

O enorme potencial de investigação histórica que os Açores oferecem advém, em primeira mão, do facto de terem ocupado uma posição estratégica nas rotas marítimas da Idade Moderna, convertendo-se o arquipélago num recetor importante de influências culturais diversas. Esta dualidade, de isolamento e de abertura, deu azo a que estas ilhas fossem marcadas por contrastes onde os arcaísmos coexistiam com os sinais de progresso (Gil 2016, 10). A imaginária devocional é certamente uma das representantes desta situação peculiar, incorporando a diversidade cultural desenvolvida durante este período. A importação de obras e a aprendizagem contínua e atualizada de novas correntes artísticas inspirou

⁹⁴ Este estudo foi financiado pela Bolsa de Doutoramento M3.1.A/F/022/2023 (Programa PRO-SCIENTIA), financiada pelo Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, Governo Regional dos Açores (Programa PRO-SCIENTIA), e por Fundos Nacionais através da – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. no âmbito do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico (2021.01436. CEECIND <https://doi.org/10.54499/2021.01436.CEECIND/CP1657/CT0037>). Este estudo recebeu apoio da FCT/MCTES (LA/P/0008/2020 DOI 10.54499/LA/P/0008/2020, UIDP/50006/2020 DOI 10.54499/UIDP/50006/2020 e UIDB/50006/2020 DOI 10.54499/UIDB/50006/2020).

a produção local que fez uso, tanto quanto se sabe, de materiais também locais (Braga 2008). É por este motivo que nos Açores se encontram esculturas de traços plurais e distintos das suas congéneres do reino (Duarte, Menezes, e Rosa 1995).

O principal inventário da escultura açoriana publicado, realizado por Francisco Ernesto de Oliveira Martins (1980), reparte as existências da imaginária devocional nos Açores por três grandes períodos. Estes períodos são subdivididos de acordo com as características formais das esculturas em apreço. Assim, o primeiro período, denominado Luso-Flamengo, abrange o intervalo entre os inícios do povoamento até ao domínio filipino (aproximadamente de 1430 a 1582), e subdivide-se em:

- a. Escultura primitiva açoriana (1450-1525), que é considerada pelo autor como uma das expressões mais significativas dos Açores;
- b. Escultura em pedra de Ançã (1475-1515);
- c. Escultura flamenga (1475-1550), importada maioritariamente das zonas de Zoutlew e Malines, e feita em madeira de carvalho, nogueira e outras madeiras brandas (faia, choupo e cedro);
- d. Escultura açoriano-flamenga, onde se inclui a de Sebastião Rodrigues (1525-1550);
- e. Esculturas em alabastro (1500-1600).

O período Espanhol, corresponde ao domínio filipino (1582-1642), subdivide-se em:

- f. Escultura castelhana (1580-1600), importada de Castela e feita em pinho de Castela, nogueira ou castanho;
- g. Mestres de Angra (1600-1650), que se crê ser uma das mais importantes oficinas da primeira metade do século XVII, com oficina na Sé de Angra ou arredores.

E, finalmente, o período Brasileiro, que compreende o fim do domínio filipino até às lutas liberais (1642-1830):

- h. Barroco Jesuítico (1650-1760), com esculturas que irradiavam das igrejas jesuítas de Faial, Angra e Ponta Delgada, feitas em casquinha ou cedro, ambas madeiras regionais, douradas e policromadas;
- i. Esculturas em marfim (1600-1800);
- j. Escultura dos Mestres de São Jorge (1775-1800), esculpida em cedro-do-mato, dourada e policromada.

Este inventário, constituindo um trabalho pioneiro, assente sobretudo na acuidade interpretativa do autor e em critérios relativos, requer uma utilização cuidadosa (Chaves 2018; Dias 2008). Dias (2008, 240), chama à atenção nomeadamente que as atribuições de Oliveira Martins poderão ser falíveis pois “não é possível saber se uma obra foi comprada na Flandres ou executada na ilha Terceira por um flamengo com madeira do Norte da Europa”. Neste sentido, considera que na falta de documentação que nos permita estabelecer períodos e centros de produção, só deverá ser designada por escultura de produção local a que é feita em cedro-do-mato (Dias 2008, 240).

O cedro-do-mato, *Juniperus brevifolia* (Seub.) Antoine, também conhecido por cedro-das-ilhas ou zimbro, é uma espécie endémica e gimnospérmica, característica da flora açoriana, que ocorre em todas as ilhas, exceto na Graciosa. Atualmente, são reconhecidas duas variações a *J. brevifolia* subsp. *maritima* e a *J. brevifolia* subsp. *brevifolia* que se desenvolve entre os 300 e os 1000 metros de altitude, e a *J. brevifolia* subsp. *brevifolia* var. *montanum*, que se desenvolve entre os 850 e os 1500 metros de altitude (Nunes *et al.* 2015). Nos primórdios do povoamento, o cedro-do-mato era das madeiras mais abundantes, tendo sido alvo de abate sistemático face à necessidade de matéria-prima. Devido ao abate não regulamentado durante os últimos séculos, atualmente não existem exemplares de grande dimensão, sendo uma espécie protegida pela Convenção de Berna e com um estatuto de vulnerabilidade declarado pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) (Thomas 2011; Pavão *et al.* 2022). De acordo com O. Teixeira e Silva (2017), a subespécie *maritima*, por ser menos densa e mais avermelhada, seria a preferida para o entalhe. Para além de ser uma madeira muito macia, é ainda rica em óleos essenciais, que lhe conferem um odor característico e a tornam resistente ao ataque de insetos xilófagos e a fungos, contribuindo para a sua conservação. Estas características fizeram com que fosse considerada de elevada qualidade, ideal para o entalhe, sendo, inclusive

denominada por “carne de santo” dado o seu uso frequentemente na imaginária (Martins 1983, 131).

De acordo com a bibliografia identificada, o estudo da imaginária devocional dos Açores tem sido dominado pela necessidade de inventariação das peças existentes e da sua distribuição por períodos cronológicos, mantendo-se em aberto a maioria das questões relacionadas com os materiais e as técnicas de produção das peças, além das que incidem sobre influências, autorias e proveniências. Urge, portanto, a realização de um estudo aprofundado de cultura material, com o objetivo de contribuir para o conhecimento e a preservação da escultura policromada de época moderna existente na região. Aqui, procurar-se-á, de forma preliminar, abordar, por um lado, as questões do contexto geral de produção da imaginária e dos imaginários e escultores envolvidos, e, por outro lado, a partir da constituição de um grupo de estudo, a metodologia para a análise policromia das peças.

Os Açores na expansão marítima: entre rotas comerciais e circulação de bens

O período da época moderna corresponde em larga escala com o período da expansão marítima portuguesa (XV-XVI). Os Açores, com data de descoberta oficial de 1427, foram importantes locais de paragem dos navios das rotas marítimas, dada a sua posição geoestratégica no meio do Oceano Atlântico Norte. Até ao período filipino, a rota das Índias Orientais era a mais importante. Esta rota trouxe aos portos açorianos não só especiarias como também madeiras e outros bens aos quais os açorianos tiveram acesso por via legal e clandestina (Santos 1989). No final do século XVI, Angra foi palco das disputas entre Portugal e Castela pela soberania portuguesa, atingindo, nesta altura, as frotas das Índias de Castela, dimensões consideráveis (Matos 2018, 400). O estabelecimento das rotas de navegação aliado a uma forte economia de mercado, assente na exportação de açúcar, trigo e pastel, foram suficientes para permitirem a entrada de certos luxos europeus no seio das comunidades insulares mais abastadas, passando a adquirir, por exemplo, pinturas, louças exóticas, esculturas e joias importadas do Norte de Itália, Sul de Espanha, Países Baixos, França, Flandres, Alemanha e Inglaterra (Matos 2018; Sousa 2012).

O papel da escultura no seio da comunidade açoriana

A Contra Reforma foi um período marcado por uma produção artística significativa, impulsionada pela necessidade da Igreja Católica de comunicar eficazmente as suas narrativas religiosas. Após o Concílio de Trento (1545-1563), que enfatizou o uso da arte nesse sentido, a escultura, mais do que outra arte, transformou-se numa ferramenta vital para fomentar a devoção entre populações largamente analfabetas (Serrão 2012, 104). As imagens de carácter devocional são, portanto, dotadas de uma importância única no seio das comunidades onde se inserem, sendo reconhecidas em grande parte como um elo de ligação com o divino. As ordens religiosas, cuja presença foi registada desde os primórdios do povoamento, impulsionaram a construção de conventos e outros edifícios de carácter religioso e foram fundamentais na implementação de tradições religiosas e devoções que perduram até aos dias de hoje (Chaves 2019). Estas ordens tinham e detinham importância e poder elevados, o que pode ser comprovado pela extensão da sua implantação no território insular (Chaves 2020). Este novo panorama religioso, a par de uma forte economia local, levou a que a produção da imaginária assumisse ao longo da época moderna uma expressão cada vez mais significativa, sendo, inclusive, o século XVII denominado por Ataíde (2011, 33) como o apogeu da técnica do entalhador.

Entre as diversas expressões artísticas, a escultura policromada em madeira destaca-se como um meio crucial de comunicação religiosa e cultural. Estas esculturas que, frequentemente, representavam santos, Cristo e a Virgem Maria, eram centrais para a vida espiritual e social das comunidades açorianas. Assolado frequentemente por catástrofes naturais de grande dimensão e por ataques frequentes de piratas e corsários, o povo açoriano de Quinhentos procurou no culto cristão proteção divina (Gil 2016, 16). Dias (2008, 228) acrescenta ainda que nos anos marcados por grandes catástrofes havia, um aumento na oferta de imagens e objetos preciosos em ação de graças. A escultura, fortemente idolatrada pelo povo açoriano, tornou-se abundante e surgiu a necessidade não só de importar mais peças, como também de desenvolver a produção insular (Dias 2008). Com base, provavelmente, em tradições orais, Oliveira Martins (1983, 124) reflete sobre o papel da escultura, especialmente no meio das populações mais rurais. A escultura era integrada no quotidiano, e venerada com todo o respeito, pelo menos enquanto fosse capaz de conceder graças e milagres. Às esculturas que não cumprissem a sua função, a bên-

ção era-lhes retirada e serviam de brinquedos aos mais novos, ou eram “enterradas ou lançadas ao mar, porque este era sagrado”. A imagética devocional teve, portanto, uma importância acentuada na vida dos primeiros povos açorianos, que se perpetua até aos dias de hoje, em especial com o culto à terceira pessoa da Santíssima Trindade, o Divino Espírito Santo (Chaves 2020).

Os escultores e as oficinas açorianas nos séculos XVI e XVII

A seguinte informação, recolhida através de fontes sobretudo secundárias, expõe alguns artistas e artífices em atividade nos primórdios do povoamento. Apesar de limitada, permite-nos estabelecer as bases para a compreensão da diversidade de ofícios (mestres, entalhadores, escultores, imaginários, ensambladores, douradores e pintores) e oficinas existentes, contribuindo para a reconstituição do panorama oficial da época.

A informação sobre os escultores de Quinhentos é escassa, no entanto o primeiro escultor açoriano documentado terá sido Sebastião Rodrigues, um escultor que terá vivido na primeira metade do século XVI e seria natural de Santa Bárbara (Martins 1983, 178; 1980, 98). A sua escultura é classificada, por Oliveira Martins, de influência nórdica, especialmente flamenga, e é entalhada em cedro. Existirá pelo menos um exemplar com marca de ROÍZ na peanha. Em 1555 surge notícia do imaginário Francisco Teixeira e também de Francisco Teixeira, o Moço, supostamente pai e filho, ambos de Ponta Delgada. Francisco Teixeira ficou encarregue de fazer o primitivo retábulo para a capela-mor da igreja de São Sebastião em Ponta Delgada e seria um dos mais hábeis entalhadores micaelenses de Quinhentos (Ataíde 2011a, 324; Frutuoso 1963a, 186). Também em 1555 temos notícia de Fernão de Matos, pintor e dourador (Ataíde 2011b, 156). Ribeiro (1982, 687) menciona que “no século XVI há notícia de pintores que não seriam apenas de portas e janelas”, sendo responsáveis por retratos e retábulos. Baltazar Rebelo, pintor de imaginária e óleo, é um dos nomes mencionados para este século (Ataíde 2011b, 156). Ataíde (2011b, 185) informa-nos sobre a multiplicidade da ação destes pintores ao mencionar que não se dedicariam apenas a obras de decoração e dourado, sendo, inclusive, responsáveis pela pintura de painéis, em especial a partir do século XVII. Em 1574, Lourenço Teixeira, o Moço, imaginário, ficou encarregue de “armar” e “ornamentar” a igreja da Misericórdia

de Ponta Delgada, tendo-lhe sido encomendadas as Figuras da Paixão (Ataíde 2011b, 27). Poderá ter ainda existido Lourenço Teixeira, imaginário, pai do anterior (Ataíde 2011b, 27). Ainda em 1574, surge Gaspar Borges que se dedicava à arte da imaginária (Ataíde 2011b, 117). Em 1589 existe referência no livro IV das Saudades da Terra que, em Santa Bárbara da ilha Terceira, existiam dois escultores, Sebastião Vieira, homem nobre, e o seu filho, Pedro Jácome, que são descritos como “grandes imaginários de natureza, que têm feitas muitas images (sic) delicadas de crucifixos e outras, de boa proporção e muito preço” (Frutuoso 1963b, 34). Em 1591, Francisco Teixeira (1555-1626), o Moço, estava ainda ativo, tendo sido admitido como irmão da Santa Casa da Misericórdia, onde lhe coube fazer um retábulo em madeira de cedro e bordo para a capela-mor (Ataíde 2011b, 26).

Numa análise sobre as profissões masculinas do século XVII, Mesquita (2004, 78) informa que, na cidade de Angra do Heroísmo, existiram dois imaginários/escultores em atividade no período compreendido entre 1620 e 1639, outros três em atividade no período de 1660 a 1679 e mais três entre 1680 e 1699. Nestes períodos terão existido mais três escultores, cuja notícia é feita pelo seu falecimento. No intervalo em análise referenciam-se ainda, em atividade, oito pintores (mais quatro que faleceram), e um dourador. Na informação apresentada por Mesquita, não são referidos os nomes destes artistas, pelo que será necessária uma consulta futura dos documentos. Não obstante, estamos perante dados quantitativos que são importantes para a reconstituição do panorama oficial da época.

Um dos artistas micalenses mais conhecidos no século XVII foi Nicolau Domingues, que se sabe estar ativo em 1610 e ter falecido em 1660 (Dias 2008,262). Em 1633, na ilha Terceira, em Angra, Domingos da Costa executou os bustos relicários da Igreja do Colégio Jesuíta de Angra, conforme consta na documentação do Colégio da Companhia de Jesus de Angra (Romão *et al.* 2004). Com base nesta documentação, Romão *et al.*(2004) levanta a hipótese de Domingos da Costa ser o ou um dos Mestres da Sé. Estes bustos já tinham, de facto, sido atribuídos a estes mestres (Martins 1982, 441), todavia a sua identidade ainda não é conhecida. Sobre estes mestres, Oliveira Martins (1979, 18) sugere ainda serem pai e filhos de origem espanhola que, no final do século XVI, estabeleceram uma escola de escultura em madeira de cedro regional, na Sé de Angra ou nos arredores. Todavia, e como já referido anteriormente, apesar da informação apresentada por Oliveira Martins se tratar de um marco e ponto de partida essencial para o

estudo e compreensão destas esculturas, as fontes em que assenta permanecem por esclarecer. Segundo Oliveira Martins (1979, 18), os Mestres da Sé teriam preenchido as igrejas e conventos dos Açores com esculturas influenciadas pelas artes hindu e hispânica. Dias (2008) corrobora esta ideia, afirmando que as imagens, entalhadas em cedro, policromadas e estofadas com pouco ouro, seriam semelhantes à imaginária indo-portuguesa importada do Oriente, mas revelariam um fraco domínio de anatomia e proporção. Neste contexto, aponta a hipótese de, o Mestre da Sé, ser um artista indiano que, a caminho de Lisboa, se fixou em Angra (Dias 2008, 267). Já Oliveira Martins (1979, 18) refere que os Mestres da Sé partiram para o Brasil no primeiro quartel do século XVII, onde ainda se conservam várias peças. De acordo com esta última hipótese, a atuação dos Mestres da Sé, nos Açores, estaria delimitada ao período entre 1590 e 1625. Isto colocaria em causa o facto de Domingos da Costa ser Mestre da Sé.

Ainda no século XVII, Ataíde (2011b, 36) apresenta-nos diversos ensambladores e entalhadores, entres os quais João da Fonseca, Manuel Romeiro, Matias Rodrigues e Miguel Romeiro e filho André Romeiro, ambos artistas conceituados. Finalmente, em 1676 há notícia de Salvador Pereira, um imaginário morador em Angra (Borges 2021, 115), e de Jean Fauger, imaginário francês, que em 1684 se refugiou nas ilhas. Produziu várias esculturas, tanto em madeira como em basalto da ilha, e, por ser viajado e ter trabalhado sob a alçada de diversos mestres em França, influenciou, provavelmente, os mestres locais seus contemporâneos (Ataíde 2011a, 335).

De acordo com a informação exposta, encontramos, no século XVI, pelo menos sete artistas / artífices em atividade, e no século XVII, nove. Estes artistas tiveram atividade sobretudo nas ilhas de São Miguel e Terceira, não tendo sido ainda possível consultar informação referente às outras ilhas. É importante salientar que, com base nesta informação, não é claro se os escultores seriam também responsáveis pela policromia ou, caso não fossem, como se relacionariam com as outras oficinas. Isto deve-se ao facto de não existirem registos que associem ambos os ofícios a um mesmo artífice — por exemplo, Francisco Teixeira é sempre referido como imaginário, e nunca como imaginário/pintor ou escultor/dourador. Fica, assim, a dúvida: estariam vários artífices a trabalhar em conjunto na mesma oficina? Seria um único artífice a acumular múltiplas funções? Ou tratar-se-ia de diferentes artífices a colaborar a partir de oficinas distintas?

Metodologia de seleção dos casos de estudo

O presente trabalho de investigação pretende contribuir para o conhecimento destas peças através da caracterização dos materiais e técnicas empregues na produção da policromia de escultura açoriana, dos séculos XV e XVII. De forma a responder a esta questão central, foi selecionado um conjunto de esculturas que se pretende ser representativo da produção local e que poderá revelar a influência de diferentes correntes artísticas na imaginária açoriana.

Para garantir a seleção de esculturas de produção local, optou-se por restringir o estudo a peças esculpidas em madeira. A utilização desta madeira é amplamente reconhecida como um indicador da produção insular, pelo que constitui o critério principal para a seleção dos casos de estudo. Assim, tendo por base o inventário de Oliveira Martins, informações dadas pela Diocese de Angra e a informação disponível no Catálogo Coletivo dos Museus⁹⁵, procurou-se selecionar todas as obras dos séculos XV, XVI e XVII, às quais é possível ter acesso e identificadas como entalhadas em cedro.

É importante referir que todas as esculturas identificadas até ao momento para este estudo apresentam diversas fases de policromia de que foram alvo ao longo do tempo. Um dos objetivos deste trabalho é a identificação e a caracterização dos materiais e técnicas utilizados na produção da policromia original de cada uma das esculturas selecionadas. Para tal é realizado um exame minucioso e a documentação da superfície policroma, ao que se segue a caracterização físico-química dos diferentes materiais recorrendo-se a técnicas analíticas complementares. Pretende-se, com isto, comparar os resultados obtidos com aquilo que se sabe ter sido utilizado no resto da Europa na mesma altura, contextualizando assim a escultura açoriana num universo mais vasto.

Apresentam-se aqui os resultados da observação e documentação *in situ* da superfície policromada de três casos de estudo, exemplificativos de parte da metodologia de estudo utilizada.

⁹⁵ O Catálogo Coletivo dos Museus, disponível online, permite a consulta de acervos museológicos de várias instituições da Região Autónoma dos Açores. Duas das peças apresentadas neste estudo, pertencentes ao Museu da Horta, podem ser consultadas neste sítio: <https://ccmuseus.azores.gov.pt/>

Observação macro e microscópica da superfície de três casos de estudo

A análise *in situ* realizada apoia-se na observação das esculturas à vista desarmada e lupa binocular, seguida da documentação escrita e fotográfica de cada escultura, além da documentação microscópica da superfície com o auxílio de microscópio digital Dino-Lite. Foram selecionados três casos de estudo que pretendem ser representativos dos diversos períodos de produção, nomeadamente a escultura açoriana primitiva, a escultura açoriano-flamenga e escultura da época do domínio espanhol. Estas periodizações são, até ao momento, relativas.

Caso de estudo 1: São Pedro (Escultura Primitiva)

São Pedro (fig. 1) é, das esculturas mais antigas, senão a mais antiga, que integra o estudo. Atribuída ao século XVI (inícios), será, muito provavelmente, dos únicos exemplares da escultura primitiva açoriana. Atualmente encontra-se no Museu da Horta. De acordo com Oliveira Martins (1980, 84) este tipo de peça era normalmente esculpida em madeira de cedro-do-mato, por artistas portugueses, era de estatura pequena/média, atarracada, e com influência dos modelos portugueses, franceses e catalães, era policromada e sem vestígios de ouro. São Pedro apresenta-se de expressão severa, simples e austera, estática com o olhar fixo em frente e, sem grande tratamento nos panejamentos, que têm dobras simples e vincadas. As costas são arredondadas e pouco trabalhadas, os braços presos ao corpo, os dois joelhos empurrados para a frente como que “sentado em pé”.



Fig. 1. Imagem geral frontal, lateral e verso, São Pedro, séc. XVI, Museu da Horta.

Crédito fotografia: Carolina Viana.

Com base semicircular, parece ser esculpido num só bloco, à exceção dos braços, que apresentam zonas de união e já foi alvo de intervenção como se pode ver pela adição de uma cunha no braço direito (**fig. 2.a**). Esta escultura parece ter sido alvo de três a quatro momentos de repolicromia distintos. Podemos observar no rosto, por exemplo, nas zonas lacunares (**fig. 2.b**), a existência da policromia atual de cor bege-amarelada, seguida de uma policromia azulada e uma rosa por baixo.



Fig. 2. Imagem detalhada de São Pedro, onde é possível ver (a) uma zona de adição e (b) várias lacunas que expõem as camadas policromas que estão por debaixo da atual. Crédito fotografia: Carolina Viana.

Relativamente ao manto exterior, como é possível observar na Fig. 3, atualmente apresenta uma cor castanho-escura (4) e, por baixo, parece ter uma camada vermelha (3). Por baixo desta camada parece existir um vermelho mais vivo (2) ao qual se segue a camada de preparação (1).

A túnica (**fig. 4**), atualmente preta (6), parece ter um castanho por baixo (5), seguido talvez de uma camada de preparação (4), novamente preto (3), seguido de um vermelho (2) e uma outra camada de preparação (1). Na zona do cinto atualmente castanho, parece ter uma camada de preparação por baixo, ouro, uma camada rosa, e talvez uma camada de preparação de novo. Através desta descrição, podemos imaginar que a policromia original desta escultura seria predominantemente vermelha na zona do manto e da túnica. Através desta observação macro e micro *in situ* não foi ainda possível determinar com certeza a policromia original, bem como a existência de motivos decorativos na policromia original.

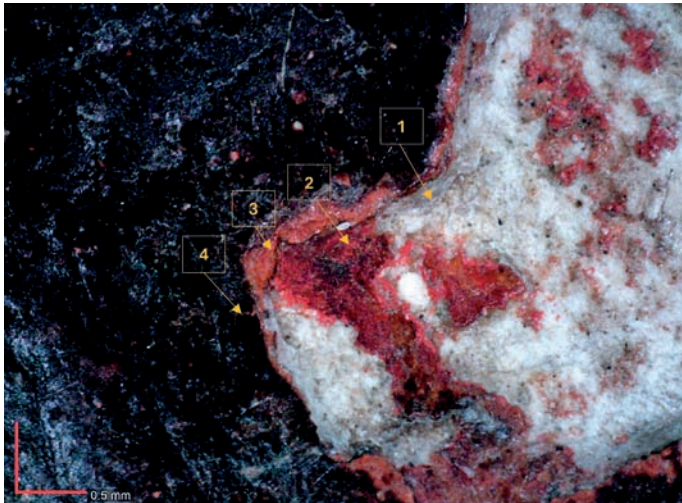


Fig. 3. Imagem detalhada de São Pedro, adquirida com o microscópio digital Dino-Lite, com uma ampliação de 76,5x. É possível ver as diferentes camadas policromas que compõem o manto exterior, ordenadas de forma decrescente, da mais recente para a mais antiga. Crédito fotografia: Carolina Viana.

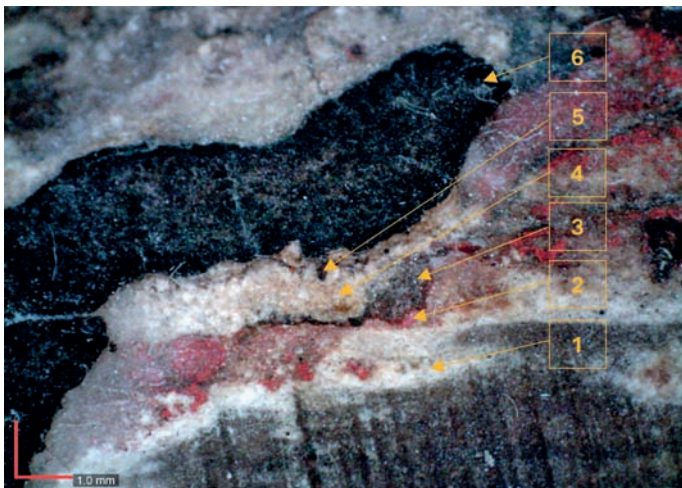


Fig. 4. Imagem detalhada de São Pedro, adquirida com o microscópio digital Dino-Lite, com uma ampliação de 32,3x. É possível ver as diferentes camadas policromas que compõem a túnica, ordenadas de forma decrescente, da mais recente para a mais antiga. Crédito fotografia: Carolina Viana.

Caso de Estudo 2: São Pedro (Escultura Açoriano-Flamenga)

Uma outra peça igualmente interessante será a de São Pedro (**fig. 5**), também pertencente ao Museu da Horta. De acordo com o inventário disponível, a escultura de São Pedro, está atribuída ao século XVI e é entalhada em madeira do cedro-do-mato. São Pedro apresenta-se de pé, de joelho fletido, e com os braços junto ao corpo. Nota-se uma certa evolução no tratamento dos panejamentos, especialmente em relação à escultura anterior, já sugestivos de algum movimento. As costas são trabalhadas, assim como o cabelo e as barbas.



Fig. 5. Fotografia geral frente e verso de São Pedro, séc. XVI, Museu da Horta, e detalhes (a) túnica e manto interior e (b) detalhe do manto exterior na zona das costas. Crédito fotografia: Carolina Viana.

Através da observação da superfície, foi possível identificar o que nos parecem ser três camadas de policromia distintas. É possível ver, por exemplo, na dobra do manto interior (**Fig.5.a**), a decoração atual vermelha pintas brancas a desenhar flores e a observação das zonas lacunares parece indicar a existência de uma outra

policromia vermelha, mas com decorações a verde. Relativamente ao manto exterior (Fig.5.b) é possível ver a policromia atual amarelada com decoração de folhagens verdes e flores vermelhas, seguida de uma camada vermelha com desenhos brancos, possivelmente também motivos florais, e por baixo, um vermelho vivo com decoração a ouro em forma de losangos, talvez a policromia original. Estas três camadas policromas estão representadas na Fig.6.a. A túnica atualmente é azul com folhagens brancas, por baixo desta policromia parece existir uma camada branca/rosa, seguida de uma verde, sendo que nas zonas limiaries parece existir uma faixa vermelha (Fig.6.b). Assim, a policromia que se crê original, na zona do manto exterior, teria um vermelho vivo com decoração a ouro, vermelho vivo no manto interior a zona da túnica verde com decorações a vermelho..

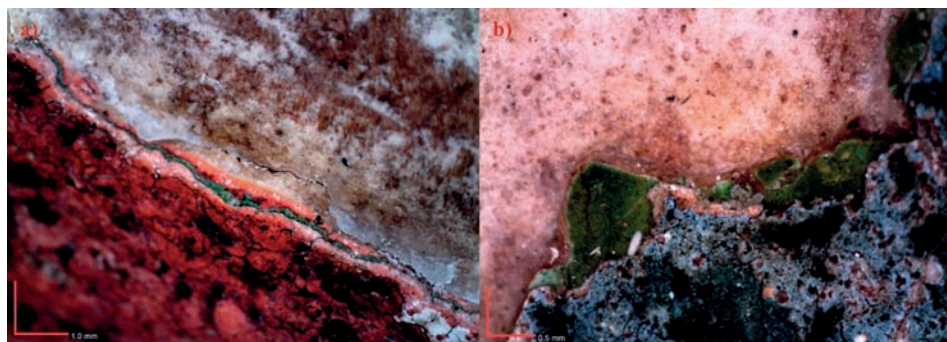


Fig. 6. Imagens detalhadas de São Pedro, adquiridas com o microscópio digital Dino-Lite, com uma ampliação de 44x (manto interior) e 78,6x (túnica).

Créditos Fotografia: Carolina Viana.

Caso de estudo 3: Pietá (Escultura do Período Espanhol)

A Pietá (Fig. 7), está atualmente atribuída ao século XVI e é de autoria desconhecida. No entanto, em 1983 tinha sido atribuída por Oliveira Martins (1983, 248) ao século XVII e de autoria dos Mestres da Sé de Angra. De grandes dimensões (93 centímetros de altura e 79 de comprimento), destaca-se pelos relevos paralelepípedicos no verso. Uma característica invulgar, cujo propósito ainda não nos é claro, mas que poderá ter contribuído para a sustentação e estabilização da peça.



Fig. 7. Imagem geral frontal e verso, Pietá, séc. XVI, Museu de Arte Sacra da Horta. Créditos Fotografia: Carolina Viana

Esta escultura apresenta uma superfície policromada complexa e ainda por esclarecer. Por esta razão, apresenta-se aqui, de forma excepcional, um resultado preliminar obtido através da análise por microscopia ótica (MO). Através da observação da figura 8, onde é possível comparar as camadas policromas sob Dino-Lite (Fig. 8.a) e sob MO (fig. 8.b), parece ser possível distinguir 5 camadas no manto exterior. Atualmente, o manto exterior é azul-esverdeado (5), segue-se uma camada rosa (4), uma camada de preparação (3), uma camada azul-acastanhada (2) e a camada de preparação original (?) (2). Relativamente à camada (2), e através da análise das imagens obtidas por MO, parece estar presente um pigmento, que originalmente seria azul, mas que apresenta agora uma cor castanha acinzentada provavelmente consequência da sua degradação. O manto interior, atualmente vermelho, parece ter uma camada policroma rosa por baixo seguida de uma azul onde ainda se conseguem perceber motivos florais. O vestido, atualmente branco com decoração dourada (estrelas), parece ter por baixo um rosa com decoração a ouro (flores) e originalmente poderia ter sido azul.

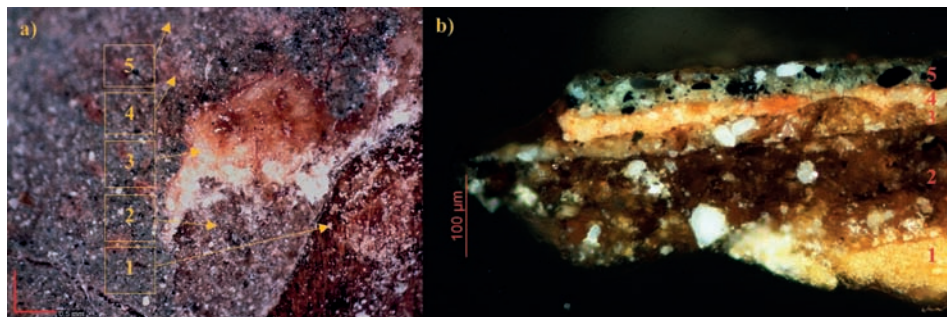


Fig. 8. Imagem de Dino-lite (a) e MO em luz polarizada cruzada (b) onde é possível ver as diferentes camadas que compõem o manto exterior da Pietá, ordenadas de forma decrescente, da mais recente para a mais antiga: (1) camada de preparação, (2) camada pictórica azul, (3) camada de preparação, (4) camada rosa e (5) o azul atual. Créditos Fotografia: Carolina Viana

Relativamente ao sobrequeixo da virgem, ao perisónio e ao lençol do cristo, não foi possível obter mais informações, para além que a cor branca foi a escolha predominante. As carnações do Cristo e da Virgem também parecem ter sido alvo de policromia em três momentos distintos.

Conclusões e perspectivas futuras

Os primeiros resultados deste estudo reforçam a ideia de que a escultura policromada açoriana apresenta características singulares que poderão refletir a diversidade de influências artísticas e a adaptação a materiais locais, distinguindo-se das suas congêneres reinóis e europeias. A utilização do cedro-do-mato parece confirmar a existência de uma tradição escultórica endógena, com oficinas ativas ao longo dos séculos XVI e XVII.

Nesta perspetiva, este estudo abre novas linhas de investigação sobre a circulação de artistas e modelos escultóricos entre os Açores, o continente português e outras regiões atlânticas. A continuidade das análises materiais e comparativas permitirá aprofundar o conhecimento sobre as interações artísticas e culturais que moldaram a imaginária devocional açoriana ao longo da Idade Moderna. Assim, espera-se que este trabalho constitua um ponto de partida para futuros projetos de investigação sobre a escultura policromada nos contextos insulares e atlânticos.

Notas bibliográficas e fontes:

- Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 2011a. *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores (Volume I) (edição facsimilada)*. Angra do Heroísmo: Presidência do Governo. Direção Regional da Cultura.
- . 2011b. *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores (Volume II) (edição facsimilada)*. Angra do Heroísmo: Presidência do Governo. Direção Regional da Cultura.
- Borges, Artur Goulart de Melo. 2021. «As obras das igrejas paroquiais de São Jorge entre 166 e 1782». Em *Cadernos Acroarte Arte e Património I*, editado por Luís Henriques, Odília Teixeira, e David Silva, 99–116. Urzelina: Acroarte.
- Braga, Paulo Drummond. 2008. «Manifestações de cultura açoriana». Em *História dos Açores: Do descobrimento ao século XX.*, editado por Artur Teodoro de Matos, Avelino Freitas de Meneses, e José Guilherme Reis Leite, 383–404. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- Chaves, Duarte Nuno. 2018. «Imaginária e Devoção. Apontamentos para o seu estudo nas ilhas açorianas no período moderno.» Em *Viagens, produtos e consumos artísticos. o espaço ultramarino português, 1450-1900*, editado por Isabel Soares de Albergaria e Duarte Nuno Chaves. CHAM – Centro de Humanidades.
- . 2019. «Memórias Conventuais Franciscanas nos Açores do século XXI». *norevista*, Abril de 2019. <https://noticias.uac.pt/wp-content/uploads/2019/05/NOabr19-UAç.pdf>.
- . 2020. *Conventos Franciscanos nos Açores do Século XXI, Memórias da Província de São João Evangelista*. Editado por Duarte Nuno Chaves. Ponta Delgada: Letras Lavadas edições.
- Dias, Pedro. 2008. «As ilhas atlânticas próximas». Em *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O espaço do Atlântico (séculos XV-XIX)*. Navarra, Espanha: Círculo de Leitores.
- Duarte, Vitor Manuel Pinheiro Silva, Luís Menezes, e Júlio Rosa. 1995. *Os Descobrimentos e a Arte*. Horta: Museu da Horta. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- Frutuoso, Gaspar. 1963a. *Livro quarto das Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- . 1963b. *Livro sexto das Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

- Gil, Maria Olímpia da Rocha. 2016. *O Arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos Sócio-económicos (1575-1675) (Volume II)*. Editado por Artur Teodoro de Matos. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura. Direção Regional da Cultura dos Açores.
- Martins, Francisco Ernesto de Oliveira. 1979. *Esculturas de Marfim nos Açores*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais, Museu de Angra do Heroísmo.
- . 1980. *Subsídios para o Inventário Artístico dos Açores*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura. Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- . 1982. «Os Mestres de Angra e a Escultura Espanhola nos Açores». Em *In Memoriam de Luís da Silva Ribeiro*, 437–58. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- . 1983. *A Escultura Nos Açores*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura. Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- Matos, Artur Teodoro. 2018. «Síntese Histórica (1427-1580)». Em *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, editado por Delfim Sardo, João Vieira Caldas, e Vítor Serrão. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura. Direção Regional da Cultura.
- Mesquita, Maria Hermínia Morais. 2004. «As Gentes de Angra no Século XVII». Universidade do Minho.
- Nunes, Rui, R. Gabriel, R. B. Elias, F. Rigal, A. O. Soares, P. Cardoso, e P. A. V. Borges. 2015. «Arthropods and other Biota associated with the Azorean Trees and Shrubs: *Juniperus brevifolia*». *Arquipélago – Life and Marine Sciences* 32: 19–48.
- Pavão, D.C., J. Jevsenak, M. Petrillo, R. Camarinho, A. Rodrigues, L. Borges Silva, R.B. Elias, e L. Silva. 2022. «Dendrochronological potential of the Azorean endemic gymnosperm *Juniperus brevifolia* (Seub.) Antoine». *Dendrochronologia* 71 (125901). <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.dendro.2021.125901>.
- Ribeiro, Luís da Silva. 1982. *Obras da Etnografia Açoriana (Volume I)*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira. Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Romão, Paula, Henrique R. B. Parreira, Patrícia Vitorino, e Paulo Brasil. 2004. «Os Bustos Relicário da Igreja do Colégio Jesuía de Angra». Em *A escultura policromada religiosa dos séculos XVII e XVIII. Estudo comparativo das técnicas, alterações e conservação em Portugal, Espanha e Bélgica. (Actas do Congresso Internacional. Lisboa 29, 30 e 31 de outubro de 2002)*, editado por Ana Isabel Seruya. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro.

- Santos, João Marinho dos. 1989. *Os Açores nos sécs. XV e XVI*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Serrão, Vítor. 2012. «Impactos do Concílio de Trento na Arte Portuguesa entre o Maneirismo e o Barroco (1563-1750)». Em *O Concílio de Trento (1545-1563)*, editado por José Pedro (Actas do Seminário no âmbito das comemorações dos 450 anos sobre a clausura do Concílio Paiva e 1563-2013) Trento, 101–29. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- Sousa, Élvio. 2012. «A importação de cerâmica europeia para os arquipélagos da Madeira e dos Açores no século XVI». Em *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, editado por André Teixeira e José António Bettencourt, 797–812. Lisboa: CHAM – Centro de Humanidades.
- Teixeira, Odília, e David Silva. 2017. «O cedro do Mato (*Juniperus Brevifolia*) e o património artístico-religioso do arquipélago dos Açores: da matéria prima à obra de arte e ao restauro». *Pingo de Lava*, 2017. <https://montanheiros.com/pdf-files/pingo-lava/PingoLava2017-Cedro-do-Mato.pdf>.
- Thomas, P. 2011. «*Juniperus brevifolia* (errata version published in 2018)». The IUCN Red List of Threatened Species. 2011. <https://www.iucnredlist.org/species/30326/136559787>.

ICONOGRAFIA DE SÃO JORGE E DO DRAGÃO NA ILHA HOMÓNIMA

ASSUNÇÃO MELO

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

mariamelo74@gmail.com

*Já S. Jorge toma à minha vista deslumbrada outra posição e relevo.
Esta ilha esguia, que parece um grande bicho à tona de água, mostra-
-me no focinho penedos aguçados como dentes*

Raul Brandão

*As Ilhas Desconhecidas*⁹⁶

INTRODUÇÃO

Os estudos das identidades açorianas e o reconhecimento de características comuns tem sido um tema de interesse particular, sobretudo no respeitante às periferias. Se, por um lado, São Miguel e a Terceira tem desenvolvido alguns trabalhos no sentido do seu aprofundamento e conhecimento histórico, por outro, deve-se à Misericórdia das Velas, com o devido acompanhamento científico do CHAM, das Universidades de Lisboa e dos Açores, o estudo de outras realidades ilhoas, como é o caso de São Jorge. Isso mesmo pude comprovar na bibliografia publicada sobre esse assunto, cujos nomes de Avelino Freitas de Meneses, Frederico Maciel, Artur Teodoro de Matos e António dos Santos Pereira, gostaria de salientar. É na senda inspiradora destes investigadores que escolhi, apresentar um tema relacionado com a iconografia do mártir São Jorge e do dragão.

⁹⁶ Brandão, 2019, p. 25

A AMOSTRA

Julgando que encontraria dispersa por toda a ilha, nos mais variados espaços religiosos, iconografia que permitisse um trabalho sistemático de catalogação, que desembocasse num estudo iconográfico e quiçá iconológico, desloquei-me entre 30 de maio e 2 de junho do ano de 2024, no encaço daquilo que se viria a afigurar incipiente, para já não dizer escasso. Contudo, e agora com a propriedade que o trabalho no terreno permite, podemos demonstrar quantos exemplares de imaginária foram encontrados, a sua datação e a sua tipologia. Para não elevar muito as expectativas que dos setenta e cinco templos religiosos, onde se excetuam os conventos, nichos ou torres que vem elencados no *Guia do Património Cultural de São Jorge*, foram visitadas cinquenta e sete igrejas, ermidas e impérios, e eis que chegamos a uma conclusão: o dito santo foi encontrado, apeado ou a cavalo, com dragão ou com serpe em apenas quatro dos templos, a saber: igreja Matriz de São Jorge nas Velas, na igreja de Nossa Senhora do Rosário no Topo, na capela de São Sebastião da fajã dos Vimes e na igreja Santa Bárbara de Manadas. Após este périplo, cujos frutos nos pareceram escassos, cumpre-nos fazer uma análise primeiramente semiótica, depois iconográfica do santo em estudo, em termos mais latos, depois a análise mais localizada, focando os seus aspetos formais, compositivos, descritivos e de época, de modo a apresentarmos uma avaliação comparativa e divergente.

DA ICONOGRAFIA

A iconografia, enquanto estudo da interpretação das imagens e dos símbolos, através das descrições que nos permitem ver apara além do óbvio da figuração é, atualmente, considerada uma via complementar dos textos e da interpretação das imagens estudados em história da arte. Apesar de muitos defenderem que vale *per si*, não sendo uma disciplina complementar, mas perfeitamente autónoma que vai além das ciências normativas da teologia, da moral ou da estética, uma vez que não tenciona emitir juízos de valor. Este advento da iconografia moderna, no contexto interpretativo simbólico enquanto patamar intermédio para uma interpretação ainda maior, ligada aos contextos sociais, políticos, económicos, e culturais de uma sociedade tem sido alvo de leituras mais abrangentes

e foi nos dado a conhecer por Erwin Panofsky, na senda da iconologia Cesare Ripa, mais ligado a alegorias, do que à identificação dos temas. Nesse sentido há que ter em linha de conta outros aspetos mais subtis que Luis Réau e D. Carlos Azevedo identificam e os ligam à etnografia superstições populares, paganismo, lendas, evangelhos apócrifos, que geraram igualmente imagens que possam ter contaminado os evangelhos canónicos, bem como a identidade e a cultura de um povo. Apesar de estar um pouco em desuso, a iconografia continua a ser uma ferramenta muito útil ao historiador de arte pois permite, além da identificação dos temas, a identificação dos locais de produção e a sua baliza de datação, pela observação da indumentária, material bélico, fauna, flora, bestiários, etc. A iconografia ajuda-nos, em suma, a identificar através das hagiografias e dos atributos dos santos, outros aspetos de maior alcance através de conhecimentos socioeconómicos, políticos, culturais e religiosos, aprofundando investigações e alargando campos semânticos ou relacionando elementos aparentemente contraditórios.

Com o aparecimento das bíblias ilustradas, quer seja a do século XV, mais conhecida como *Biblia Pauperum*, ou bíblia dos pobres, quer seja a sua congénere *Speculum Humanae Salvationis*, começamos a ter uma compilação teológica visual e muito resumida que serviu para colmatar elevados índices de analfabetismo. No entanto, é através destes modelos de leitura que se vão desenvolver algumas das iconografias que se irão difundir pelas belas-artes e artes decorativas, sobretudo na Europa. É que com as limitações da xilogravura própria para a sua reprodução em maior escala, não vamos atentar a pormenores que mais tarde poderão estar inclusos em pintura de atelier de pequena escala mas o que é certo, é que naqueles pequenos quadradinhos temos uma súpula de elementos identificativos e característicos que contam os episódios mais marcantes do antigo e do novo testamento.

Para o conhecimento mais profundo há que não descurar o conhecimento das influências egípcias e do paganismo greco-romano. Nesse contexto igrejas cristãs substituíram templos pagãos ou então festas cristãs que substituíram festas pagãs, sendo este o principal motivo por que encontramos elementos de arte pagã na iconografia cristã. A lista de plágios do Criador é extensa, tal como é a lista das alegorias e das virtudes pagãs que se confundem com as cristãs. Em suma, a bíblia não poderá ser a única fonte direta para a arte cristã e seus séquitos de

santos, como veremos mais à frente com o caso do mártir São Jorge, padroeiro de Portugal desde a sua fundação, até ao ano de 1646⁹⁷.

Para tal há que estar especialmente atentos aos símbolos que tendem a assumir um carácter mais universal, uma vez que se definem como elementos conciliadores e reveladores, assumindo pactos de reconhecimento entre os emissores e os recetores. Aí entram análises semióticas que não pretendemos aqui expor, como sendo indicativas de que existem outras regras e outros métodos que se podem seguir, já para nem falar do simbolismo dos números, das cores, dos pontos cardiais, etc., Centrando-nos nas hagiografias, nas lendas e nos bestiários, sobretudo nos bestiários fabulosos e híbridos, como é o caso do dragão e da serpe, tendo sempre em conta de que estes repertórios iconográficos não desembocam em análises satisfatórias dada a complexidade das questões que levantam. Para mais, a questão dos mártires da igreja envoltos em lendas são ainda bem mais desafiantes. A paixão por estes primeiros santos mártires, podem classificar-se de acordo com as festas do calendário litúrgico, cronológico ou alfabético e levantam outras questões que devem subdividir-se em história ou lenda, culto e iconografia. Os livros que tem aprofundado estes assuntos tem demonstrado o devido cuidado em destrinçar a história do culto e da lenda.

SÃO JORGE, A ILHA

A ilha de São Jorge distingue-se imediatamente das demais, em primeiro lugar pela sua geografia, depois pela sua população. 65 km de comprimento, por 7 km de largura, com uma localização de cerca de 40 % do seu território acima de 500 m, que nos baixios haveriam de ser banhados de mar junto às fajãs, só poderia moldar um tipo distinto de população: resiliente, resistente, lutadora que não se deixa vencer ao primeiro, abalo, vulcão ou tempestade de *espírito em fieri*⁹⁸ ou que viu no inhamo, um “espantalho da fome”, um meio de subsistir sem pão, como haveria de bem metaforizar Avelino de Freitas de Meneses. Depois o queijo e as *espécies*,

⁹⁷ São Jorge, padroeiro de Portugal foi substituído por Nossa Senhora da Conceição, a 25 de março de 1646, por iniciativa de D. João IV, seis anos após a restauração. Coroada que estava a imaculada Conceição, os reis portugueses abdicaram da sua própria coroa, relegando-a à almofada que passou a figurar ao lado entidade reinante.

⁹⁸ Nemésio, 1932, sp.

para nossa gula. Este moldar de carácter está bem patente nas características físicas e psicológicas dos seus primeiros moradores que na ilha espinhosa haveriam de procurar assentamento e fixação, sem, contudo, não descurar o chamamento de sereia da emigração ou da colonização. Foi Vitorino Nemésio que dissertou sobre a açorianidade e sobre o peso da geografia: “a geografia para nós, vale outro tanto como a história”⁹⁹, e como isso é tão verdadeiro, sobretudo nesta ilha de “lombo agudo” ou de “alto espinhaço” como bem, apelidou Gaspar Frutuoso e Frei Diogo das Chagas. Não seria este “alto espinhaço” comparável ao dorso de um dragão adormecido que no seu achamento, os marinheiros se revestiram de *Jorges* com elmo e armadura, para seu domínio, qual patrono da Capadócia?

SÃO JORGE E O DRAGÃO SUBSÍDIOS ICONOGRÁFICOS

Segundo consta da cartografia mais antiga do século XIV a menção à ilha de *San Zorzo*, aparece muito antes do santo se disseminar pelos templos, logo após o seu povoamento. É certo que as ilhas tendiam a assumir os nomes da cristandade, começando por Santa Maria, depois por São Miguel, terciando a ilha de Jesus e depois as restantes do grupo central, cujos nomes da santidade não lograram, com exceção desta nossa ilha de São Jorge. É nesse sentido que seria interessante perceber porque se deu o nome de São Jorge à ilha e porque uma iconografia poderá dar lugar a um estudo iconológico. Questões em aberto permanecerão, pois há que tem em conta aspetos tão diversos como a própria geografia, por exemplo: assemelhar-se-ia a um dragão?

Para tentar perceber até que ponto estaria representado o São Jorge na ilha que lhe tomou o nome, desloquei-me durante três dias e percorrer toda ela, na senda de encontrar muitas mais imagens, do que efetivamente as que foram encontradas. Mas não se pense que me desiludi. Apenas confirmei o que se suspeitava. A ilha de São Jorge não detinha ao ano de 2024 mais do que uma dúzia de imagens alusivas ao mártir em estudo.

Jorge também conhecido como um dos santos da lenda dourada é celebrado na cristandade na data da sua morte a 23 de abril do ano 303 d.C. e assume diversa etimologia, conforme a língua grega, latina ou conforme os países. Segundo reza

⁹⁹ Nemésio, 1932, sp.

a lenda, este fabuloso santo foi diversas vezes confundido com outro São Jorge, Bispo de Alexandria. No entanto, este *Jorge* apeado ou a cavalo aparece-nos invariavelmente com uma lança na mão para desferir o golpe fatal no dragão ou na serpe, como poderemos ter oportunidade de ver mais à frente, também vai buscar as suas influências a outros campos da fabulação, nomeadamente a um dos contos das *Mil e Uma Noites*, em que um oficial da legião Romana ao atravessar uma cidade aterrorizada por um dragão que devorava homens e animais. Para acalmar a fome do monstro, os moradores entregavam-lhe diariamente ovelhas e outro tipo gado e quando este se esgotasse, entregavam-lhe duas jovens sorteadas. Um dia as sortes recaíram na filha do rei e quando estava prestes a ser devorada, eis que aparece, o nosso herói com o seu cavalo, que espeta a lança na garganta ou no coração do monstro, por este ter uma pele impenetrável. As lendas douradas haveriam de casar a princesa com o seu salvador, mas como se compreende que esta história está imensamente efabulada, a cristandade amenizou o seu final, recriando a luta do dragão e da princesa como uma luta entre o bem e o mal, tão caras aos evangelhos do antigo testamento, a que o episódio de David contra Golias haveriam também de ser exemplares. O mal, encarnado no dragão é vencido pelo bem, encarnado no guerreiro. Variantes desta luta aparecem na Grécia antiga entre Perseo e Andrómeda ou no Egipto em que o deus Horus é representado com a sua lança a matar crocodilos. Assim, São Jorge mais não é do que a réplica cristã de Horus e de Perseo, sendo o dragão um símbolo iconológico, da conversão da Capadócia. Mais tarde, a Idade Média haveria de interpretar a princesa salva, como o símbolo da igreja Cristã, apagando das imagens a princesa, restando-lhe o homem, o cavalo e o dragão, sendo este último hiperbolizado como o símbolo máximo do paganismo. A partir do século XI aparece-nos São Teodoro de Tiro, também ele militar, sem que, no entretanto o culto a São Jorge tivesse desaparecido, permitindo uma veneração dos santos militares, que no caso do condado Portucalense, haveria de ganhar muitos adeptos, e do qual é exemplo o Castelo de São Jorge em Lisboa. Além disso, verificamos pela iconografia que não é o momento do seu martírio que é vulgarmente representado. Por exemplo Santa Ágata ou Santa Catarina apresentam os instrumentos da sua paixão, ou então a palma na mão, como é o caso de Santa Bárbara. São Sebastião, por outro lado, apesar de ter sucumbido por via da flagelação é frequentemente representado com a iconografia da sagitação, induzindo em erro a arma letal da sua morte.

São Jorge consegue o milagre ecuménico de ser venerado na igreja católica, na ortodoxa e na anglicana. O seu feito une a cristandade ao paganismo. Disputa, ao lado de São João Evangelista e do próprio Cristo os modelos de virgindade masculinos. Mais do que isto, apesar de se ter atribuído data de nascimento e de morte, as linhas entre a história e a lenda são ténues, uma vez que está no limbo do tetrarca Diocleciano, seu carrasco e de Constantino, o reconciliador que concede a liberdade do culto religioso no Édito de Milão datado de 313, passados apenas 10 anos do seu martírio. Mais do que uma hagiografia as suas origens têm vindo a ser vinculadas nos breviários romanos do Papa Gelásio I, que o canonizou e nos seguintes, ao ponto de se confundirem com os apócrifos, dadas as incongruências das suas origens imbuídas de erros e de contradições. Da Capadócia à Palestina há reivindicações referentes ao seu nascimento passando pelas viagens, até à sua morte em Lida. As torturas por que passou para não renunciar à sua fé foram exemplares até à degolação, esta nunca, ou raramente representada, em prol da iconografia do cavalo branco do elmo, da lança e da capa vermelha, tão avessa à comumente conhecida do seu congénere João Baptista.

No século V já haviam sido construídas cinco igrejas em Constantinopla dedicadas a São Jorge e no Egito quatro templos e quarenta conventos, mas uma das mais impressionantes será a da Etiópia, esculpida, em forma monolítica de cima para baixo, em finais do século XII, inícios do XIII, na cidade de Lalibela, declarada como Património Mundial pela UNESCO em 1978.

Relativamente ao dragão, este cataloga-se numa série de animais fabulosos, híbridos, sem referências humanas, por estar intimamente ligado a satanás. No entanto, as representações dos dragões são muito diversas: tem uma ou várias cabeças, o seu corpo de pele muito rija está todo coberto por escamas, formando por si, uma cota de malha natural impenetrável. Tal como o diabo tem asas de morcego e o seu hálito envenenado espalha fogo, dizimando tudo o que encontra pela frente. O seu habitat natural é uma caverna ou um pântano, de onde sai de quando em vez para aterrorizar as populações.

Se, por um lado, o leão e o unicórnio simbolizam, ao mesmo tempo, Cristo e satanás, por outro, o dragão a áspide, o basilisco, o grifo e a quimera estão intimamente ligados ao demónio. O dragão e a serpe assemelham-se, uma vez que, são variedades de serpentes. Na verdade, não passam de monstros alados temidos. Além disso, é comum os seus olhos serem penetrantes e esse atributo vem do

grego *derkomai*, que indica isso mesmo. Por assumir a personificação de satanás o dragão tem um papel secundário indispensável na hagiografia do apostolado triunfante dos santos vitoriosos, extirpadores da idolatria.

CASO A CASO

A **igreja Matriz de São Jorge**, nesta mesma ilha é considerada o primeiro e o maior templo da ilha, se bem que da estrutura fundacional, nada resta, e deve-se disposição testamentária do Infante D. Henrique, datada de 3 de outubro de 1460. O atual edifício reflete os estilos das várias épocas por que passou, devido a vicissitudes de variada natureza. No seu interior é possível visualizar as três naves, os quatro tramos definidos pelas cinco pilastras de secção quadrangular, que suportam arcos de volta redonda, mas o eixo do nosso olhar é imediatamente conduzido para a capela-mor de retábulo maneirista em talha dourada e que segundo Artur Goulart de Melo Borges, datado de 1676 “o mesmo foi arrematado por Manuel Fernandes, marceneiro, morador em Angra, por 199 mil réis. Fiador Salvador Pereira, imaginário, morador em Angra. O pagamento foi feito entre julho de 1679 e junho de 1681”¹⁰⁰. apresenta-se em dois andares encimados por edícula onde se podem admirar a tríade de pinturas quinhentistas de Santo Agostinho, de São Pedro e de Santo André, figurando, ao centro, a imagem do padroeiro, datada de 1896¹⁰¹, ladeado, em posição inferior por imaginário de São Luis¹⁰², do lado do evangelho e de Santa Maria Madalena¹⁰³ do lado da epístola. O atual corpo da igreja é datado de 1675 e a torre sineira de 1825.

Na iconografia que estudamos e que passamos a apresentar, verificamos algumas adaptações locais ou regionalismos que fazem escapar as descrições pormenorizadas dos compêndios gerais em outros elementos divergentes, como passaremos a analisar, caso a caso, na imagética encontrada pelos diversos templos da ilha.

São Jorge é usualmente representado como um jovem imberbe, com exceção deste e de outros casos específicos que se observaram na ilha, com armadura de cavaleiro, apeado, elmo com penacho na cabeça, escudo no braço esquerdo com

¹⁰⁰ Arte e Património, Cadernos Acroarte, 2021, p. 115.

¹⁰¹ Na bibliografia também encontramos a data de 1894.

¹⁰² Escultura em madeira de cedro estofado e dourado do séc. XVII.

¹⁰³ Escultura em madeira de cedro dourada e policromada datada do séc. XVIII.

a cruz de Cristo estampada, espada embainhada e lança na mão direita, que em alguns casos se apresenta partida, sendo que aos seus pés se encontra a serpe de boca aberta, e pela qual a lança desfere o golpe fatal.

No vitral do lado da epístola verificamos uma figura do clero sob baldaquino, rodeado de franciscanos, em plena chegada à ilha, onde se institui o padrão das quinas fincado por marinheiros, e com eles baús e animais para a sua fixação. A caravela ao fundo, sobrevoada de nuvens e de milhafres em pleno voo, dão-nos o sinal claro do momento do seu povoamento. O clérigo de capa real carmesim segura sob pálio um quadro emoldurado a ouro com a imagem do santo fundacional representado com armadura a cavalo galopante, a aproximar-se da princesa e do dragão. Este tipo de vitrais, comuns por vários templos dos Açores, são de oficina portuguesa de finais do século XX.

Num outro vitral, na mesma matriz é possível ter o desenvolvimento da história. A princesa de mãos postas, de veste azul e manto branco coroada, assemelha-se à Virgem Maria, abaixo o santo guerreiro com elmo e penacho já contém a auréola da sua beatificação. O rosto imberbe, como é suposto, com o corpo coberto de armaduras, monta um cavalo branco, cor própria das iconografias. A lança desfere o golpe fatal na garganta do dragão de cor verde, que nos aparece de costas com as quatro patas viradas para cima. Do lado direito as caveiras da destruição perpetradas pelo mal. Esta luta em que o bem é vencedor estão patentes nos elementos que coloca a nível superior e a nível inferior do vitral, sendo que a composição assume assim um carácter simbólico, não só ao nível dos elementos, mas também das cores e das formas.

Na pintura a óleo sobre vidro 23x17 cm, que tivemos oportunidade de observar no Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa Padre Manuel Garcia da Silveira que faz parte da matriz das Velas, encontramos um exemplar que merece uma análise laboratorial para atestar da sua veracidade e datação. Caso se comprove a documentação apensa, este constitui-se de um raro exemplar de pintura sobre vidro do século XVII, uma vez que, conforme a documentação datada de 1705, este quadro já existiria no ano de 1609, conforme o descritivo relativo à procissão, onde havia obrigação de sair sobre honras de palio. Isto a comprovar-se laboratorialmente, estaremos perante os primórdios da técnica de pintura a óleo sobre vidro, datada também dos inícios do século XVII. Considerada de perícia difícil, uma vez que competiria ao hábil artista pintar pelo avesso cópias de

estampas de temáticas variadas que circulavam pela Europa. Nesta em particular, São Jorge imberbe a cavalo branco, enverga o elmo com penacho e armadura completa e com lança na mão esquerda desfere o golpe na garganta do dragão, trespassando-o. Num plano inferior a princesa de cabelos loiros, de mãos postas, vestes vermelhas onde se vislumbra a cruz da madre igreja. Esta será das raras iconografias onde a figura feminina aparece. Esta lâmina de vidro não será de produção local, mas sim um objeto de importação que circulou na Europa como uma técnica inovadora, a partir do século XVII.

No mesmo núcleo museológico também tivemos oportunidade de observar duas pequenas esculturas em osso do mártir São Jorge a cavalo, ofertadas por J.M. Pedroso, de Lisboa, sendo a outra em faiança de molde, onde a serpe é desferida. A diferença entre serpe e dragão encontra-se no número de patas: duas para a serpe, quatro para o dragão.

Sala do Cabido da Santa Casa da Misericórdia de Velas temos ocasião de presenciar uma pintura de Seixas Peixoto, datada de 2007. De Formato quadrangular inscreve-se sob um círculo azul, onde se destaca o São Jorge imberbe, com armadura a capa, montando um cavalo branco, desferindo com a lança, na mão direita, o dragão. Os olhos fulminantes, as asas gigantes de morcego destacam-se. Num plano inferior, as procissões franciscanas que se fizeram em honra do patrono da ilha e das Velas. Outros animais míticos rematam o plano inferior do círculo, sendo o superior rematado com as armas da Misericórdia.

A igreja de São Diogo do Convento de São Francisco no Topo, foi uma das igrejas apontadas como tendo uma imagem de São Jorge. Este convento franciscano fundado em 1661 por impulso de Diogo da Silveira, foi fortemente afetado pelo sismo de 1980, tendo por esse motivo sido alvo de obras de beneficiação e alteração para funcionamento da Escola Básica do Topo. O São Jorge apresenta-se apeado de lança na mão com vestes militares com capa carmesim bordada a ouro e elmo com penacho na cabeça. O rosto apresenta barba e cabelos médios, mão esquerda sobre o peito, sendo que na mão direita empunha a lança virada para cima, não apresentando o dragão ou serpe a seus pés. Esta imaginária do século XX, é oriunda da *Casa Fânzeres*, e cumpre esteticamente a tradição dos santeiros de Braga.

Na Ermida de São Sebastião da Fajã dos Vimes dos finais do século XVIII, edificada a expensas dos seus habitantes, veio a ser construída, sensivelmente, no lugar da anteriormente destruída pelo terramoto de 1757 é possível encontrar

uma tipologia diferente do santo. Montado a cavalo castanho, o São Jorge aparece-nos com barba escura, elmo com penacho, armadura completa e capa carmesim bordada a dourado, espada embainhada, no ombro o escudo com a cruz de cristo e a lança nas duas mãos desferindo o golpe na garganta da serpe acastanhada. Estas versões distintas das iconografias descritivas constantes nas hagiografias, competem a escolas mais locais, de cariz regional.

Igreja de Santa Bárbara de Manadas, considerada uma das mais belas pérolas do barroco insular, classificada Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 37 728, de 5 de janeiro de 1950 encontramos dois exemplares dignos de nota. O primeiro, encontra-se no teto, perto do coro alto em baixo-relevo em cedro do mato policromado e dourado de um São Jorge imberbe com elmo e armadura a cavalo branco com a lança na garganta da serpe. O exemplar envolto em motivos vegetalistas está, por sua vez, enquadrado num octógono de lados desiguais que se vai alargando em frisos sucessivos pintado com motivos florais, até formar um caixotão quadrado, rematado, de trinta e quatro pequenos quadrados talhados e pintados com flor, indicam a produção local e a perícia do barroco insular dos artífices entalhadores. O segundo, em contexto de reserva é uma escultura assinada pelo escultor angrense Luiz Esteves de Carvalho e datada de 19 de abril de 1919. Nesta tipologia São Jorge apeado com a serpe, de acabamento *naif* e o escudo com a cruz de Cristo a seus pés, espeta a lança na garganta do monstro. Enverga elmo com penacho na cabeça e barba escura. Veste uma armadura completa, com espada embainhada à cintura, rematado com capa curta de carmesim real, com arabescos de bordado a ouro. Não se conseguiu apurar outros dados sobre o este escultor angrense.

Para concluir, apesar do santo mártir São Jorge ser um dos primeiros da cristandade, a sua iconografia continua a fascinar gerações. Por todas parte do mundo católico, ortodoxo ou anglicano a sua imagem de guerreiro é inspiradora. Apesar de associarmos o dragão a São Jorge, as suas interpretações iconológicas, que vão para além do tema e da cristandade, remetem-nos à luta entre o bem e o mal, em que o primeiro sai vencedor. É esta esperança na humanidade que continua a fazer de Jorge, o guerreiro, um santo e uma lenda, iconograficamente apelativa. O dragão, *per si*, também tem o seu dote de fascinação. Esse animal mítico que aparece em civilizações tão díspares entre si, parece ter o condão unificador da humanidade, se bem que nem sempre simbolize o mal.

Relativamente à recolha *in situ*, como já referi deparei-me com pouca imaginária existente. Questionando os locais sobre esse assunto, foram categóricos em afirmar que São Jorge é padroeiro da Velas, daí a razão pela qual ele não prolifera em número mais abundante por outras paróquias. Por outro lado, depois da padroeira de Portugal se ter consagrado como Nossa Senhora da Conceição no ano de 1646, rapidamente o culto a São Jorge é relegado para planos inferiores. Também é de estranhar que não tenham resistido imaginárias mais primitivas. Nesse périplo detetamos uma substituição massiva de imaginária religiosa nos altares, sobretudo nos altares-mores por outra contemporânea de santeiros de teor estilístico questionável, sobretudo em lugares ou freguesias com forte presença de emigrantes de torna viagem, que na benemerência e na boa vontade, constroem edifícios religiosos coletivos, de apoio às festas do Espírito Santo e não só. Estatuas têm sido erguidas nesses lugares na mesma medida em que se tem substituído janelas e portas de madeira por caixilharias de alumínio e colocado azulejos de padrão industrializado nos impérios do Espírito Santo, ermidas e igrejas. A estranheza aqui relatada transfigura-se como um mero apontamento de circunstância. Os carpinteiros na ilha são escassos. Por outro lado, a qualidade e a quantidade, do património edificado nesta ilha veio suplantar, em muito as minhas expectativas. Relato a título de exemplo a capela de Nossa Senhora dos Milagres anexa ao Solar dos Noronha, a ermida do senhor Jesus da Boa Morte, a setecentista de Jesus Maria José, a de Senhora do Livramento, a ermida de São João, a da de Nossa Senhora Auxiliadora de Santo António um exemplar já da arquitetura de *fin de siècle* para a nova gramática dos inícios do século XX. Relativamente a esta gramática também demos conta das casas de habitação civil *art nouveau*, que merecem ser mais bem estudadas e enquadradas, quiçá num futuro, e aqui também nesta sala. Em suma uma viagem inesquecível pelas paisagens deslumbrantes, pelas falésias sublimes com suas fajãs a desmaiar no mar e pelo património incrível que comporta, sobretudo pelas gentes que habitam de forma devocional cada recanto, abrindo as portas à sua cultura, e à sua identidade.

Notas bibliográficas e fontes:

AAVV. (2003). *São Jorge, Guia do Património Cultural*, Soartes.

AAVV. (2022). *Arte e Património*, Cadernos Acroarte.

AZEVEDO, Carlos, A. Moreira. (2016). *Estudos de Iconografia Cristã*, Fundação Manuel Leão.

BRANDAO, Raul. (2019). *As ilhas Desconhecidas, notas e paisagens*, Quetzal Editores.

BUTLER, Pe. Alban. (2019). *Vidas dos Santos para todos os dias do ano*, Edição Católica, Concreta.

DU TTON, Denis. (2010). *Arte e Instinto*, Temas e Debates.

MACIEL, Frederico. (2010). *São Jorge (Trechos da nossa História)*, Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas.

MENESES, Avelino Freitas de Meneses. (2013). *A Ilha de São Jorge, Uma Síntese Histórica*, Letras Lavadas.

NEMÉSIO, Vitorino, Revista Insula (n.º 8, Ponta Delgada, 1932). Intitulado «Açorianidade»

REAU, Louis. (2008). *Iconografia del arte Cristiano*, Ediciones de Serbal.

SILVA, Susana Serpa. (2024). *A ilha de São Jorge e os jorgenses nas descrições de Brian Barret (1812-1814) O Espaço Ultramarino Ibérico (1450-1900)*, coord. Duarte Nuno Chaves.

SOUSA, Maria Armanda de Almeida (1997). *Imaculada Conceição Rainha de Portugal*, Gráfica de Coimbra.

Biblia pauperum. | Library of Congress (loc.gov) consultado a 1 de setembro 2024

VIOLA(S) DA TERRA DOS AÇORES – RECOLHA DE SEUS SABERES E PRÁTICAS.

WELLINGTON NASCIMENTO

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

wwellingtonn@gmail.com



Introdução

A Viola tradicional dos Açores pertence a família das Violas de Arame Portuguesas sendo conhecida por várias designações nas nossas Ilhas: Viola da Terra, Viola de Dois Corações, Viola de Arame ou Viola Regional. Muitos investigadores têm classificado a Viola dos Açores em dois tipos distintos: Viola Micaelense, por ter doze cordas e dois Corações, e Viola Terceirense, por ter quinze cordas e a abertura sonora do tampo circular ou oval, no entanto encontramos, nas diversas ilhas Violas da terra com outras diferenças organológicas ocasionadas pelo isolamento geográfico, a adaptação às dinâmicas culturais e o diálogo entre violeiros e tocadores ao longo do percurso histórico.

A viola que ainda não era da terra terá chegado aos Açores na segunda metade do século XV, trazida eventualmente já pelos primeiros povoadores. A mais antiga referência a este instrumento aparece num documento de venda de

terreno datado de 1479, em que o proprietário em troca recebe quatro carneiros e uma viola¹⁰⁴. Não há registos dos tipos de violas que foram trazidas pelos povoadores do arquipélago açoriano, no entanto, as modificações organológicas sofridas por estas violas através das sucessivas gerações de construtores não foram significativas ao ponto de ocasionar uma diferença substancial entre a viola da terra e suas congêneres do continente.

Na opinião de Francisco José Dias, maestro, compositor e professor de música, “A viola da terra acionava todos os que se envolviam nos cantares e nas danças, era a mola real a incentivar à folgança, a companhia mais íntima dos ranchos que se deslocavam a lugares distantes onde quer que houvesse festa rija. A viola era o chamariz. A sua presença, em qualquer parte provocava reunião: uns levantam a voz enquanto outros volteiam frente a frente ou em volta, e eis os balhos nas casas do mordomo do Menino Jesus, do Imperador do Espírito Santo e nas matanças do porco. O povo divertia-se desta maneira tão espirituosa, distraia-se de um modo salutar, sem ódio, sem malquerer. Eram assim os balhos que nada tinham a ver com outros passatempos”.

Francisco Carreiro da Costa, etnógrafo açoriano, escreveu em 1972: “Não obstante uma tal filiação, a viola de arame das ilhas dos Açores, tem sido considerada como uma criação insular e, por consequência, uma das peças mais estimadas de todo o património tradicional açoriano – peça de que, ainda agora, nos nossos dias, se compõem os mais curiosos exemplares, graças ao engenho e à arte de uns tantos – raros, infelizmente, violeiros que ainda existem pelas várias ilhas”. Por sua vez, o compositor micalense Manuel José Tavares Canário e o jorgense Francisco de Lacerda, músico de renome internacional, cultivaram a viola da terra e estudaram a música tradicional do arquipélago. Em 1954, o musicólogo Padre José Luís de Fraga, responsável pela criação do Grupo Folclórico Tavares Canário, era sempre acompanhado por um grupo de violas da terra. É de salientar que vários escritores das ilhas, com destaque para Vitorino Nemésio, cantaram e celebraram a viola da terra, um dos emblemas da cultura açoriana. Era tal a sua importância que fazia parte do dote do noivo e o seu lugar, durante o dia, era em cima da cama, servindo como adorno do quarto e dizia-se que assim aconchegada se manteria em melhores condições de afinação.

¹⁰⁴ FRUTUOSO, 2005: 120-127.

Em todo o arquipélago dos Açores, a viola da terra foi-se associando com outros instrumentos musicais, rabeca, guitarra, bandolim, violão e até com o acordeão formando-se conjuntos de composição variada. A viola aparece em todas as manifestações de regozijo: Levam-na os ranchos, que vão às grandes festas tradicionais, com ela se acompanha o fado, a saudade, a sapateia, o pezinho, a bela-aurora, a chamarrita e outras modinhas.

Ao longo dos tempos desenvolveu-se uma construção identitária açoriana vinculada à viola da terra, com a utilização do corpo do instrumento como repositório de símbolos e a tradução destes símbolos de forma a afirmar a viola da terra como expressão da identidade açoriana. A Viola da Terra é o instrumento musical que melhor representa as tradições e os processos de sedimentação da identidade açoriana (fig. 1). Marcadamente, sempre foi um instrumento de utilidade fundamental nas manifestações lúdicas e sociais desenvolvidas pelas comunidades açorianas e vem, então, configurar-se como um instrumento “indispensável” para a representação do “ser” açoriano, fazendo com que aqueles que conseguem dominar a sua prática – os tocadores – possuam destaque social, simbólico ou hierárquico dentro das comunidades em que vivem. Assim, as Violas transformam-se em um símbolo cada vez mais forte da “tradição”, na medida em que esse conceito passa a ganhar mais e mais importância dentro da sociedade como um todo, e serve de fundamento para identificar, legitimar e sedimentar o “ser açoriano”. por outro lado, as Violas da Terra por fazerem parte de um conjunto de elementos fundamentais para a identificação e legitimação do “ser açoriano”, passou a simbolizar também a necessidade de “resistir” – enquanto símbolo “autêntico” desta Açorianidade.

O presente artigo tem por objetivo explorar três perspectivas fundamentais: O projeto de inventariação e salvaguarda em curso, as características organológicas e musicais distintivas da Viola da Terra, e finalmente o seu papel na construção e afirmação de uma identidade açoriana.



Fig. 1. Os Emigrantes, Domingos Rebelo óleo s/ tela, 1926
(Col. Museu Carlos Machado).

Projeto “Violas da Terra dos Açores: Saberes e Práticas de Tocar”

Reconhecendo a relevância cultural da Viola da Terra, a Direção Regional da Cultura-DRC da Região Autónoma dos Açores, iniciou em 2023 com o envolvimento ativo da comunidade (Fig. 2), o projeto **“Violas da Terra dos Açores: Saberes e Práticas de Tocar”**. Este projeto ambicioso tem como principal objetivo a identificação, documentação, estudo e inventariação dos saberes e práticas de tocar a(s) viola(s) da terra dos Açores. A finalidade última desta iniciativa é a elaboração de um pedido de inscrição desta manifestação cultural imaterial no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (INPCI).



Fig. 2. Logotipo das Associações parceiras do projeto.

Enquadramento Legal e Conceptual

O projeto enquadra-se no regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto. Este diploma legal define “património cultural imaterial” como as manifestações culturais expressas em práticas, representações, conhecimentos e aptidões de carácter tradicional, reconhecidas pelas comunidades, grupos e indivíduos como parte integrante do seu património cultural. Estas manifestações são transmitidas de geração em geração, sendo constantemente recriadas em função do meio, da interação com a natureza e da história, incutindo um sentimento de identidade coletiva. O regime jurídico preconiza princípios gerais como a prevenção (através da identificação, documentação e estudo), a equivalência (valor intrínseco dos diferentes tipos de manifestações), a participação (envolvimento das comunidades), a transmissão (promoção das condições de reprodução) e a acessibilidade (informação e divulgação públicas). É importante notar que a proteção legal do PCI assenta exclusivamente no registo patrimonial de “inventário”, colocando todas as manifestações num plano de igualdade, não sendo aplicáveis os níveis de proteção legal (“nacional”, “público” ou “municipal”) estabelecidos para bens móveis e imóveis através da “classificação”.

Objetivos e Metodologia do Projeto

O projeto “Violas da Terra dos Açores: Saberes e Práticas de Tocar” visa alcançar diversos objetivos cruciais para a valorização e salvaguarda deste património:

Identificação e Mapeamento: Mapear os tocadores e construtores de Viola da Terra nos Açores (Fig. 3), registrando as suas histórias de vida, técnicas de execução, repertório e conhecimentos sobre a construção do instrumento.

Até 10 de março de 2025										
ILHA	Sinalizados					Recolhidos				
	TC	CT	TC-CT	INF	Total	TC	CT	TC-CT	INF	Total
Santa Maria	16	1	1	0	18	14	1	1	0	16
São Miguel	85	3	4	5	97	50	0	3	3	56
Terceira	61	1	1	1	64	43	0	1	1	45
Graciosa	23	1	2	1	27	15	1	2	1	19
São Jorge	50	2	1	0	53	24	2	1	0	27
Pico	32	0	0	0	32	20	0	0	0	20
Faial	21	0	1	0	22	13	0	1	0	14
Flores	3	1	2	1	7	3	0	2	1	6
Corvo	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Outras	3	0	0	3	6	3	0	0	3	6
TOTAL	294	9	12	11	326	185	4	11	9	209

Fig. 3. Mapa dos tocadores (TC) e construtores (CT) sinalizados e recolhidos até 10 de março de 2025.

- **Documentação Multimédia:** Criar um acervo digital através da gravação de vídeos e áudios de performances musicais, entrevistas com os detentores dos saberes e práticas, e oficinas de ensino. Este acervo servirá como fonte primária para estudo e divulgação.
- **Estudo e Análise:** Aprofundar o conhecimento sobre aspetos históricos, organológicos, musicais e socioculturais da Viola da Terra, analisando as variações regionais e as técnicas de execução tradicionais.
- **Inventariação para Proteção Legal:** Reunir a informação necessária para a elaboração do pedido de inscrição no INPCI, formalizando o reconhecimento e a proteção legal deste bem cultural imaterial.

- **Promoção e Divulgação:** Divulgar a importância da Viola da Terra como elemento fundamental da identidade açoriana, promovendo a sua inclusão em eventos culturais e festivais, e sensibilizando o público para a sua riqueza.
- **Transmissão de Saberes:** Desenvolver materiais didáticos e realizar oficinas para ensinar a tocar a Viola da Terra, incentivando a participação das novas gerações na prática musical e garantindo a continuidade da tradição.

A metodologia de investigação adotada no projeto é multidisciplinar e assenta em diversas técnicas de recolha de informação “no terreno”:

- **Observação Participante:** Imersão no contexto cultural e contacto direto com os tocadores e construtores para compreender as suas práticas e saberes.
- **Questionários:** Aplicação de questionários para identificar os informantes e recolher dados estruturados sobre as suas práticas musicais e conhecimentos.
- **Entrevistas:** Realização de entrevistas com guiões semiestruturados e estruturados, permitindo obter informações detalhadas e aprofundadas sobre os diversos aspetos relacionados com a Viola da Terra.
- **Registo Audiovisual:** Gravação em vídeo e áudio de performances, entrevistas e outros momentos relevantes para a documentação do projeto.

Os dados recolhidos são posteriormente sujeitos a tratamento e análise, utilizando métodos quantitativos (construção de bases de dados para análise estatística) e qualitativos (análise sistemática de conteúdo das recolhas). A distribuição geográfica dos detentores do saber tocar, a faixa etária, os tipos de viola da terra (12 ou 15 cordas), os tipos de afinação e as técnicas de execução tradicionais (pontado, rasgado/rasgueado/tangido, dedilhado e outros) são critérios importantes na recolha de informação.

Resultados e Impacto Esperados

A implementação do projeto “Violas da Terra dos Açores: Saberes e Práticas de Tocar” tem já demonstrado resultados significativos na identificação e documentação dos tocadores e construtores nas diferentes ilhas. A parceria estabelecida entre a DRC e o Centro de Artesanato e Design dos Açores (CADA) para

a certificação da Viola da Terra a nível europeu como produto artesanal com Indicação Geográfica (IG) é um exemplo concreto do impacto do projeto na valorização do instrumento. A cerimónia de certificação (Fig-4), realizada no Fórum – Cordofones Tradicionais da Feira Internacional de Artesanato (FIA) em Lisboa, representa um marco importante no reconhecimento da Viola da Terra como património cultural e artesanal único.



Fig. 4. Cerimónia de certificação da Viola da Terra como produto artesanal com Indicação Geográfica (IG)

Espera-se que a conclusão do projeto contribua para:

- A criação de um centro de documentação, físico ou virtual, que agregue todo o material recolhido, facilitando o acesso a investigadores, músicos e público em geral.
- A publicação de livros e artigos científicos que divulguem os resultados da investigação e aprofundem o conhecimento sobre a Viola da Terra.
- A organização de eventos culturais, como concertos, oficinas e festivais, que promovam a música da Viola da Terra e envolvam a comunidade.
- O fortalecimento da rede de violeiros nos Açores, incentivando a troca de conhecimentos e a colaboração entre os músicos.
- A efetiva inscrição dos saberes e práticas de tocar a Viola da Terra no INPCI, garantindo a sua proteção legal e a implementação de medidas para a sua salvaguarda e transmissão.
- A criação do Centro de interpretação da Viola da Terra dos Açores.

Características da Viola da Terra

A Viola da Terra, apesar de partilhar raízes com outros cordofones portugueses, desenvolveu características próprias ao longo da sua história nos Açores, refletindo a diversidade cultural e geográfica do arquipélago. Tradicionalmente, a Viola da Terra é classificada em dois modelos principais:

- **Viola da Terra Micaelense ou de dois corações:** Originária da ilha de São Miguel, caracteriza-se pela sua boca em forma de dois corações sobrepostos (Fig.5). Geralmente possui 12 cordas dispostas em cinco ordens (03 pares e 02 triplas). O seu som é descrito como mais doce e melódico. A afinação mais comum é Ré-Si-Sol-Ré-Lá.



Fig. 5. Viola da Terra Micaelense

Viola da Terra Terceirense: Com origem na ilha Terceira, apresenta uma boca redonda ou oval (Fig. 6). Possui geralmente 15 cordas distribuídas em seis ordens (03 pares e 03 triplas). O seu som é considerado mais robusto e encorpado. A afinação típica é Mi-Si-Sol-Ré-Lá-Mi.



Fig. 6. Viola da Terra Terceirense

Contudo, as diversas ilhas do arquipélago desenvolveram outras variações organológicas, influenciadas pelo isolamento geográfico, pelas dinâmicas culturais locais e pelo diálogo entre violeiros e construtores ao longo do tempo. Estas variações podem incluir diferenças no número de cordas: de 12 a 18; número de ordens: de de 05 a 07; na forma da boca (02 ou 03 corações, lira, redonda, oval ou outras formas); nos tipos de cravelhas (de madeira, metal ou em leque) (Fig. 7, 8 e 9) e nos materiais de construção.

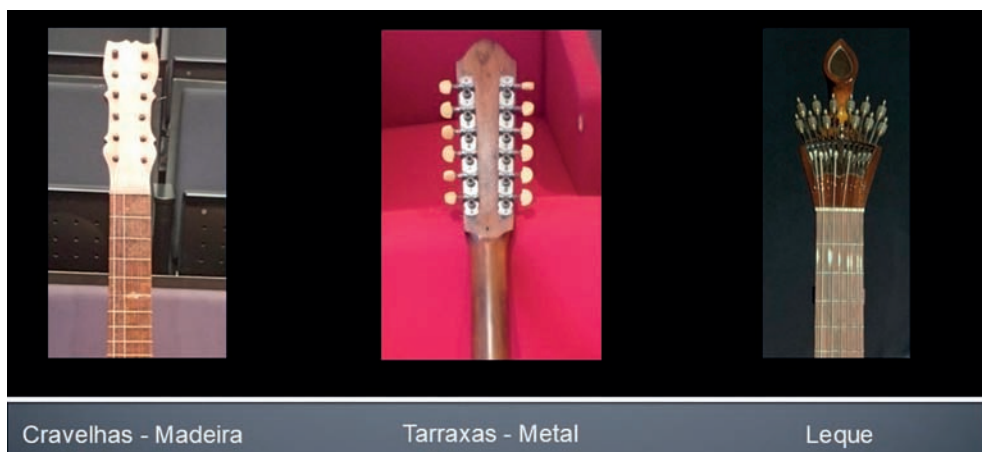


Fig. 7. Diferentes tipos de mão ou cabeça

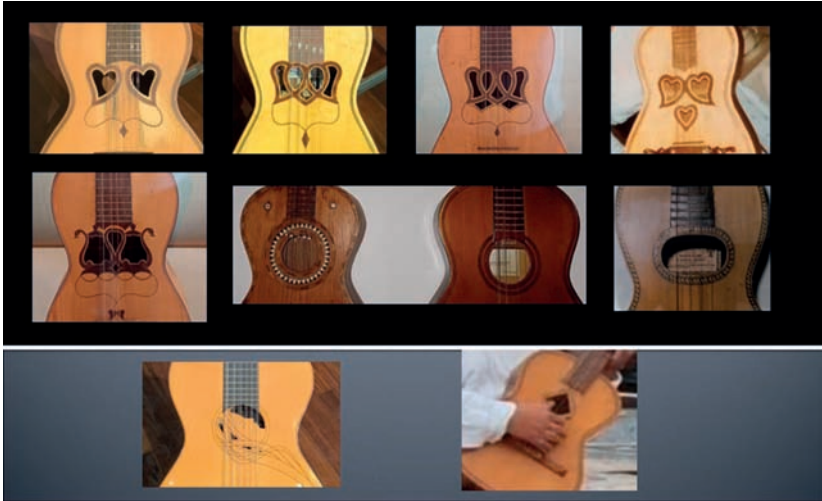


Fig. 8. Diferentes tipos de boca – Abertura sonora

O. Cordas	Parcelas	Mão	Boca	Braço	Braçoz	Afinação	Técnica
12	5	Cravelhas - Madeira	2 Corações	Raso	10 pontos	D-B-G-D-A	Unha do polegar
15	6	Tarrachas - Metal	3 corações	ressalto	12 pontos	D-B-G-D-G	Figueta Rasguead o
18	7	Leque	Lira(s)			E-B-G-D-A	
			Redonda			D-A-F-C-G	Dedilhado
			Oval			E-B-G-D-A-E	Palheta Unha postiça
			Outra(s)				Dedeiras

Fig. 9. Mapa das diferenças mais significativas

Materiais de Construção

A construção da Viola da Terra envolve a utilização de diversas madeiras, escolhidas pelas suas características acústicas e estéticas. O tampo harmónico é frequentemente construído em criptoméria, acer, cedro africano ou alpino, spruce ou pinho alemão. As ilhargas e as costas podem ser feitas em cedro da terra, mogno,

pau santo, maple, cocobolo, mirica faia, plátano, pau rosa, acácia ou cerejeira. O braço é geralmente construído em cedro da terra, cedro brasileiro, spruce, sitka, mogno ou tola. O cavalete e a escala são frequentemente em pau preto (ébano), pau santo, weng, jatobá ou pau ferro. Para os embutidos decorativos podem ser utilizados pau santo, cocobolo, madrepérola, osso ou abalone. A pestana pode ser em osso, latão, madeira ou plástico, e as cravelhas em pau preto, pau santo, jatobá ou pau ferro.

Além das madeiras, outros materiais são utilizados na construção, como cola (quente, normal, de peixe, resina), cordel, limas, grampos, parafusos, palha de aço, goma laca e verniz. A construção da viola requer também diversas ferramentas, desde bancadas e serras (de mão, de mesa, vertical, de fita) a formões, sovelas, raspadores, lápis, lixas, grosas, régua, fitas métricas, esquadros, xis-ato, martelos, alicates e plainas.

Elementos	Matéria-prima mais usada no fabrico
Ilhargas e costas	Cedro da Terra; Mogno; Pau Santo; Maple; Cocobolo; Mirica Faia; Plátano; Pau Rosa; Acácia; Cerejeira
Braço	Cedro da Terra; Cedro Brasileiro; Spruce; Sitka; Mogno; Tola
Tampo	Criptoméria; Acer; Cedro Africano ou Alpino; Spruce; Pinho Alemão
Travessas e barras harmónicas	Spruce; Cedro da Terra; Cedro Brasileiro; Mogno; Pinho de Flandres
Cavalete e escala	Pau preto (Ébano); Pau Santo; Weng; Jatobá; Pau ferro
Embutidos	Pau Santo; Cocobolo; Madrepérola; Osso; Abalone
Pontos da escala	Latão
Pestana	Osso; Latão; Madeira; Plástico
Cravelhas	Pau preto (Ébano); Pau Santo; Jatobá; Pau ferro

Designação	Funcionalidade
Palha de aço	Fase do polimento
Goma laca e verniz	Para colar e envernizar o instrumento
Parafuso	Atarraxar no tampo e no travessão
Resina	Para colar
Cordel	Para fixação de várias peças
Limas	Limam a madeira da pestana e dos trastos da viola
Grampos	Imobilização do taco entre os topos das duas paredes (faixas)

Designação	Funcionalidade
Cordas de aço	Serve para o encordoamento
Cola quente	Colar o cavalete e a escala
Cola normal	Serve para a colagem da caixa harmónica
Cola de peixe	Cola o rótulo da marca do violeiro no interior da caixa harmónica
Verniz	Envernizar o instrumento
Bancada	Serve de apoio à construção da viola
Serra de mão	Recortar pormenores de peças como escala e pestana
Formão	Retirar excesso de madeira e aprimorar peças
Sovela	Abrir os orifícios para os carrilhões
Raspador	Retirar excessos e imperfeições das madeiras
Lápis	Marcar referências nos moldes
Caneta	Marcar referências nos moldes
Lixa	Desbastar a madeira
Lima	Limar a pestana e os trastos da viola
Grosa	Talhar o braço
Régua	Alinhar a escala
Fita métrica	Retificar medidas
Esquadro	Marcar medidas
Xis-ato	Recortar pequenos apontamentos na madeira.
Martelo	Auxiliar de funções com outras ferramentas como a do formão
Alicate	Cortar os trastos metálicos
Grampos	Auxiliar no processo de colagem-costas, braço, tampo, embutidos, escala, etc.
Molde	Riscar o molde que se pretende
Plaina	Aplainar o tampo harmónico e as ilhargas
Serrote	Talhar o braço da viola, etc.
Goivas	Para entalhar a madeira
Serra de mesa	Cortar a madeira
Serra vertical (tíctico)	Recortar algumas peças da viola, tais como, primeiros moldes das ilhargas e das costas, o braço
Serra de fita	Cortar a madeira. É um equipamento usado com muita frequência em toda a execução da viola. Útil para o corte de madeiras em bruto, embutidos e acabamentos
Berbequim	Aprimorar os orifícios para os carrilhões
Furador de coluna	Abrir orifícios para os carrilhões

Designação	Funcionalidade
Lixadora elétrica	Lixar a madeira na fase dos acabamentos
Garlopa	Retirar excesso de madeira
Tupia	Recortar a costas, os corações, elementos decorativos, frisos laterais
Pistola à base de ar	Projetar o verniz na viola. Processo de envernizamento
Banco de mestre	Serve de apoio para a execução da viola

Afinações e Técnicas de Execução

A Viola da Terra apresenta uma variedade de afinações tradicionais, que podem variar consoante a ilha e o estilo musical. As afinações mais comuns incluem:

- Ré – Si – Sol – Ré – Lá (São Miguel e Santa Maria)
- Ré – Si – Sol – Ré – Sol (São Miguel e Santa Maria)
- Mi – Si – Sol – Ré – Lá (Pico, Faial, Graciosa, Flores)
- Ré – Lá – Fá – Dó – Sol (São Jorge)
- Mi – Si – Sol – Ré – Lá – Mi (Terceira)

As técnicas de execução tradicionais da Viola da Terra também contribuem para a sua diversidade sonora e expressividade (Fig.10):

- **Ponteado com a unha do polegar:** Técnica em que as cordas são dedilhadas individualmente, produzindo melodias lineares.
- **Ponteado com a unha do dedo indicador:** Técnica em que as cordas são dedilhadas individualmente, produzindo melodias lineares.
- **Rasgado/Rasgueado ou Tangido:** Técnica em que a mão direita percorre as cordas de forma rápida e ritmada, produzindo acordes e acompanhamentos rítmicos.
- **Dedilhado:** Utilização dos dedos para tocar acordes e melodias de forma mais elaborada.
- **Figuetas:** Utilização dos dedos polegar e indicador
- Outras técnicas podem incluir o uso de palhetas de plástico ou outro material, de unha postiça e de dedeiras.



Fig. 10. Técnicas de execução tradicionais da Viola da Terra

A Viola da Terra e a Identidade Açoriana

A Viola da Terra transcende a sua função como instrumento musical, assumindo um papel central na construção e afirmação da identidade cultural açoriana. A sua longa presença no arquipélago, desde a chegada dos primeiros povoadores no século XV, contribuiu para o desenvolvimento de uma ligação intrínseca entre o instrumento e a “açorianidade”. A Viola da Terra é um símbolo cada vez mais forte da “tradição” açoriana. O seu som peculiar une as nove ilhas, ecoando nos costumes, tradições e modos de vida do povo açoriano ao longo de séculos. As suas sonoridades únicas e identitárias acompanham os momentos festivos e religiosos, os lutos e as saudades, refletindo as vivências e a alma das gentes dos Açores. A presença da Viola da Terra nas folias do Espírito Santo, nos ranchos de Natal, nas danças de Carnaval, nas romarias e arraiais, nos bailes de roda, nas chamarritas e nos ranchos folclóricos, sublinha a sua centralidade nas manifestações culturais coletivas.

O projeto de inventariação e salvaguarda (Fig. 11) reconhece a importância da Viola da Terra como registo da unidade das pessoas nos Açores, promovendo o reconhecimento e a perpetuidade dos seus acordes como património imaterial.

A valorização e a salvaguarda deste património visam garantir a transmissão dos saberes e das práticas associados à Viola da Terra, mantendo a continuidade das tradições ao longo das gerações, no respeito pela sua dinâmica, recriação e adaptação às condições sociais do presente. Escrever ou falar sobre a Viola da Terra é, em certa medida, desenhar a história e a interpretação da música açoriana. A forma como é executada e sentida, com modos muitas vezes próprios e pessoais, representa a dinâmica permanente da criatividade e da alma das gentes açorianas. A variedade organológica e musical da Viola da Terra, com os seus diferentes modelos, afinações e técnicas de execução em cada ilha, reflete a diversidade cultural do arquipélago, ao mesmo tempo que projeta uma unidade sonora que se escuta através das suas melodias e ritmos.



Fig. 11. Recolha de testemunhos em vídeo na Escola de violas da Fajã de Baixo.

A Viola da Terra é, assim, uma referência fundamental da cultura açoriana, atuando como fator dinâmico na construção da identidade individual e coletiva. A sua sobrevivência ao longo dos tempos, mesmo enfrentando desafios como a emigração, a guerra colonial e o desaparecimento de muitos dos seus mestres,

demonstra a profunda ligação do povo açoriano com este instrumento único no património musical mundial.

Apesar da sua importância histórica e cultural, a preservação da Viola da Terra enfrenta desafios, como a garantia da transmissão dos saberes às novas gerações e o apoio aos construtores e músicos. No entanto, assiste-se a uma revitalização do instrumento, com o surgimento de novos intérpretes e intervenientes, novos repertórios e abordagens (Fig. 12), e o desenvolvimento de técnicas de ensino mais estruturadas. A divulgação da Viola da Terra através dos media e das plataformas digitais também contribui para a sua projeção no futuro, respeitando as suas raízes e a sua identidade.



Fig. 12. Grupo Engengroaldenga

A colaboração entre museus, universidades e investigadores, como se verifica no projeto em curso, é fundamental para a valorização do património cultural, a produção de conhecimento e a formação de novas gerações. O apoio contínuo do Governo Regional dos Açores à valorização da Viola da Terra, incluindo o estímulo à sua construção e ao registo das suas sonoridades, é crucial para garantir a sua continuidade como hino à história, às tradições e à identidade açoriana.

Conclusão

A Viola da Terra dos Açores constitui um património cultural imaterial de valor inestimável, cuja preservação e valorização são essenciais para a salvaguarda da identidade açoriana. O projeto “Violas da Terra dos Açores: Saberes e Práticas de Tocar” representa um esforço significativo para documentar, estudar e proteger este instrumento emblemático, visando a sua inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. As características organológicas e musicais distintas da Viola da Terra, juntamente com o seu profundo significado cultural e identitário, reforçam a sua importância como símbolo da tradição e da unidade do povo açoriano. Através da continuidade dos esforços de investigação, documentação, promoção e transmissão de saberes, a Viola da Terra continuará a ecoar como voz da identidade açoriana para as gerações futuras.

Notas bibliográficas e fontes:

- ALMEIDA, José Alfredo Ferreira. 2010. *A viola de arame nos Açores*. Ponta Delgada: Publiçor.
- ATAÍDE, Luís Bernardo Leite. 1947. *Viola de arame ou viola da terra*. Insulana. Ponta Delgada. Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de. 1973-1974. *Etnografia, arte e vida antiga dos Açores*. Coimbra. Biblioteca Geral da Universidade.
- FERREIRA, Manuel. 2010. *A viola de dois corações*. Ponta Delgada. Publiçor.
- FRUTUOSO, Gaspar. 2005. *Saudades da terra*. rev. do texto e reformulação de índices Jerónimo Cabral. Ponta Delgada. Instituto Cultural.

- HENRIQUE, Luís. 1994. *Instrumentos Musicais*. 2ª ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- NASCIMENTO, Wellington. 2013. *Viola da Terra: Património e identidade açoriana*. Dissertação de Mestrado/UAç.
- NEMÉSIO, Vitorino. 1932. *Açorianidade*. in *Insula*, Vol.1 n°7/8 p. 59. Ponta Delgada. Oficina de Artes.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga. 2000. *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian/Museu Nacional de Etnologia.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga. 1986. *Instrumentos musicais populares dos Açores*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

DOCUMENTAR A RECONVERSÃO DA ATIVIDADE BALEEIRA: AS REGATAS COM BOTES BALEEIROS NO CONCELHO DAS LAJES DO PICO.

SOPHIE COQUELIN

Associação Cultural Terra Baleeira / CM Lajes do Pico

candidatura.bote.pci@gmail.com

A baleação é comumente associada à atividade económica que se desenvolveu nos Açores, com a chegada de navios americanos, a partir da segunda metade do século XVIII. Mais tarde, surgem algumas iniciativas locais de baleação em alto mar, mas é a baleação costeira que se torna o modelo vigente na região, a partir de meados do século XIX. A sua implementação é em parte dinamizada por emigrantes que regressaram aos Açores, após vários anos passados em baleeiras americanas.

A baleação acaba nos Açores em 1984 com o fecho da última fábrica de transformação dos cetáceos. A baleação na ilha do Pico teve sempre relevância comparando com as outras ilhas, e em particular o concelho das Lajes do Pico. A título de exemplo, Henriques (2016) aponta 85 botes baleeiros nos Açores para o ano 1941, 38 dos quais na ilha do Pico. Destes, 28 estavam sediados no concelho das Lajes do Pico.

No concelho das Lajes do Pico, mais de uma dezena de armações repartiram-se entre quatro portos distintos. Destes quatro portos, três estiveram ativos até à década de 1980, nas freguesias de Lajes, Ribeiras e Calheta do Nesquim. O porto na freguesia de São João teve um histórico circunscrito ao século XIX (Dias de Melo, 1983). E na freguesia da Piedade, alguns pontos da costa foram usados como varadouro pelas armações do concelho (Machado, 2024).

Desde meados do século XX, o tema da baleação açoriana surge nos campos da literatura, do cinema, do fotojornalismo, para além de ser tema de trabalhos

académicos. Numerosos autores, tanto estrangeiros como portugueses, passaram pelo arquipélago para observar a realidade baleeira¹⁰⁵.

Neste texto, propomos encarar a baleação como um quadro simbólico que abrange tanto a atividade económica do passado, como a sua reconversão patrimonial e recreativa na atualidade. Propomos ampliar o quadro temporal para destacar uma certa continuidade no interesse que este tema provocou e ainda provoca, independentemente do fim da atividade económica. Com efeito, enquanto a atividade baleeira estava ainda a decorrer na região, nasceram preocupações para preservar a sua memória. No concelho das Lajes do Pico, materializou-se de duas formas: a primeira comissão organizadora do que viria a ser o Museu dos Baleeiros foi criada em 1971 e até à sua inauguração em 1988, muita tinta lhe foi dedicada na imprensa local. Por outro lado, filhos de baleeiros que não seguiram o mesmo trajeto dos pais, tios ou avós, começaram a participar em regatas com botes baleeiros a partir da década de 1960.

Falamos aqui em reconversão para evidenciar como a realidade baleeira foi transportada de um campo de atuação – captura de animal marinho e tratamento em terra para exportação – para outro campo, este patrimonial, desportivo, cultural e turístico¹⁰⁶. Os bens imóveis e móveis – casas de botes, vigias, fábricas, botes e lanchas – foram patrimonializados, através da compra, cedência e posterior recuperação, com ênfase na musealização. Neste quadro, a regata com botes baleeiros pode ser considerada como uma atividade cultural dinamizada pela comunidade local para a comunidade local, mas também como uma atividade patrimonial-desportiva, integrada em eventos festivos e turísticos. O potencial turístico do

¹⁰⁵ A bibliografia e filmografia sobre a baleação é bastante extensa. Podemos citar para estudos precursores Clarke (1954) e Figueiredo (1946), mais recentemente Barré (2003), Lopes (2008), Henriques (2016) e Garcia (2021). Do lado da imagem, Ruspoli (1958), Wensley-Walker (1968), Neufeld (1969) e Fowler (1970) filmaram a baleação nos Açores. Desde o fim da atividade económica, a Radio Televisão Portuguesa (RTP) apoiou vários documentários sobre o tema, introduzindo já a questão da reconversão (Serra e Melo (1988), Saint-Maurice (1996), Sousa (2018)). Do lado da literatura e fotografia, para além de Dias de Melo (1958, 1964, 1976), podemos citar Housby (1971), Wolf (1972) ou mais recentemente Ávila, Ávila & Bettencourt (2007).

¹⁰⁶ O tema da reconversão da atividade baleeira já tem alguma bibliografia publicada, no que toca a realização de regatas, o *whale watching* e a relação entre património baleeiro e turismo. Podemos citar os estudos seguintes: Correia (2020), Dentinho & Machado (2008), Neves-Graça (2006) e Silva (2014). No ramo da literatura, é preciso realçar o livro de Lee & Halabisky (1999) que documenta a construção do primeiro bote baleeiro pós 1984.

bote propriamente dito é encorajado pela legislação regional¹⁰⁷, mas até agora, foi pouco efetivado. Para além das regatas e da musealização da atividade baleeira, a observação de cetáceos foi a reconversão idealizada pelo poder político, logo após o fim da atividade económica. Hoje, é uma das bandeiras do turismo nos Açores. A baleação como quadro simbólico faz também referência a algo menos tangível, o imaginário coletivo¹⁰⁸ que é alimentado até hoje, através de eventos, exposições, edições, partilha de fotografias ou ainda histórias contadas na primeira pessoa.

Este artigo pretende divulgar parte do estudo que vai levar à apresentação de uma candidatura ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (PCI), que incide sobre os saberes associados ao bote baleeiro – manuseamento e construção – no concelho das Lajes do Pico. Para tal, foi preciso documentar o contexto no qual se usa o bote hoje, a regata. Esta documentação inclui fontes escritas, fontes orais e fontes visuais. Vamos agora partilhar algumas fotografias da baleação, em particular as regatas, e refletir sobre o impacto da imagem na construção do imaginário baleeiro.

As regatas com botes baleeiros durante a atividade económica

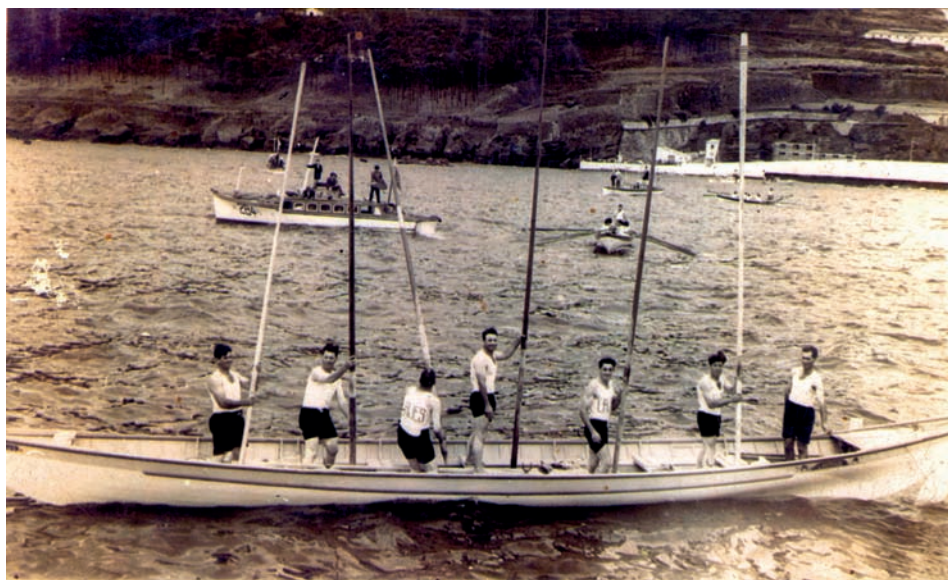
Para encontrar a primeira menção de regata com botes baleeiros, é preciso recuar a 1891 (Vieira, 2002). Sem fotografia para ilustrá-la, encontramos na imprensa local uma notícia sobre regatas com diferentes tipos de embarcações, inclusive os botes baleeiros, organizadas para a festa de despedida do cônsul americano Dabney¹⁰⁹ à cidade de Horta. Em 1901, uma regata com botes baleeiros é organizada durante a estadia do Rei D. Carlos no Faial. Para além da regata, um cortejo marítimo foi realizado aquando da sua chegada. Estes momentos foram ilustrados em gravuras e publicadas no livro de Osório Goulart (1902).

¹⁰⁷ Na introdução ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2014/A que vem alterar o Decreto n.º 13/98/A, lê-se o seguinte: "julga-se oportuno proceder a pequenas alterações no decreto legislativo regional, clarificando o enquadramento da vertente desportiva, permitindo expressamente que as embarcações cedidas pela Região possam ser utilizadas em atividades marítimo – turísticas (...)."

¹⁰⁸ Para mais informação sobre a noção de imaginário no património baleeiro açoriano, aconselha-se a leitura de *Daun e Lorena* (2024).

¹⁰⁹ Numa brochura editada pelo Clube Naval da Horta (1987), sugere-se que a introdução dos desportos náuticos na ilha do Faial tenha sido influenciada pelas tradições inglesas reproduzidas na costa leste dos Estados Unidos, região de origem da família Dabney.

Encontramos algumas notícias publicadas nos jornais locais¹¹⁰ de regatas com botes baleeiros durante a primeira metade do século XX, mas é a partir da década de 1960 que estas são ilustradas com fotografias. As regatas eram dinamizadas por baleeiros que representavam a sua armação ou freguesia em momentos solenes: visita de personalidades locais ou nacionais, ou festas de santos padroeiros. Todavia, eram pouco regulares. Existem também menções a regatas organizadas durante festas náuticas ou para angariar fundos para a Comissão Local de Socorros a Náufragos. A primeira regata fotografada ocorre na Terceira em 1962. É participada por botes de todas as ilhas do grupo central do arquipélago (Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa e Terceira)¹¹¹.



Regata durante as festas de Sanjoaninas, com destaque para o bote lajense
Liberdade, que ganhou a prova de remo. Angra do Heroísmo, 1962.

Credito: Museu do Pico - Inventário MSPI-03-BAL-463.

¹¹⁰ A pesquisa no Arquivo regional da Horta foi realizada em jornais locais, nomeadamente O Dever, Correio da Horta, A Actualidade, O Telégrafo, A Democracia e Diário Insular. Encontramos menções de regatas com botes baleeiros para os anos 1921, 1922, 1944, 1947, 1953, 1954, 1962, 1965, 1966, 1974, 1975, 1978, 1979, 1982 e quase todos os anos a partir daí.

¹¹¹ Para além de alguns testemunhos de tripulantes que participaram a esta regata, encontramos três registos fotográficos e duas notícias com os resultados, nos jornais O Telegrafo e Diário Insular.

Por outro lado, testemunhos de baleeiros fazem menção a corridas espontâneas entre botes que se dirigiam até um mesmo cachalote, ou na altura de sair do porto para chegar à lancha, ou ainda para testar a qualidade de alguma embarcação. Na obra de José Dias de Melo dedicada ao tema e reeditada em 2024, encontramos vários episódios deste género. No concelho das Lajes do Pico, é preciso ter em mente que as armações estavam localizadas em portos relativamente próximos uns dos outros. A rivalidade era elevada e manteve-se mesmo depois da parceria criada entre as armações na década de 1950¹¹².

A introdução de tripulantes não baleeiros: as regatas recreativas



Primeira companhia completamente amadora nas casas dos botes da Lagoa. Lajes do Pico, 1968. Crédito: Aurélio Machado.

¹¹² O Estado Português obrigou as armações do Sul do Pico a unirem-se numa parceria, através da promulgação de um novo Regulamento de Pesca dos Cetáceos (decreto nº 39657 de 19 de Maio de 1954). Ver Henriques (2016).

Encontramos registos de regatas com botes baleeiros na imprensa local ao longo da segunda metade do século XX, com maior frequência. Cruzando com fontes orais, as regatas parecem ter um carácter mais regular, a partir da década de 1970. Os registos fotográficos encontrados no concelho das Lajes iniciam na década de 1960 e ilustram a introdução de tripulantes não baleeiros nos botes.

Surgem regatas em eventos que destacam alguma data local importante, tal como o centenário da festa dedicada a Nossa Senhora de Lurdes nas Lajes do Pico (1983), o centenário da filarmónica calhetense (1988), os 500 anos do concelho das Lajes (Regata Terra Baleeira a partir de 2001). Fora do concelho, encontramos regatas com botes baleeiros na festa que irá tornar-se a Semana do Mar a partir de 1975, ou ainda, para os 450 anos do concelho de São Roque, em 1992. As regatas são realizadas durante festas de santos padroeiros, festas municipais ou festas de associações locais, tais como as filarmónicas.



Regata organizada para o centenário da Lira Fraternal Calhetense. Calheta do Nesquim, 1988. É de realçar o número reduzido de botes a competir naquela altura. Crédito: Família Manuel Herberto Ferreira.

A realização de regatas em momentos importantes para as comunidades mantém-se mesmo no período conturbado de declínio e fim da atividade económica, quando poderíamos imaginar que também iriam parar. Os impulsionadores destas regatas no concelho das Lajes do Pico têm um perfil bastante similar: são filhos de baleeiros nascidos nas décadas de 1940-50 que tiveram a possibilidade de ir estudar no liceu da Horta¹¹³ e que passaram a integrar a função pública. Nas Lajes, podemos citar António Manuel Garcia, Leonildo Machado e Aurélio Machado; na Calheta, Manuel Herberto Ferreira, Serafim Azevedo e Mário Ferreira. No caso das Ribeiras, Ildebrando Tavares aproxima-se mais deste perfil, sendo que teve alguns anos emigrado e acabou por escolher ingressar na vida do mar. Em todos os casos, estes senhores e não só, dinamizaram a vida associativa e política local e investiram muito do seu tempo para garantir botes em condição, palamenta e companhas para competir nas regatas entre portos.

De realçar que a dinâmica entre os três portos do concelho das Lajes é um pouco distinta. Se a primeira companha inteiramente amadora nas Lajes data de 1968, nas Ribeiras a realidade parece ter sido diferente, com a presença de muitos baleeiros até ao início da década de 1980. Na Calheta, parece ter havido uma situação intermédia, com baleeiros e não baleeiros juntos nas regatas.

A patrimonialização dos bens imóveis e móveis e a democratização das regatas

Entende-se a patrimonialização¹¹⁴ como processo administrativo que leva à alteração de estatuto de um determinado bem, seja imóvel, móvel ou imaterial, com uma finalidade clara: a sua salvaguarda. Este processo implica o seu estudo, a sua classificação e geralmente um trabalho de recuperação. A patrimonialização materializa-se muitas vezes em musealização, o que permite valorizar um conjunto de bens e criar uma narrativa contemporânea. Se o património é muitas vezes associado à questão da tradição, ou seja, a um passado longínquo, a verdade é que não é o único critério que leva à mudança de estatuto. Pode também ser o carácter raro ou excecional, como é o caso do património baleeiro nos Açores. A sua singularidade

¹¹³ Até a Revolução dos Cravos, não existia liceu na ilha do Pico.

¹¹⁴ A questão da patrimonialização é muito debatida em antropologia, ver Bortolotto (2011), Davallon (2006), Heinich (2009) e Isnart (2012).

provém do facto de a atividade de caça se ter mantido nos moldes oitocentistas no que toca a captura do cachalote, quando no resto do mundo, aquela atividade evoluiu para práticas de cariz mais industrial e intensivo, de tal forma que foi preciso proibir a dita atividade, para não arriscar a extinção da espécie. Esta singularidade é reforçada pelo caráter excecional deste modo de captura, uma vez que a luta entre o homem e o animal gigante inclui elevado nível de perigo. Para além disso, a introdução desta atividade no arquipélago teve grande repercussão social. Por um lado, impulsionou a emigração para novos destinos, nomeadamente o continente norte-americano e, por outro lado, trouxe dinheiro à população, numa economia que estava principalmente baseada no sistema de troca e na autossubsistência.

A baleação açoriana é também excecional pela sua elevada dimensão narrativa ou dramatúrgica, no sentido em que despoleta um imaginário que inspirou e inspira ainda hoje cientistas, escritores, realizadores... e a população local em geral. A questão do património implica um olhar do presente sobre uma realidade do passado. No caso da temática baleeira, este olhar surgiu ainda com a atividade em andamento, o que não é anódino. A nosso ver, existe duas formas de entender porque aconteceu. Por um lado, com a atividade em declínio, já havia bens móveis e imóveis sem grande utilidade, o que poderá ter motivado iniciativas de salvaguarda. Por outro lado, a presença repetida de estrangeiros que vieram documentar a realidade baleeira a partir da década de 1950 pode ter tido várias consequências. A alteridade, ou seja, o encontro com o outro aumenta a consciencialização das comunidades sobre as suas idiossincrasias. Assim, supomos que a elite picoense, tal como os próprios baleeiros e seus familiares, foram cedo sensibilizados à questão da salvaguarda deste legado¹¹⁵.

A patrimonialização vai de par com a ação do governo ou outras instituições públicas que têm a autoridade para definir o que se considera património. No caso da ilha do Pico, o Governo Regional, através da Secretaria da Cultura, adquiriu em 1981 as casas de botes da Pesqueira nas Lajes e lá fundou o Museu dos Baleeiros (1988). O passo seguinte foi dado pela Secretaria do Turismo que comprou ou ajudou a comprar, a partir de 1990, grande parte do espólio bale-

¹¹⁵ Vários estudos etnológicos evidenciam como a revitalização de práticas tradicionais em determinadas zonas do mundo esteve ligada à presença de "estranhos" que contactaram com esta realidade.

eiro picoense¹¹⁶. A existência de regatas foi considerada nesta ação governativa, na medida em que, para além do património imóvel (casas de botes e fábricas), o património móvel (botes e lanchas) foi também incluído e devolvido às comunidades. Com efeito, o Governo Regional comprou lanchas que mandou recuperar e comprou vários botes baleeiros, que cedeu através de protocolos a entidades locais, com a condição de serem usados durante regatas. Neste processo, parte do património na freguesia das Lajes foi adquirido pela Câmara Municipal das Lajes do Pico, nomeadamente uma casa dos botes e a fábrica SIBIL.

Em 1998, a Assembleia Regional legisla em prol da salvaguarda do património baleeiro, o que permite introduzir verbas para a recuperação e reconstrução dos botes baleeiros. O Decreto Legislativo Regional 13/98/A de 4 de agosto implicou ainda a criação de uma Comissão Consultiva do Património Baleeiro Regional que estrutura a dinâmica à volta das regatas.

Estas ações governativas tiveram um impacto grande na realização de regatas e na participação de novas *companhas*. Ao longo da década de 1990, o número de botes a participar em regatas aumentou, multiplicaram-se regatas e as tripulações



Primeira companhia feminina do Clube Desportivo Ribeirense. Santa Cruz das Ribeiras, final da década de 1990. Credito: Clube Desportivo Ribeirense.

¹¹⁶ Ficou de fora o património baleeiro da freguesia das Ribeiras, com exceção de uma lancha.

abriram-se a novos públicos. Pessoas não oriundas dos portos de baleação começaram a integrar as tripulações das regatas. Em 1997, introduziu-se uma prova de remo feminino, ou seja, as mulheres passaram a poder entrar e competir num bote baleeiro. Desta forma, podemos falar em real democratização do bote baleeiro.

Assim, de uma dinâmica bastante circunscrita aos portos do concelho das Lajes do Pico, as regatas foram conquistando terreno, primeiro no concelho de São Roque de Pico e no Faial e progressivamente em todo o arquipélago¹¹⁷.

Atualmente, existem nos Açores dois campeonatos de ilha, no Pico e no Faial, e regatas pontuais noutras ilhas¹¹⁸. Uma regata é geralmente composta por três provas: remo feminino, remo masculino e vela. No Pico, o campeonato chamado “Rota dos Baleeiros 2024” incluía 8 regatas e foram marcadas 3 regatas extracampeonato (em São Jorge e Faial), entre os meses de junho e setembro.

Um indicador do dinamismo desta reconversão patrimonial é-nos dado através do inventário realizado em 2012 pela Direção Regional da Cultura. Esse trabalho levou à classificação de 13 lanchas e 63 botes como “património baleeiro regional”. Destes 63 botes, 26 estão sediados na ilha do Pico, 20 só no concelho das Lajes do Pico¹¹⁹. Apesar da candidatura ao Inventário Nacional do PCI se limitar ao concelho das Lajes do Pico, a verdade é que são os botes e as tripulações deste concelho que mais dinamizaram as regatas, tanto no passado como na atualidade. Esta situação reflete a posição das Lajes no panorama baleeiro regional, no que toca a atividade económica bem como na construção de botes¹²⁰.

¹¹⁷ Independentemente da realização de regatas, os botes e as companhias viajam de uma ilha para outra. Assim em 2024, várias regatas organizadas no Pico tiveram a participação de tripulações provenientes de outras ilhas, nomeadamente Faial, São Jorge, Terceira, Flores e São Miguel.

¹¹⁸ Existe ainda a regata internacional entre companhias do Pico, do Faial e de New Bedford. No passado, O Governo Regional promovia uma regata regional.

¹¹⁹ No que toca o património móvel no concelho das Lajes do Pico, o inventário faz menção de 5 lanchas e 20 botes, 15 destes tendo sido usados em regatas em 2024. Os outros 5 botes têm funções expositivas. Além disso, 8 embarcações (6 botes e 2 lanchas) classificadas são provenientes do concelho, mas cedidas a entidades sediadas fora da ilha. Para além dos classificados, temos conhecimento de mais 2 botes não contemplados no inventário.

¹²⁰ Não é só através da frota que se entende a importância da ilha do Pico na atividade baleeira. No âmbito do projeto Baleiaçor do Museu do Pico, os arquivos das delegações marítimas locais foram digitalizadas. Nestes, encontramos um quadro que evidencia a produção de óleo de cachalote entre os anos 1957 e 1966, dividido por ilha. O Pico representa entre 35 e 45% da produção açoriana. No que toca a construção de botes, o concelho das Lajes também era um grande centro produtivo e hoje, é neste concelho que estão sediados os dois construtores de botes baleeiros em atividade.

Resumindo, o concelho das Lajes do Pico possui um extenso património baleeiro. Três casas de botes foram reabilitadas e são usadas como sedes de clube. A quarta casa de botes é a sede do Museu dos Baleeiros. A fábrica de transformação do cachalote, a SIBIL, foi reabilitada em Centro de Artes e Ciências do Mar. Existem ainda nalguns portos, rampas e caldeiros à vista, e em terra, vigias, algumas das quais são usadas hoje para o *whale watching*. A atividade económica baleeira é lembrada na toponímia e valorizada através de trilhos pedestres implementados ao longo da costa da ilha. Em 2024, 6 das 8 regatas do campeonato de ilha foram realizadas no concelho¹²¹. As entidades envolvidas na sua organização e os detentores de património são a Câmara Municipal das Lajes do Pico, os cinco clubes náuticos/navais repartidos entre cinco das seis freguesias do concelho, várias Juntas de Freguesia, uma filarmónica e um privado.

Por fim, o momento em que o património baleeiro é mais visível, é a festa do concelho: a Semana dos Baleeiros. Coincide com a festa dedicada a Nossa Senhora de Lourdes, padroeira dos baleeiros lajenses desde 1883. Para além das regatas e das procissões religiosas onde o bote está presente, existem várias alusões à baleação nesta festa de verão, quer na programação, como na decoração da vila.



Regata na Semana dos Baleeiros. Lajes do Pico, 2024. Nas Lajes, existem quatro provas, as três comuns à maioria das regatas e uma quarta ilustrada na fotografia, a perícia. Crédito: Câmara Municipal das Lajes do Pico.

¹²¹ As regatas no concelho das Lajes do Pico são a regata Terra Baleeira que liga os três portos de baleação Lajes, Santa Cruz e Calheta; a regata São João Baptista na freguesia de São João; a regata da Filarmónica na freguesia da Calheta de Nesquim; a regata da Manhêna na freguesia da Piedade; a regata João Baptista Medina na freguesia das Ribeiras e a regata da Semana dos Baleeiros nas Lajes do Pico.

A Baleação em imagem: a baleia, o bote, o baleeiro/oficial de regata

Com base neste enquadramento geral, vamos agora refletir sobre as fotografias encontradas para documentar a baleação.



Trancador em pé no bote, pronto para arpoar. Lajes do Pico, 1968.
Credito: Museu do Pico - Coleção William Neufeld, Inventário MSPI-01-WN-21.



Porto de Santa Cruz das Ribeiras, sem data (provavelmente década 1940 ou 1950).
Credito: Museu do Pico - Coleção Maria Antonieta Cabral, Inventário MSPI-08-MAC-1.

Estas duas fotografias ilustram bem as duas etapas da atividade económica, a captura e a transformação. Trata-se da foto de um trancador, em pé no bote, pronto para atingir o cachalote; e o cadáver de um cachalote numa rampa, pronto para ser esquartejado. São fotos que dão a perceber uma ação em curso. Fazem entender o que vai acontecer a seguir, embora não seja explícito¹²². Na pesquisa em arquivos, encontramos também fotografias que contam histórias alternativas, tal como lanças projetadas a partir da lancha e não a partir do bote¹²³. Encontramos também fotografias de crianças a ajudar na tarefa de esquartejar o cachalote, ou ainda pessoas a posar para o fotógrafo, à frente do cachalote morto. Em todos os casos, o homem e o animal aparecem juntos na fotografia, o que não acontece tanto nas fotografias que ilustram a reconversão da atividade baleeira. Nestas, existe uma separação, por um lado a baleia no mar, em contexto de observação de cetáceos; por outro lado, o bote no mar ou em terra; e finalmente, o baleeiro, em terra. Passamos a uma equação a três, em que o bote parece ter identidade própria.



Regata na Calheta de Nesquim, 2008. Fotografia da rampa, tirada antes da prova de vela.

Credito: Museu do Pico - Projeto Baleiaçor.

¹²² É óbvio que existem também fotografias de sangue no mar e de esquartejamento em terra, mas estas nos parecem menos visíveis.

¹²³ A caça ao cachalote inclui dois tipos de embarcações, bote e lancha, que tem funções distintas mas não exclusivas.

Para ilustrar as regatas, recorre-se frequentemente a fotografias de botes varados numa rampa e de largadas à vela. Corresponde aos dois momentos em que os botes estão concentrados num só lugar. Por outro lado, existem fotografias das tripulações à frente do seu bote, geralmente em terra. Estas fotos são uma constante desde a década de 1960, muitas vezes para evidenciar alguma vitória.

Desde a década de 2010, as regatas tornaram-se um objeto privilegiado para fotógrafos amadores e profissionais. Encontramos mais variedade, tal como fotografias que ilustram o esforço realizado durante a prova de remo ou ainda para figurar o efeito do vento na vela. O próprio enquadramento da fotografia conta, ou seja, aparecem nas fotografias elementos da paisagem circundante, tal como a Montanha do Pico, o Castelete, a montanha do Topo, a igreja da Calheta, ou ainda o público que assiste às provas.



Largada da regata Terra Baleeira. Lajes do Pico, 2014. É de realçar a montanha do Topo completamente descoberta, em segundo plano. Credito: Câmara Municipal Lajes do Pico.

Encontramos algumas fotografias de baleeiros nos botes desde a reconversão da atividade baleeira, mas são relativamente poucas. Desde 1984, várias homenagens foram feitas aos baleeiros e uma das formas de os dignificar passa pela

fotografia, em terra. A reputação do baleeiro foi variando ao longo do tempo. O baleeiro foi visto como um herói e como um assassino. Foi também descrito como uma espécie de anti-herói, que arriscava a sua vida para ganhar uma soldada muito pequena. Hoje, valoriza-se o lado positivo. Na Calheta, todos os baleeiros são retratados nas paredes da Casa de Botes. Em 2009, a Câmara Municipal realizou uma exposição fotográfica com os retratos de baleeiros do concelho e funcionários da fábrica. Em 2017, foi o Museu dos Baleeiros que expôs retratos em grande formato de baleeiros. A visita do Presidente da República Marcelo de Sousa a este museu foi imortalizada com uma sessão fotográfica junto a alguns baleeiros. O resultado é eloquente: o baleeiro Almerindo Lemos parece mais imponente do que o próprio Presidente¹²⁴.



Visita do Presidente da República à exposição temporária do Museu do Pico, com presença de baleeiros. Lajes do Pico, 2017. Crédito: Museu do Pico.

¹²⁴ Não foi o único registo, encontramos fotografias similares com outros baleeiros.

Escolhemos Almerindo Lemos porque é um baleeiro que aceita há muito tempo esta visibilidade. Apareceu na revista *National Geographic* de 1976 numa reportagem sobre a baleação nos Açores e criou um museu na sua casa, que acaba por ser um bom retrato do homem picoense: baleeiro/pescador, músico, emigrante, pai, católico e amante de futebol.

A nosso ver, a figura do baleeiro aproxima-se de uma personagem, no limiar entre ficção e realidade. Vai a par com a dimensão narrativa e emocional da baleação, tão bem valorizada por Dias de Melo e presente ainda hoje durante as regatas. Com forte contraste com a vida quotidiana, a atividade baleeira produziu histórias contadas pelos próprios baleeiros ou pelos vigias em terra: um cachalote mais temperamental, um acidente, uma corrida entre dois botes... No tempo da atividade económica como hoje nas regatas, a rivalidade entre os portos para chegar a meta final (ou ao cachalote) é grande. Era e é comum ver o público torcer por um ou outro bote. Aqui estamos a falar da paixão que anima as pessoas, tal como durante um jogo de futebol. As regatas encantam quem vivenciou de perto a atividade económica, mas não só. Multiplicam-se as histórias de velejadores que ficam apaixonados quando veem um bote baleeiro no mar. Localmente, várias pessoas entrevistadas assumem que não tinham interesse nenhum nos botes até embarcarem num, ficando logo maravilhadas.



Ritual baleeiro durante a procissão dominical da festa dedicada a Nossa Senhora de Lurdes, integrada na Semana dos Baleeiros. Lajes do Pico, 2023. Crédito: Fernando Pavão.

Hoje, existe um momento por excelência onde o baleeiro e o oficial de regata se encontram: as festas de Nossa Senhora de Lourdes. Na procissão no mar, é usual ver num mesmo bote o oficial de regata e um ou vários baleeiros. Na procissão dominical, os botes estão em terra. O Sermão da Pesca tem lugar a meio caminho da procissão, à frente ao atual Museu dos Baleeiros. A seguir ao sermão propriamente dito, a imagem de Nossa Senhora de Lourdes é colocada por cima dos botes alinhados em terra. Os baleeiros, à vez, sobem num bote, passam uma linha à volta da santa e beijam-na. E continua a procissão. A realidade é que, hoje, são poucos os baleeiros a participar naquele ritual. Na foto apresentada, vê-se um, junto com o filho. E mais para trás, vê-se três oficiais de regata. Estes podem participar naquele ritual, o que nos faz pensar que são as novas personagens do património baleeiro. Ou seja, a baleação como quadro simbólico tem futuro, mais ainda se o oficial de regata aceitar o lugar de visibilidade que tinha o baleeiro.

Documentar as regatas e o manuseamento do bote

Em contraste com estas fotografias emblemáticas, a realização da candidatura ao Inventário Nacional do PCI obrigou-nos a produzir fotografias, para ilustrar as regatas assim como o manuseamento do bote. Documentar uma regata não se limita a fotografar as provas. É preciso entender as diferentes ações que são realizadas antes e depois, quais são os atores presentes¹²⁵. Aqui fazemos referência à preparação do bote antes de começar a época, aos treinos realizados antes e durante a época, aos convívios em terra, ao transporte do bote pela lancha até ao lugar da regata, à colocação das boias para a realização das provas, à reunião dos oficiais, etc...



Regata em São João, 2024. A fotografia ilustra a altura da largada da prova de remo, a partir de uma lancha onde se encontrava o júri. Nota-se que o júri está alinhado com as boias da partida, para garantir uma largada “limpa”. Crédito: Sophie Coquelin.

¹²⁵ No que toca os atores presentes, para além dos tripulantes, estão os organizadores das regatas (membros do clube, de junta, pescadores locais), o júri e a comissão de regata e o público que é composto por pessoas locais, turistas e pessoas oriundo de outras freguesias que segue o "seu" bote ou assiste a festa no qual a regata está inserida.

No que toca à documentação sobre como manusear o bote, existe todo um conjunto de tarefas a realizar em terra ou no mar antes, durante e depois da prova: verificar o material, garantir que as velas estejam bem enroladas, a jaja no seu orifício...



Regata na Manhenha, 2024. A fotografia ilustra um bote a ser varado, na rampa do porto, após o fim da prova de remo feminino. Credito: Câmara Municipal Lajes do Pico.

O recurso à fotografia não se limita à documentação. Para quem sabe do assunto, retiram-se muitas informações ao analisar as fotografias de regatas. A título de exemplo, as fotografias permitem ver se a vela está bem esticada, se o oficial trata do leme e da escota ao mesmo tempo. Para o remo, o impacto do remo na água permite entender como se está a remar, em termo de eficácia. Pode-se ver ainda a postura dos remadores em relação aos seus remos. As fotografias dão muitas informações para quem as sabe ler¹²⁶.

¹²⁶ Lembramos que a comunicação oral desta apresentação incluía dois oradores. O segundo autor, Filipe Fernandes é oficial de remo e de vela em bote baleeiro há mais de dez anos. A sua presença no colóquio foi importante para partilhar este tipo de análise.

Refletindo sobre a evolução das técnicas de manuseamento, procura-se comparar fotografias da altura da atividade económica e fotografias da atividade recreativa, mas também confrontar as fontes visuais com fontes escritas. Ainda assim, esta tarefa tem efeito limitado, uma vez que os testemunhos dos baleeiros¹²⁷ focam quase exclusivamente o arpoamento e as ações imediatamente anteriores e posteriores.

Considerações Finais

Quarenta anos depois do fim da atividade baleeira no Pico, a baleação continua viva. As baleias são hoje observadas e fotografadas por turistas. Os botes baleeiros saem para o mar para participar nas regatas. O legado baleeiro está vivo, através do património imóvel e móvel que se encontra ao longo da costa, mas também através das edições, livros e filmes que continuam de ser publicadas sobre o tema. E neste contexto, o recurso à fotografia é uma constante, seja para documentar a atividade económica baleeira, seja a sua reconversão contemporânea.

Os botes baleeiros, as regatas, os baleeiros, as baleias, os tripulantes, a ilha... Ao percorrer numerosos registos fotográficos, entende-se que para além da sua dimensão narrativa, a baleação nos Açores tem um poder imagético enorme.

Notas bibliográficas e fontes:

- Barré, M. 2003. *Les dernières chasses au cachalot*. Açores. Chartres: Editions du Gerfaut.
- Clarke, R. 2001. *Baleação em botes de boca aberta nos mares dos Açores: história e métodos atuais de uma indústria-reliquia*. Ponta Delgada: Nova Gráfica (primeira edição, 1954).
- Clube Naval da Horta. 1987. *A Horta das regatas e dos desportos náuticos. 40º aniversário do CNH. 1947-1987*. Horta.

¹²⁷ Houve várias campanhas de registos feitos para gravar o testemunho de baleeiros no arquipélago. Podemos citar os volumes de *Na Memória das Gentes* de José Dias de Melo, publicados entre 1985 e 1991. Mais recentemente, Luís Bicudo e Francisco Henriques criaram o *Arquivo de Memórias da Baleação*, com entrevistas realizadas a dezenas de baleeiros e outros intervenientes da reconversão. Ver Henriques (2019).

- Correia, A. 2020. *Na proa, a baleia*. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas.
- Daun e Lorena, C. 2024. Os imaginários do património: Uma incursão pela escrita baleeira nos Açores. In C.F. Clamote Carreto, L. Martins & A. Salgueiro. *Imaginários do mar. Uma antologia crítica. vol.4*. Lisboa: IELT, 61-84.
- Dentinho, T. P. & Machado, L. 2008. Sustentabilidade rural e desportos tradicionais. O caso das regatas de botes baleeiros dos Açores. In *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*. Faro: Universidade do Algarve.
- Dias de Melo, J. 1983. *Vida vivida em terras de Baleeiros*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Dias de Melo, J. 1985-1991. *Na Memória das Gentes*. Lisboa: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 6 vol.
- Dias de Melo, J. 2024. *O Ciclo da baleia. Mar rubro. Pedras Negras. Mar pela proa*. Lisboa: Imprensa Nacional (edição dos três livros, em separado: 1958, 1964 e 1976).
- Figueiredo, J. M. 1996. *Introdução ao estudo sobre a indústria baleeira insular*. Lajes do Pico: Museu do Pico (primeira edição, 1946).
- Garcia, J. C. 2021. *A indústria baleeira dos Açores*. Horta: Letras Lavradas.
- Goulart, O. 1902. *Álbum da Visita Régia à Ilha do Faial. Memória Narrativa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Henriques, F. 2016. *A Baleação e o Estado Novo. Industrialização e organização corporativa*. Angra do Heroísmo: SR da Educação e Cultura/ DRC Açores.
- Henriques, F. 2019. As memórias da baleação: história oral e práticas do património nos Açores, in F. Comerlato e D. Quiroz (org.). *Baleias e baleeiros: património cultural e conservação ambiental*. Pelotas: Basibooks, 27-36.
- Lee, L. & Halabisky, B. 1999. *Twice' round the Loggerhead: the Culture of Whaling in the Azores*. Mystic: Mystic Seaport Museum.
- Lopes, J.C. 2008. *Baleeiros do Faial*. Torres Novas: Gráfica Almondina.
- Machado, L. 2024. *A Piedade e a baleação*. Lajes do Pico: Comunicar Atitude.
- Neves-Graça, K. 2006. Politics of Environmentalism and Ecological Knowledge at the Intersection of Local and Global Processes. *Journal of Ecological Anthropology* 10/1, 19-32.
- Silva, L. 2014. *Património, ruralidade e turismo. Etnografias de Portugal continental e Açores*. Lisboa: ICS.
- Vieira, J.G. 2002. *O Homem e o Mar. Embarcações dos Açores*. Lisboa: Intermezzo – Audiovisuais.

O CONVENTO DE S. DIOGO DA VILA DO TOPO: O RESGATE DA SUA MEMÓRIA

DINIS MANUEL BRANCO SILVEIRA

Pároco de Topo e Santo Antão na ilha de São Jorge e o Ouvidor Eclesiástico
da mesma ilha. Capelão Magistral da Soberana Ordem de Malta
dinissilveira@gmail.com

O que temer? Nada.
A quem temer? Ninguém.
Por quê? Porque aqueles que se unem a Deus obtêm três grandes
privilégios: onipotência sem poder; embriaguez, sem vinho; e vida
sem morte.

São Francisco de Assis

Introdução

As ilhas, desde o início do seu povoamento contaram com a assistência espiritual dos franciscanos que moldou a espiritualidade e a forma de ser e estar na vida das gentes açorianas, pelo que julgo necessário evidenciar o seu contributo para o que hoje somos e temos.

É enorme o acervo patrimonial que os frades franciscanos e as Ordens Terceiras legaram às freguesias, vilas e cidades das nossas ilhas.

O objectivo deste trabalho é o de recordar, dando voz a um património que corre o risco de se perder, a importância do convento de S. Diogo do Topo para a história da presença franciscana em S. Jorge.

Deste convento pouco resta a não ser a sua igreja e algum do seu recheio, mas a geografia humana e urbana onde se inseriu, mantém um cunho marcadamente franciscano.

Espero que a recolha de dados que aqui se apresenta, pese embora a exígua quantidade de fontes, mercê da incúria dos homens, ajude a manter a memória franciscana na Vila do Topo.

A presença franciscana na Vila do Topo

A Vila do Topo, nos seus mais de 500 anos de existência, foi, à semelhança de outras proeminentes povoações açorianas, terreno fecundo para a fundação de conventos franciscanos e respectiva Ordem Terceira.

O Topo foi o lugar por onde entraram os primeiros portugueses quando em S. Jorge tomaram a terra por sua. Contornando as discussões sobre as várias teses da fundação da povoação inicial, para o nosso estudo importa ter como certa a data de criação da Vila do Topo, 10 de Setembro de 1510, sendo já esta paróquia.¹²⁸

A fundação de um convento franciscano na Vila do Topo não foi imediata. Embora os povoadores fossem acompanhados pelos frades menores, tal não significou fundação de conventos nos anos sucessivos à descoberta das ilhas¹²⁹, mas desde logo a sua acção foi decisiva na evangelização das gentes. Coube aos franciscanos, e São Jorge não foi excepção, o acompanhamento «espiritual aos primeiros habitantes, na assistência aos mais carenciados, e ainda mais tarde na criação de um sistema de ensino, que durante alguns séculos seria a única possibilidade de instrução para a maioria das populações, sendo que a sua espiritualidade viria a ser responsável pela criação das Ordens Terceiras, tão importantes para o apoio aos mais desfavorecidos».¹³⁰ A primeira fundação em São Jorge realizou-se na Vila das velas:

[...] a 24 d'abril de 1608 entraram os frades franciscanos na villa e estabeleceram o convento da sua Ordem no local da ermida da Senhora da Conceição.

Ali estiveram até 21 de dezembro de 1641, dia de S. Thomé, em que ao meio dia se levantaram três mares tão fortes que derribaram o convento, ficando só a ermida.

Os frades fugiram e recolhendo-se à casa da misericórdia mudaram o convento, e escolhendo um dos melhores logares da villa, construíram o convento de S. Francisco.¹³¹

¹²⁸ Cf. JOSÉ C. S. AVELAR, *Ilha de São Jorge*, Horta 1902, 340.

¹²⁹ Cf. MANUEL B. LIMA, *A introdução do Culto do Espírito Santo nos Açores*, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, XLIII, Angra do Heroísmo 1985, 129.

¹³⁰ DUARTE N. S. V. CHAVES, *Os Terceiros e os seus "santos de vestir" Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande, S. Miguel Açores*, Ponta Delgada 2012, 28.

¹³¹ JOSÉ C. S. AVELAR, *Ilha de São Jorge*, Horta 1902, 259.

O Padre Manuel Azevedo da Cunha refere que os franciscanos das Velas, no início do séc. XVII, visitavam com frequência a ponta do Topo, o que levou à fundação de um convento na Vila do Topo no ano de 1661: «O Padre Diogo de Matos da Silveira, descendente dos primeiros povoadores da jurisdição e grande proprietário, dotara, em 1661, os seus bens para a fundação de um convento dedicado a São Diogo».¹³² Portanto, a fundação de um convento franciscano na Vila do Topo faz-se a partir da fundação das Velas e na segunda metade do séc. XVII, o que indicia uma implementação progressiva da vida religiosa franciscana na ilha à semelhança do que se verificava no todo do arquipélago, à excepção da ilha do Corvo.

A vida social e religiosa da Vila do Topo não pode ser contada sem uma referência clara à presença dos frades de São Francisco, pelo que importa restaurar a memória daqueles, que seguindo os ensinamentos do seu seráfico pai, contribuíram para o anúncio do Evangelho, para a promoção da cultura e para a defesa da dignidade humana.

O Convento de S. Francisco

A humildade é a chave que abre todas as portas.

São Francisco de Assis

O marco mais eloquente da presença dos filhos de S. Francisco na Vila do Topo é o seu convento. O complexo arquitectónico inicial foi construído em 1661 a expensas do «Padre Diogo de Mattos da Silveira, beneficiário da matriz da mesma villa, descendente do povoador Guilherme da Silveira»¹³³, tendo o actual edifício a data de 1761. Isto deve-se ao facto de ter sofrido alterações e melhoramentos depois do sismo de 9 de Julho 1757. Devido ao nome do seu instituidor,

¹³² PADRE MANUEL AZEVEDO E CUNHA, *Papeis Velhos, Factos e Nomes*, O insulano n.º. 359, Topo 1903.

¹³³ JOSÉ C. S. AVELAR, *Ilha de São Jorge*, Horta 1902, 341.

o mesmo convento foi dedicado a S. Diogo de Alcalá¹³⁴. Frei Agostinho do Monte Alverne, na sua renomada obra, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, faz referência a este facto nos seguintes termos:

O padre Diogo Matos da Silveira, beneficiado na Matriz desta vila, como especial devoto da Ordem, hospedava os frades em casa, assim os que vinham em peditório do convento das Velas, como os que acaso ali arribavam, e edificado do bom exemplo que lhes deixavam em casa, pôs em seu coração que na mesma casa em que se hospedava os frades lhes queria fundar um convento. [...] Aceita a fundação em uma junta celebrada em Angra, em 22 de Março de 1650, sendo provincial o Fr. Simão de Santa Catarina, foram eleitos por fundadores do novo convento o padre pregador Fr. Francisco da Circuncisão, natural da ilha do Pico, e padre Fr. Jerónimo da Ressurreição, confessor, natural da vila da Horta (sic), do Faial. Foram, fundaram, fizeram orago do novo convento a São Diogo, por ter o nome do santo o seu padroeiro. No capítulo celebrado em Angra, em 21 de Julho de 1674, foi este convento criado em vigaria *in capite*, e seu primeiro vigário o seu fundador, o padre pregador Fr. Francisco da Circuncisão.¹³⁵

Os frades franciscanos dos Açores constituíram-se em Província em 1641 deixando de ser uma Custódia dependente da Província dos Algarves. O convento do Topo, como já se disse, foi aprovado em Angra numa junta celebrada a 22 de Março de 1650¹³⁶, tendo a vigaria do convento sido eleita no 10º capítulo provincial celebrado em Angra a 21 de Julho de 1674, sendo ministro provincial o padre Fr. Fernando da Conceição.¹³⁷

A vida religiosa neste convento manteve-se ininterrupta até 1836, quando as leis liberais de 1834 ordenaram a expulsão das ordens religiosas. Trata-se de um

¹³⁴ S. Diogo, religioso da Ordem de S. Francisco, nasceu, em Alcalá do Porto, Sevilha, Espanha, por volta do ano 1400, morreu a 12 de novembro de 1463. Foi canonizado pelo papa Xisto V em 1588. Tornou-se um dos santos de maior devoção da cristandade, que perpetua a sua memória pelo seu nome dado a rios, baías e a várias cidades, além de ser padroeiro de muitas outras também. O exemplo mais famoso é a rica cidade de San Diego, no estado da Califórnia, América do Norte. A festa de São Diogo de Alcalá é celebrada no dia 13 de Novembro.

¹³⁵ FR. AGOSTINHO DE MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* III, Ponta Delgada 1988, 233.

¹³⁶ Cf. AGOSTINHO DE MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* I, Ponta Delgada 1986, 50.

¹³⁷ Cf. AGOSTINHO DE MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* I, Ponta Delgada 1986, 63.

marco nefasto que teve consequências imediatas no arquipélago e o Topo não foi excepção. Perdeu toda a dinâmica cultural que irradiava daquele polo de saber, para além das mudanças a nível da vida espiritual. Quando o convento foi encerrado em 1836, ali residiam 12 frades, 6 sacerdotes e 6 irmãos. Os frades sacerdotes eram os seguintes: Pe. Fr. João José de Nazaré, Pe. Fr. Martinho, Pe. Fr. Pedro de Alcântara, Pe., Fr. Jacinto José da Ave Maria, Pe. Fr. Domingos Gonçalves das Dores e o Pe. Fr. João Clímaco. Os irmãos eram os seguintes: Fr. José do Rosário, Fr. António do Bom Jesus Neves, Corista Manuel Bernardo de Sousa Enes, que viria a ser Bispo de Macau, Bragança e de Portalegre onde viria a falecer em 1887, Corista Joaquim Vieira de Sousa Enes, Fr. Francisco e um irmão natural de Rosais.¹³⁸

O edifício

O convento franciscano da Vila do Topo é um exemplar barroco do séc. VIII, mas que obedece à austeridade própria da ordem de S. Francisco. Pouco se sabe do edifício primitivo, que à semelhança da antiga Matriz foi destruído ou pelo menos muito arruinado pelo “Mandado de Deus” de 1757. O facto é que no início da década de sessenta do séc. XVII a Vila do Topo já tinha reerguido a igreja matriz e pelo menos a igreja do convento de S. Francisco. O que atesta o génio e a vontade das gentes do lugar.

O complexo arquitectónico incluía a igreja, um claustro contíguo a esta, onde estavam instalados o refeitório e cozinha, dormitório, sala capitular, salas de estudo e biblioteca, bem como a chamada cerca do convento de onde os frades tiravam o seu sustento.

À excepção da igreja, tudo o mais desapareceu. Com a saída dos frades, o edifício passou para o chamado “património da mão morta”, podendo assim ter vários destinos como o ser nacionalizado e posteriormente vendido ou integrar os serviços da administração pública. Neste caso, a igreja ficou a cargo da Ordem Terceira da Penitência e restante complexo foi transformado num asilo para a infância desvalida que funcionou até meados do séc. XX, tendo sido posterior-

¹³⁸ Cf. PADRE MANUEL DE AZEVEDO DA CUNHA, *Notas Históricas I Estudo sobre o Concelho da Calheta, Recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos*, Ponta Delgada 1981, 323-326.

mente instalada a Casa do Povo. Presentemente é a sede dos serviços administrativos da Escola Básica e Integrada da Vila do Topo.

Na actualidade não existem documentos¹³⁹ que nos permitam descrever a arquitectura do conjunto edificado. À excepção da igreja que ainda subsiste e de algumas evidências que nos permitem vislumbrar os sítios de algumas zonas do convento, como o claustro ou a cozinha, tudo o resto foi infelizmente destruído ou modificado.¹⁴⁰

Contiguo à igreja resta, hoje, um edifício descaracterizado, em forma de L, onde é possível ver as ligações do claustro à igreja e da zona dos dormitórios ao coro alto da mesma igreja, tapadas por paredes de betão que contrastam com a textura das cantarias. Aquilo que fora o antigo claustro é hoje um campo de jogos, os antigos dormitórios são hoje um salão e a portaria e sala do capítulo compõem a secretaria. O que foram a cozinha e refeitório é na actualidade o jardim-de-infância. Uma terceira ala, com a biblioteca e salas afins, que com a igreja completaria o claustro, desapareceu por completo. No momento presente, com algumas alterações, resta do antigo convento de S. Diogo do Topo a harmoniosa igreja dedicada a S. Diogo.

A Igreja apresenta uma traça austera por duas razões: por um lado pelo espírito pobre e severo do franciscanismo e por outro a circunstância temporal que adveio do sismo de 1757, que além de dizimar muitas vidas provocou ruína e tempos de penúria. Templo de uma só nave, apresenta-se solene e ao mesmo tempo austero. Tem uma capela-mor funda com supedâneo elevado a uma altura de três degraus. À entrada do arco da capela-mor estão dois altares laterais separados do corpo da igreja por uma grade à altura de um degrau. O corpo da igreja não é muito grande. A parede da igreja do lado do evangelho tem uma porta lateral que dá para o adro e a parede do lado da epístola tem uma porta que dá para um corredor contiguo a todo o corpo da igreja, além de três portas de antigos confes-

¹³⁹ O Livro do Tombo deste Convento pouco ajuda a história do mesmo, visto que é mais um livro de contabilidade do que outra coisa. Cf *Livro do tomo do Convento de São Diogo (1661-1834)*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO.

¹⁴⁰ «Reedificado após o sismo de 1757, seria completamente desvirtuado da sua antiga arquitectura inicial, com a grotesca reconstrução feita em consequência do terramoto de 1980. Apenas a capela a ele anexa e erguida posteriormente, manteria a sua traça original», PADRE MANUEL DE AZEVEDO DA CUNHA, *O Concelho do Topo da ilha de São Jorge, "Factos e nomes" para a sua história (1558-1653)*, ed. ARTUR TEODORO DE MATOS E BELARMINO RAMOS, Calheta 2021, 15.

sionários. O coro-alto é sustentado por duas colunas de pedra o que lhe empresta um aspecto de todo peculiar.

Relativamente à igreja importa referir que esta também sofreu muito com o passar do tempo e com a desafortunada incúria dos homens. O momento mais crítico foi sem dúvida o sismo de 1980. A ruína a que foi votada ditou a degradação própria desta circunstância e a criminosa delapidação do seu património. Quando já nos anos 90 é restaurada fica sem os seus retábulos e peças de maior valor. Os retábulos eram do final do século XVIII, fingidos a mármore e entalhados a folha de ouro. Infelizmente foram desmontados e hoje pouco resta além de um amontoado de tábuas perdidas numa dependência da igreja.

O cadeiral que estava no coro-alto da igreja foi totalmente desmantelado, restando apenas algumas peças, nomeadamente pés e braços em forma animal. De salientar o atril onde os frades colocavam os antifonários para o canto do ofício divino, que felizmente se salvou e se encontra na igreja matriz da mesma Vila. É uma peça muito elegante, simples, sem embutidos e em relativo bom estado de conservação.

Anexa à igreja, do lado do Evangelho, está a capela dos Terceiros. Trata-se de uma capela funda com ligação directa à capela-mor onde foi erigida a Ordem Terceira da Penitência em 1674.¹⁴¹ Hoje é uma sala de catequese e foi completamente esventrada, tendo-se perdido o retábulo que guardava as imagens do Senhor dos Passos, de Nossa Senhora da Soledade e do Senhor Morto.

Do lado da epístola e contígua à igreja está a sacristia. Nada resta de móveis e paramentos. Digno de registo é um pequeno fontenário em pedra talhada. A sacristia tem ligação para o exterior da igreja através de um corredor que se estende ao longo de todo o complexo da igreja e que separava a igreja e o claustro. Neste corredor funcionavam três confessionários, de modo que os frades podiam ouvir confissões sem terem que entrar na igreja.

A fachada do templo é simples com um pórtico triangular encimada com uma cruz em cantaria e com uma janela que ilumina o coro-alto. A torre sineira é proporcional à fachada e é completada por uma cúpula redonda o que lhe confere uma especial singularidade. Actualmente não tem sinos.

¹⁴¹ Tendo em conta a legislação em vigor no séc. XVII, as Ordem Terceiras e Confrarias eram fundadas por decreto da competente autoridade eclesiástica e instituídas no lugar sacro, ou seja, numa igreja, capela ou altar.

Todo o conjunto da igreja é pertença da paróquia de Nossa Senhora do Rosário e nele realiza-se a catequese paroquial, bem como os velórios e respectivos funerais. Esta actividade pastoral dá vida ao lugar e permite o uso de tão significativo espaço.

O Conjunto imagístico

A igreja do convento de S. Diogo é detentora de um conjunto de imagens muito interessante e diversificado. A maioria destas imagens sagradas está relacionada com a espiritualidade da Quaresma e Semana Santa, ou seja, penitência e a Paixão e Morte de Jesus Cristo.

Embora dedicado a S. Diogo, no centro do altar da capela-mor estava a belíssima imagem de Nossa Senhora do Amparo ladeada pelas imagens de S. Francisco e de S. Diogo. Trata-se de um conjunto de imagens do séc. XVII. Nas capelas laterais estavam um Cristo crucificado e S. Brás, ambas do séc. XVII e outras imagens que hoje se desconhecem, à excepção de uma imagem de S. António da mesma época e que hoje se encontra na igreja matriz da mesma Vila no altar do Sagrado Coração de Jesus. Quanto ao culto a S. Brás importa referir que este teve bastante relevância entre as gentes do Topo até meados do séc. XX. O último livro de contas da Ordem Terceira, que regista entradas até 1970, aponta um extraordinário número de oferta de galos a S. Brás.¹⁴²

Significativo é também o núcleo de imagens da antiga capela dos Terceiros. Pela descrição feita pelos locais, no fundo da mesma capela estava um retábulo simples que não era pintado e que tinha portas envidraçadas que guardavam as várias imagens.

Em primeiro lugar as imagens de vestir. Este tipo de imagens é extremamente comum no contexto franciscano. Existe uma proliferação destas imagens provavelmente porque criava nas pessoas uma relação mais pessoal pelo facto de

¹⁴² Cf. *Contabilidade da Ordem Terc. S. Franc.*, ARQUIVO PAROQUIAL DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 1966.

terem de ser vestidas.¹⁴³ Neste grupo estão as imagens da procissão da penitência das quais resta apenas uma que não foi possível identificar, e a da procissão de Nosso Senhor dos Passos. A imagem do Senhor dos Passos é de corpo inteiro e de vestir¹⁴⁴ e a de Nossa Senhora da Soledade é de roca¹⁴⁵ e ao gosto do séc. XVII. Ambas as imagens conservam a pintura original, não lhes tendo sido acrescentados olhos de vidro, algo comum na época para conferir maior realismo.

Na mesma capela estava também um *Ecce Homo*, conhecido como Senhor Bom Jesus dos Terceiros. É uma imagem do séc. XVII e fazia parte do conjunto da procissão da penitência juntamente com outras imagens de santos penitentes franciscanos. Esta escultura, hoje, preside ao altar-mor da igreja do mesmo convento. Trata-se de um *Ecce Homo* de corpo inteiro e de tamanho natural. A título de curiosidade, esta imagem tem muitas semelhanças com o mesmo Senhor do convento da Esperança em Ponta Delgada, como seja a fisionomia do rosto, a forma do cabelo, a barba dividida a meio e apenas uma orelha à mostra. Infelizmente foi repintada, perdendo os tons originais que ainda se pode ver nalguns locais da imagem.

¹⁴³ «A imagem de vestir é muitas vezes considerada como uma arte menor, econômica e somente fruto de manifestações populares e processionais, sendo-lhe, inclusive, muitas vezes negada a sua condição de arte escultórica. A imagem de vestir possui uma múltipla materialidade escultórica e também uma múltipla funcionalidade, que lhe confere uma estética própria e uma força devocional que nos leva a tratá-la como importante documento histórico e social de nossa cultura», MARIA R. E. QUITES, *Imagens de Vestir: revisão de conceitos através de estudo comparativo entre as Ordens Terceiras Franciscanas no Brasil*, 2006, 35.

¹⁴⁴ «Neste contexto englobam-se as imagens que se apresentam com uma representação esculpida, sendo que a sua composição representativa se completa com os têxteis empregues. São imagens entalhadas de forma completa e policromadas, no geral a cabeça, mãos, pés, e às vezes braços e pernas, recebem tratamento da talha e encarnação, dado que são as partes que ficam visíveis», DUARTE N. S. V. CHAVES, *Os Terceiros e os seus “santos de vestir” Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande*, S. Miguel Açores, Ponta Delgada 2012, 159.

¹⁴⁵ «O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, agrega ao termo “roca” a definição de imagem de roca e/ou santo de roca, sendo classificado como estrutura de madeira em forma esquematizada de corpo humano que serve de base ao busto da imagem. Este tipo de representação escultória no seu todo apresenta de uma figuração humana, possuindo ou não articulações, podendo ou não estar agregado ao tronco a representação da cabeça, braço, antebraço, mãos e em alguns casos as figurações das canelas e dos pés», DUARTE N. S. V. CHAVES, *Os Terceiros e os seus “santos de vestir” Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande*, S. Miguel Açores, Ponta Delgada 2012, 160-161.

A juntar a este conjunto está a imagem do Senhor Morto, que segundo os locais, estava numa espécie de túmulo na base do retábulo. Esta imagem e o Cristo crucificado, que anteriormente estava numa das capelas laterais, parecem ser do mesmo escultor, não só porque apresentam o mesmo traço escultórico, mas também a mesma coloração, mantendo a pintura original. Em ambas, as gotas de sangue são feitas a partir de uma resina vermelha utilizando a mesma técnica.

A estas imagens soma-se um Cristo amarrado à coluna do final do séc. XX, que é a única imagem deste conjunto que destoa. Provavelmente deve ter sido adquirida pela Ordem Terceira, e não pelos frades, para completar alguma das procissões por esta promovida.

A Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco

A Ordem Terceira da Penitência conhecida como Ordem dos Irmãos da Penitência, teve a sua origem no movimento espiritual promovido por S. Francisco de Assis e S. Domingos de Gusmão.¹⁴⁶ «Os Terceiros vão compartilhar o espaço religioso com a Primeira Ordem fundada por São Francisco de Assis, a Ordem dos Frades Menores (OFM), através da inclusão de capelas ou naves laterais nas igrejas conventuais, dedicadas a este movimento secular».¹⁴⁷ O mesmo vai suceder no Topo com a fundação da Ordem Terceira¹⁴⁸ em 1674, treze anos depois da

¹⁴⁶ Duarte Chaves apresenta uma ótima exposição sobre o estado da Ordem Terceira nos Açores, cf. DUARTE N. S. V. CHAVES, *Os Terceiros e os seus “santos de vestir” Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande*, S. Miguel Açores, Ponta Delgada 2012, 37-52.

¹⁴⁷ DUARTE N. S. V. CHAVES, *Os Terceiros e os seus “santos de vestir” Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande*, S. Miguel Açores, Ponta Delgada 2012, 23.

¹⁴⁸ «A organização destes fiéis em fraternidades de irmãos da penitência na família franciscana, foi potenciada desde o primeiro momento pelo próprio São Francisco de Assis, sendo estes enquadrados numa estrutura singular, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Coube a responsabilidade de um enquadramento legal no seio da igreja, ao Papa Honório III em 1221, com a aprovação da primeira Regra por viva voz – vivae vocis oráculo, tendo esta vigorado por 68 anos, conhecida pelo título de *Memoriale Propositi Fratrum et Sororum de Penitentia in Domibus Propriis Existentium*. Posteriormente viria a sofrer ampliações e modificações, por diversos Sumos Pontífices, vindo a culminar na Regra de Paulo VI, promulgada em 24 de Junho de 1978, na qual foi mudada a designação para Ordem Franciscana Secular (OFS)», DUARTE N. S. V. CHAVES, *Os Terceiros e os seus “santos de vestir” Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande*, S. Miguel Açores, Ponta Delgada 2012, 26.

fundação do convento do Topo.¹⁴⁹ A ilha de São Jorge teve quatro fraternidades da Ordem Terceira da Penitência: Topo, S. Antão, Calheta e Velas, esta última fundada em 1688.¹⁵⁰

Infelizmente não existem muitas fontes sobre a actividade da Ordem Terceira no Topo. Para além da data da sua fundação, apenas existem documentos do séc. XX. Trata-se de uma reorganização feita em 1957, desconhecendo-se a razão. Na verdade, não é possível saber o estado da Ordem até àquela data. O facto é que em 22 de Junho de 1957, por iniciativa do Padre Manuel Francisco Escobar, é reorganizada a Ordem Terceira.¹⁵¹ O último decreto que confere o ofício de Comissário ao pároco local é de 12 de Dezembro de 1962. Este documento foi passado pelo Comissário Nacional da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, o Padre João da Costa Santos, o.f.m.. A Ordem Terceira terá funcionado até 1973, a julgar pelas últimas entradas no livro de contabilidade da mesma e sobretudo, por aquilo que o Padre Fernando Lemos lá escreve: «veja-se o livro de inscrição. Tudo foi abaixo e não foi à falta de convocatórias e apelos. Porque tudo se andava a afundar, encerrou-se. Não estou para pagar vontades. Pe. Fernando Lemos»¹⁵². No Livro das Inscrições o referido pároco diz: «Fazendo a contagem que se pode fazer com ausentes e falecidos se os que existem não aparecem?».¹⁵³ Desta feita, concluímos que a Ordem Terceira desaparece do Topo por falta de

¹⁴⁹ DUARTE N. S. V. CHAVES, *Os Terceiros e os seus “santos de vestir” Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande, S. Miguel Açores*, Ponta Delgada 2012, 40.

¹⁵⁰ DUARTE N. S. V. CHAVES, *Os Terceiros e os seus “santos de vestir” Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande, S. Miguel Açores*, Ponta Delgada 2012, 41.

¹⁵¹ Um livro existente no arquivo da paróquia de Nossa Senhora do Rosário intitulado “Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis, Livro da Inscrição dos Irmãos da Fraternidade da Vila do Topo – São Jorge”, no seu Termo de Abertura, fala da reorganização da Fraternidade. No mesmo livro podemos encontrar inscritos 80 irmãos de ambos os sexos. Cf. *Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis, Livro da Inscrição dos Irmãos da Fraternidade da Vila do Topo – São Jorge*, ARQUIVO PAROQUIAL DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 1957.

¹⁵² *Contabilidade da Ordem Terc. S. Franc.*, ARQUIVO PAROQUIAL DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 1966.

¹⁵³ *Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis, Livro da Inscrição dos Irmãos da Fraternidade da Vila do Topo – São Jorge*, ARQUIVO PAROQUIAL DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 1957, 6.

vontade dos seus membros, pois nos últimos anos apenas duas irmãs pagavam as pautas.¹⁵⁴

Quanto à sua actividade, a julgar pelos documentos existentes, resumia-se ao sufrágio pelos irmãos defuntos, promover a procissão do Senhor dos Passos e manter a igreja.

No que se refere ao sufrágio dos irmãos da Ordem, podemos constatar que esta obrigação era cumprida escrupulosamente. Trata-se de um dos benefícios espirituais daqueles que professavam na mesma Ordem. Isto é facilmente comprovado pela despesa assente no livro de contabilidade.

A acção mais importante e visível da Ordem era a promoção da Procissão do Senhor Passos. Continuando a espiritualidade ligada à Paixão de Cristo, fortemente inculcada pelos frades franciscanos, os Terceiros vão manter até ao fim a realização da Procissão de Passos. No livro de contabilidade pode ver-se os gastos com os andores, com os pregadores e com a limpeza da igreja.¹⁵⁵ Esta procissão seria certamente o momento mais alto da vivência quaresmal. Outro aspecto importante relacionado com esta procissão são os *Passos* que se espalhavam pela Vila. Destes apenas resta um na Praça do antigo Município. Trata-se de um pequeno nicho em pedra lavrada encimado por uma belíssima cruz, no seu interior era e é colocado o quadro correspondente à estação da Via-Sacra. Na torre da igreja do convento é possível encontrar restos de outros *Passos*, nomeadamente de cruces, que com o passar do tempo foram destruídos. Esta Procissão continua a percorrer as ruas da Vila no segundo Domingo da Quaresma, mas promovida pela paróquia.

A avaliar por duas imagens que resistiram ao passar do tempo, o Senhor Bom Jesus dos Terceiros e uma outra de uma santa de roca, é muito provável que também se realizasse a Procissão da Penitência.

¹⁵⁴ A mesma dificuldade teve o pároco da Matriz das Velas 1899: «Arranjei estes Estatutos para restaurar a antiga Ordem Terceira de São Francisco, extinta há muitos anos, mas o terreno onde eu trabalhava era muito sáfaro não podendo com isso coisa alguma», *Estatutos da Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco instituída na igreja do extinto Convento dos Franciscanos da vila das Velas, ilha de São Jorge, diocese de Angra*, MUSEU DE ARTE SACRA DAS VELAS, 1890.

¹⁵⁵ Cf. *Contabilidade da Ordem Terc. S. Franc.*, ARQUIVO PAROQUIAL DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 1966.

Numa época em que o movimento pós-tridentino se empenhava na prática da catequização, as comemorações religiosas, entre as quais as procissões e festas populares, tiveram um papel importante no despertar da fé cristã. À Venerável Ordem Terceira competia a organização das procissões quaresmais, das quais se viriam a destacar a Procissão dos Passos e a Procissão da Penitência, sendo esta última comumente chamada de Procissão dos Terceiros. Estas manifestações processionais serviam não só para enaltecer o sentimento coletivo, mas também como elemento de congregação dos irmãos penitentes e demonstração da pujança das irmandades no espectro social da época.¹⁵⁶

Não existem fontes que possam comprovar esta hipótese, mas a existência das referidas esculturas é um fortíssimo indício que esta procissão também acontecesse, como sucedia na Vila das Velas.¹⁵⁷ Esta procissão era normalmente realizada na *primeira domingo da Quaresma*.

À Ordem Terceira se deve a conservação e manutenção da Igreja de São Diogo até 1973. Actualmente a igreja do convento é pertença da paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Topo.

O Livro do Tombo do Convento

O Livro do Tombo encontra-se na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro em Angra do Heroísmo. O documento tem 297 folhas, embora só 119 destas se encontram manuscritas. As folhas estão numeradas e rubricada com o nome “Serafim” como se pode ler no termo de encerramento datado de 7 de Outubro de 1792.¹⁵⁸ Trata-se de um documento importante para a história do convento. As primeiras páginas são de leitura muito difícil não só

¹⁵⁶ DUARTE N. S. V. CHAVES, *Os Terceiros e os seus “santos de vestir” Os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande, S. Miguel Açores*, Ponta Delgada 2012, 44-45.

¹⁵⁷ Cf. JOSÉ C. S. AVELAR, *Ilha de São Jorge*, Horta 1902, 257.

¹⁵⁸ «Em os 7 dias do mez de Outubro de 1792, por ordem do N. M. R. C. M. Fr. Fran. de Assis Leitor Jub., Examinador Synodal, ex-Custódio, Vicecomm. Da Terra Stª., Minst. Proval numerei este Livro do Tombo deste convento de S. Diogo da Villa nova do Topo, consta de 297 folhas, e as rubriquei com o meu signal breve que diz Serafim – Do que para constar fiz este termo em o mesmo dia, [ilegível], ut supra. Fr. José de Serafim, Secretário da Provª», *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO.

pelo estilo caligráfico, mas também pela deterioração do papel. O documento mais importante do início do Livro é a escritura da fundação do convento a 31 de Maio de 1661, onde se pode verificar os meios de subsistência do convento.¹⁵⁹ Depois seguem-se uma série de outras escrituras de bens doados ao convento, transcrições de alvarás régios e testamentos. Entre estes documentos destaca-se o testamento do Padre Diogo de Mattos, instituidor do convento, que foi aberto no dia 5 de Janeiro de 1667, ano em que este faleceu.¹⁶⁰ Até à folha 32 o documento contém praticamente cópias de documentos do séc. XVII referentes à dotação de meios para a instituição e manutenção do convento.

A partir da folha 33 os documentos são todos do séc. XIX como são, por exemplo, as cópias das cartas do Definitório ao Guardiã do convento de S. Diogo, convocando-o para o capítulo em 1805.¹⁶¹ De 14 de Março de 1809 é a cópia da Carta Pastoral Convocatória de D. José Pegado de Azevedo, bispo de Angra, em que são demandados os religiosos e religiosas da Ordem de S. Francisco da província de S. João Evangelista para um capítulo provincial. Curiosa é a argumentação feita pelo prelado, pois retrata a sociedade da época e os desafios colocados à Igreja e à Ordem Franciscana de então. O referido capítulo foi celebrado no convento de Nossa Senhora da Guia em Angra.¹⁶² A partir da folha 43 até à página 81 estão transcritas as circulares do provincial, Fr. Thomas do Rozário, com as conclusões do capítulo de 17 de Junho de 1809.

Uma entrada importante para a história do convento são os decretos da visita ao convento de S. Diogo realizada a 7 de Agosto de 1810. O provincial lastima o estado da igreja, particularmente do sacrário e das restantes alfaias litúrgicas, bem como dos Santos óleos, do Santo Lenho que carecia de autenticação e das pedras de ara dos altares que não tinham relíquias instando os frades a adequarem-se às indicações da Santa Sé. O mesmo provincial escreve: «A dor e sofrimento de que se cobrio o nosso coração ao ver a grande e lastimosa pobreza a que se acha redu-

¹⁵⁹ CF. *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 1v-6v.

¹⁶⁰ CF. *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 24v-29.

¹⁶¹ CF. *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 33-34

¹⁶² CF. *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 35-42.

zida e sacristia deste nosso convento foi tal que não pudemos conter as lágrimas à vista della»¹⁶³. Lastimando o estado da biblioteca, de onde tinham sido subtraídos muitos livros e não encontrando os cadernos do inventário da livraria que deixara na visita de 1795, ameaça com excomunhão reservada ao Sumo Pontífice quem os roubou¹⁶⁴.

Outra entrada do referido Livro do Tombo é a visita feita ao convento da Vila do Topo a 3 de Setembro de 1816 pelo Definidor da província, Fr. Matheus Evangelista. O visitador recorda a visita feita em 1810 e refere que para sua tristeza tudo estava na mesma, ou seja, em estado deplorável.¹⁶⁵ Achou também os frades do convento sem a cultura necessária segundo os trâmites do Concílio de Trento.

Momento difícil na vida conventual foi o liberalismo. Este movimento teve como consequência última, no que toca à vida religiosa, o fim das ordens religiosas. Neste sentido, o provincial expediu cartas aos conventos a informar dos ventos nada abonatórios que se aproximavam. Assim, e obedecendo ao provincial, os frades do Topo também fizeram o juramento da Carta Constitucional de 1826, mandada pelo Rei D. Pedro VI, como consta do Livro do Tombo:

Auto de juram.to no Convento da V.^a Nova do Topo da Ilha de S. Jorge prestado à Carta Constitucional Decretada, Mandada jurar por El Rei N. Soberano, Senhor D. Pedro 4^o, em todo o Reino de Portugal, Algarves e Seos Domínios.

Anno do Nascimento de N. Senhor Jesus Christo de 1826, aos douze dias do mez de Septiembre do dito anno, sendo na Capella Mór da Igr^a. Deste Convto de S. Diogo, aonde o Pe. Guar. do mesmo Convento fez juntar todos os Relig. os seos súbditos p^a. Ali prestarem seo juramt^o. á Carta Constitucional na forma Mandada pelo Régio Avizo de 28 de Julho do mesmo anno, e do artigo 6 e 11 do Programa que acompanhou am.ma Carta Constitucional datada em 29 de Abril proximo passado; sendo deferido o Juramt^o pelo dito Pe. Guar. a todos os Relig.

¹⁶³ CF. *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 81v e ss.

¹⁶⁴ «Sabemos por testemunhos verdadeiros, havia neste nosso convento maior quantidade de livros do que hoje há presentemente. Declaramos incorridos em Excomunhão maior reservada ao Sumo Pontífice todos os que destruirão os ditos livros e os que futuramente os conservarão na forma da Constituição do S.mo Pe. Pio V», *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 84.

¹⁶⁵ CF. *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 97v.

os e lhes prestarão debaixo da forma seguinte por cada hum proferida = Juro cumprir a Carta Constitucional Decretada e Dada por El Rei Nosso Soberano, o Senhor D. Pedro 4º em 29 de Abril de 1826, p^a. Os Reinos de Portugal, Algarve e Seos Domínios, tão inteira e fielm.te, como nella se contem.

E logo immediatam.te passarão os ditos Religiosos a assignar este Auto, perante mim Frei José do Rozario [ilegível] do Convento que escrevi.¹⁶⁶

O regime Liberal viria a fazer sentir com mais veemência a sua intolerância para com as ordens religiosas, quando em 1834 decretou a extinção das Ordens e a passagem para a administração pública dos seus bens. As últimas 3 folhas do Livro do Tombo em causa refletem o clima político de então. Nelas estão transcritas as ordens do Governador do Bispado, Padre Januário Vivente Camacho¹⁶⁷, eminente membro da maçonaria e consequentemente simpatizante dos ideais liberais. Estando a Sé de Angra *impedida* por motivos políticos e encontrando-se o bispo em S. Miguel, impossibilitado de tomar posse da sua Cátedra em Angra, foi este clérigo eleito pelo Cabido como Governador do Bispado. Nos decretos que este mandou para o convento do Topo, que regularam os últimos dias dos frades nesta Vila, apresenta-se da seguinte forma: «Januário Vicente Camacho Deão da Sé do Funchal Cavaleiro da Ordem de Christo G.or Temporal e Visitador do Bispado d'Angra por S. M. F. o Snr. Duque de Bragança, Regente do Reino em Nome da

¹⁶⁶ *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 116-116v.

¹⁶⁷ «[N. Funchal, 1792 – m. Lisboa, 22.12.1872] Era filho do coronel António Fernandes *Camacho, que foi governador militar da ilha de S. Jorge. Foi ordenado presbítero em 1815 e serviu em várias paróquias da Madeira, sendo nomeado deão da Sé do Funchal. Em 1833 foi nomeado por aviso régio de 27 de Junho governador temporal do bispado de Angra, sede impedida, sendo assim um dos três “governadores intrusos”, como a Santa Sé considerou os nomeados durante a regência, na ausência do bispo. O Cabido da Sé elegeu-o, por sua vez, vigário capitular.

Paralelamente ao governo da diocese foi um político activo, sendo o chefe dos cartistas em Angra e eleito deputado em 1834, nas primeiras eleições depois da guerra civil., pela Província Ocidental dos Açores. Voltou a ser eleito nas eleições de 1836, mas não chegaram a tomar posse esses deputados devido à revolução de Setembro. Só veio a ser exonerado do cargo de governador do bispado de Angra por decreto de 12.6.1837.

Foi ainda deputado pela Madeira, na legislatura de 1838 a 1840 e nesse último ano foi nomeado governador da diocese do Funchal. Chegou a ser apresentado como bispo de Castelo Branco, mas não foi confirmado pela Santa Sé, nem tão-pouco recebeu a sagração. Em 1851, foi elevado ao pariato.», <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=691>.

Rainha a Snr^a. D. Maria 2^a. e Vigário Cap.ar do m.mo Bispado, Sede Episcopal impedida».¹⁶⁸

No final do Livro do Tombo podemos encontrar 3 cópias de cartas e decretos da autoria do referido Governador do Bispado. A primeira entrada é de 25 de Novembro de 1833 e serve para dar cumprimento ao decreto real de 17 de Maio de 1832, sobre a implementação do sistema administrativo. O documento seguinte trata-se de uma Carta Pastoral de 29 de Abril de 1833, onde o Governador ordena sufrágios pelos frades falecidos a serem celebrados pelos respectivos Prelados dos outros conventos¹⁶⁹. A última entrada que consta deste Tombo é um decreto para os conventos franciscanos das ilhas Terceira, Faial, Flores, São Jorge e Graciosa com data de 6 de Março de 1834. Este documento manda que se faça o inventário dos bens do convento. O edifício foi integrado na fazenda pública e os bens destinados o Culto Divino foram entregues ao respectivo Ouvidor Eclesiástico. O inventário foi feito em capítulo e na presença do Ouvidor do Topo. O documento faz referência ainda à desobediência dos frades do convento de Santa Cruz da Graciosa que se recusaram a entregar os bens à fazenda pública¹⁷⁰.

O Livro do Tombo do convento de S. Diogo é um documento importante para a história do convento, embora tenha muitas lacunas como a ausência de entradas durante o séc. XVIII, nomeadamente no que se refere ao sismo de 1758 e à reconstrução do convento que se seguiu. Não apresenta a lista dos frades ou as profissões religiosas nele ocorridas e não faz uma descrição do edifício. Na verdade, na sua maioria, as entradas do Tombo são cópias de circulares da Província ou da Diocese. O que leva a concluir que este Livro do Tombo não seja o original, mas uma cópia feita em 1792, onde se transcreveram alguns documentos do séc. XVII, como o testamento do instituidor do convento e escrituras e alvarás que constituíam o sustento do mesmo. Será pois o séc. XIX o mais pródigo em entradas, sobretudo no que à reorganização da Província diz respeito e, sobretudo, no que toca ao fim da vida religiosa por conta do Liberalismo.

¹⁶⁸ *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 119.

¹⁶⁹ *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 118v.

¹⁷⁰ *Livro do Tombo do Convento de S. Diogo do Topo 1661-1834*, BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO, 119.

Conclusão

A conclusão mais óbvia deste estudo é que a vinda dos frades de São Francisco para o Topo influenciou a vida social e religiosa ao longo de mais de 300 anos. O convento foi um polo irradiador de cultura, pois nele puderam cultivar-se muitos filhos da terra; ali estavam à disposição do povo obras de arte da escultura e da música; ali puderam encontrar alívio no corpo e no espírito os indigentes da vida; ali uma multidão de Terceiros penitentes obteve os benefícios espirituais vivendo no século; ali, ainda hoje, as gentes do Topo olham orgulhosas do seu passado franciscano de Paz e Bem.

Assim, é da mais elementar justiça afirmar que o convento de S. Diogo do Topo, especialmente a sua igreja, é um marco histórico indelével da presença franciscana em S. Jorge e na Vila do Topo. Não se pode conceber a história do Topo sem ter em conta o contributo do franciscanismo.

Um património que importa salvaguardar e valorizar, pois o conhecimento do mesmo será o meio mais eficaz para a sua preservação. Seria muito benéfico que os alunos da Escola do Topo pudessem visitar e conhecer não só a igreja, mas também reconhecer os espaços do antigo convento que por eles, hoje, são ocupados.

Benedicat tibi Dominus et custodiat te, ostendat faciem suam tibi et
misereatur tui convertat vultum suum ad te et det tibi pacem

São Francisco de Assis

IMPrensa E RELIGIOSIDADE NA ILHA DE SÃO JORGE DO SÉC. XIX

VITOR EMANUEL TAVARES REIS

Museu Francisco de Lacerda, Direção Regional de Cultura

Vitor.ET.Reis@azores.gov.pt

Notas Introdutórias

O objetivo desse artigo é identificar e compreender os elementos sociais, políticos e culturais desenvolvidos no contexto das notícias relacionadas com a religião católica, destacando-se as festividades religiosas que encontram eco na imprensa jorgense e no diálogo produzido entre a memória e a história do imaginário popular, que denunciam o significado da festa como um espaço construtor de identidades. O método envereda pela investigação dos periódicos oitocentistas jorgenses, além de uma breve revisão bibliográfica teórica do tema.

Desde os primórdios do povoamento, que os primeiros habitantes trouxeram na sua bagagem cultural a fé católica e continuaram a manifestá-la nas ilhas sem grandes alterações. Mas durante a primeira metade do século XIX, a legislação liberal deu um rude golpe nos privilégios e importância social do clero, com a extinção da “décima de Deus”, das ordens religiosas e a venda em hasta pública dos seus bens. Contudo, é sabido que a Igreja continuou a desfrutar de um considerável ascendente sobre as populações, em especial nas zonas mais rurais e remotas. No caso dos Açores, podemos afirmar que a sua influência permanece particularmente forte a todos os níveis (João, 1991, 179-180). Os vários periódicos jorgenses comprovam a influência da religião sobre a sociedade, onde é visível nas suas folhas, as descrições das festividades religiosas nos seus respetivos noticiários, que indiciam geralmente muita frequência por parte da população, como se pode constatar nas **figuras 1 e 2**:

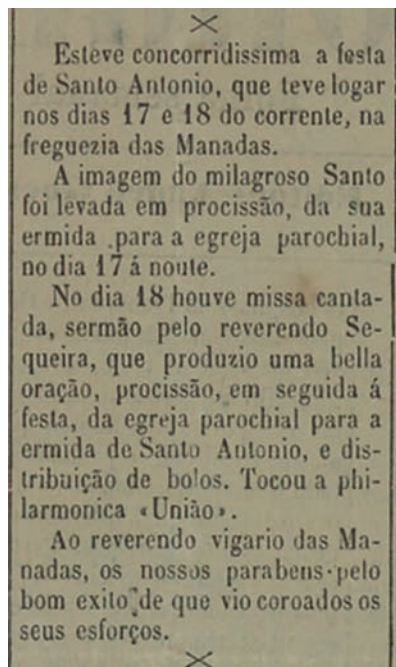


Fig. 1. A festa de Santa António,
Fonte: *O Jorgense* (IV), Nº 71, 1-12-1900, Arquivo Municipal de Velas, Fundo Jornais Antigos

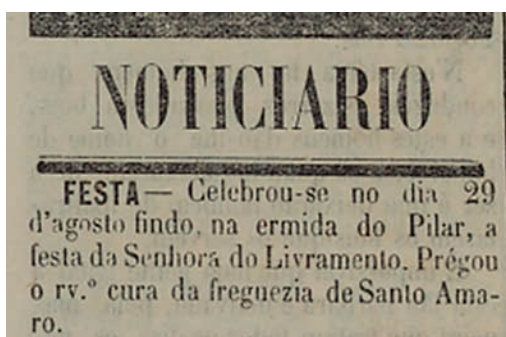


Fig. 2. A festa de N.ª Sr.ª do Livramento,
Fonte: *O Velense*, Nº 19, 15-7-1872, Arquivo Municipal de Velas, Fundo Jornais Antigos

Porém, no último quartel do século XIX, positivista e secular, começam a aparecer conteúdos críticos e anticlericais na imprensa açoriana, que debatem os vários problemas associados à Igreja Católica. A ação da instituição clerical passou a ser mais seriamente questionada, e o seu papel na sociedade foi alvo de continuadas e duras críticas, por parte dos liberais que a viam como uma instituição em decadência, com reduzida credibilidade (Alves, 2012, 39).

As principais devoções e formas de espiritualidade refletidas na imprensa

A imprensa jorgense, na sua globalidade, expõe com grande ênfase, temas relacionados com questões religiosas, como se pode verificar na seguinte amostra retirada de três periódicos:

Tabela 1. Título da tabela – Número de publicações com temas relacionados com questões religiosas

Títulos	Nº de Publicações	Nº de publicações relacionadas com questões religiosas	Percentagem de publicações relacionadas com questões religiosas
O Velense	151	105	69,5 %
O Respigador	72	50	69,4 %
O Jorgense (I)	195	143	73,3 %

De uma forma global, a imprensa jorgense oitocentista, permite concluir que a devoção jorgense tem três polos centrais: o primeiro dirige-se para a figura de Cristo, centrado nas festividades do natal e da páscoa, dos quais sobressaem as procissões das Endoenças e dos Passos, o segundo centra-se na devoção mariana, relacionada com a festas das diversas paróquias (N^a Sr^a. Do Rosário; N^a. Sr^a. Da Luz; N^a. Sr^a. Da Conceição) e o terceiro a devoção ao Espírito Santo¹⁷¹. Aliás, o próprio isolamento da ilha, as ameaças de vulcões e os sucessivos tremores de terra fizeram com que os jorgenses fortalecessem a sua fé e cristalizassem determinadas expressões religiosas que, entretanto, desapareciam de Portugal continental.

Na ilha do dragão, na segunda metade de oitocentos, é comum as procissões comemorativas associadas ao terramoto de 1757 e á erupção vulcânica da Urzelina de 1808, como se pode verificar através das **figuras 3 e 4**:

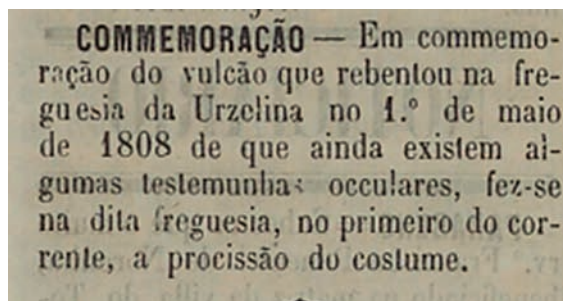


Fig. 3. Procissão em comemoração do vulcão da Urzelina de 1 de maio de 1808, Fonte: *O Velense*, Nº 11, 8-5-1880, Arquivo Municipal de Velas, Fundo Jornais Antigos

¹⁷¹ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Velense*, 2º Ano, Nº 38, 23/6/1881.

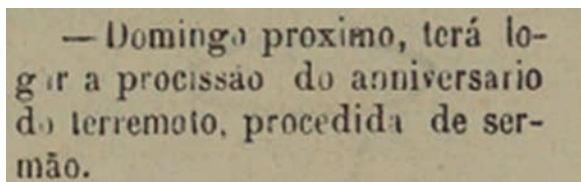


Fig. 4. Procissão do aniversário do terramoto de 1757,

Fonte: *O Insulano*, Nº 11, 5-7-1893, Arquivo Municipal de Velas, Fundo Jornais Antigos

O culto da devoção do Espírito Santo praticamente desapareceu do continente mantendo-se, contudo, com grande pujança nas nove ilhas dos Açores. Os jornais refletem a relevância desta expressão de religiosidade das gentes locais na segunda metade do século XIX¹⁷². Apesar das especificidades que estas festas apresentam de ilha para ilha e, inclusive, de freguesia para freguesia, a matriz da devoção é semelhante, louvando-se o Espírito Santo ao longo de sete semanas (sete domingos) que decorrem no período entre o domingo de Páscoa e o domingo de Pentecostes.

Os festejos são organizados por associações de fiéis, as designadas irmandades e pelo imperador ou mordomo que, por promessa ou eleição da irmandade, coordena as festas. Estas possuem dois traços: um claramente de cariz religioso, que compreende a reza de terços, cortejos, procissões e coroação; e outro de cariz secular, que respeita a oferta de refeições ou ofertas alimentares aos irmãos e aos mais pobres¹⁷³.

A religiosidade dos jorgenses expressou-se ainda pela devoção aos santos, como ilustram as inúmeras notícias divulgadas pela imprensa associadas a Santa Bárbara, São Jorge, Santa Catarina, Santo Amaro, Santa Isabel, Sant' Ana e São Mateus¹⁷⁴.

A relevância dada pelos periódicos às procissões, reflete que toda a sociedade jorgense está orientada e centraliza atividades e tempo para a celebração de um dia cívico ou sagrado: a vida coletiva do trabalho, da escola e do lazer é modificada em especial por uma data, alterando assim o dia-a-dia. Daí que, os dias associados às

¹⁷² Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Velense*, 5º Ano, Nº 108, 23/5/1884.

¹⁷³ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Velense*, 4º Ano, Nº 84, 23/5/1883.

¹⁷⁴ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Velense*, 3º Ano, Nº 65, 8/8/1882.

diversas devoções locais, eram anunciados pela imprensa, descrevendo a paróquia e o dia que iriam ser realizados (Cavalcanti, Caldeira, 2008, 150).

Inserido neste contexto, as “*endoenças*” e a procissão dos passos, são das manifestações religiosas mais noticiadas pelos diversos jornais jorgenses, o que revela a importância dessas festividades na ilha. A Semana Santa ganhava um considerável espaço na imprensa que voltava sua atenção para os festejos de devoção cristã, lembrando os compromissos que o cidadão ideal deveria cumprir¹⁷⁵.

Afinal de contas, o momento sacro e oficial se configurava como ideal para a propaganda da imagem do rei à imagem de Cristo, para ação de arrependimento e redenção dos devotos cristãos diante da Igreja e da sociedade, dos crentes e dos mais abastados demonstrarem atos de caridade para com as crianças e mendigos esquecidos pela cristandade. Nas seções de “Notícias” dos periódicos aqui analisados, os títulos “Esmolas” aparecem frequentemente.

A imprensa de certo modo, pode ser considerada como uma espécie de retrato da sociedade em que se insere, logo, podemos concluir, que o número elevado de notícias ou correspondências relacionadas com as festividades, missas e procissões, revela-nos que estamos perante uma sociedade jorgense que professa a fé católica.

A relevância dada pela imprensa a questões religiosas, maioritariamente relacionadas com o noticiário regional ou as correspondências da Calheta e do Topo, poderá indicar que há a preocupação desta em formar e informar público leitor. Mas esse dado, levanta-nos algumas questões: afinal, quem lia os jornais? Que verdadeira influência teria na maioria da população? Como sabemos, os índices de analfabetismo nos Açores na segunda metade de oitocentos, eram arrasadores. Seriam os jornais lidos em voz alta nos cafés? No jardim municipal, anunciando assim, por exemplo as festividades religiosas que iriam ocorrer? Ou o acesso a esta informação estava restrita apenas às elites literatas locais?

Uma coisa, é certa. A relevância da religiosidade na imprensa local, diz-nos que as tramas políticas que se desenvolviam entre a nova ordem que se formava e a resistência do imaginário coletivo em aceitá-la são denunciadas mais uma vez por outro ângulo de análise e objeto de leitura afirmando a vitória da religiosidade frente às normas cívicas e civilizacionais que o fantasma do progresso fazia ques-

¹⁷⁵ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Respigador*, Ano III, Nº 63, 20/3/1891.

tão de defender. A estrutura social oitocentista jorgense, marcada por grandes desigualdades sociais e a pobreza da maioria da população, cimenta a preponderância do clero e da Igreja na sociedade.

Porém, a capacidade reivindicativa reconhecida aos jornais oitocentistas açorianos, reflete-se também a nível religioso, com constantes avaliações às festividades religiosas, e quando era pertinente, em ataques ao clero. De fato, nos últimos anos do século XIX, a imprensa espelha as batalhas ideológicas que o positivismo e a cristandade ditavam.

Os sinais do declínio da Igreja Católica narrados em S. Jorge pelos periódicos locais

Os jornais oitocentistas refletem o aparecimento dos primeiros indícios de alterações no comportamento religioso dos jorgenses. A receção das correntes filosóficas do Iluminismo e do Racionalismo e o seu debate na sociedade local contribuíram para uma lenta, mas crescente secularização que atingiu, em primeiro lugar, as elites locais.

De acordo com Susana Goulart Costa:

O Liberalismo impulsionou o início do fim do monopólio religioso do Portugal católico, que se espelharia pela tomada de várias decisões, umas mais duradouras que outras, como a suspensão de admissão a Ordens Sacras (entre 1832 e 1837); a extinção das Ordens Religiosas e a nacionalização dos respetivos bens; a abolição dos dízimos (no continente em 1832 e nos Açores em 1858); a reestruturação da administração eclesiástica, que deixa de estar afeta aos párocos e passa a ser uma responsabilidade das Juntas da Paróquia criadas em 1830; e a obrigatoriedade do beneplácito régio para os documentos eclesiásticos (Costa, 2008, 145).

Assim, o Liberalismo provoca danos colaterais no pulsar religioso. Entre os leigos, vai crescendo o laicismo. Existe mesmo uma nova tônica relacionada com a questão religiosa, no discurso apresentado pelos periódicos, assente na luta ideológica entre os clericais e os seus antagonistas. Hegel escreveu que a leitura de jornais se tinha tornado a oração matinal do Homem, numa ligação e referência provocativas para a religião (Silva, 2017, 81).

As matérias que se ocupam os textos anticlericais publicados na imprensa jorgense, encontram-se maioritariamente relacionadas com os seguintes temas: a

aliança entre o trono e o altar, ou seja, o divino e o secular unem-se para encetar uma força hegemónica contra o interesse público, através das tentativas de condicionar as votações, através da conversão do púlpito e da parenética em panfletos eleitoralistas. Assim, ambos os poderes poder-se-iam conjugar pelo interesse mútuo. Esta conjuntura deve-se aos políticos liberais, que após chegar ao poder, trataram de restaurar a prática regalista da época pombalina, aplicando-a sobre a Igreja Católica. Desse modo, foram ao encontro de um movimento mais vasto da secularização da sociedade. Desencadearam, assim, um processo de nacionalização da Igreja, tentando-a colocar ao serviço do regime constitucional. De acordo com Paulo Pereira Paiva Alves, *“ao agir sobre o clero, os liberais pretenderam que os padres se tornassem agentes privilegiados na difusão e enraizamento do liberalismo, uma vez que estes eram detentores de uma cultura acima da média da do povo. Em certa medida, esta foi uma ação planeada”* (Alves, 2012, 41).

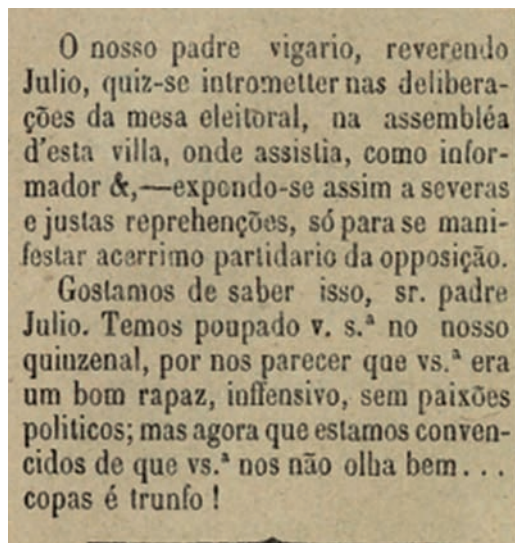
Os vários periódicos jorgenses, descontentes com esta promiscuidade existente, denunciavam estas situações, como podemos ver nos seguintes casos: o *Jorgense* (II)¹⁷⁶ denuncia o Ouvidor Eclesiástico do distrito, António Nunes de Morais, de fazer propaganda regeneradora na sua freguesia, de ter combatido por todos os meios ao seu alcance a eleição do candidato governamental proposto pelo círculo das ilhas de São Jorge e Graciosa, tentando desacreditar e desprestigiar o governo e o partido progressista que no dizer do sacerdote, *“... não passa de um grupo de ignóbeis sanguessugas, dispostos a beber até à última gota o sangue do pobre povo!”*¹⁷⁷. O jornal ainda relata que o Padre António Morais fazia propaganda antes e depois da missa, na estrada, no átrio e até na sacristia. Ainda relacionado com este tema, *“O Ilhéu”*, periódico sediado nas Velas, acusa um sacerdote do partido progressistas de interferir na campanha eleitoral, e de agir como funcionário público, ao invés de agir como ministro de Cristo¹⁷⁸. Na **figura 5**, podemos constatar uma notícia do jornal *“O Jorgense”* (III)¹⁷⁹ relacionado com esta temática:

¹⁷⁶ *O Jorgense* (II) – O segundo periódico publicado com o título *“O Jorgense”*

¹⁷⁷ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Jorgense* (II), I Ano, Nº, Nº 5, 22/5/1880.

¹⁷⁸ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Ilhéu*, Nº 18, 1º Ano, 21/4/1897.

¹⁷⁹ *O Jorgense* (III) – O terceiro periódico publicado com o título *“O Jorgense”*



O nosso padre vigario, reverendo Julio, quiz-se intrometter nas deliberações da mesa eleitoral, na assembléa d'esta villa, onde assistia, como informador &,—expondo-se assim a severas e justas reprehensões, só para se manifestar acerrimo partidario da opposição.

Gostamos de saber isso, sr. padre Julio. Temos poupado v. s.^a no nosso quinzenal, por nos parecer que vs.^a era um bom rapaz, infensivo, sem paixões politicos; mas agora que estamos convencidos de que vs.^a nos não olha bem. . . copas é trunfo !

Fig. 5. O Reverendo Júlio intromete-se nas deliberações da mesa eleitoral, Fonte: *O Jorgense* (III), Nº 4, 8-12-1886, Arquivo Municipal de Velas, Fundo Jornais Antigos

Resultante da promiscuidade existente entre o poder político e o eclesiástico, os jornais oitocentistas apresentam artigos de opinião e notícias do estrangeiro relacionadas com a separação da Igreja e do Estado, um ideal que, mesmo antes da república portuguesa ser uma realidade, já estava patente em algumas nações e servia de modelo para ilustrar o que poderia ser alcançado. Quer seja para preservar virtudes ou para garantir que não se aniquilariam, a rutura era dada como um fim almejado. A separação era parte do ideal societário laicista.

Os periódicos também apresentam uma solução para o declínio da própria igreja, assente no ideal do cristianismo primitivo, que no baseava-se na evocação de uma génese da Igreja que era desprovida dos pecados da atualidade e servia para acusar os clérigos de corromperem a verdadeira essência da mensagem deixada por Cristo. A riqueza e a opulência do ritual cristão contemporâneo eram incompatíveis com o catecismo pregado pelos fundadores da religião, conspurcado pelos pecados dos que agora pregavam em seu nome.

O designado obscurantismo da fé, era visto como um fator negativo da igreja, que tinha impacto na sociedade. A elite literata local, descrevia que a razão não

poderia coabitar num mundo religioso que afastava a humanidade do seu progresso e conduzia à ignorância. A coabitação entre a fé e os princípios da modernidade social não era possível e acabava travando a inteligência em prol de uma sociedade cuja obediência cega era guiada por credices ilógicas, sem qualquer fundamento racional que as pudesse suportar. Neste contexto, os jornais jorgenses descrevem alguns episódios inusitados relacionados com sacerdotes e crentes, e nas credices dos mesmos. No ano de 1877, o Jorgense (I)¹⁸⁰ noticia o seguinte:

Faleceu como todos sabem o cardeal Antonell, deixando 3000 contos de reis, e não poucos filhos. Que santidade! Que pobreza! E ainda haverá parvos e tolos que deem dinheiro para S. Pedro, afim de enriquecer os Cardiais? Que dirá a isto o sr. Bispo? Ora, se o cardeal a cabeça do papa, o seu primeiro ministro deixou tanta prole, prova de que compreendeu o crescei e multiplicai-vos, como quer que os pobres clérigos vivam em celibato?¹⁸¹

As anedotas constantes nos jornais durante a segunda metade de oitocentos denunciam a impopularidade dos padres, bispos e clérigos no meio católico e popular: o imaginário coletivo se afastava cada vez mais da influência romana, pelo menos do ponto de vista político. (Cavalcanti, Caldeira, 2008, 143)

Por fim, os jornais locais, descrevem a competição interna na igreja local, como uma das principais causas para o declínio da instituição. O anticlericalismo nunca foi um sentimento completamente exterior à Igreja. Manifesta-se no seu próprio seio, nas guerrilhas entre congregações, entre classes e entre paróquias. A intriga, a polémica e a rivalidade servem para alimentar a narrativa de combate e desnorteia a atuação clerical, dividindo as hostes em segmentos, em detrimento de um corpo unitário e forte. A situação ideal para a militância laica atacar um exército fragilizado. As **figuras 6 e 7**, atestam os episódios de disputa interna no seio do clero jorgense:

¹⁸⁰ *O Jorgense (I)* – Primeiro periódico publicado com o título “*O Jorgense*”

¹⁸¹ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Jorgense (I)*, Nº 127, 6º Ano, 15/1/1877.

O ANTIGO CONVITE DO SERMÃO DO «MANDATO».

Estarão bem lembrados os nossos leitores de termos aqui um dia verberado violentamente o procedimento do rev.º ouvidor da Calheta Antonio de Paula Vieira, por ter convidado para prégar *Mandato*, este anno, na matriz de que é vigario, o rev.º Manuel Raposo Custodio e depois mandal-o desavisar na vespera do dia, quando elle já ia em meio caminho!

Veu depois *alguem* negar o facto!

Nós tornámos a sustentar o que havíamos dito, e provocámos o rev.º ouvidor a defender-se.

Fig. 6. Disputas internas entre os sacerdotes,

Fonte: *O Respigador*, Nº 28, 20-8-1889, Arquivo Municipal de Velas, Fundo Jornais Antigos

BOATO.— Diz-se que o clero d'este concelho não está muito satisfeito com a visita do sr. cura de Rosaes a s. ex.ª o Bispo d'esta diocese; porque sendo elle o espião de s. ex.ª e delator do clero, é muito possivel que se queira fazer *bonito* ante s. ex.ª reverendissima.

Fig. 7. Disputas internas no clero,

Fonte: *O Jorgense* (I), Nº 70, 1-9-1874, Arquivo Municipal de Velas, Fundo Jornais Antigos

Que tipo de anticlericalismo estava patente nos jornais oitocentistas jorgenses?

Enquanto que o anticlericalismo liberal acreditava numa reforma católica, o anticlericalismo livre-pensador, de matriz republicana e socialista, tinha a convicção de que a religiosidade era um “produto” anacrónico do espírito humano. O anticlericalismo pode ser descrito em duas vertentes: um anticlericalismo que é popular e comum, mais espontâneo e difuso; [...] um outro, de cariz intelectual que teoriza sobre a própria génese da crença e liga-se a manifestações políticas.

A imprensa jorgense, reflete uma elite literata fragmentada e bipolarizada, que emergia com o novo século, espelhava um divórcio entre os setores “progressista, republicano, laico e pequeno burguês e mesmo socialista” e um lado “conservador, monárquico, clerical”, sem que essas fações fossem de constituição uniforme. Os jornais o Jorgense (II) e O Jorgense (III), eram órgãos assumidos do partido progressista, e publicavam diversos conteúdos associados á questão religiosa, quer fosse notícias das festividades religiosas, ou artigos e notícias de cariz anticlerical. Os jornais O Velense e O Ilhéu, órgãos do partido regenerador, também possuem imenso conteúdo relacionado com a questão religiosa. O que os difere, é que os periódicos progressistas denunciam os sacerdotes por intromissão na política, quando são aficionados do partido regenerador¹⁸², e os jornais regeneradores, denunciam os sacerdotes “progressistas”¹⁸³. O que nos revela que não há uma informação imparcial sobre as questões associadas á promiscuidade existente entre o poder político e a Igreja. Por último, os jornais ditos independentes, ou que gravitam entre várias ideologias ao longo da sua existência, demonstram ser mais conservadores no que á religião diz respeito, optando por publicar na maioria das vezes, as festividades religiosas que ocorrem na ilha. Mas o caso, do *Ecco Jorgense*, é particular, uma vez que, entre os anos de 1883 e 1886, foi órgão do partido progressista, e entre 1886 e 1889, foi órgão do partido regenerador. Durante estes anos, seguiu o mesmo diapasão dos jornais partidários. Mas a partir

¹⁸² Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Jorgense* (II), Nº 50, II Ano, 10/4/1881.

¹⁸³ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Ilhéu*, Nº 21, 1º Ano, 1/6/1897.

de 1890, tornou-se uma folha semanal democrática, independente, mas de forte cariz republicano. A partir deste momento, até ao encerramento do jornal, o periódico em relação á questão religiosa, torna claro a defesa de uma sociedade laica, onde há a separação do Estado e da Igreja, e onde o ensino deveria ser a principal prioridade do Estado, como se pode constatar na seguinte notícia de 10 de julho de 1897:

Segundo um calculo o outro dia feito em nossa presença, gasta-se nesta ilha, anualmente, em festas religiosas, para cima de vinte contos de reis, incluindo as do Espírito Santo. Com a instrução pública, cremos, não se chega a gastar cinco contos. Ora se se pudesse dividir as duas receitas em duas partes e se gastasse uma com a instrução, que de bem não resultaria. Enfim, pode ser da nossa parte uma utopia...que, todavia, julgamos realizável e proficua¹⁸⁴.

Outro caso particular, é a Verdade, jornal declaradamente independente, mas no campo da religião, defende o clero dos ataques da imprensa, servindo de escudo á classe, perante os outros periódicos¹⁸⁵.

Perante este avanço desmesurado de jornais de cariz anti-religioso, qual era afinal o papel que estava reservado à Igreja, no campo específico da imprensa? Era certo que o desenvolvimento da imprensa laica, então denominada pelos católicos como “má imprensa”, não era nada abonatório para a Igreja. E a mensagem laica e profusamente anticlerical e crítica da instituição eclesiástica e da mundividência religiosa que transmitia era vista como um profundo vitupério à crença individual. Assim, ao divulgar uma mensagem dessacralizada do universo, [esse género de imprensa] contribuiu bastante para o desenvolvimento do anticlericalismo liberal, republicano e socialista (Alves, 2012, 70).

Outra temática anticlerical finissecular foram as confissões e o celibato eclesiástico, uma questão recorrente na literatura oitocentista. Na ilha do Dragão, temos diversas notícias relacionadas com o estilo de vida devasso dos sacerdotes e dos abusos cometidos pelos mesmos no confessionário. Um exemplo ilustrativo, é o jornal “O Insulano”, como podemos verificar, através das **figuras 8 e 9**:

¹⁸⁴ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Ecco Jorgense*, Nº 16, Ano I, 10/7/1897.

¹⁸⁵ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *A Verdade*, Nº12, 1º Ano, 2/1/1890.

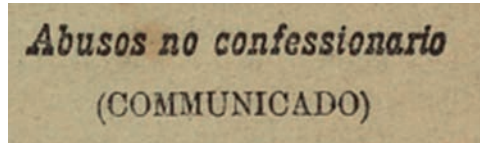


Fig. 8. Abusos no Confessionário,

Fonte: *O Insulano*, Nº 203, 26-3-1898, Arquivo Municipal de Velas, Fundo Jornais Antigos

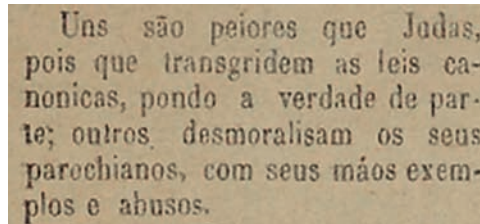


Fig. 9. Crítica aos Padres, Fonte: *O Insulano*, Nº 203, 26-3-1898, Arquivo Municipal de Velas, Fundo Jornais Antigos

A Imprensa jorgense, também dá ênfase ao espírito inquisitorial que continuava a reinar na ilha de São Jorge, onde temos artigos nos jornais *O Jorgense* e o *Ecco Jorgense* sobre umas bíblias protestantes vendidas localmente, e que de acordo com os periódicos, faltavam versículos¹⁸⁶. O próprio Bispo de Angra, através da imprensa, escreve um artigo a alertar para os perigos do protestantismo, e que a verdadeira religião, era a Igreja Católica Romana¹⁸⁷

Resposta da Igreja local há crescente laicização social

Os Bispos de Angra, procuram dar uma resposta há crescente laicização social, e em inúmeras cartas pastorais, identificam os principais inimigos da fé católica, nomeadamente o *Deísmo*, o *Naturalismo*, o *Racionalismo* e o *Socialismo*.

Além da proclamação do dogma da Imaculada Conceição, efetuada em 1854, pela Santa Sé, que teve um grande impacto a nível de devoção nos Açores, as

¹⁸⁶ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Velense*, Nº 40, 2º Ano, 23/7/1881.

¹⁸⁷ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Velense*, Nº 40, 2º Ano, 23/7/1881.

romarias podiam ser interpretadas como parte da resposta da Igreja, sendo reavivadas na segunda metade do séc. XIX para servir como espetáculos que incitavam a comoção popular, através da alteração do quotidiano e da opulência que a Igreja tentava imputar. Eram naturalmente parte dos rituais que serviam para inverter a tendência de laicização social, acompanhada das missões, das procissões, das peregrinações e das devoções, especialmente eficazes e fortes junto do meio rural. Na ilha de São Jorge, temos a festividade do Senhor Santo Cristo dos Milagres da Caldeira, onde se dá lugar á maior romaria de crentes vindos de todos os pontos da ilha, como se pode comprovar através da **figura 10**:

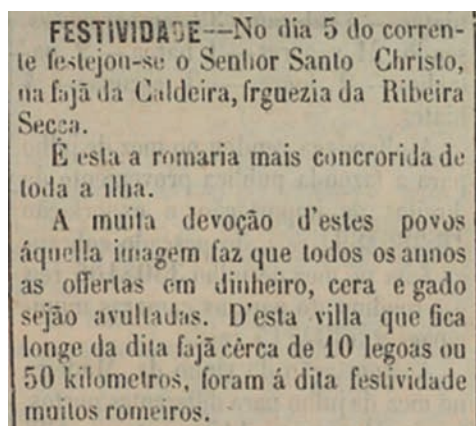


Fig. 10. Romarias ao Senhor Santo Cristo da Caldeira,
Fonte: *O Velense*, Nº 19, 15-7-1872 Arquivo Municipal de Velas, Fundo Jornais Antigos

De acordo com Susana Goulart Costa:

A diocese de Angra utiliza duas estratégias. Uma respeita a promoção espiritual, através da consolidação de movimentos de leigos católicos, como as associações das Filhas de Maria, o Apostolado da Oração e as Conferências de São Vicente de Paulo, braços seculares dos Jesuítas, fundadas nas várias paróquias dos Açores a partir de 1870 (Costa, 2008, 147).

Outro espelha-se na expressão da caridade, através da constituição de institutos de apoio aos desvalidos, aos idosos e às crianças, entre os quais se podem destacar os Asilos de Mendicidade e da Infância Desvalida (Costa, 2008, 147).

Havia ainda uma frente social em que a Igreja, através das ordens religiosas, destacava a sua ação, incitando o debate dos seus opositores: o ensino.

No campo da imprensa, a Diocese de Angra, escuda-se da “má imprensa”, através do Boletim Eclesiástico dos Açores e dos jornais de índole católica. No caso da ilha do Dragão, o jornal *A Verdade e O Insulano*, tomam posições em defesa do clero, e como estes descrevem, da perseguição que a imprensa executa á Igreja¹⁸⁸.

A religião nos Açores, continuava a deter junto das populações, especialmente rurais, muita força pela imposição do respeito pela fé professada através do medo que poderia despertar, alimentando-se de acontecimentos: o medo pelo fim do mundo e as tragédias naturais enquanto castigos divinos eram parte da narrativa que sustentava esses mitos populares, muitos incentivados e provocados sob a tutela eclesiástica. Aliás, a comprovar este facto, temos imensas notícias associadas a orações para acabar com secas extremas, como se pode verificar na seguinte notícia do Jorgense (I): “*Preces – Fizeram-se ultimamente na matriz, para que chovesse. Deus ouvi-os porque pouco depois choveu em abundância*”¹⁸⁹. Assim sendo, a população vive a religião cerimonial esperançosa de salvar a alma do Inferno e, por isso, cumpre os sacramentos do Batismo, da Confirmação, da Confissão, da Eucaristia e da Extrema-Unção, festeja o Natal e a Páscoa, enterra-se nas Igrejas e exercita a caridade e a solidariedade através das Confrarias e Misericórdias (Costa, 2008, 143).

Considerações Finais

A imprensa jorgense tornou-se um meio de difusão da campanha de laicização do sistema político e de secularização da sociedade. Defendiam a sua ideologia de uma religião centrada nos assuntos do campo da fé e não um motor dos interesses sociais, culturais, políticos e económicos da Igreja.

No caso da elite letrada jorgense, o anticlericalismo caracteriza-se por ser liberal, uma vez que, nos constantes apelos ao catolicismo primitivo, o anticlerica-

¹⁸⁸ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Insulano*, Nº 189, Ano V, 11/12/1897.

¹⁸⁹ Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel Ávila, Fundo Jornais Antigos, *O Jorgense* (I), Nº 116, 6º Ano, 1/8/1876.

lismo não tinha uma obrigatoriedade doutrinária com uma matriz antirreligiosa. Lyman Weeks conta-nos que entre os mais literatos não recebe o catolicismo a mesma veneração; muitos, especialmente os mais jovens, são livres-pensadores confessos e descrentes. Mas acrescenta que estes são bastante inconsequentes, porque não hesitariam em ajoelhar perante a primeira procissão, se não pudessem escapar na próxima esquina (João, 1991, 180).

Notas bibliográficas e fontes:

Arquivo Histórico da Câmara Municipal – João Gabriel de Ávila, Fundo Jornais Antigos

Ecco Jorgense (O), 1883-1897.

Gazeta d'Anúncios, 1898-1899.

Gazeta de Notícias (A), 1893.

Gazeta Judicial, 1886.

Ilhéu (O), 1896-1898.

Informador (O), 1894-1895.

Insulano (O), 1893-1903.

Jorgense (I) (O), 1871-1879.

Jorgense (II) (O), 1880-1882.

Jorgense (III) (O), 1886-1888.

Jorgense (IV) (O), 1899-1902.

Justiça (A), 1891-1893.

Respigador (O), 1888-1891.

Velense (O), 1879-1886.

Verdade (A), 1882-1890.

ALVES, Paulo Bruno Pereira Paiva (2012), *A Imprensa Católica na Primeira República: do fim do Jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

AVELLAR, José Cândido da Silveira (1902), *Ilha de São Jorge. Apontamentos para a sua História*, Horta, Typ. Minerva Insulana.

- CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon, CALDEIRA, Bárbara Maria Santos (2008), “Imprensa e Religiosidade na Bahia do Século XIX: a procissão do Senhor morto e os festejos da semana santa” in *História e Religiões*, São Paulo, Nº 37.
- CORDEIRO, Carlos, SILVA, Susana Serpa (2009), *A História da Imprensa e a Imprensa na História. O Contributo dos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.
- COSTA, Susana Goulart (2008), *Açores. Nove Ilhas, Uma História*, Berkeley, University of California.
- JOÃO, Maria Isabel (1991), *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimento Autonomistas*, Lisboa, Edição Cosmos.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2013), *A ilha de São Jorge. Uma Síntese Histórica*. Ponta Delgada, Letras Lavradas.
- PEREIRA, António dos Santos (2000), “Novo Mundo, novas interpretações, novo poder: a integração de São Jorge no novo espaço público açoriano e português na segunda metade de oitocentos: a ação da imprensa periódica local”, in *Arquipélago. História*, 2ª Série, Vol. IV, Nº2.
- SILVA, Luís Eduardo Nicolau Marques da (2017), *De Hintze a Afonso Costa: o fenómeno (anti)clerical na imprensa madeirense (1901-1910)*. Funchal, Universidade da Madeira.
- SOUSA, J. Duarte de (2003), *Ilha de São Jorge. Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*, Velas, Câmara Municipal de Velas.

S. JORGE NAS VÉSPERAS DA 2ª GUERRA MUNDIAL: O TESTEMUNHO LITERÁRIO DE MÁRIO VIEIRA¹⁹⁰

AVELINO DE FREITAS DE MENESES

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

avelino.f.meneses@uac.pt

O romance açoriano de Mário Vieira *Quando tornaram os garajaus ...*, agora reeditado pela Letras Lavadas edições, foi publicado em Lisboa em 1940, como edição do autor, então destacado em Bragança, após o desempenho de uma comissão de serviço em S. Jorge, nos anos precedentes de 1938 e 1939, como funcionário da administração central.



Aparentemente, o romance narra a história de Maria Santa e João Bettencourt, um casal de namorados das Manadas, em S. Jorge. Ela filha de um agricultor, ele filho de um pescador, razão suficiente para que a família da rapariga desaprovasse o galanteio, dada a depreciação das gentes e das atividades do mar face à valorização das gentes e das atividades da terra, talvez paradoxal nos Açores, onde foi, é e será o oceano a razão de ser de quase tudo. E tudo principia por uma relação de vizinhança, aprofundada numa excursão comunitária, e supostamente de piedade, à festa de Santo Cristo da Caldeira, na costa norte. E a sedução deriva das incidências da descida da encosta, alta, íngreme e perigosa, quando a destreza e as diabruras do rapaz, mais velho e já independente do amparo dos pais, contrasta com o temor e o cuidado da menina que, encabulada pela excessiva proteção da mãe, sonha com a libertação da canga ao lado do traquinas. O pedido de casamento chega bastante

¹⁹⁰ Para aprofundamento deste tema, sugerimos a consulta do próprio livro de Mário Vieira, *Quando Tornaram os Garajaus ... Romance Açoreano*, onde publicámos um texto mais completo sob a epígrafe de “Prefácio”.

mais tarde, de novo em contexto festivo, à margem do convívio do bodo de leite do Terreiro da Macela, que reúne todos, populares e maiores.

Entre as incidências da relação, ressalta o destino do rapaz. Na fuga a um passado de penúria, em busca de um futuro de abundância, primeiro, experimenta a vida de caixeiro numa loja das Velas, depois, emigra para a Califórnia, vencendo a resistência do pai, jamais a desconfiança da rapariga, que descrê do sucesso em terra alheia. E contra as expectativas mais comuns, de obtenção de enriquecimento, pelo menos de superação da miséria, sobrevêm o fracasso, que obriga ao retorno à terra natal, só amenizado pelo comprazimento da donzela, amante da modéstia e da harmonia campestres, determinantes na constituição da família, um cadinho de felicidade, não tanto de riqueza. Neste particular, do romance de Mário Vieira transparece uma certa moral. À primeira vista, em alinhamento com o espírito da época, cerca de uma década volvida sobre o golpe militar de 28 de maio de 1926, erguido à condição de Revolução Nacional, donde desponta o Estado Novo, em fase de intensa propaganda. Assim, em vez do sonho e da ambição de João Bettencourt, que corrompem o indivíduo, imperam a resignação e o providencialismo de Maria Santa, acomodada ao “pão nosso de cada dia”, suficiente à criação de mais uma “casa portuguesa”, posteriormente imortalizada em fado de Amália Rodrigues, que consorcia a alegria com a pobreza, num hino ao comedimento. Porém, a análise das vivências e dos princípios de Mário Vieira desdizem a contaminação por uma qualquer ideologia. De facto, em 1998, volvido mais de meio século, já em plena era democrática, no soneto inédito “Caminhos ...”, que por deferência familiar já divulgámos, descobrimos de novo laivos de um manifesto contra a ganância a favor da sobriedade, próprio de quem busca a felicidade na reconciliação com a natureza.

Para Mário Vieira, o namorico de Maria e João equivale a um pormenor da essência do livro, que possui por objetivo a apologia da ilha de S. Jorge, expressa na beleza da paisagem e no carácter das gentes. Com efeito, em correspondência familiar, o autor considera a experiência jorgense uma “alegre jornada de vida”, passada em belos panoramas, por entre as hortênsias e o mar ao fundo, e com gente acolhedora e bondosa, a recordar as virtudes do velho Portugal. Assim, por tão acarinhado, considera-se mesmo “filho adotivo da minha querida ilha de S. Jorge”. De resto, o tributo à terra de acolhimento conquista ainda maior evidência porque, no decurso do romance, o autor incarna também o papel de personagem.

De facto, ele pertence ao descrito e omnipresente círculo de amigos, constituído por funcionários da administração central destacados na periferia – o juiz, o delegado, e os conservadores dos registos civil e predial – que quase diariamente, acompanhado pelos maiorais da terra, o médico e o presidente da câmara, convive na “sala verde”, um recanto do jardim público fronteiro aos paços do concelho das Velas. Com tempo, cultura e sensibilidade, que aguçam a capacidade de observação, alguns destes agentes administrativos registam para a posteridade sugestivas impressões das localidades onde logram colocação. É o que sucede nas páginas deste *Quando tornaram os garajaus ...*

De posse de uma escrita escurrita, Mário Vieira evidencia capacidade descritiva, que transporta o leitor para todos os ambientes, suscitando naqueles que conhecem o desejo da revisitação, naqueles que desconhecem a curiosidade da confirmação. O texto constitui um elogio à natureza e às gentes de S. Jorge. No respeitante ao património natural, emoldurado pelo verde das pastagens e pelo negrume dos mistérios, ressaltam as parecenças com paisagens suíças, na comparação externa, com recortes da serra de Sintra, no confronto nacional, com a exuberância das Flores, no quadro insular. Aliás, os encantos ascendem das fajãs ribeirinhas até ao altaneiro Pico da Esperança. No deslumbramento das paisagens, o autor destaca o fascínio das hortênsias, que nos caminhos e nos campos formam maciços, sebes, tufos e moitas. Com efeito, apesar da proveniência externa, da China e do Japão, da introdução tardia, no decurso do século XIX, e do carácter infestante, que ajuda na reprodução, a hortênsia transforma-se em símbolo dos Açores. Se desacompanhada de incómodo humano, até a inclemência da natureza prima pela magia, como acontece nas Velas nas tempestades de oeste, que chamam os curiosos às proximidades do arco lávico, pela conversão da fúria das ondas em representação admirável. No referente ao património construído, a descrição é mais contida, talvez pela predominância das casas de pedra negra, a indiciar a pobreza dos moradores. Na verdade, faltam referências a monumentos, causando estranheza nas Manadas, pátria de Maria Santa e João Bettencourt, a omissão da igreja de Santa Bárbara, com um rico interior barroco, que justifica uma classificação de Interesse Público desde 1950. Vivos e verídicos são também os quadros do quotidiano de um povo “são e primitivo”, a lembrar a máxima quinhentista de Gaspar Frutuoso, que equiparava os açorianos a “pombos das ilhas”, porque embora entressem a malícia dos forasteiros se deixavam enganar.

Por entre manifestações mil, enumeramos, por exemplo, as festividades maiores em honra do Espírito Santo, espelho de uma profunda religiosidade, uma surtida à baleia, “espetáculo de magnífica barbaridade”, desde o ribombar do foguete no morro das Velas, que coloca homens em correria, mulheres em gritaria e crianças em desassossego, com a conseqüente perseguição e captura do cetáceo em mar alto, até à desmancha e ao derretimento na fábrica, uma matança de porco, com os preparativos, a degustação e o divertimento, e o dia de “S. Vapor”, com a afluência do público ao cais e dos mais afoitos e abonados às atrações de bordo, também com a sua parada de sentimentos, sensível na despedida de João a caminho da longínqua Califórnia.

Quando tornaram os garajaus ... é um romance açoriano, com incidência nas ilhas do grupo central, já que das vertentes jorgenses todas elas se avistam, com evidente realismo. Mais do que isso, é um livro sobre o triângulo, essa realidade imposta pela geografia, que supera a tradicional mentalidade ilhoa, mesmo a arreigada coerência dos distritos. Com efeito, preponderam as referências ao Faial, ao Pico, naturalmente que a S. Jorge, erguido no centro físico dos Açores, talvez predestinado para sede do governo do arquipélago, como advogara João Soares de Albergaria e Sousa no 1º quartel do século XIX. Todavia, apesar das privilegiadas localizações dos Açores e de S. Jorge, em confluência de rotas ancestrais, ainda predominava um profundo isolamento, que arredava as gentes do conhecimento do demais mundo. A título de exemplo, em amena cavaqueira no cais das Velas, quando o Vilela, um dos funcionários da administração central destacados na periferia, compara o despique entre as companhias baleeiras à rivalidade entre o Benfica e o Sporting causa pasmo no interlocutor, o Carinhas, um velho mestre da baleação, que desconhece os clubes de futebol de Lisboa, porventura o próprio jogo da bola, num tempo em que os jorgenses ainda possuíam por entretenimento o jogo da bilharda.

Em excursão à romaria de Santo Antão, no Topo, para comemorar a transferência do Meireles para Arganil, os convivas, quase todos funcionários da administração central destacados na periferia, fazem paragens pelo caminho, para observação dos renomados recortes da paisagem. Uma das paradas ocorre junto à igreja do Norte Grande, donde caminham até ao cimo da rocha para obtenção da melhor vista da Fajã do Ouvidor, que de longe se assemelha ao delta de um rio, consoante a disposição do casario. Ademais, o autor destaca a beleza dos cam-

pos, semelhantes a canteiros de um jardim “pela variedade das cores e das culturas”, bem diversa da uniformidade do nosso tempo. Aliás, na generalidade das fajãs, sobretudo nas mais soalheiras da costa sul, por entre vinhedos e pomares, identificamos até a aclimação de culturas exóticas. Todavia, ontem como hoje, a adaptabilidade não é total. De facto, a influência da altitude, da humidade, do frio e do nevoeiro gera a inadaptação de alguns cultivos mediterrânicos essenciais, à cabeça de todos eles, os cereais, base da dieta tradicional. Daí a experimentação de bens de subsistência. Até à introdução da batata, de produção mais intensiva, sobretudo o inhame, adequado às encostas húmidas e alcantiladas, verdadeiro “pão dos pobres”, que em 1694 gera a amotinação de todos contra a ordem régia de imposição das colheitas. Daí a procura de sustento no mar, labuta diária de mestre António Sabino, pai de João Bettencourt, contra a preferência histórica dos açorianos pelo trabalho da terra. Na verdade, em S. Jorge, o grupo dos marítimos supera a média insular, alcançando ocasionalmente a dianteira. De qualquer maneira, o romance traça um panorama correto da economia jorgense, prenhe de atualidade volvidos três quartos de século. Com efeito, na descrição dos campos, a par da omnipresença das hortênsias, ressalta a ubiquidade do gado, particularmente das vacas, sinal claro do primado da agropecuária, vertido na abundância da carne e na qualidade do leite, que garante a excelência do queijo. Afinal uma consequência da orografia, que sensivelmente acima dos 300 metros converte os terrenos em reserva de pastagens, donde só sobressaem algumas manchas florestais em cumes elevados, propícias à exploração madeireira.

As referências à alimentação refletem a base económica e o modo de vida dos jorgenses. A abundância dos festejos episódicos contrasta com a míngua do tempo comum, tudo típico de uma sociedade de pobres, ponteada pela exceção dos remediados, sobretudo dos mais ricos. No essencial, o pão rivaliza com o inhame, por entre o leite e seus derivados e a coberto do produto da matança e dos vulgares vegetais da horta. Para conduto, impera o “peixito”, pois quanto a carne “nem pensar nisso”, reservada que estava à exportação, jamais ao regalo dos criadores. Até por insuficiência da produção, mais uns do que outros dispõem do vinho. Necessariamente vinho de cheiro, da casta americana Isabel, introduzida após a devastação das pragas tardo oitocentistas, muito ao gosto do povo, porque “se bebe sem se sentir”, arremedo de refresco próximo da água-pé, fruto de uvas “muito doces e que sabem a rosas”. De resto, são escassas as importações. Afora os

cigarros de S. Miguel, e alguns ananases, só as frutas do Pico, descontando algum contrabando, como os barris de aguardente introduzidos por mestre António Sabino, em fuga a taxas alfandegárias antiquadas.

A localização de S. Jorge no centro do arquipélago, rodeado de ilhas com economias díspares, incentiva a mobilidade. Todavia, ainda nos anos trinta do século XX, a sedentariedade constitui uma característica estrutural da população. Aliás, na excursão à Fajã da Caldeira, a experiência de Francisco Emitério é de todo paradigmática. Na verdade, revê compadres que não via há muitos anos, os quais não alimentam a esperança da saída do local. Com efeito, João, o cabeça de casal, afirma que dali “só para o Campo Santo; a velhota e eu já não sairemos da fajã”. Também Maria Santa, que soma a proeza de uma ida à Horta com o pai, só muito raramente visita as Velas, que considera “uma terra grande”. Por isso, quando se queixa das prolongadas ausências de João Bettencourt, então caixeiro na vila, o namorado replica com um “Pois é, tu julgas que das Velas às Manadas se vai num salto!”.

O embargo da mobilidade das gentes deriva do estado dos transportes e das comunicações, particularmente difícil em S. Jorge. Com efeito, na sucessão dos séculos, o estorvo do relevo e a incapacidade da técnica definem o semblante da rede viária jorgense, composta por caminhos que ora desafiam as ondas, por tão aconchegados ao litoral, ora afrontam as serras, por tão abeirados às penedias. Além disso, exigem uma conservação constante, bem como os inúmeros atalhos, em permanência necessariamente refeitos pelo efeito das chuvas e dos deslizamentos. Nestas circunstâncias, o mar rivaliza com a terra, na função de meio de deslocação das gentes. Por isso, em viagem às Velas no dia do Santo Patrono, ainda coincidente com uma das domingos de coroação ao Divino, João Bettencourt parte na véspera de barco, enquanto Maria Santa segue no próprio dia com a família na carreira pública, certamente por maus caminhos. Aliás, os próprios arruamentos da vila se apresentam em mau estado, muito deles cobertos de bagacina com pedras soltas. Neste tempo, o automóvel ainda suscitava algum pasmo. É o que se deduz da curiosidade da “garotada” que, junto à igreja do Norte Grande, rodeia o carro dos excursionistas em demanda do Topo. De resto, a saída do arquipélago dependia das escalas mensais do *Lima* e do *Carvalho Araújo*, que também conduziam os candidatos à emigração até Ponta Delgada, donde partiam no *Vulcânia* rumo às Américas.

Na vivência açoriana, paradoxalmente, o sedentarismo coexiste com a emigração. Aliás, Mário Vieira reconhece que “Em cada nativo dos Açores há um emigrante, em cada emigrante um aventureiro!”. Nesta propensão, influem três fatores: o posicionamento das ilhas numa histórica encruzilhada de rotas, primeiro marítimas, depois aéreas, a dureza da existência humana, da pobreza persistente à fome eventual, e a utopia da abundância, acicatada pela miséria. Por isso, desde cedo, João Bettencourt alimenta a esperança da demanda de terras distantes, mais generosas. Assim, ainda antes do namoro, mas de passeio com Maria Santa pelo Pico da Esperança, subitamente absorto e com o horizonte na mira, quando questionado pela companheira sobre a razão de um tal estado de ausência, confessa o pensamento permanente: “partir por aquele mar fora ...”. Depois, já nas Velas como lojista do Viegas, compraz-se com as longas conversas dos funcionários de fora, que relevam as excelências de Lisboa, talvez carcomidos pela saudade. No entanto, aquilo que de verdade tolda o espírito do João é o sonho americano, mais precisamente da Califórnia, que verte das cartas do Pedro, autênticas promessas de ganhos miraculosos por entre a vida entusiástica das cidades. E então pensava que também retornaria rico, podendo comprar as terras que jamais teria, até talvez uma boa casa junto ao mar. E, para selar todo este imaginário sucesso, o cumprimento de um voto de gratidão ao Espírito Santo, com o luzimento próprio das festividades dos demais “calafonas” endinheirados.

Os Açores são a única região de Portugal, quiçá do Mundo, onde se demarca o tempo do Espírito Santo. Apesar das singularidades de cada ilha, mesmo de cada local, decorre da Aleluia da Páscoa até ao Pentecostes e à Trindade, com uma sucessão de coroações e bodos. Atento a todas as vivências jorgenses, Mário Vieira assinala as festividades em honra do Divino, que radicam numa fervorosa religiosidade popular. Por isso, Maria Santa invoca o amparo do Espírito Santo em todos os contratempos. Primeiro, para demover o João da ida para a América, depois, para proteger o João na ida para a América. O autor também apreende o significado do culto ao Divino, resultante de uma interpretação da História que, após as idades do Pai e do Filho, apregoa o império do Espírito Santo. Afinal uma imitação terrena da vida eterna, caracterizada pelo predomínio do espiritual sobre o material, da fraternidade sobre o individualismo, donde surgiria uma sociedade nova de abundância, de partilha e de amizade, numa só palavra, de felicidade. Na descrição de uma das coroações das Velas, reconhecemos uma manifestação

de iguais, favorecida pelas vestes brancas das crianças, que estabelecem equidade entre ricos e pobres. De uma certa forma, a cerimónia procede à conversão da teoria em prática, pois faz a transformação do mendigo em poderoso, do súbdito em imperador. Tudo muito diferente da procissão do patrono S. Jorge, que reproduz as hierarquias sociais, com o realce dos maiores.

O autor releva ainda as manifestações profanas do culto ao Divino, próprias de uma devoção popular, nem sempre entendida pelo clero. Com efeito, acentua a singularidade das festividades do Espírito Santo, que primam pelo contentamento, a fazer lembrar as romarias do norte de Portugal. Nisto, destoam até das demais comemorações, desprovidas de animação, por vezes tristes, mais condizentes com o carácter um tanto grave dos açorianos. Neste particular, se reconhecemos alguma razão, também identificamos sinais da curta permanência jorgense, talvez acrescentados pelo desconhecimento das demais ilhas, onde pontificam grandes folias. A título de exemplo, o Carnaval da Terceira e da Graciosa, ainda as touradas à corda da Terceira, hoje também organizadas em S. Jorge. No entanto, entre os principais ritos festeiros da devoção ao Divino, Mário Vieira destaca o movimento em torno da reza diária do terço e a bezerrada das sextas-feiras, que inclui o enfeite e o desfile do gado, antes da bênção e do abate. Claro que o apogeu da comemoração ocorre sempre ao domingo, seja nas coroações ou nos bodos, sobretudo no Pentecostes e na Trindade. Em tais dias, nas vilas, até se procede ao aluguer de camionetas, que em excursão fazem o percurso dos principais impérios, que são as casas de guarida do Espírito Santo, alguns ainda em madeira, outros já em pedra. Em todos estes atos, há comes e bebes, banquetes, mesmo comezainas. Como no restante arquipélago, os ingredientes dos repastos são o pão, a carne e o vinho, misturados com os confeitos. Porém, imperam também as novidades, mesmo as especialidades locais. Por exemplo, o peixe assado, os bolos de véspera, o queijo, os tremoços, as espécies e os coscorões. Entre os maiores animadores da festa, enumeram-se os mais antigos foliões que, com suas vestimentas de bobos, alegam os convivas e animam os cortejos, igualmente as mais recentes filarmónicas, que predominam em meios mais populosos e urbanos, caso das Velas.

Posto isto, é já tempo de trazer à colação algumas informações sobre Mário Vieira, demasiado esquecido nos Açores de hoje. Nado em Lisboa em 1908, morre em Oeiras em 2010, com mais de 100 anos. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, além do exercício da advocacia na capital, desenvolve carreira na administração pública, que culmina na função de Técnico Superior na Secretaria de Estado do Comércio do Ministério da Economia, à data da aposentação. Ainda jovem, antes da obtenção de maior estabilidade profissional, saltita de terra em terra, no cumprimento de missões administrativas. Assim, transportado pelo *Carvalho Araújo*, desembarca em S. Jorge em 1938, onde permanece por cerca de um ano, no desempenho da função de Conservador do Registo Predial da Comarca das Velas, uma tarefa que também exerce em Bragança e Lagos. Porém, o encanto pela estância açoriana origina duas romagens de saudade ao rincão jorgense, que ocorrem em 1953 e 1998.

Em *Quando tornaram os garajaus...* descortinamos duas das paixões de Mário Vieira, a de inveterado viajante, que percorre cerca de trinta países em tempos de contida mobilidade, logo desperto para o registo de todos os pormenores, e a de amante da natureza, encantado pela serra e pelo mar, caminhante diário até às vésperas da morte, que exerce funções de Presidente da Federação Portuguesa de Campismo.

Embora forasteiro, Mário Vieira talvez demande inclusão na grande constelação dos literatos açorianos. Porém, mais do que romancista, a família reconhece nele a veia de poeta, que deixou de todo inéditos uma imensidade de versos, também algumas peças de teatro.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES

Ana Cláudia Silveira
ORCID 0000-0002-2318-9526

Ana Cláudia Silveira doutorou-se em História Medieval na Universidade NOVA de Lisboa, com a tese *Setúbal, um pólo de poder da Ordem Militar de Santiago no final da Idade Média*, à qual foi atribuída, em 2023, uma Menção Honrosa pelo júri do Prémio A. de Almeida Fernandes de História Medieval. É investigadora do Instituto de Estudos Medievais (FCSH – NOVA) e membro da Cátedra UNESCO O Património Cultural dos Oceanos, liderada pelo CHAM – Centro de Humanidades. Os seus interesses de investigação incluem os espaços portuários, a exploração dos recursos marítimos (produção de sal, aproveitamento da energia das marés para moagem, recursos piscatórios, ligações marítimas), o planeamento urbano e as ordens religiosas militares.

Tem participado em diferentes projectos de investigação financiados e é autora de vários artigos e capítulos em revistas académicas e editoras como a Ashgate, Böhlau, Éditions de la Sorbonne, Franz Steiner Verlag, Presses Universitaires de Rennes ou Routledge.

Recebeu alguns prémios de prestígio, incluindo o Prémio de História Alberto Sampaio.

Assunção Melo
ORCID 0000-0002-0556-4134
Ciência ID C511-F5AC-CC7C

Doutorada em História da Arte pelo Centro de Formação Avançada da Universidade de Évora, Pós-Graduada em História da Arte Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Licenciada em História da Arte pela mesma faculdade, membro do CHAM. Assistente Convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores, lecionando no Pólo de Angra do Heroísmo a disciplina de História da Arte e do Património Construído I e II, do curso de licenciatura de Natureza e Património. Autora de cinco livros e mais de trinta artigos relacionados com a História da Arte e com o Património dos Açores, autora de palestras e conferen-

cias relacionadas com a sua área académica. É gestora da coleção de Belas Artes, Documentos Gráficos, Artes Decorativas, Brinquedos e Jogos do Museu de Angra do Heroísmo.

Avelino Meneses
ORCID 0000-0002-0159-7131
Ciência ID A514-0BCF-B299

Professor Catedrático e Reitor da Universidade dos Açores (2003-2011). Doutoramento em História Moderna e Contemporânea. Investigador Integrado Fundador do CHAM – Centro de Humanidades das Universidades Nova de Lisboa e Açores, tendo sido Presidente da Assembleia Geral (2008-2014). Desempenhou funções de Secretário Regional da Educação e Cultura dos XI e XII Governos dos Açores (2014-2020). É autor, coautor, diretor ou organizador de uma vintena de livros e autor de quase uma centena e meia de artigos, insertos em publicações da especialidade. Foi agraciado, em 2011, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública (Presidência da República) e com a Insígnia Autónoma de Reconhecimento (Região Autónoma dos Açores) e, em 2012, como Cidadão Honorário de Ponta Delgada e com as medalhas de Mérito dos municípios de Angra do Heroísmo e da Horta.

Carmo Daun e Lorena
ORCID 0000-0002-3756-8092
Ciência ID E61C-B6F7-D2DE

Licenciada em Sociologia (2003) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, com mestrado em Antropologia Social e Cultural (2009) e doutorada em Antropologia/especialidade de Antropologia e História (2018) pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Atualmente, é investigadora integrada do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia (Universidade NOVA de Lisboa) onde desenvolve o projeto de investigação *WHAlands – Whaling Heritage in the Atlantic islands*:

America, the Azores and Cape Verde entangled by the sea (19th-21st centuries), financiado pela FCT. É também investigadora responsável do projeto ADBA – Arquivo Documental/Digital da Baleação Açoriana, apoiado pela Direção Regional da Cultura/Governo dos Açores.

O seu trabalho desenvolve-se na intersecção dos campos da Antropologia e da História e a sua abordagem metodológica combina pesquisa arquivística e etnográfica. Os seus interesses de investigação centram-se em temas como baleação, classe, etnicidade, memória social, identidade, património cultural e mobilidades marítimas, numa triangulação atlântica entre Açores, Cabo Verde e Nova Inglaterra.

Carolina Viana

ORCID 0000-0002-8658-9383

Carolina Viana é licenciada (2019) e mestre (2022) em Conservação e Restauro pela Universidade NOVA de Lisboa, onde atualmente prossegue o doutoramento na mesma área. A sua investigação (M3.1.A/F/022/2023), foca-se na análise de esculturas policromadas modernas nos Açores, explorando materiais, técnicas e desenvolvendo metodologias inovadoras para a sua conservação. A sua dissertação de mestrado foi realizada no âmbito de dois projetos financiados pela FCT: “Plastic Paints in Art: the impact of manufacturing processes on their long-term stability” (IF/00653/2015/CP1293/CT0005) e “CleanArt – Innovative methodology to clean fungal stains from paper documents and artworks” (PTDC/EPH-PAT/0224/2014). Este trabalho permitiu-lhe estudar o envelhecimento de emulsões à base de acetato de vinilo e experimentar estratégias inovadoras de limpeza para pinturas sobre papel. Em 2021, integrou a equipa do projeto “PlasCO₂ – Green CO₂ Technologies for the Cleaning of Plastics in Museums and Heritage Collections” (PTDC/ART-OUT/29692/2017), como bolsista de investigação. Entre 2022 e 2023, foi responsável pela intervenção em diversas esculturas sobre madeira policromadas na Região Autónoma dos Açores.

Dinis Manuel Branco Silveira

ORCID 0000-0002-8658-9383

Nasceu na freguesia da Feteira – Angra do Heroísmo. Estudou filosofia e teologia no Seminário Episcopal de Angra, sendo ordenado sacerdote em 2007. Possui Licenciatura em Direito Canónico com a tese “A remoção e a transferência dos párocos e a promessa de obediência dos clérigos ao Bispo”, Especialização e Jurisprudência Canónica e Doutoramento em Direito Canónico pela Pontifícia Universidade Gregoriana (2017), com a tese “O estatuto Jurídico das Misericórdias Portuguesas na Jurisprudência da Assinatura Apostólica”

No seu percurso sacerdotal exerceu o ofício de Pároco de Luz, Guadalupe e Ribeirinha na Ilha Graciosa, bem como Ouvidor Adjunto de Santa Cruz da Graciosa. Atualmente é o Pároco de Topo e Santo Antão na ilha de São Jorge e o Ouvidor Eclesiástico da mesma ilha. Capelão Magistral da Soberana Ordem de Malta.»

Duarte Nuno Chaves

ORCID 0000-0002-0806-9753

Ciência ID FB1E-6D57-C86E

Doutor em História da Arte pela Universidade de Évora. Como bolseiro do Fundo Regional de Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores, completou um projeto de pós-doutoramento (2017-2019) intitulado, “Religiosidade e memória coletiva em contexto de turismo cultural”. Atualmente é Investigador Integrado Doutorado do CHAM – Centro de Humanidades, o qual desempenhou funções de coordenador do grupo de investigação “Arte, História e Património” e de subdiretor do núcleo deste centro na Universidade dos Açores. Tem colaborado com a Universidade dos Açores enquanto Professor Convidado (2016-2023), nas licenciaturas de História, Turismo e pós-graduação em Turismo Cultural. É de destacar, ainda, a orientação de dissertações de mestrado e teses de doutoramento, em várias universidades nacionais, na área do Património Cultural. Exerceu o cargo de Diretor Regional dos Assuntos Culturais no XIII Governo Regional dos Açores, tendo representado a Região Autónoma dos Açores no Conselho Consultivo da Comissão Nacional da UNESCO.

Enquanto coordenador, autor e coautor, é responsável pela edição e participação em diversos livros, artigos e capítulos, editados em Portugal, Espanha, Polónia e Brasil, versando questões ligadas ao espaço insular da Macaronésia, particularmente sobre os domínios da História, Identidade, Religiosidade, Tradições e Gastronomia. Em 2018, o seu livro *As Imagens de Vestir da Procissão dos Terceiros: Um legado franciscano em S. Miguel, Açores, séculos XVII a XXI*, tendo como base a sua tese de doutoramento, foi galardoado com o prémio Lusitania-História de Portugal, da Academia Portuguesa da História.

Paralelamente tem participado em vários projetos na área da museologia, sendo o responsável e organizador dos “Encontros de Boas Práticas Museológicas na Macaronésia” que se realizam desde 2017.

Fátima Silva

ORCID 0000-0002-9824-5959

Ciência ID 791C-22E0-5174

Licenciou-se em História, na Universidade do Minho, no ano de 2017. Na mesma instituição defendeu, em 2020, a dissertação de Mestrado em História com o título “Evolução demográfica da paróquia de Carvalhal (séculos XVII-XX)”.

Desde 2019, colabora com a Casa de Sarmento-Centro de Estudos do Património (Guimarães) – Unidade Diferenciada da Universidade do Minho. Neste contexto, tem contribuído para o desenvolvimento do Repositório Genealógico, um projeto de organização e divulgação da informação dos registos paroquiais portugueses, entre os séculos XVI e XX.

Em 2022, ingressou no Doutoramento em História, na Universidade do Minho, em ambiente não académico, com um projeto a desenvolver na Casa de Sarmento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O projeto apresentado tem como título “Dinâmicas demográficas e sociais na Ilha do Pico entre os séculos XVII e XX”.

Gonçalo C. Albuquerque
ORCID 0000-0002-4424-2891
Ciência ID 851C-FB68-1EE9

Licenciado em História com menor em História de Arte (2020) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Está atualmente a concluir uma dissertação de mestrado sobre o pensamento e a política colonial de Aires de Ornelas e Vasconcelos, no período que desempenhou as funções de Ministro da Marinha e Ultramar, no governo de João Franco, entre 1906 e 1908. Integra o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) como membro colaborador.

Isabel Pombo Cardoso
ORCID 0000-0003-3328-6749

Isabel Pombo Cardoso é Investigadora Auxiliar no Departamento de Conservação e Restauro da FCT NOVA. Actualmente, coordena um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre a policromia da escultura medieval portuguesa (PTDC/ART-OUT/5992/2020). O projecto, centrado nas colecções de escultura do Museu Nacional de Arte Antiga e Museu Nacional Machado de Castro, abrange o estudo de cerca de 200 esculturas.

A sua formação académica inclui uma licenciatura pré-Bolonha em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; a componente curricular do *Bachelor of Science in Conservation & Restoration* pela London Guildhall University, Reino Unido (actual London Metropolitan University, UK); um *Master of Science in Conservation of Archaeological and Museum Objects* pelo Institute of Archaeology, da University College London, Reino Unido; e um Doutoramento em *Archaeological Sciences and Conservation Heritage*, pelo mesmo instituto.

Durante 12 anos, constituiu e coordenou uma empresa de conservação e restauro, que realizou intervenções em monumentos nacionais classificados para a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

Lisboa. Membro do Conselho Consultivo do Centro de Pesquisa para o Estudo de Plantas Psicointegradoras, Arte Visionária e Consciência – Wasiwaska. Membro do NEIP – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos.

José Esteves Pereira
ORCID 0000-0002-3690-8729

Licenciado e Doutorado em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Nasceu em 17 de Setembro de 1944 em Viana do Castelo. Frequentou naquela cidade a Escola Primária do Carmo e o curso do Liceu Nacional. Ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1964, onde se licenciou em Filosofia, em 1970, com distinção e louvor. Nesse mesmo ano obteve o Diploma de Ciências Pedagógicas. Em Maio de 1971 inicia funções docentes, como Assistente Eventual, na Faculdade onde se licenciou. Doutorou-se em Filosofia, pela Universidade de Coimbra, com distinção e louvor, em 29 de Julho de 1980 e tomou posse em Outubro do mesmo ano do lugar de Professor Auxiliar. Convidado pela Universidade Nova de Lisboa, para a docência em Filosofia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas começou a lecionar em Fevereiro de 1980, como Professor Auxiliar. Ainda como Professor Auxiliar prestou provas para obtenção do título de Agregado tendo sido aprovado por unanimidade em 4 de Dezembro de 1985. No ano seguinte concorre ao lugar de Professor Associado. Em 1991 é provido definitivamente e em 1992 ascende a Professor Catedrático. Jubilou-se em 17 de Setembro de 2014. Profere a sua “última lição”, em 11 de Novembro de 2015, na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente é Professor Convidado da Universidade Católica no Instituto de Estudos Políticos e desenvolve atividade de investigação e coordenação científica no Centro de Humanidades (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa. É Presidente da Direção do Observatório do Mundo Islâmico.

Margarida R. Brito de Azevedo

Mestre em Paleontologia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e licenciada em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Desenvolveu atividade nas áreas de valorização e conservação patrimonial no Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico e no Centro de Arqueologia de Lisboa. Atualmente, desempenha funções como técnica superior no Museu de Angra do Heroísmo, onde é responsável pelo Arquivo de Som e Imagem e pela subunidade de gestão da Ciência e Tecnologia – Naturalia. Neste âmbito, dedica-se à gestão e conservação de coleções, bem como à coordenação de projetos museográficos e expositivos.

Ricardo Sá Torres**ORCID 0009-0002-7688-0991**

Licenciado em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (2013). Mestre em Criminologia (2015), pela mesma instituição, com a dissertação intitulada “Representações sociais das Novas Substâncias Psicoativas e da sua legislação”. Mestre em História (2021), pela Universidade do Minho, com a dissertação intitulada “Corsários na Inquisição de Lisboa (Século XVII)”.

Publicou na revista *Estudos Regionais* o artigo intitulado “Experiências de Cativo de Vianenses no Magrebe do século XVII”. No ano de 2023 apresentou: no “3.º Seminário Internacional de Doutorandos: Desafios da História”, promovido pelo ICS-UM, a comunicação “O fenómeno corsário magrebino na Idade Moderna: Fontes para o seu estudo”; e a comunicação “De expulso a corsário: O percurso de vida de Gaspar dos Reis” no âmbito do Congresso Internacional “Migrações Forçadas entre a Cristandade e o Islão” enquadrado no projeto *Moving City*.

A partir de janeiro de 2024 integrou o projeto exploratório *COEXIST* do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa.

Sophie Coquelin
ORCID 0000-0002-0011-1283
Ciência ID A01F-C3A1-2B51

Sophie Coquelin é mestre em antropologia e interessa-se por práticas performativas que integram o Património Cultural Imaterial (PCI). Colabora com a Associação Cultural Terra Baleeira para a realização de uma candidatura ao Inventário Nacional do PCI, sobre os saberes e práticas associados ao bote baleeiro, cuja entidade proponente é a Câmara Municipal das Lajes do Pico. Em paralelo, é doutoranda no Centro de Investigação INET-md, polo da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, com uma tese sobre o baile de chamarritas na ilha do Pico.

Teresa Lousa
ORCID 0000-0001-6574-6901
Ciência ID 131A-6DEB-7A30

Teresa Lousa (Lisboa, 1978) é doutorada em Belas-Artes pela FBAUL (2013). Actualmente, integra o grupo Arte, História e Património como investigadora do CHAM. Neste centro de investigação foi coordenadora do Grupo Ibero-Americano (2020-2022) e coordena o seminário permanente “Modos da Melancolia” com o colega Adelino Cardoso. É Professora Auxiliar do grupo de Ciências da Arte e do Património na FBAUL desde 2009, onde leciona cadeiras teóricas e se tem especializado em pesquisa artística com a docência da cadeira de Metodologias de Investigação aos diferentes Mestrados da FBAUL. Nesta instituição tem orientado teses de mestrado e de doutoramento. É Coeditora da Revista Indexada *Arte&Sensorium* – UNESPAR. Tem apresentado Comunicações em Congressos a nível nacional e internacional em diversas cidades. Publica regularmente artigos em revistas indexadas e Open Access com temas de investigação que exploram as relações entre Arte, Imaginários, Melancolia, Morte, Género, Antropoceno, Eco feminismo e Arte-Terapia.

Vitor Emanuel Tavares Reis
ORCID 0000-0001-6377-751X

Vitor Reis licenciou-se em História em 2012, na Universidade dos Açores. Em 2016, nesta mesma instituição, e sob orientação da Professora Doutora Susana Serpa Silva, prestou as provas de Mestrado em História Insular e Atlântica (Sécs. XV-XX), com a apresentação de uma tese intitulada “*Os investimentos públicos em São Miguel no último quartel do século XIX*”. Desde 2021, iniciou o Doutoramento em História Insular e Atlântica (Sécs. XV-XX). Atualmente, é Técnico Superior do Museu Francisco Lacerda, afeto à Igreja de Santa Bárbara, localizada na freguesia de Manadas, ilha de São Jorge.

Wellington Nascimento
ORCID 0000-0001-6669-5747

Licenciado em Património Cultural pela Universidade dos Açores e Mestre em Património Museologia e Desenvolvimento pela mesma Universidade, Doutorando em História da Arte pela Universidade de Évora. É músico, investigador do CHAM – Centro de Humanidades da UAç e Univ. Nova de Lisboa e investigador colaborador do CHAIA – Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora. É Técnico Superior na DRC – Direção Regional da Cultura onde coordena projetos ligados ao Património Imaterial, e desenvolve ainda atividades de investigação nas áreas do Património, Museologia e Musicologia.





GOVERNO
DOS AÇORES

VICE-PRESIDÊNCIA
DO GOVERNO

ISBN 978-989-54856-2-8



9 789895 485628